PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.7 N.1 | DEZEMBRO DE 2018

DOSSIÊ
RELIGIÃO, GÊNERO E ESFERA PÚBLICA

COMISSÃO EDITORIAL PENSATA

BÁRBARA ARIOLA | BEATRIZ FIGLINO | CAROLINA ALENCAR | DAYANE FERNANDES| EDUARDO FERNANDES
GABRIEL ROMERO | JULIANA BARROS | JULIANA CARVALHO | LAYLA YUMI | LINDOLFO CAMPOS
MARCEL COUTO | SERGIO SILVA | THAÍS LAMAS | THAÍS LIMA | WILVER PORTELLA

REVISTA PENSATA | V.7 N.1 DEZEMBRO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Profª. Drª. Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Profª. Drª. Valéria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Profª. Drª. Magali Aparecida Silvestre

Vice-diretor: Prof. Dr. Janes Jorge

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenação: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Vice-coordenadora: Profª. Drª. Tatiana Savoia Landini

PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 7, n. 1, ano 8. 2018. Semestral. ISSN: 2237-678X.

EDITOR CHEFE

Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Bárbara Ariola, Beatriz Figlino, Carolina Alencar, Dayane Fernandes, Eduardo Fernandes, Gabriel Romero, Juliana Barros, Juliana Carvalho, Layla Yumi, Lindolfo Campos, Marcel Couto, Sergio Silva, Thaís Lamas, Thaís Lima e Wilver Portella.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yurij Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

PENSATA

EDITORIAL 005

DOSSIÊ

RELIGIÃO, GÊNERO E ESFERA PÚBLICA: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE 008
LILIAN SALES E INGRID CYFER

DO RELIGIOSO AO CIVIL: RECONFIGURAÇÕES DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NO ESPAÇO PÚBLICO 021
ÁLEX KALIL

AS RELIGIÕES PODEM INTERFERIR NAS DISCUSSÕES POLÍTICAS? INTRODUZINDO O DEBATE TEÓRICO ENTRE JOHN RAWLS E JÜRGEN HABERMAS E CERTOS DESDOBRAMENTOS PARA A POLÍTICA BRASILEIRA 041
JULIANA APARECIDA SOUSA CARVALHO

A MOBILIZAÇÃO E A CONTRAMOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ABORTO - OS ENFRENTAMENTOS ENTRE FEMINISTAS E REPRESENTANTES DO VATICANO NA CONFERÊNCIA DO CAÍRO DE 1994 059
LUCIANO BATISTA DE OLIVEIRA

EVANGÉLICOS EM OPOSIÇÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DAS FALAS CONTRÁRIAS À HOMOSSEXUALIDADE 075
PAULA BORTOLIN

DEBATES

GAME OF THRONES E A CIÊNCIA DAS REDES: NETWORK OF THRONES 095
ANDREW BEVERIDGE E JIE SHAN / LINDOLFO SANCHO (TRADUTOR)

SERGIO MORO INOCENTANDO A ALMA BRASILEIRA: O SUPER-HOMEM DE MASSAS E AS LÓGICAS SACRIFICIAIS EM 2016 105
JOÃO MARCOS COPERTINO PEREIRA

ARTIGOS

A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934): UMA ANÁLISE DA EXPULSÃO DOS INTELECTUAIS DO PARTIDO 116
DANILO MARTINS BRANDELLI E ALDO DURAN GIL

A VALIDAÇÃO DA EXCLUSÃO DO IMIGRANTE EM ESFERAS REPRESENTATIVAS NA CAMPANHA PELA BREXIT 143
BEATRIZ FIGLINO

DOMINAÇÃO DISCURSIVA E DISCURSIVIDADE DA DOMINAÇÃO 162
YURI BATAGLIA ESPÓSITO

ENTRE AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS: IMAGINÁRIOS SOCIAIS, REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E JORNALISMO NA AMAZÔNIA 192
RAFAEL DE FIGUEIREDO LOPES

SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DA MORTE USO DA FORÇA E CONSEQUÊNCIAS DA LETALIDADE POLICIAL PAULISTA 222
GABRIEL DE S. ROMERO

POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES: A REPRESSÃO POLICIAL NA PRIMAVERA SECUNDARISTA EM SÃO PAULO 253
BIANCA ISABEL LOMBARDE SILVA
FACHADA SOCIAL: A DELIBERAÇÃO DA AGENDA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SIMBÓLICA DO GRUPO 280
FELIPE EDUARDO LÁZARO BRAGA
“OLHE SÓ PARA ELAS. TÃO BRILHANTES. TÃO CROMADAS”: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS PERSONAGENS DO FILME MAD MAX – ESTRADA DA FÚRIA 303
CARLA CRISTINA DE SOUZA

OBRAS VISUAIS

DESENHO ETNOGRÁFICO:ONZE BENEFÍCIOS DE USAR UM DIÁRIO GRÁFICO NO TRABALHO DE CAMPO 328
KARINA KUSCHNIR
A DESCOLONIZAÇÃO DA ARTE PELO VIÉS DA APROPRIAÇÃO 370
BRUNO MARCITELLI
RASTROS 380
FELIPE FIGUEIREDO

Editorial

Apresentamos à comunidade a 11ª edição da Revista Pensata. O trabalho coletivo de produção da revista busca estabelecer um conjunto de contribuições acerca dos debates das temáticas das ciências sociais, comprometido com as estórias e produções de conhecimento feita por nós e para todos aqueles interessados no diálogo com os diferentes campos das ciências sociais. A contribuição que esta edição tenta oferecer é a de coletivizar de efetivamente a experiência com ciências sociais de maneira ampla e comprometida com o contexto político-social e cultural - apresentando-se como um espaço democrático e também acessível para pesquisadores e interessados. Nesta edição, contudo, nos esforçamos para estabelecer bases onde possam se consolidar novos lugares para olhares e o encontro de diferentes saberes, ressaltando a urgência de nos deslocarmos dos "centros" reconhecidos da produção de saberes para novas possibilidades temáticas, enquadramentos analíticos e epistemológicos em que possa florescer o pensamento crítico.

Após um breve hiato para reorganizar o lar da revista e suas prerrogativas de publicação, regras, normas e membros do corpo editorial, é com imensa satisfação que publicamos o primeiro volume da edição de 2019, composto por um dossiê sobre Religião, Gênero e Esfera Pública, assunto necessário e instigante que tem sido discutido ao longo dos últimos anos por diversos pesquisadores, mobilizando os três temas para pensar as suas intersecções a partir de algumas análises, e sem dúvida podem fornecer novas contribuições para esse campo que reflete sobre a relação entre a esfera pública e a esfera religiosa. Seguido da sessão Debates, onde são apresentados trabalhos relacionados ao universo da cultura geek entre diversas possibilidades de aproximações com as temáticas clássicas às ciências sociais.

Nesta edição também se dá a reinauguração da seção de obras visuais, que visa dar protagonismo às imagens enquanto matéria de discurso analítico e estético, para desta forma promover a reflexão em torno do potencial crítico da imagem para a sociedade e também para o meio acadêmico. A sessão publicou materiais "não-convencionais", como conteúdos textuais e visuais que podem não se enquadrar nos meios habituais da comunicação acadêmica, mas que contribuem decisivamente para estabelecer espaços de debate e questionar as fronteiras entre o campo científico e o artístico, bem como o analítico e o sintético, o visual e o textual, sobretudo no contexto da construção do que deve ser considerado legítimo no fazer científico.

Por fim, como de praxe, publicamos 8 artigos, recebidos em regime de fluxo contínuo no ano de 2018 e início de 2019. É preciso ressaltar que, tendo em vista que não publicamos nenhum volume no ano de 2018, a apresentação dessa edição é de extrema importância para a Comissão Editorial Executiva, na medida em que representa um esforço de consolidação da revista como importante instrumento não somente de divulgação científica, mas principalmente por sua função pedagógica para todos os membros.

Agradecemos aos professores e pesquisadores que colaboraram com pareceres. Agradecemos também a todos aqueles que enviaram artigos para esta edição pela dedicação e esforço – tenham sido estes publicados ou não. E por fim, agradecemos aos membros comissão editorial, do conselho editorial e todos que, de alguma maneira, colaboraram para a publicação desta edição que também significa o ressurgimento da Pensata.

Esperamos que essa edição seja amplamente usufruída pela comunidade acadêmica, de maneira que os trabalhos aqui apresentados possam ser objetos de debate e questionamentos, difundindo ainda mais questões pertinentes às ciências sociais e contribuir para a consolidação das ciências humanas como campo de pesquisa imprescindível a formação do conhecimento e educação como um todo.

Uma boa leitura a todos!

Comissão Editorial – Pensata 2019

DOSSIÊ:

RELIGIÃO, GÊNERO E ESFERA PÚBLICA

RELIGIÃO, GÊNERO E ESFERA PÚBLICA:
Uma Introdução ao Debate.

Lilian Sales

Ingrid Cyfer

O presente dossiê da revista Pensata versa sobre os cruzamentos entre três temas: "Religião, Gênero e Esfera Pública" e pretende contribuir para o avanço das reflexões a respeito das intersecções entre esses três tópicos complexos e vastamente debatidos nas Ciências Sociais. Os artigos que compõem são de pesquisadores iniciantes que exploram teoricamente e etnograficamente essa temática, apresentando como elemento comum a configuração do espaço público (ou do modelo democrático) brasileiro desenhado a partir da intersecção entre esses temas.

Na tradição das ciências sociais, as relações entre a esfera religiosa e a esfera pública foram analisadas a partir de abordagens que pensavam um deslocamento da esfera religiosa para o espaço público, sob a influência do importante paradigma da secularização, muito caro aos estudos das religiões no Brasil. As discussões sobre a presença de agências religiosas na esfera pública provocaram diferentes tipos de análises e posicionamentos por parte dos cientistas, sendo que, até inícios dos anos 2000, houve a proeminência das análises de inspiração weberiana. Essa abordagem considerava a presença das religiões na esfera pública enquanto uma contraposição à teoria da secularização e à modernidade, ao conceber que o processo de modernização das sociedades resultaria na separação da sociedade em esferas e na secularização, e que, nesse processo, a religião se retiraria da esfera pública, tornando-se restrita à vida privada dos indivíduos[1].

Entretanto, sem negar o processo de separação da sociedade em esferas que caracteriza o processo de secularização, outros autores, a partir de meados dos anos 2000, passam a chamar a atenção para a insuficiência desse paradigma na análise das relações entre religião e esfera pública. Autores passam a apontar a

[1] Os trabalhos de Antônio Flávio Pierucci são paradigmáticos dessa abordagem, destacando que a secularização remete-se a luta da modernidade cultural contra a religião, a separação da sociedade em esferas – sendo a esfera religiosa separada da esfera política. (Pierucci, 1996; Religião como solvente)

necessidade de se observar às especificidades do processo de separação em esferas ocorrido em cada sociedade (Asad, 2003; Montero, 2006; Giumbelli, 2008). Na sociedade brasileira, por exemplo, "certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior. Em outras palavras, foi no interior da ordem jurídica encimada por um estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram" (Giumbelli, 2008, p. 18). Dessa forma, no caso brasileiro, a presença da religião na esfera pública foi constituída no próprio processo de laicização da sociedade.

Já outros autores passam a apontar a presença da religião na esfera pública não como uma oposição à secularização ou ao secularismo, mas como uma forma de "secularismo estratégico" desenvolvido pelas agências religiosas, conforme o conceito cunhado por Vaggioni (2005; 2017) ou ainda de um "ativismo reativo". Nessa leitura, o ativismo religioso assume a forma característica de organizações da sociedade civil, nelas se espelhando[2] (Vaggioni, 2005; 2017). Já o secularismo estratégico, conforme o termo adotado por Vaggioni, é uma forma de articulação da visão de mundo de grupos religiosos, ou de convicções religiosas através de discursos seculares. Nesse sentido, ao invés de se centrarem em noções de moralidade ou teológicas, os atores vinculados às agências religiosas se expressam a partir de dados científicos e/ou de discursos legais. Na esteira dessas constatações, uma série de estudos sobre s forma de presença e interferência de atores e grupos religiosos em disputas públicas no Brasil identifica a adoção de um modus operandi acadêmico-científico pelos atores religiosos (Sales, 2014; 2015; Campos Machado, 2017; Luna, 2013).

Na abordagem adotada por esses autores, importa observar e analisar as estratégias e formas de ação adotadas pelos atores religiosos (individuais e coletivos) quando envolvidos em disputas públicas. Todos esses estudos analisam fenômenos que ocorrem nas fronteiras entre o religioso e o secular, e indicam que não é por meio da aplicação da privatização religiosa, mas, antes, ao considerar

[2] Como, por exemplo, a ongevização das religiões, segundo a qual a defesa das convicções religiosas não é apenas realizada por igrejas ou templos e seus representantes, mas também por um número crescente de organizações da sociedade civil que defendem doutrinas religiosas. Essas organizações, segundo o autor, representam uma face importante da revitalização religiosa (Vaggioni, 2005;2017).

plenamente a religião em sua dimensão pública e política, que as formas de presença das religiões na esfera pública podem ser analisadas e compreendidas.

Dessa forma, em linhas gerais, já foi constatado que os processos de separação entre o secular e o religioso nas sociedades não levou ao retraimento da religião da esfera pública, mas sim a formas de articulação entre esses dois domínios, em que as fronteiras não são rígidas e nem explícitas, mas, ao contrário, porosas e borradas, sendo muitas vezes difícil identificá-las. Inclusive, em parte dos estudos sobre as intersecções entre religião e esfera pública, identificar ou demarcar fronteiras, ou esferas, não é o objetivo, não se tratando nem do ponto de partida conceitual e nem do ponto de chegada descritivo das análises. Importa destacar, entretanto, que é a partir dessa constatação que a noção de "público" começa a ganhar primazia em relação ao conceito de secularização.

Porém, embora tenha sido produzido um importante corpo de literatura que interrompe o status paradigmático da secularização, a forte presença da religião nas sociedades contemporâneas, e, principalmente, as suas tentativas de atuação na esfera pública, ainda são consideradas por muitos autores como um indicador da necessidade de reforçar o secularismo. A atuação de atores religiosos em disputas e controvérsias públicas, marcando seus posicionamentos, reforçou a urgência do secularismo para alguns, que consideram a presença pública de atores e discursos religiosos como um mau funcionamento do Estado Laico (ou da própria ideia de secularização) que precisaria ser resolvido por meio da aplicação do secularismo como uma doutrina política. Esse tipo de discurso é especialmente notado entre atores políticos que se preocupam com as desigualdades de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, Vagionni chama também a atenção para o fato de que o secularismo também serviu como doutrina política, sendo utilizado como uma forma de construir e de se confrontar à presença dos atores religiosos na esfera pública. Esta construção apresenta a religião como não racionalizada e, como tal, precisaria estar relegado à esfera da vida privada dos indivíduos. A esfera pública democrática seria definida, nessa perspectiva, enquanto uma arena livre da presença do "religioso" (Vaggioni, 2005). Ou ainda, que a presença da "religião" (identificada por vezes aos atores religiosos, e por outras vezes com determinados discursos

proferidos por atores não necessariamente vinculados a uma religião) na esfera pública, especialmente a política, seria algo “fora de lugar”, ou “não legítimo”.

Nesse aspecto, parte significativa dos estudos da religião em sua interface com a esfera/espaço públicos realizados a partir de meados dos anos 2000 toma por pressuposto o fato de que a modernidade não trouxe um declínio no envolvimento religioso. Pelo contrário, identificam que grande parte da investida na defesa de uma compreensão tradicional da família, em países onde ocorreu uma considerável liberalização de gênero / sexualidade, como os Estados Unidos ou os da Europa Ocidental, foram marcadas por mobilizações ativas de grupos religiosos, obtendo diferentes níveis de sucesso em cada caso e em cada país, sempre buscando reverter essas reformas ou impedir a aprovação de avanços referentes à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e ao gênero[3].

De maneira semelhante, em outros países, como na América Latina, grupos religiosos organizaram reações preventivas à ampliação das pautas dos direitos das mulheres e LGBT, articulando redes e alianças que reafirmam uma compreensão tradicional da família. Dessa maneira, vale ressaltar que as pautas morais, especialmente de enfrentamento à expansão dos direitos sexuais e reprodutivos e do gênero, representaram a frente de batalha para a qual grupos religiosos católicos e fundamentalistas cristãos se armaram, sobretudo a partir do início dos anos 2010.

PÚBLICO, ESFERA PÚBLICA, ESPAÇO PÚBLICO

Desde que o paradigma da secularização mostrou-se insuficiente para compreender as intersecções entre religião e esfera pública, observa-se um deslocamento dos estudos em direção à configuração do “público”, articulado à esfera ou espaço, ou, mais recentemente, arenas (públicas) e controvérsias (públicas).,

Na Teoria Política, Jonh Rawls, Jurgen Habermas e Charles Taylor estão entre as principais referências contemporâneas nessa temática. Esses autores protagonizaram uma conhecida polêmica que teve início logo após a guerra fria, “o debate liberais-comunitaristas”, cujos pontos centrais eram as relações entre justiça e democracia, entre o público e privado, e o bem e o justo. A religião foi sempre ao

[3] Sobre esse tema, ver Portier e Béraud, 2015; Turinna, 2012, ou ainda Garbagnoli e Prearo, 2017; Perez-Agote, 2015.

menos tangenciada nessas discussões, mas foi especialmente no fim do século XX e início do século XXI que a relação entre religião e política ganhou centralidade maior nesses autores. Isso porque, [4]desde então, os conflitos étnico-religiosos que se seguiram à dissolução da União Soviética, o "11 de setembro" e muitas guerras e disputas políticas domésticas passariam a mobilizar a religião na esfera pública de modo mais aberto e frequente do que ocorria na época em que os conflitos eram reduzidos ao confronto entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, Rawls, Habermas e Taylor[5] revisitam suas reflexões sobre esfera pública tendo como ponto de partida comum uma reflexão sobre os limites do paradigma da laicidade do Estado moderno.

Já na antropologia, as críticas de Tala Asad e Stanley Tambiah aos usos feitos pelas ciências sociais das categorias religião, secularização e magia foram centrais para o deslocamento das abordagens das relações entre religião e esfera/espaço público nesse campo. Os autores se propõem a pensar criticamente sobre a categoria religião, observando como ela foi formulada historicamente e a maneira pela qual ela vem sendo utilizada nas ciências sociais. Ambos, ao inventariarem as formulações dadas às categorias "religião, magia e ciência" (Tambiah) ou "religião" e "secularização" (Asad), demonstram que essas categorias são fortemente retificadas nas ciências sociais, e se incomodam com a forma naturalizada pela qual os mais variados autores se apropriam e se utilizam dessas categorias. É interessante notar que os dois autores não são de origem ocidental, e talvez por isso tenham se incomodado com o uso frequentemente naturalizado e acrítico das categorias magia, religião e secularização pelos autores ocidentais, que as tomam muitas vezes por auto-evidências empíricas.

Entretanto, a desnaturalização das categorias religião, secularização e magia e o questionamento dos usos feitos pelas ciências sociais dessas categorias, realizada nas obras de Talal Asad (2003) e Stanley Tambiah (1990), foram também centrais para o deslocamento nas abordagens das relações entre religião e

[5] Rawls, J. Political Liberalism. The John Dewey Essays in Philosophy, 4. New York: Columbia University Press, 1993 e Rawls, J. "The Idea of Public Reason Revisited." Chicago Law Review (1997), 64 (3): 765–807. Habermas, J. The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion, São Francisco, Ignatius Press.,2007 e Habermas, J. Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays, Cambridge, Polity Press, 2008; Taylor, C. Uma era secular. São Leopoldo: UNISINOS, [2007], 2010

esfera/espaço público. Os autores se propõem a pensar criticamente sobre a categoria religião, observando como ela foi formulada historicamente e a maneira pela qual ela vem sendo utilizada nas ciências sociais. Ambos, ao inventariarem as formulações dadas às categorias "religião, magia e ciência" (Tambiah) ou "religião" e "secularização" (Asad), demonstram que essas categorias são fortemente retificadas nas ciências sociais, e se incomodam com a forma naturalizada pela qual os mais variados autores se apropriam e se utilizam dessas categorias. É interessante notar que os dois autores não são de origem ocidental, e talvez por isso tenham se incomodado com o uso frequentemente naturalizado e acrítico das categorias magia, religião e secularização pelos autores ocidentais, que as tomam muitas vezes por auto-evidências empíricas.

Stanley Tambiah (1990) demonstra que as concepções de magia, ciência e religião são produtos de uma época histórica, mais especificamente são produtos da modernidade, sendo herdeiras da reforma protestante e do iluminismo, carregando em suas formulações elementos da teologia protestante e da visão iluminista universalista. Segundo o autor, essas formulações histórica e teologicamente situadas foram apropriadas pelos fundadores das Ciências Sociais. O autor demonstra, por exemplo, que a formulação de magia e religião presente entre os antropólogos evolucionistas era muito similar àquela estabelecida no contexto da Reforma Protestante, ao associar os atos de manipulação do sagrado, por meio da valorização das relíquias e das indulgências pela Igreja Católica, à Magia, e os atos de intercessão a Deus, como as orações dos protestantes, à Religião.

Essas concepções de magia e religião, formuladas a partir de elementos contextuais e históricos, passam a serem tratadas enquanto conceitos universais pelos antropólogos evolucionistas, como categorias que estariam presentes em todos os tempos e lugares, bastando o esforço do pesquisador em identificá-la nos mais variados povos. Tambiah aponta, pois, que conceitos historicamente e teologicamente informados foram utilizados para pensar a alteridade, sendo concebidos enquanto conceitos universais.

Talal Asad faz uma análise semelhante em relação aos conceitos de secularização, laicidade e religião, apontando a existência de um pressuposto geral nas ciências sociais de que a religião seria uma categoria universal, sendo

concebida enquanto um conjunto ordenado de símbolos e de doutrina[6]. Nessa perspectiva, segundo o autor, estudar "religião" seria compreender o sistema simbólico constituído por ritos, práticas e crenças de uma civilização. Asad também chama a atenção para o fato de que o conceito de religião, na forma como ele é utilizado nas ciências sociais, foi informado por um longo processo histórico instituído no interior do cristianismo, carregando as suas marcas. De forma semelhante o conceito de secularização também teria sua formulação nesse contexto histórico e social particular, sendo a concepção da separação entre religião e poder um produto específico da história ocidental.

Dessa forma, segundo o autor, é em meio a esses processos históricos e contextuais que a religião passa a ser concebida enquanto algo universal, como um fenômeno transcultural e trans-histórico. E, além disso, como sendo constituída por uma essência autônoma e diferenciada da essência das ciências e da essência da política. (Asad, 2003). Essa constatação é especialmente importante para as discussões entre religião e esfera pública, pois o autor coloca em evidência que a configuração dada às relações entre religião e esfera pública é o produto de uma época e de um contexto, não sendo a universalização dessas relações produtiva para a observação e análise das características e desenhos específicos observados em cada contexto e situação.

Em outras palavras, essa constatação de Talal Asad leva a proposição de se analisar a religião a partir da forma como ela se constitui no mundo, e não nas mentes[7]. Em outras palavras, identificar os processos por meio dos quais a religião, ou as religiões, se constroem no mundo, por meio de um complexo jogo de enunciados, de práticas e de negociações.

Dessa forma, as constatações de Asad e Tambiah, bem como a proposição analítica de Talal Asad, tornaram-se inspirações importantes para uma série de estudos voltados para a observação e a interpretação do que os atores e grupos religiosos fazem em seu processo de irrupção no cenário público. Ao invés de discutir as formas pelas quais as religiões devem se comportar no espaço público de

[6] O autor tece sua crítica a partir da discussão do texto de Clifford Geertz "A Religião como Sistema Cultural", presente em seu livro clássico *A Interpretação das Culturas*.

[7] Retoma novamente a crítica à hermenêutica, representada em seu texto pela antropologia de Clifford Geertz.

forma a não comprometer a institucionalidade republicana, observam-se e analisam-se as maneiras pelas quais as religiões atuam e interferem em questões de interesse público.

PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS E CONTROVÉRSIAS

O conceito de controvérsia pública vem sendo utilizado como paradigma analítico e também metodológico para compreender a formação e a configuração recente do espaço público brasileiro e o papel dos agenciamentos religiosos nesta construção, tornando-se um eixo em torno do qual se compôs um novo modo de articular o problema das relações entre as religiões e a constituição da esfera pública. A partir dessa formulação vem sendo analisadas a**s** formas de presença, de mobilização e de atuação de atores, grupos ou instituições religiosos nos debates públicos nacionais.

A análise das controvérsias públicas vem se mostrando importante devido às novas características da intervenção das religiões na esfera pública brasileira. Nesse aspecto, estudos demonstram que a nova maneira das religiões se colocarem publicamente no Brasil passa pela via do dissenso, ou mesmo do confronto público. (Montero, 2015; Sales, 2015).

O catolicismo, historicamente, manteve uma forte presença institucional e força simbólica junto ao Estado Brasileiro, ocupou posição chave como agência reguladora da vida social, fomentadora de formas de mobilização e construção de uma cultura cívica brasileira e de uma moralidade pública. A superioridade numérica da Igreja Católica, somadas a sua força institucional e regulamentadora da vida social, garantiam a hegemonia do catolicismo no Brasil. Nesse cenário, a presença institucional e a atuação de atores católicos (individuais e coletivos) nas questões de interesse público do país passavam quase despercebidas, estando de tal forma diluídos na paisagem social brasileira, que lhe conferia um “efeito de invisibilidade”.

Já mais recentemente se percebe um contexto no qual suas posições nas controvérsias necessitam de justificação e mobilização para se tornarem convincentes. Apesar da presença do catolicismo na formação de valores e de uma moralidade cívica no Brasil, presente desde o início da república, mais recentemente vem sendo notada a necessidade de justificação dos valores e discursos postos pela

Igreja Católica e por seus representantes nos debates públicos nacionais, que acontece no momento em que o "consenso" católico passa a ser questionado, como mostra uma série de ações levadas aos tribunais recentemente, e à diminuição persistente de pessoas que se declaram católicas nas últimas cinco décadas no Brasil. Dessa forma, a necessidade de justificação dos valores católicos acontece em um cenário nacional de expansão das religiões pentecostais e neopentecostais no país acompanhada de uma mudança na sensibilidade e na percepção daquilo que seria de interesse coletivo.

A diminuição no número de adeptos do Catolicismo é acompanhada da expansão numérica dos indivíduos que se autoproclamam protestantes evangélicos nos últimos 50 anos, sobretudo evangélicos pentecostais. No primeiro censo (1940), os protestantes representavam apenas 2,6% da população brasileira, mas, na virada dos anos 2000 já representam 15, 6% da população, e, no ano de 2010, 22,4%, apresentando um crescimento superior a 500% nas últimas décadas.

Paralelamente à sua expansão quantitativa, as igrejas evangélicas pentecostais passam a ocupar os espaços públicos em suas variadas esferas, entre as quais se destacam: a esfera política, por meio da participação na política institucional, elegendo representantes e participando dos debates políticos; o espaço público geográfico, por meio da realização de grandes Marchas e pela construção de templos ostensivos; e na esfera midiática, pela presença nas mídias (radiofônica, televisiva, e, mais recentemente, as mídias digitais e redes sociais). Nesse sentido, a expansão dos evangélicos se faz de forma ostensiva, por meio da ocupação e presença nos mais variados espaços públicos.

No que se refere à participação dos evangélicos na esfera política, observa-se o fortalecimento da representação de políticos evangélicos no Congresso Nacional a partir do final da década de oitenta, com o surgimento da chamada "Bancada Constituinte dos Evangélicos", mais tarde constituída em Frente Parlamentar Evangélica, que, na atual legislatura, eleita em 2018, conta com mais de 90 parlamentares no Congresso Nacional. Essa representação política ocorre principalmente por meio da defesa de determinadas pautas morais e das tentativas de se barrar Projetos de Lei que visem à ampliação dos direitos os grupos LGBT,

dos direitos sexuais e reprodutivos ou ainda questões educacionais relacionadas ao gênero. (Campos Machado, 2015).

Nesse contexto, em que o pluralismo e a diversidade em termos de religião ganham relevância, não apenas as instituições católicas passam a se posicionar publicamente nos debates públicos nacionais, mas os grupos religiosos das mais variadas denominações passam a marcar e disputar posicionamentos nas questões levadas ao debate público. Além disso, defendem suas causas e posições em uma linguagem pública aceita nas arenas nas quais esses temas vêm sendo debatidos, por meio do uso do léxico das ciências e/ou dos direitos, por exemplo. Nesse sentido, as posições dos grupos religiosos são colocadas como "mais uma opinião", na disputa regulada de opiniões e posições apresentadas na esfera pública. Elas participam da dinâmica dos debates e disputas como um elemento entre os demais, e não como fornecedora de um valor normativo direto[8].

Dessa forma, a partir da análise de controvérsias, e mais recentemente de problemas públicos, observa-se o desenho da arena pública que emerge em situações de dissenso, confronto ou disputa[9]. Nessa perspectiva, considera-se que as agências religiosas participam das controvérsias públicas justificando suas posições e mobilizando agentes na defesa de seus posicionamentos. Para isso, expressam-se em uma linguagem reconhecida publicamente. A necessidade de justificação tem como consequência imediata a objetificação pública dos posicionamentos adotados. As religiões manifestam suas demandas e convicções na linguagem pública adequada à arena na qual a controvérsia se desenrola. Assim, as narrativas precisam estar ancoradas nos termos e nos elementos das gramáticas

[8] Por exemplo, o Estado, em suas tomadas de decisão, vem sendo informado por círculos de conselhos que emanam da sociedade. As normas são apoiadas na participação imediata daqueles a quem estão destinadas, entre elas as religiões. Exemplo disso são as audiências públicas, realizadas no judiciário e no legislativo, em seus variados níveis, em que há a participação de instituições ou grupos religiosos, que apresentam seus argumentos e posições sobre os mais variados temas. Essa participação já foi observada por diversos autores (Luna, 2013; 2018; Campos Machado, 2017; Sales, 2014, 2015).

[9] A inspiração para essas análises é advinda, sobretudo, da leitura de autores franceses de linhagens vinculadas à Sociologia Pragmática, que colocam as situações de disputa como objetos de observação e de descrição. Trata-se de uma literatura em que o enfoque teórico e analítico está nas ações e nas práticas da vida social, privilegiando a lógica da ação em detrimento da lógica da representação. "Interessam-se pelas situações de ações e pelas interações ocorridas ao longo das situações.". Essas sociologias iniciadas na França nos anos 1980 realizam uma microssociologia das ações, realizando uma descida dos pesquisadores em meio às ações e interações, observando a vida social "in situ". A análise empírica, realizada microscopicamente no decorrer das situações analisadas, adquire centralidade.

em jogo nas arenas em que as disputas acontecem para se tornarem convincentes (Montero, 2015; Sales, 2015).

Os artigos presentes nesse dossiê representam bastante bem essa perspectiva. Os artigos de Luciano Oliveira e Alex Kalil demonstram etapas dos processos pelos quais a hierarquia católica produz categorias – a ideologia de gênero e a cultura de morte – e as dissemina e divulga por toda a sua estrutura hierárquica, fornecendo elementos e bases para a participação dos atores vinculados às instituições católicas nos debates públicos relacionados à bioética, aos direitos sexuais e reprodutivos e ao gênero. Essas categorias longamente forjadas pela Igreja Católica, se espraiam por outros campos, e se tornam ferramentas importantes nas controvérsias relacionadas a esses temas.

Já os artigos de Juliana e Paula Bortolin apontam os discursos acionados pelos parlamentares evangélicos na defesa de seus posicionamentos. O artigo de Paula Bortolin, ao analisar os discursos dos parlamentares evangélicos contrários à criminalização da homofobia aponta o acionamento da linguagem das ciências e dos direitos humanos para se defender convicções religiosas. O artigo de Juliana Carvalho , por sua vez, reconstrói e contrasta as teorias de John Rawls e Jürgen Habermas acerca da mobilização de argumentos religiosos no âmbito da política institucional. Com base nessa discussão teórica, o artigo propõe uma análise do caso da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados com o objetivo de lançar luz sobre o modo como a relação entre discurso religioso e parlamento ocorre no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASAD, Talal. 2003. *Formations of the secular:Christianity, Islam, modernity*. Stanford: Stanford University Press

BERAUD, Céline, PORTIER, Philippe. 2015. *Métamorphoses catholiques. Acteurs, enjeux et mobilisations depuis le mariage pour tous*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

CAMPOS MACHADO, Maria das Dores. 2015 "Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise de pentecostais e carismáticos católicos". In: *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro, 35(2*)*

_____. 2017. Maria das Dores Campos. Pentencostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 47, p. 351-380.

DOBBELAERE, Karel PEREZ-AGOTE, Alfonso. 2015. The Intimate: Laws about Life, Death and the Family in So-called Catholic Countries. 2015

GIUMBELLI, Emerson. 2002 *O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França.* São Paulo, Atar Editorial.

_____. 2008 "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". In *Religião e Sociedade,* v. 28, n. 2, pp. 80-101

HABERMAS, J. 2007. The Dialectics of Secularization: On Reason and Religion, São Francisco, Ignatius Press.

HABERMAS, J. 2008. Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays, Cambridge, Polity Press.

LUNA, Naara. 2013. "O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um Estado laico". *Religião & Sociedade*, v. 33, nº 1: 71-97.

MONTERO, Paula. 2015. *Religião e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos.* São Paulo: Terceiro Nome.

_____; SILVA, Aramis; SALES, Lílian. 2018. Fazer *Religião em Público: encenações religiosas e influência pública?* Horizontes Antropológicos, v. 52, p. 131-164.

_____. 2006 "Religião, Pluralismo e esfera pública no Brasil". In *Novos estudos – CEBRAP*, n. 74, pp. 47-65.

RAWLS, J. 1993. Political Liberalism. The John Dewey Essays in Philosophy, 4. New York: Columbia University Press, 1993

_____. 1997. "The Idea of Public Reason Revisited." Chicago Law Review (1997), 64 (3): 765–807.

SALES, Lilian. 2014. "A controvérsia em torno da liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil: posições e argumentos dos representantes da Igreja Católica" São Paulo. *Revista de Antropologia*, 57(1). 179-213

SALES, Lílian. *'Em defesa da vida humana': moralidades em disputa em duas audiências públicas do STF.* Religião & Sociedade (Impresso), v. 35, p. 143-164, 2015.

TAMBIAH, STANLEY. 1990. Magic, Science, Religion and the Scope of Rationality (The Lewis Henry Morgan Lectures 1984). Cambridge: Cambridge University Press.

VAGGIONI, Juan. 2017. La Iglesia Católica frente a la política sexual. Campinas. *Cadernos Pagu*. 50.

DO RELIGIOSO AO CIVIL:

Reconfigurações da “ideologia de gênero” no espaço público

Álex Kalil[1]

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendo apresentar as reflexões preliminares[2] de como a categoria “ideologia de gênero” se reconfigurou entre as décadas de 1990 e 2010, em um processo no qual sua propagação, inicialmente circunscrita ao âmbito religioso católico e, posteriormente cristão e evangélico, se dissemina e se diversifica como *dispositivo de ação.* Ao tratar a categoria e questão como *dispositivo de ação* (Cefai: 2017, 2005), pretendo investigar como a categoria de “ideologia de gênero” (inicialmente no âmbito religioso católico) possui potencial de reunir e angariar diferentes *públicos* (inclusive para além do âmbito religioso).

Para isso, o artigo recupera as origens da “ideologia de gênero” a partir de três abordagens diferentes que tratam respectivamente: como a categoria nasce na igreja católica; sua assimilação na América Latina também por setores evangélicos; e como esta categoria é historicamente mobilizada nas lutas contra grupos feministas e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) internacionalmente. Nosso esforço estará focado em compreender os processos pelos quais a categoria perpassou por documentos e artigos da igreja católica, analisando a investigação genealógica de Miskolci & Campana (2017). Em seguida, compreender como a categoria “ideologia de gênero” esteve presente no território latino-americano, se entrelaçando com uma luta e um discurso “anticomunista”, em Vaggione (2017).Por fim, o trabalho de Correa (2018), e demonstra como o termo “gênero” estava em ameaça de movimentos reativos e como é difícil a tarefa de rastrear e identificar as pautas desses grupos.

---

[1] Graduado em Sociologia e Política (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), mestrando em Ciências Sociais (Universidade Federal de São Paulo) e graduando em Direito (Faculdades Metropolitanas Unidas). Integra o projeto temático da FAPESP *Religião, Direito e Secularismo,* sediado no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

[2] Este trabalho apresenta uma reflexão inicial a partir de minha pesquisa de mestrado em andamento sobre a atuação de movimentos sociais conservadores no espaço público, desenvolvida no PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da Universidade Federal de São Paulo com financiamento da CAPES.

Após este mapeamento dos autores, procuro trazer para a contribuição desses esforços uma descrição que visa demonstrar como a categoria "ideologia de gênero" aparece no Brasil em dois momentos diferentes, em 2015 e em 2017, na ocasião dos protestos contra Judith Butler, ambos protestos ocorridos em frente as unidades Vila Mariana e Pompéia do SESC (Serviço Social do Comércio) em que a filosofa realizava palestras públicas. Na descrição, viso demonstrar como a categoria "ideologia de gênero" é acionada em dois momentos diferentes e por diferentes públicos[3], assumindo sentidos distintos. Inspirado no trabalho de Stephane Tonnelat (2012), acerca da *dimensão sensível* dos problemas públicos, pretendo analisar como a "ideologia de gênero" esteve implicada nos diferentes enredos construídos por manifestantes nos atos contra Judith Butler no Brasil, em duas ocasiões distintas.

2. MAPEANDO AS PRIMEIRAS APARIÇÕES DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

No início da década de 1990, o termo "gênero" se localiza no centro de uma série de ações organizada pelos movimentos e pelas intelectuais feministas que trouxeram o termo para o centro do debate internacional na Conferência do Cairo que estabeleceu um marco internacional paras as questões relacionadas à demografia e saúde sexual e reprodutiva (CORREA: 2018). Correa relata que, em 1995, na ocasião de uma conferência internacional da ONU (Organização das Nações Unidas) em Nova York, encontrou a palavra gênero entre colchetes como um marco da discordância do uso do termo.

> Ao chegar em Nova Iorque, contudo, a primeira coisa que me disseram é que gênero estava entre colchetes: ou seja, já não era mais uma definição consensual. Fui informada que os debates estavam paralisados porque as/os diplomatas que coordenavam as negociações não estavam preparadas/os para os acirrados embates que haviam proliferado em torno a terminologia de gênero e outros temas polêmicos. Numa das salas de trabalho, assisti um delegado do Sudão exigir, vigorosamente, o "colcheteamento" da palavra e ser apoiado por outros países islâmicos, sem que a coordenadora da sessão conseguisse conter seu longo e agressivo discurso. (CORREA: 2018)

[3] Este esforço se insere em uma reflexão da qual faz parte os recentes esforços de pesquisas realizados por Lilian Sales (2018); Luciano Oliveira (2018); Paula Bortolin (2018) nas pesquisas em torno da constituição de *problemas públicos* realizada no projeto temático *Religião, Direito e Secularismo*.

O trabalho de Correa busca relatar como o termo gênero ficou exposto a um vigoroso movimento contrário, conservador. As políticas de gênero assim, passam a sofrer ataques de grupos organizados, como é o caso de algumas organizações da direita católica, como, descrito por Correa, do grupo de mulheres “contra o gênero” distribuindo panfletos para delegados em Nova York, neste mesmo ano de 1995. Foi neste contexto que setores da igreja católica projetaram ofensivas contra o gênero, onde os cardeais máximos da igreja católica foram representantes de um importante empreendimento de esforços contra o gênero em textos oficiais e falas públicas.

No trabalho realizado por Miskolci e Campana (2017), é possível compreender a genealogia do termo “ideologia de gênero” e sua relação com a igreja católica. As primeiras ideias que sustentam a noção de “ideologia de gênero” datam de 1997, mais especificamente nos textos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger. Antes mesmo de ser nomeado Papa Bento XVI, o texto de Ratzinger foi uma contra ofensiva as propostas de reconhecimento e avanço de direitos sexuais e reprodutivos defendidas por setores da sociedade civil na Conferência Mundial de Pequim sobre a Mulher, organizada pela ONU em 1995. A noção do que viria a se constituir como a categoria “ideologia de gênero” surge no momento que se é pertinente esboçar uma reação a inclusão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos como Direitos Humanos (MISKOLCI & CAMPANA, 2017). O papa Joseph Aloisius Ratzinger realiza uma ofensiva que visava desarticular o termo gênero, acusando-o como categoria capaz de introduzir noções mais abrangentes acerca da sexualidade, como podemos ver nesta passagem:

> Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus” (Ratzinger, 1997: 142).

Na referida conferência de Pequim[4] foi reconhecido que o problema das desigualdades de mulheres só poderia ser tratado a partir de uma perspectiva integral de gênero, uma vez que se tratava de um problema estrutural nas sociedades. Com efeito, a categoria gênero ficou no centro do debate desestabilizando as certezas em torno do papel de gênero da mulher e do homem, o que provocou ainda mais uma reação de diversos âmbitos do catolicismo. O Papa Carol Józef Wojtyła (Papa João Paulo II) em reação às movimentações das feministas nas conferências das nações Unidas que precederam e a IV CMM (Conferência Mundial Sobre a Mulher) (CORREA: 2008). Foi neste contexto que o cardeal redigiu a "carta às mulheres"[5], em 1995, defendendo uma perspectiva mais "essencialista" da mulher.

Já em 2004, o Papa João Paulo II se posiciona mais diretamente contra o movimento feminista na "Carta aos Bispos da Igreja Católica Sobre a Colaboração do Homem e da Mulher no Mundo" e reitera o papel da maternidade e da valoração dos papéis do "masculino" e do "feminino" no mundo. Neste momento do debate, o Papa está em defesa das "leis naturais", que na perspectiva da igreja católica, trata-se de defender o papel desempenhado pela "natureza", a partir das "leis criadas por Deus". A este respeito, o Papa acusa as feministas de se posicionarem contrariamente a estas "leis" a partir de "ideologias" que questionam o papel da "família"[6]. Nesse sentido, a essencialização dos papéis sexuais se mantém,

[4] A mobilização mais significativa desse período foi a efetivada pelas feministas nas Conferências do Cairo e Pequim em 1994 e 1995, respectivamente. Diz-se importante porque essa articulação política foi desenvolvida por meio da mobilização do direito enquanto discurso e enquanto meio para se obter vitórias políticas. Na Conferência do Cairo, por exemplo, com base no frame dos direitos sexuais e reprodutivos, as feministas conseguiram um acordo político com outros atores, principalmente com os neomalthusianos, que eram os responsáveis pela proposição e implementação de políticas de populacionais. O resultado desse acordo foi a formalização de uma política que aliava a política populacional aos direitos sexuais e reprodutivos, o que, na prática, significou o reconhecimento do aborto como direito a ser exercido pelas mulheres (FANTI: 2016).

[5] Que dizer também dos obstáculos que, em tantas partes do mundo, impedem ainda às mulheres a sua plena inserção na vida social, política e económica? Basta pensar como, com frequência, é mais penalizado que gratificado o dom da maternidade, à qual, todavia, a humanidade deve a sua própria sobrevivência. Certamente, resta ainda muito a fazer para que o ser mulher e mãe não comporte discriminação. Urge conseguir onde quer que seja a igualdade efetiva dos direitos da pessoa e, portanto, idêntica retribuição salarial por categoria de trabalho, tutela da mãe-trabalhadora, justa promoção na carreira, igualdade entre cônjuges no direito de família, o reconhecimento de tudo quanto está ligado aos direitos e aos deveres do cidadão num regime democrático. (JOÃO PAULO II, 1995: item 4)

[6] "Para evitar qualquer supremacia de um ou de outro sexo, tende-se a eliminar as suas diferenças, considerando-as simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural. Neste nivelamento, a diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada género, é sublinhada ao máximo e considerada primária. O obscurecimento da diferença ou dualidade dos sexos é grávido de enormes consequências a diversos níveis. Uma tal antropologia, que entendia favorecer perspectivas

acrescentando-se o enfrentamento aos posicionamentos defendidos pelas "feministas", termo usado de forma ampla e genérica pelo Papa.

A partir de então se sustenta a ideia de que a terminologia "gênero" estaria a serviço de uma ferramenta de dominação e deste modo os discursos de proteção às "leis naturais" e à "família" se direcionavam diretamente em razão da desarticulação de movimentos feministas. O rótulo de "ideologia de gênero" é concebido no seio da igreja católica e o núcleo de seu significado se construiu a partir desses conflitos, no esforço de desarticulação contra os movimentos feministas sob a pecha de que os movimentos representavam um "sistema de pensamento fechado" que se articularia em relação aos papéis do "homem" e da "mulher" na sociedade, não considerando a existência de "leis" de "natureza fixa" para ambos. Outra ofensiva realizada pela igreja com relação aos movimentos feministas foi a rotulação de que tais movimentos eram responsáveis ao que foi chamado de "cultura de morte" (MISKOLCI & CAMPANA, 2017); (VAGGIONE, 2017).

Sobre a "cultura de morte", o Papa João Paulo II escreve em sua Encíclica "Evangelium Vitae" de 1995 que a "cultura da morte" é um fenômeno político relacionado a um conjunto de ações políticas perpetradas por correntes culturais, econômicas e políticas com o foco na relativização do conceito de vida e do direito à vida e, logo, na imposição de uma cultura antisolidária[7]. O Papa João Paulo II se refere aqui a luta dos movimentos em razão das políticas em defesa do direito ao aborto e do uso de métodos anticoncepcionais.

igualitárias para a mulher, libertando-a de todo o determinismo biológico, acabou de facto por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, por sua índole natural bi-parental, ou seja, composta de pai e de mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica". (JOÃO PAULO II, 2004: item 1)

[7] Com efeito, se muitos e graves aspectos da problemática social atual podem, de certo modo, explicar o clima de difusa incerteza moral e, por vezes, atenuar a responsabilidade subjetiva no indivíduo, não é menos verdade que estamos perante uma realidade mais vasta que se pode considerar como verdadeira e própria estrutura de pecado, caracterizada pela imposição de uma cultura anti-solidária, que em muitos casos se configura como verdadeira «cultura de morte». É ativamente promovida por fortes correntes culturais, económicas e políticas, portadoras de uma concepção eficientista da sociedade (…) "Com efeito, se muitos e graves aspectos da problemática social atual podem, de certo modo, explicar o clima de difusa incerteza moral e, por vezes, atenuar a responsabilidade subjetiva no indivíduo, não é menos verdade que estamos perante uma realidade mais vasta que se pode considerar como verdadeira e própria estrutura de pecado, caracterizada pela imposição de uma cultura anti-solidária, que em muitos casos se configura como verdadeira « cultura de morte ». É ativamente promovida por fortes correntes culturais, económicas e políticas, portadoras de uma concepção eficientista da sociedade" (JOÃO PAULO II, 1995, item 12 e 13).

A Igreja Católica, a partir de teólogos que estão no centro de seu poder político, cria uma série de categorias, como as citadas "ideologia de gênero" e "cultura de morte" (VAGGIONE, 2017), que servem como dispositivos para indagar as posições tomadas por setores do movimento feminista, especialmente relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e o uso da terminologia gênero, em conferências e eventos internacionais. Em linhas gerais, podemos compreender a "ideologia de gênero" como um termo que visou se consolidar a partir da desarticulação do termo gênero, tendo sido construído no interior da Igreja Católica e a partir de atores da sua alta hierarquia e no contexto europeu.

3. A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NA AMÉRICA LATINA

A noção de "ideologia de gênero" surge articulada pela Igreja Católica pela primeira vez na América Latina no "Documento de Aparecida" que foi redigido na V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe (CELAM) no ano de 2007[8]. A defesa da "família" adquiriu conotação central em toda a América Latina. Um dos materiais de grande circulação na América Latina acerca da noção de "ideologia de gênero" é o livro do advogado argentino Jorge Scala: "Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família".

Lançado em 2001, o livro só teve notabilidade em meados de 2010, quando é traduzido para outras línguas (incluindo o português). O livro é organizado a partir de seis capítulos e sua narrativa enfatiza a importância de se combater os avanços da "ideologia de gênero" chamando a atenção para três frentes de atuação da "ideologia", no campo da história, da antropologia, da sociologia, da psicologia e da política global. Deste modo, o autor "reinventa" o termo, orientando outras vertentes e dispondo-as para uma frente de luta.

É importante notar que, ainda que o termo tenha ganhado novos atores, argumentos e justificações, seu sentido se perpetuou através de processos de legitimação sem perder seu caráter generalizador. Neste sentido, a "ideologia de gênero", ainda que tenha formado novas comunidades no seu entorno e novas

[8] "40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família" (CELAM, 2007: 30).

perspectivas ela ainda contém um alto poder de mobilizar a força coletiva na luta contra o "gênero", atribuindo a este último um caráter ameaçador para as famílias, ganhando centralidade em muitos debates dentro do ativismo conservador e/ou religioso (VAGGIONE, 2017).

Na América Latina, tendo por base o trabalho de Vaggione, as frentes conservadoras consolidam um significativo uso do termo para desmobilizar os avanços, em alguns países do continente, dos direitos sexuais e reprodutivos, como é o caso da descriminalização do aborto ou do reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo. Toda ação articulada contra a "ideologia de gênero" na América Latina não se limitou as declarações da Igreja Católica, como no caso europeu, mas teve uma profunda ampliação para outros campos como do direito e o midiático, além de uma intensa mobilização de organizações não governamentais "pró vida". Com apoio de esforços jurídicos, a articulação passou do campo religioso e pluralizou, contando agora com argumentações "cientificas" e "legais" que apresentavam os riscos que a "ideologia" representava para a política e para a democracia.

4. "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NO BRASIL E AS MANIFESTAÇÕES CONTRA JUDITH BUTLER

No Brasil, ainda que o tema também tenha sido articulado inicialmente pelos católicos, é possível afirmar que protagonismo assumido foi por parte igrejas e lideranças evangélicas observando-se a apropriação dessa categoria por parte dos evangélicos pentecostais. Quando o livro de Jorge Scala foi lançado no Brasil, em 2010, ele se insere em um cenário de discussões sobre o chamado "kit gay" [9]e o projeto de lei que tornava crime a homofobia habitavam a esfera pública nacional. O teor mais "radical" do livro de Jorge Scala, tratando a "ideologia de gênero" como "neototalitarismo" é assumido pelos evangélicos e agora não se tratava apenas de chamar a atenção para um "tema emergente", mas de se planejar e realizar ações de combate em diversos âmbitos contando também com a sociedade civil.

[9] "Kit gay" é o nome pejorativo dado pelos evangélicos conservadores ao projeto Escola sem Homofobia do governo federal brasileiro. O projeto constituiu uma série de materiais didáticos que visava promover a cidadania e os direitos humanos a comunidade LGBT.

A partir de dados preliminares de minha pesquisa de mestrado, ao investigar a relação entre católicos e evangélicos contra a ideologia de gênero, um dos protagonistas das frentes evangélicas conservadoras nas lutas "anti-gênero" foi o pastor e liderança política e religiosa Silas Malafaia, que encampou uma jornada de propagação de repúdio à "ideologia de gênero" no ano de 2011. O contraste que se acentua em relação à discussão na Europa é que, ainda que o pastor Malafaia seja uma liderança religiosa, sua inserção no debate foi pela via da discussão no âmbito jurídico e político, quando se posicionou contrário a PLC 122 de autoria da deputada Iara Bernardi (PT)[10].

O projeto de lei (PL) 122/2006, foi proposto pela primeira vez no ano de 2001 e o objetivo era criminalizar o preconceito e a intolerância gerada pela discriminação por orientação sexual. Alguns parlamentares ligados a instituições religiosas se articularam com o objetivo de pressionar o projeto de lei para que ele não avançasse. Paula Bortolin (2018) realiza um interessante traçado desta controvérsia, mapeando como algumas ações já tinham sido tomadas por parte de parlamentares associados a instituições religiosas na atuação contra este projeto, além da atuação desta frente que se organizou contra a aprovação da união estável homoafetiva pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Com isso, a disputa parlamentar se acirra, posicionando parlamentares que defendiam a ampliação da pauta de direitos para minorias sexuais e do outro lado, parlamentares em defesa da "família tradicional" ou contrários a expansão dos direitos aos grupos LGBT (BORTOLIN, 2018).

Em seguida, outra controvérsia relacionada ao gênero mobiliza a categoria "ideologia de gênero" com a divulgação do kit anti-homofobia pelo Ministério da Educação, material que foi alvo de crítica dos deputados evangélicos, tendo sido chamado pelo então deputado Jair Bolsonaro e Silas Malafaia como "kit gay". A captação do combate ao "kit" deu margens para a construção de uma consolidação "anti gênero" no Brasil. Alguns parlamentares propuseram uma CPI (Comissão Parlamentar de inquérito) para investigar Antônio Palocci, então chefe da Casa Civil, acerca da distribuição dos kits, sob alegação de multiplicação de patrimônio.

[10] O projeto apresentado tem como finalidade, entre outras coisas, acrescentar o crime de homofobia à lei 7.716/1989 que criminaliza a discriminação por raça ou cor

Uma sequência de ações se deu no âmbito parlamentar para restringir os avanços e a abertura de direitos para as populações LGBT, ocorridas desde meados dos anos 2000 durante os governos de Lula e Dilma, ambos do PT (Partido dos Trabalhadores). Os esforços das alas conservadoras neste período para conter e representar aqueles que são contrários à homossexualidade como uma plataforma dos Direitos Humanos representam em suma uma vontade popular crescente que se posiciona contrariamente aos projetos em torno de questões envolvendo gênero e homossexualidade.

É em meio a esse cenário que ocorre, em novembro de 2017, por ocasião da vinda de Judith Butler ao Brasil durante o Seminário Internacional "Os fins da democracia", um protesto que acusava a propagação de ideias envolvendo homossexualidade de maneira perversa por parte da filósofa e dos organizadores do evento. Na internet, foi lançada uma petição no site *Citizen Go*[11] contra a palestra, com cerca de 300.000 mil assinaturas. A vinda de Butler provocou uma intensificação dos debates envolvendo essas temáticas de gênero, embora o seminário fosse para discutir política internacional. As convocações para o protesto contra Butler geraram reações de apoio acirrando a tensão entre as alas conservadoras e progressistas envolvidas na controvérsia.

Na ocasião do protesto, realizei pesquisa de campo e entrevistas com os participantes que se posicionavam contra e a favor de Butler[12]. Os resultados da pesquisa foram publicados em relatório e no dossiê *Judith Butler no Brasil* organizado por Isabela Oliveira Kalil e Jacqueline Moraes Teixeira publicado na seção etnográfica da revista *Ponto Urbe.* A seguir, apresento o trabalho descritivo das minhas observações envolvendo a categoria "ideologia de gênero" e como ela perpassou por âmbitos diferentes, analisados a partir do contato com os interlocutores posicionados nos protestos contra Judith Butler neste dia.

[11] *Citzen Go* é uma plataforma online que visa reunir assinaturas para petições de pautas conservadoras.

[12] A pesquisa "*Ideologia de Gênero* x *Ideologia de Gênesis*: percepções e controvérsias nas manifestações pró e contra Judith Butler em São Paulo foi realizado pelo Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, coordenado por Isabela Oliveira Kalil.

4.1 DESCREVENDO E MAPEANDO A CENA DO PROTESTO:

Entre os manifestantes contra Judith Butler, um grupo destoava dos demais. Os manifestantes do IPCO (Instituto Plinio Corrêa Oliveira) se posicionaram do lado oposto da rua em relação ao restante dos grupos contrários a Butler. Entre o restante estavam movimentos sociais, membros de partidos políticos, alunos de escolas públicas e integrantes isolados, que não pertenciam a nenhum coletivo. O IPCO atuava com uma estratégia diferenciada dos outros grupos, a começar pela forma pública de se comunicar. Entre os integrantes do IPCO, apenas o membro mais velho do grupo falava e concedia entrevista. O restante do grupo espalhava panfletos ou posicionava placas pedindo para os carros buzinarem. Os cartazes diziam “buzine em favor do casamento como Deus fez 1 homem +1 mulher”, outro, “# Eu sou família, ideologia de gênero Não” e “Buzine contra o ensino da ideologia homossexual nas escolas”, ou ainda “A ideologia de gênero nas escolas destruirá a família”.

O grupo do IPCO não se restringiu à porta do SESC e caminhou pelas as ruas do entorno, fazendo um breve percurso com as placas enquanto um rapaz acompanhava tocando uma gaita de fole. Outra característica distinguia este grupo em relação aos demais: o grupo era formado apenas por homens, em sua maioria jovens, e todos os integrantes vestiam uma espécie de uniforme com cores sóbrias e uma faixa dourada com o brasão do Instituto.

Foi difícil conseguir uma entrevista com os membros do IPCO, mas, após algum tempo de insistência consegui falar com a liderança do movimento que me contou que aquela era a segunda ocasião em que o grupo atuava contra Judith Butler. Na primeira, em 2015, conforme me relatou, o grupo se organizou em frente ao SESC Vila Mariana, na ocasião do “Seminário Queer” em que a filosofa participou. Nesta ocasião, o IPCO agiu juntamente com membros dos grupos católicos “pró vida” e “pró família” e protestavam contra o uso de dinheiro público para financiar eventos dessa natureza.

Esta ação também teve por objetivo, como pauta elencada pelos grupos “pró família”, defender os interesses da “família” contra o que já nomeavam de “ideologia de gênero”. A liderança narrou que por “ideologia de gênero”, entendia que existe

uma prática realizada em escolas e espaços de lazer, como o SESC, onde esses seminários sobre gênero disseminam uma perspectiva que visa defender os direitos dos "homossexuais" e fortalecer os movimentos civis LGBTs. Sendo assim, a estratégia central deste grupo é alertar os transeuntes dos riscos da "ideologia de gênero" nas escolas públicas, por exemplo.

O grupo não só atua em protestos, mas possui uma agenda de ações direcionadas a desarticular o termo "gênero" em materiais distribuídos pelo governo. Por exemplo, enviando solicitações e abaixo-assinados para deputados que se identificam com a causa do grupo solicitando que organizem ações que vise retirar palavra "gênero" dos materiais didáticos. Ainda em 2015, o grupo organizava essas ações e já contavam com sua plataforma online, que ajuda na coleta de assinaturas para essas ações envolvendo o documento de abaixo assinado. Assim, o grupo tem atuado em uma série de protestos, sempre levando o termo "ideologia de gênero" para identificar o mesmo problema e sensibilizar os transeuntes sobre a causa.

Na ocasião de 2015, o grupo se preocupava principalmente em se apresentar e alertar sobre a disseminação de um tipo de conduta sexual propagada por um sistema ideológico que visava avançar políticas de educação sexual nas escolas. A palestra de Judith Butler, atuou neste caso como uma justificativa, para os membros do IPCO e os demais grupos, pois a presença dela e da apresentação da palestra era um forte indício de que suas acusações faziam algum sentido.

Em 2017, o grupo não mudou quanto à forma de agir, as mesmas placas foram utilizadas pelo grupo, mas desta vez, por conta da atuação de outros grupos conservadores com forte poder de mobilização, o IPCO pode contar com uma maior propagação do problema. Perguntei ao líder, se ele tinha participado da manifestação que ocorrera dias anteriores no MAM (Museu de Arte Moderna), contra a performance La Betê, coreografada por Wagner Scwartz[13]. O líder do IPCO disse não ter participado do protesto, embora afirmou ter apoiado a ação.

No caso do MAM, o MBL (Movimento Brasil Livre) foi o principal grupo reconhecido por ter mobilizado a ação contra a performance, mas não esteve

[13] No dia 26 de setembro de 2017, alguns manifestantes haviam se mobilizado e acusado Scwartz de pedofilia, pois, uma criança teria participado e interagido com a obra do coreógrafo em uma das apresentações, quando este estava nu.

presente no protesto contra Judith Butler, embora tenha se posicionado de forma contrária com uma extensiva atuação na internet. Com a ausência de representantes do MBL na porta do SESC Pompeia, outro grupo conservador assumiu o protagonismo do protesto, inclusive rivalizando com o IPCO. Este grupo foi o Direita São Paulo.

Logo após o término da entrevista com a liderança do IPCO, um membro do Direita São Paulo (DSP), que havia sido responsável por levar um carro de som para o protesto "dá a voz" para o líder do IPCO que falou por alguns minutos ao microfone. O microfone permaneceu aberto e que várias pessoas relatavam sobre os abusos pessoais que teriam sofrido por conta da "ideologia de gênero". Enquanto isso ocorria, entrevistei o rapaz que se apresentou como presidente do movimento Direita São Paulo que somente consentiu conversar comigo sob a condição de que também gravaria a entrevista para se proteger, caso eu a usasse de forma inadequada. Na entrevista, ele relatou seu percurso em outros protestos e os motivos por estar ali. O grupo, segundo seu relato, atua desde meados de 2016, se mobilizando principalmente para avançar a pauta sobre o impeachment de Dilma Rousseff. O presidente do DSP revelou ser evangélico, sua atuação política também se misturava com ações religiosas, que preferiu não me descrever detalhes.

Outros jornalistas aproveitaram a ocasião da minha entrevista e logo perdi a entrevista para os jornalistas. Neste momento, um boneco representando Judith Butler é queimado, é perceptível que o líder do IPCO acha inusitada a ação do Direita São Paulo e prefere se manter afastado do outro lado da calçada. O grupo do IPCO se reúne e se afasta se afasta do "centro" conturbado do protesto que é a queima do boneco. Não tive tempo de retomar o contato com o líder do IPCO que se retirou do protesto após a queima do boneco.

A cena do boneco de Judith Butler queimando deixou o protesto tenso, os manifestantes que defendiam a palestra de Judith Butler tentaram impedir a queima, mas a polícia impediu os manifestantes de chegarem até o outro lado, pois havia risco de agressão mútua entre os grupos pró e contra Butler. O Direita São Paulo se mostrou altamente articulado neste momento, ao reunir todos os "contra Butler" para participar da queima. Os jornalistas se posicionam, muitos fotógrafos tiraram fotos

desse momento da queima e os policiais apenas continham a tensão entre os grupos. O boneco demorou para queimar, quando começou as primeiras labaredas de fogo e fumaça, um funcionário do SESC foi até a calçada e "apagou" o fogo do boneco.

Os manifestantes "contra Butler" ficaram descontentes e puxaram o boneco para o centro da rua Clélia, já interditado para trânsito de carros, pois o volume do protesto ocupou toda a frente do Sesc neste momento. Uma roda se abriu e todos disputavam para tirar uma foto desse momento. Alguém puxa uma oração, um pai nosso é entoado pelos manifestantes em volta do protesto. O Direita São Paulo levou ao protesto um jovem que chamou muita atenção e que apareceu em várias matérias sobre os atos naquele dia. Segurando um crucifixo e um terço ele se posiciona próximo ao boneco e realiza a oração junto com os outros manifestantes. Enquanto os fotógrafos se ocupavam em tirar fotos do garoto, o vice-presidente do Direita São Paulo puxava gritos contra o outro grupo em tom de provocação e o protesto se tornou mais violento. As falas se intensificam, os manifestantes contra Butler atiram objetos contra o lado oposto (pró-Butler), eles xingam os outros manifestantes e zombam com piadas e ações inusitadas.

Passei a acompanhar parte dos grupos manifestantes em outros protestos significativos que aconteceram até as eleições presidenciais de 2018, o que estabeleci maior contato foi o Direita São Paulo que realizou uma jornada de protestos com vistas a pluralizar os problemas advindos da "ideologia de gênero", colocando o problema paripasso com outros "problemas nacionais" como a corrupção, as políticas e discussões relacionadas ao aborto, a liberação do comercio de drogas e até mesmo a abertura do mercado e da permissão do porte de armas[14].

A partir da descrição dos protestos contra Butler destaco como manifestantes e ativistas estão realizando ações com o uso da categoria "ideologia de gênero" de forma que a noção é acionada em situações conflituosas. Para a teoria pragmatista, os conflitos ocupam uma dimensão central para a análise envolvendo *problemas*

[14] O vice-presidente do Direita São Paulo, meses antes do início das campanhas eleitorais de 2018, se candidata ao cargo de deputado estadual pelo PSL (Partido social Liberal), mesmo partido de Jair Bolsonaro. A luta contra a "ideologia de gênero" esteve no percurso de campanha do vice-presidente do movimento, até sua eleição, em outubro de 2018.

públicos. Os *problemas públicos*, segundo esta perspectiva se dão a partir de uma prática que é alimentada pelo dissenso, este dissenso atrai para si um repertório a partir do processo em que os atores realizam alianças, negociações, provocações e estabelecem relações com outros atores. A troca e o fluxo ocasionado pelo conflito e as ações realizadas pelos atores em situação é o que possibilita uma "abordagem mais próxima do ator e da sua experiência" analisando suas ações "in situ" (SALES, 2017 p. 5).

Nesse sentido, busquei "seguir os atores" no curso de situações, descrever suas ações, suas trocas com outros atores e como realizam este processo em uma situação guiada pelo dissenso e pelo conflito. No caso da "ideologia de gênero" quando observada em situação, nas falas e disputas empreendidas pelos atores ao longo do processo. Se para os membros do IPCO a "ideologia de gênero" está diretamente relacionada com movimentos feministas de intelectuais, para os membros do Direita São Paulo, a "ideologia de gênero", por exemplo não faz parte de uma luta histórica que a igreja católica elencou contra o gênero. A "ideologia de gênero" nesta situação era muito mais imediata, seus sentidos se confundiam em meio a relatos pessoais, experiências passadas e tinham mais a ver com os dramas pessoais dos atores do que uma estratégia articulada a partir de premissas estabelecidas pela forma como o termo foi forjado na Europa.

Para compreender estas diferentes apropriações por parte dos atores, é primordial pensarmos sobre esta fase (de experiência) para constituição dos *problemas públicos*. A descrição desta manifestação na cidade de São Paulo demonstra como o termo "ideologia de gênero" quando utilizado em situações públicas pelos ativistas em questão visa reunir para si operadores – que já existem ou que venham a existir – de "ordens morais", dispositivos que possibilitam na prática a denúncia de uma dada ação indesejada, nos moldes delineados por autores como Daniel Cefai[15] (2018; 2017; 2011; 2009; 2005).

[15] Para Daniel Cefai, como modo de propagar, divulgar e concernir pessoas para um determinado "problema público" se assumiriam estratégias para angariar novos públicos para a questão. Um problema público só pode receber atenção por parte dos líderes de governo a partir do momento que há uma diversidade de "públicos" interessados e envolvidos no problema, deste modo são assumidas estratégias e táticas para este fim.

Essas pessoas reúnem-se partilhando uma gama de sentimentos e sensações de injustiça, indignação, repulsa, medo, orgulho. Com tempo, essas insatisfações, ganharam repertórios que possibilitaram a aproximação de organizações partidárias, institutos religiosos, políticos profissionais e subgrupos, dentro dos mais variados movimentos sociais na cidade. Esses dispositivos com forte penetração em diferentes cenas públicas têm levado a público o conhecimento da "ideologia de gênero", buscando novos precedentes e agentes dentro do escopo político.

O episódio de Judith Butler no Brasil[16] foi importante neste sentido, pois pensamos a priori, que este episódio ajudou levar o termo "ideologia de gênero" para o espaço público urbano, consolidando um campo visível de experiências coletivas em torno deste mesmo termo. Após o protesto, importantes personagens políticos conservadores ganharam centralidade nas questões envolvendo gênero e direitos, graças a abertura que o termo deu para que essas pessoas pudessem colocar em prova seus sentimentos de insatisfação e indignação e se colocar de forma eficiente no debate. Personagens, sustentaram suas candidaturas políticas nestes campos de experiências e conseguiram ser eleitos no ano seguinte, em 2018 para cargos políticos municipais e estaduais, efetivando o uso do termo para denunciar um número incontável de insatisfações.

Como vimos, 2017 não foi a primeira vez que o termo "ideologia de gênero" foi utilizada no âmbito nacional para mobilizações de rua, mas é possível dizer que nesta ocasião o termo assumiu uma configuração diferenciada em relação ao que ocorreu em 2017 contando com uma ampla circulação pelas redes sociais digitais (Facebook e WhatsApp) e alertando para o suposto risco que a vinda da filosofa e do termo "gênero" oferecia para um cenário mais amplo de políticas educacionais no Brasil.

O alarde causado pela segunda vinda de Judith Butler colocou o movimento Direita São Paulo em destaque diante de outros movimentos de direita, tais como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o VemPraRua, uma vez que o movimento visava

[16] Diversos trabalhos se debruçaram no esforço de analisar este episódio, entre eles há também o conjunto de artigos publicados na revista Cadernos Pagu, em 2018. Ver em especial o trabalho de Ingrid Cyfer (2018).

engajar novos públicos de forma direta e efetiva contra o "gênero", enquanto os outros movimentos ainda se articulavam na pauta anticorrupção. O protesto ganhou visibilidade nacional e internacional e alocou o termo "ideologia de gênero" como uma das principais lutas da direita conservadora emergente no país juntamente com a luta pelo "Escola Sem Partido", entre outras[17].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, uma série de trabalhos têm aplicado um esforço significativo para compreender a genealogia da "ideologia de gênero" no Brasil e no mundo. Outras vertentes visam mapear e seus efeitos e implicações. Isto se justifica pela atual propagação da categoria "ideologia de gênero", presente em discursos oficiais, encontros de autoridades e chefes de estado, programas de TV, no espaço urbano, proferidos por discursos em manifestações.

Uma das grandes novidades quando o termo se configurou na América Latina e no Brasil, como podemos verificar, foi a adição de frentes ativistas dentro do campo evangélico e do campo conservador que tratou de divulgar uma ampla quantidade de informações, imagens e dados, sejam elas falsos ou não, com o objetivo de relacionar a ideia de que o "gênero" e as políticas que advinham deste termo se tratavam de uma "dominação estratégica" das alas progressistas. Sem dúvida, quando este material foi colocado em circulação gerou o pânico e o medo nas pessoas e fez com que o problema da "ideologia de gênero" alcança-se o estado atual, sendo citada diversas vezes em programas televisivos e dentro do âmbito da política institucional.

É importante lembrar que as perturbações que mobilizam as pessoas concernidas na luta contra a "ideologia de gênero" no Brasil não estão isoladas. Existem uma série de acontecimentos que desde 2013 foram ganhando contornos específicos e que posteriormente, se aliaram ou se densificaram a partir da luta contra o que chamam de "ideologia de gênero". A atual crise política que permeou o país resultou em uma forte participação da sociedade civil em forma de protestos e manifestações públicas, exigindo do poder público mais dedicação nos projetos

[17] Sobre a relação entre "ideologia de gênero" e Escola Sem Partido nos protestos contra Judith Butler, ver Isabela Kalil (2018a e 2018b).

voltados as áreas da saúde, educação e segurança, além de abrir uma nova plataforma de reivindicações “anti-corrupção” que foi apropriada principalmente pelas alas da direita liberal e a direita conservadora no país (ALMEIDA, 2017).

Tal processo de crise política culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e, como resultado, as alas conservadoras impulsionaram suas pautas “adormecidas” anti-gênero para o centro da onda de protestos. Tal fenômeno ficou conhecido como “ondas conservadoras”, como definido por Ronaldo Almeida (2017), onde uma série de protestos que se seguiu após o impeachment e que se concentrou novamente em pautas sobre saúde, educação e segurança. É na intensificação deste processo que a “ideologia de gênero” chega aos espaços públicos e possibilita um processo de experimentação desta “crise”, implicando novos agentes nas causas conservadoras, como mulheres, jovens estudantes, professores, advogados, líderes religiosos, políticos e toda sorte de indivíduos que se identificam e se sensibilizam com a causa.

Se considerarmos as questões sobre a formação da esfera pública como uma preposição que considere o debate e o pluralismo como forma de invenção e funcionamento do espaço público, podemos pensar como as certezas em torno da "ideologia de gênero" (religiosas ou não) são capazes de objetivar e relacionar diversos pontos de vista e estratégias de comunicação, sejam elas propagando medo, pânico, sadismo, ironia, comicidade ou qualquer configuração que ajude o problema angariar novas formas de se reproduzir sem perder seu conteúdo, mas possuindo ainda caráter generalizador.

Assim, podemos verificar algumas ferramentas, procedimentos, dispositivos e mecanismos que permitiram que a “ideologia de gênero”, gradativamente, fosse se tornando um problema a ser percebido e criticado para públicos além daqueles no interior da Igreja Católica, onde a categoria foi inicialmente forjada. No caso da situação descrita, no espaço de dois anos, um primeiro protesto encampado somente pelo grupo católico IPCO ganha outros sentidos em um protesto no qual o grupo DSP formado por evangélicos e não religiosos imprimiram novos dramas e serve de dispositivo para angariar novos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu** (50). Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. e175001, 2017. 12

BORTOLIN, Paula. **A CONTROVÉRSIA EM TORNO DO PROJETO DE LEI 122/2006: Uma análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia**. Relatório de Pesquisa CEBRAP: Núcleo de Religiões no Mundo Contemporâneo, São Paulo, 2018.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas arenas públicas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 72, p. 129-160, 2005.

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, n. 79, 2010.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos**, n. 107, p. 187, 2017.

CEFAI, Daniel; BERGER, Mathieu; VIAD, Carole. 2011. Du civil au Politique: Etnographies du vivre ensemble. Bruxelles, Peter Lang.

CHATEAURAYNAUD, Francis. A CAPTURA COMO EXPERIÊNCIA. Investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

CYFER, Ingrid. The witch is loose: Protests against Judith Butler's Visit to Brazil in Light of Her Reflections on Ethics, Politics and Vulnerability. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200403&lng=en&nrm=iso>

FANTI, Fabiola. **Mobilização social e luta por direitos: um estudo sobre o movimento feminista**. 2016.

JOÃO PAULO II, **Carta às mulheres**. 1995.

JOÃO PAULO II, João. **Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher no mundo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Evangelium Vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana**. São Paulo: Paulinas. 1995,

KALIL, Álex e PALUDETTI, **Felipe**. A queima das bruxas: por dentro e por fora. ***Ponto Urbe***, 22, 2018. Disponível em http://journals.openedition.org/pontourbe/3961

KALIL, Isabela Oliveira. **Gênero, política e religião nos protestos contra Judith Butler**, Nexo, 21 de novembro de 2017. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/G%C3%AAnero-pol%C3%ADtica-e-religi%C3%A3o-nos-protestos-contra-Judith-Butler

KALIL**, Isabela Oliveira**. Notas sobre 'Os Fins da Democracia': etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. ***Ponto Urbe***, 22, 2018. Disponível em http://journals.openedition.org/pontourbe/3933

KALIL, Isabela Oliveira. **Relatório de pesquisa: "Ideologia de Gênero" x "Ideologia de Gênesis":** percepções e controvérsias nas manifestações pró e contra Judith Butler em São Paulo. Disponível em https://www.fespsp.org.br/imagens/NEU/PesquisaButler_SinteseGraficos.pdf

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MONTERO, Paula. **Religiões e controvérsias públicas: Experiências, práticas sociais e discursos**. Editora Unicamp, 2015

OLIVEIRA, Luciano. **A mobilização do direito por grupos religiosos no caso do aborto de feto anencéfalo no Supremo Tribunal Federal**. Relatório de Pesquisa CEBRAP: Núcleo de Religiões no Mundo Contemporâneo, São Paulo, 2018.

RATZINGER, J. A. **La sal de la tierra.** Madrid: Libros Palabra, 1997.

SALES, Lilian. **As sociologias pragmáticas francesas: a pesquisa sobre os momentos de ruptura e sobre as incertezas**. Relatório de Pesquisa CEBRAP: Núcleo de Religiões no Mundo Contemporâneo, São Paulo, 2018.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente ala política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

AS RELIGIÕES PODEM INTERFERIR NAS DISCUSSÕES POLÍTICAS?

Introduzindo o debate teórico entre John Rawls e Jürgen Habermas e certos desdobramentos para a política brasileira.

Juliana Aparecida Sousa Carvalho[1]

1. INTRODUÇÃO

Em que medida os argumentos religiosos podem estar presentes e influenciar decisões políticas importantes para a sociedade? Sua participação é benéfica para todos ou não? Nas sociedades contemporâneas temos observado frequentes intervenções religiosas no que tange problemas políticos. Contudo, a preocupação com esse aspecto não é recente, e já no século passado foi objeto de estudo de diversos autores que buscam entender e até mesmo determinar qual é o limite dessa influência. John Rawls, ao escrever *A ideia de razão pública revisitada* no ano de 1997, suscitou um longo debate principalmente no que diz respeito à sua ideia de que haveria uma demanda de que as razões reivindicadas no debate público – inclusive as religiosas– fossem justificadas em termos razoáveis a todos os cidadãos, para que pudessem adentrar as discussões acerca de questões de justiça básica e questões constitucionais essenciais. Muitos de seus interlocutores criticaram essa necessidade de justificação, sendo um dos mais importantes deles o alemão Jürgen Habermas. Em *Religion in the Public Sphere: Cognitive Pressuppositions for the "Public Use of Reason" by Religious and Secular Citizens*, de 2008, Habermas recupera os argumentos de Rawls para defender que eles seriam uma oneração excessiva aos cidadãos religiosos, e, portanto, causariam um desequilíbrio entre esses e os cidadãos seculares. Contudo, ambos os autores trabalham com ideias no sentido de uma justificação – ou de uma tradução – das razões religiosas em contextos específicos. Esses contextos são importantes para o que será discutido nesse texto.

[1] Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (PPGCS/UNIFESP). Bacharel e licenciada pela mesma instituição, atualmente estudando bancadas temáticas na Câmara dos Deputados, mais especificamente, a bancada evangélica. Email: juliana_asc@yahoo.com.br

A ideia do presente artigo é verificar como as posições de Rawls e Habermas podem ou não ser pensadas sob a luz do caso político brasileiro, especificamente da Frente Parlamentar Evangélica[2], na medida em que sua presença tem sido frequente em discussões caras a sociedade, tais como a descriminalização do aborto, a definição de um conceito de família, a criminalização da homofobia, entre outros. Porém, o que se pretende aqui não é uma tentativa de demonstração total do modelo teórico dos autores, tendo em vista a sua complexidade. Mas sim uma análise do contexto brasileiro em relação a certos pressupostos práticos de justificação trazidos por eles. Não será tomada posição "a favor ou contra" um dos autores, uma vez que em certo sentido os dois possuem contribuições para o que se busca discutir[3]. Para tanto, a estrutura desse texto se dará, no primeiro tópico, na apresentação dos argumentos de John Rawls, baseado principalmente em *A ideia de razão pública revisitada*. Em seguida, da mesma forma, será exposto o raciocínio de Jürgen Habermas desenvolvido essencialmente em *Religion in the Public Sphere: Cognitive Pressuppositions for the "Public Use of Reason" by Religious and Secular Citizens.* Por fim, analisaremos alguns casos a partir dos pressupostos específicos levantados pelos autores.

2. JOHN RAWLS: A "(IN) COMPATIBILIDADE" ENTRE A RAZÃO PÚBLICA E DOUTRINAS ABRANGENTES RELIGIOSAS.

John Rawls (1921–2002) foi um importante filósofo político americano e professor de Harvard que durante sua vida esteve empenhado em discutir questões como justiça, liberalismo político, equidade, entre outros temas caros à filosofia moral e política. Em Julho de 1998, Rawls propôs a editora de seus livros que fosse publicada uma edição revisada de Liberalismo Político – seu segundo trabalho publicado em 1993 (RAWLS, 2001). A intenção era acrescentar ao longo dos capítulos, os argumentos desenvolvidos em *A ideia de razão pública revisitada,*

[2] Reconhecemos que a denominação Frente Parlamentar é utilizada no Regimento Interno para classificar grupos munidos de registro junto à Câmara. Contudo, tendo em vista o tom pejorativo que o termo Bancada Evangélica possa gerar, nesse artigo faremos uso da expressão Frente Parlamentar Evangélica para designar o grupo analisado.

[3] Esforço semelhante foi realizado pela autora Inês Ferreira Dias Tavares, em texto intitulado *Razões religiosas na esfera pública: uma análise teórica e empírica da atuação pentecostal no Congresso brasileiro*, no qual a autora faz uso dos mesmos autores – ainda que prolongando a discussão teórica para alguns críticos – e analisa o mesmo grupo de atores políticos. Nesse sentido, esse trabalho difere essencialmente no que diz respeito ao embasamento teórico, e também em relação às análises de caso realizadas.

publicado inicialmente na *Chicago Law Review* em 1997. Revisitada, pois suas formulações iniciais sobre o conceito de razão pública aparecem na primeira edição de *Political Liberalism*, na Conferência VI. A preocupação que derivou esse texto está apoiada principalmente na multiplicidade de visões de mundo – o pluralismo razoável – presente na sociedade contemporânea. Segundo o próprio autor, o texto de 1997 "contém algumas novas ideias e altera de modo substancial o papel da razão pública" (Ibid., p. 520).

É preciso deixar claro que a ideia de razão pública tal qual como foi concebida por Rawls é parte de uma sociedade democrática bem ordenada. Uma característica básica dessa democracia é justamente o pluralismo razoável, "o fato de que uma pluralidade de doutrinas abrangentes razoáveis e conflitantes, religiosas, filosóficas e morais é o resultado normal de sua cultura de instituições livres" (Ibid., p. 522). Assim, é preocupado com essa multiplicidade de doutrinas abrangentes que Rawls desenvolve o que ele chama de razão pública[4].

Antes de verificar em que âmbitos a ideia de razão pública se aplica, vamos analisar as questões nas quais ela não se aplica. Segundo o autor, "é imperativo perceber que a ideia de razão pública não se aplica a todas as discussões políticas sobre questões fundamentais" (Ibid., p. 525) e também não é aplicável a cultura de fundo, que se trata das culturas de Igrejas, associações civis, instituições educacionais, entre outras. Resta saber, portanto, onde a ideia de razão pública se aplica.

Micah Lott, em *Restraint on Reasons and Reasons for Restraint: a problem for Rawls' ideal of Public Reason,* de 2006, define precisamente qual é esse âmbito:

> [...] the ideal of public reason applies only to the public political arena as distinct from the background culture, and whitin this arena it applies only to matters of constitutional essentials and basic justice. Within these specified contexts, however, the ideal of public reason says that citizens ought to act on and offer only those reasons which can be drawn from public reason. (LOTT, 2006, p. 76)

[4] Esse texto, assim como os outros do autor, é imbricado por diversos conceitos de definições complexas, que complementam uns aos outros. Para que a apresentação de seus argumentos não seja prejudicada pela impossibilidade de detalhar todos esses conceitos, vou me ater principalmente às questões mais caras ao que se pretende discutir aqui: como Rawls concebe o papel das doutrinas abrangentes religiosas na razão pública.

Em poucas linhas Lott resume o que Rawls argumenta ao longo de seu texto. A ideia de razão pública, segundo Rawls, é aplicada "apenas às discussões sobre questões naquilo a que me refiro como o fórum político público" (RAWLS, 2001, p. 525). Esse fórum político público é composto por três partes discursivas: a dos juízes, dos chefes do Poder Executivo e dos legisladores e por fim, dos candidatos a cargos públicos. Assim, como já apontado por Lott, Rawls define que é apenas em certo plano político que a ideia de razão pública está apoiada. Além disso, mais a frente no texto, o autor também afirma que mesmo dentro do terreno da política, ela não está colocada em todas as discussões.

Mas afinal, o que é a razão pública? A definição mais precisa está no texto de 1993, e o sentido principal não sofre alterações no que diz respeito à versão revisitada:

> O que importa, no ideal de razão pública, é que os cidadãos devem conduzir suas discussões fundamentais nos marcos daquilo que cada um considera uma concepção política de justiça fundada em valores que se pode razoavelmente supor que outros subscrevam e que cada qual se dispõe, de boa-fé, a defender tal concepção. (Ibid., p. 267)

Assim, o que Rawls pressupõe é que possuindo uma concepção política de justiça comum, aqueles que discutem no fórum público político – sejam eles legisladores, juízes ou não – se valerão de argumentos em acordo com essa concepção, e que os outros cidadãos, como razoáveis que são, endossariam esses argumentos.

Falta ainda analisar onde as religiões se encaixam ou não na ideia de razão pública. É importante elucidar que para o autor, não há essencialmente um problema em seu uso quando o que está em discussão não são questões definidas como "*constitutional essentials*" e de justiça básica – relacionadas com a estrutura básica da sociedade, basicamente, questões de justiça econômica e social que dizem respeito a todos os cidadãos igualmente – precisamente porque nesse âmbito a razão pública não se aplica. Contudo, quando o debate se dá sobre essas questões, é preciso que aqueles que professam doutrinas abrangentes religiosas – que são não públicas para Rawls – apresentem seus argumentos em termos baseados na concepção política de justiça a qual todos os cidadãos razoavelmente concordam. Rawls também pressupõe situações nas quais uma razão religiosa pode influenciar

na razão pública, utilizando o exemplo de Martin Luther King: ele se valia de argumentos religiosos para justificar sua posição contrária à segregação racial nos Estados Unidos. Para Rawls essa argumentação foi "válida", pois, mediante um conflito que compreende a totalidade da sociedade, não há uma ideia de razão pública estabelecida. Segundo ele o que o exemplo demonstra é que não há impedimento se a razão religiosa for mobilizada a fim de fortalecer a razão pública no futuro.

Dessa forma, fica claro que o que o autor busca é que quando questões caras à sociedade como um todo estão sendo decididas, que seja possível um acordo, na forma do consenso sobreposto[5] proposto por ele, no qual os indivíduos, munidos de seu dever de civilidade, apesar de suas doutrinas abrangentes individuais, chegam a uma concepção política de justiça que todos razoavelmente endossam. Por razoabilidade, entende-se que

> os cidadãos são razoáveis quando, considerando-se reciprocamente como livre e iguais em um sistema de cooperação social ao longo de gerações, eles se dispõem a oferecer uns aos outros termos equitativos de cooperação segundo o que considerem ser a concepção mais razoável de justiça política e quando concordam em agir com base nesses termos, mesmo que isso lhes custe sacrificar os próprios interesses em determinadas situações, contanto que os outros cidadãos também aceitem esses mesmos termos. (RAWLS, 2011, p. 529)

Quando se discutem questões de justiça básica, ou princípios constitucionais essenciais, dentro do fórum político público, os indivíduos devem manter suas razões religiosas distantes da argumentação, uma vez que não fazem parte da razão pública.

3. JÜRGEN HABERMAS E OS "BENEFÍCIOS" DOS ARGUMENTOS RELIGIOSOS NA ESFERA PÚBLICA.

Em capítulo do livro Between Naturalism and Religion: philosophical essays (2008) intitulado Religion in the Public Sphere: Cognitive Pressuppositions for the "Public Use of Reason" by Religious and Secular Citizens, Jürgen Habermas (1929-), membro da escola de Frankfurt e um dos autores da segunda geração da teoria

[5] Nas palavras de Rawls, esse conceito pode ser definido como "um consenso em que a mesma concepção política é endossada pelas doutrinas abrangentes razoáveis divergentes que obtêm um corpo significativo de adeptos e perduram de uma geração para a outra" (RAWLS, 2003, p.263).

crítica, se ocupa de problema semelhante ao de Rawls: até que ponto as razões dos cidadãos religiosos devem estar presentes nas discussões da esfera pública.

Habermas inicia o capítulo apontando que com a modernização trazida principalmente pelo Iluminismo, esperava-se que as sociedades adotassem majoritariamente razões seculares em seus campos de discussão política. Contudo, o que se tem observado é o crescimento da utilização das religiões para fins políticos ao redor do mundo. Dada essa intensificação, como delimitar o campo de ação desses atores? O principal interlocutor de Habermas nesse texto é John Rawls, e ele recapitula a argumentação do filósofo político americano para então apresentar suas concepções, de certa forma, mais "amigáveis" aos argumentos religiosos do que nos casos específicos definidos por Rawls.

A principal objeção de Habermas a Rawls é definida no seguinte trecho:

> a state cannot encumber its citizens, to whom it guarantees freedom of religion, with duties that are incompatible with pursuing a devout life – it cannot expect something impossible of them. (HABERMAS, 2008, p. 126).

O autor segue argumentando em cima dessa crítica, baseado principalmente na ideia de que isso causaria um desequilíbrio entre os cidadãos religiosos e os seculares e sua participação na esfera pública. Exigir que os que adotam algum tipo de razão religiosa sempre traduzam seus argumentos em termos razoáveis a todos é onerá-los, e de certa forma mina sua liberdade religiosa, que é garantida pelo Estado como um direito. Nas palavras de Habermas,

> the liberal state must not transform the necessary *institutional* separation between religion and politics into an unreasonable *mental and psychological* burden for its religious citizens. It must, however, expect them to recognize the principle that the exercise of political authority must be neutral toward competing world views. (Ibidem, p. 130)

Como a comunicação é extremamente importante para o autor, ele acredita que é por meio de uma tradução cooperativa que tanto os cidadãos religiosos quanto os seculares podem ter acesso a pensamentos e concepções de vidas diferentes. É como um movimento duplo, no qual não somente os cidadãos religiosos devem tentar refletir sobre seus princípios de maneira razoável a todos, como também os cidadãos seculares precisam realizar um empenho de reconhecer

certos princípios religiosos a partir de suas visões. Dessa forma, sua ideia é que ao permitir essa relação entre ambos os cidadãos, sem onerar demais os religiosos exigindo deles sempre uma tradução de seus argumentos em razões seculares, o *ethos* democrático se fortaleça por meio do processo comunicativo realizado no âmbito da esfera pública.

Contudo, assim como para Rawls, para Habermas existem alguns limites que devem ser mantidos ao se abrir o campo de discussão para os cidadãos religiosos. Habermas cita autores como Nicholas Wolterstorff que, no outro extremo, permitem que crenças religiosas influenciem em políticas públicas e programas governamentais, e até mesmo que legisladores possam fazer uso de argumentos religiosos sem restrição alguma. Mas para o autor alemão, “by opening parliaments to conflicts over religious certainties, governamental authority can become the agent of a religious majority that imposes its will in violation of the democratic procedure” (Ibid., p. 134). Portanto, a preocupação de Habermas se dá também no sentido de que o princípio de neutralidade do Estado não seja violado, e aqueles que exercem o poder político – prioritariamente os legisladores – devam sempre justificar decisões politicas coercitivas baseados em uma linguagem inteligível a todos (Ibid., p. 134). Apesar da não necessidade de tradução em todos os âmbitos, é no parlamentar em que ela é exigida pelo autor, justamente para que seja acessível a todos os cidadãos, religiosos ou não.

De forma geral, o argumento de Habermas é que Rawls onera os cidadãos religiosos quando exige que para que seus argumentos sejam levados em conta na razão pública, eles sejam traduzidos de acordo com a forma de concepção política da sociedade como um todo, e não que sejam apoiados só em suas razões religiosas. Sua “solução” advém da comunicação, onde ambos, tanto os cidadãos seculares quanto os religiosos, realizam um exercício reflexivo de entendimento mútuo. Assim, Habermas busca não limitar ou reduzir a participação dos cidadãos religiosos na esfera pública, mas aponta que seus argumentos devem ser traduzidos no âmbito parlamentar.

4. RAZÕES RELIGIOSAS E DISCUSSÕES POLÍTICAS: UMA BREVE ANÁLISE DE CASOS ESPECÍFICOS PROTAGONIZADOS PELA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

O Brasil ao longo das décadas pôde acompanhar por diversas vezes a participação da Igreja Católica em seus processos políticos, bem como sua aproximação em relação a diversos chefes de Estado, enquanto outras denominações ou eram excluídas desses processos, ou não possuíam organização para tal. Contudo, com o fim da ditadura militar (1964–1985) e o processo de redemocratização protagonizado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, assistiu-se o desejo de outras religiões em ocupar esses espaços, como foi o caso dos evangélicos[6], que viram uma oportunidade de politizar seus interesses e se igualar ao catolicismo.

Se nos anos anteriores não era possível observar um interesse genuíno dos protestantes pelo mundo da política, com a proeminência da ANC surgiu a preocupação de ver suas demandas representadas na nova Constituição. Esses atores também foram influenciados pelo receio de ver o catolicismo ser estabelecido como religião oficial do Estado brasileiro, bem como pela ameaça do comunismo, tão divulgado no período (FRESTON, 1993). Crescia também o número de pessoas que se declaravam evangélicas, e que buscavam por deputados que correspondessem aos seus anseios no âmbito político. Para tanto, foram eleitos 34 constituintes evangélicos que formavam a quarta maior bancada da Constituinte (PIERUCCI, 1989). Suas principais reinvindicações eram similares às que podemos observar nos dias de hoje: baseadas em questões morais como o aborto, a homossexualidade e a defesa de um conceito de família cristão[7]. Contudo, é preciso ressaltar que o crescimento e organização da frente parlamentar supracitada foi progressivo com o decorrer dos pleitos eleitorais, e apesar de podermos observar os

[6] Utilizaremos aqui evangélicos como forma de unificar os atores envolvidos nos processos analisados (protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais) reconhecendo que o termo é muito amplo e construído teoricamente, e que também não há um tipo de comportamento homogêneo entre eles.

[7] É preciso observar, porém, que nos últimos anos, esses deputados têm agido fortemente também em pautas de segurança pública e educação, como as votações sobre a redução da maioridade penal na qual votaram favoravelmente em conjunto, e na distribuição do Kit contra homofobia nas escolas públicas. Ou seja, tal qual especificado anteriormente, não é possível classificar e nem atribuir ao grupo um padrão inequívoco de atuação, uma vez que ele tem se transformado ao longo do tempo (ALMEIDA, 2017).

primeiros indícios de sua inserção na política durante a ANC, sua atuação foi senda construída nos anos subsequentes.

Apesar de iniciarem timidamente a ocupação desses espaços em 1986, foi pouco depois dos anos 2000 que os evangélicos ganharam mais força no âmbito das decisões políticas, havendo um crescimento exponencial e significativo dos representantes políticos dos evangélicos ao longo das legislaturas[8]. Esse crescimento se torna evidente no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, no qual os evangélicos compuseram uma de suas bases de apoio. Mas desde o segundo mandato o cenário começou a mudar, principalmente porque começaram a ser discutidas não somente na Câmara dos Deputados, mas também no Senado e no STF, questões morais que são consideradas importantes para esse grupo – como projetos de lei que buscavam descriminalizar o aborto em determinados casos, bem como decisões que permitiam a união estável de pessoas do mesmo sexo[9]. Essa breve reconstrução é importante, pois, no início de sua participação, os evangélicos inclusive se identificavam com pautas mais relacionadas ao que se classificaria como centro-esquerda (FRESTON, 1993), e recentemente, é possível observar um comportamento mais relacionado à pautas morais e de controle dos corpos e da sexualidade.

[8] Em 1986, foram eleitos para a ANC 34 deputados federais. No ano de 1990, o número caiu para 29, subindo para 32 em 1994. Em 1998, 44 parlamentares evangélicos foram eleitos. A frente parlamentar praticamente dobrou, indo para 70 deputados em 2002. Após escândalos de corrupção, esse número reduziu para 32 em 2006. No ano de 2010 houve um novo crescimento, quando voltaram a eleger 70 membros. Em 2014, alcançaram 80 cadeiras na Câmara. Nas últimas eleições de 2018, estima-se que tenham sido eleitos para compor a FPE pelo menos 100 deputados.

[9] O primeiro projeto apresentado nesse sentido foi a ADPF 137 do ano de 2008, que solicitava ao STF que, segundo interpretação da Constituição e do Código Civil, reconhecesse as uniões homoafetivas como entidade familiar. Os evangélicos formaram uma das principais frentes de oposição, alegando, entre outras coisas, que na Constituição fala-se em entidade familiar composta por homem e mulher. A decisão final do STF só foi proferida no ano de 2011. Porém, identificamos entre os anos de 2011 e 2013, cerca de sete projetos que buscavam sustar essa decisão, todos eles propostos por deputados evangélicos. Ou seja, mesmo após o veredito do STF, podemos observar uma forte resistência do grupo.

Com relação à descriminalização do aborto, no ano de 2009, ao divulgar o Programa Nacional de Direitos Humanos, o governo Lula viu o trecho que tratava da interrupção da gravidez ser bastante criticado. Um dos artigos do programa citava “apoiar o projeto de lei que descriminaliza o aborto”. Sendo um tema polêmico para a frente, o fato acabou forçando o presidente, por meio de decreto a mudar o texto. Antes disso, em 2008, dois projetos que previam a descriminalização foram rejeitados na Comissão de Seguridade Social e Família. O relator foi o deputado Jorge Tadeu Mudalen, membro conhecido da FPE. Entre 2011 e 2014, foram localizados também sete projetos sobre o assunto. Entre eles, a PEC 164/2012, de autoria de Eduardo Cunha, cujo objetivo era estabelecer a inviolabilidade da vida desde a concepção. O projeto estava arquivado, mas foi desarquivado no início da legislatura atual, o que demonstra uma nova tentativa de regulamentar esse assunto segundo os princípios da bancada.

Assim, a presença de governos do PT nos cargos altos do Executivo passou a ser vista em alguns momentos como uma ameaça aos interesses evangélicos, justamente por se tratar de um partido de caráter progressista e cujas demandas poderiam se chocar com as do grupo. Durante campanha para seu primeiro mandato, Dilma Roussef enfrentou uma forte rejeição por parte dos evangélicos – não somente da população em geral, mas também dos políticos evangélicos, que viam sua força aumentar a cada pleito e não queriam miná-la com a possível eleição da ex-presidente– o que a obrigou a realizar uma reunião junto a líderes de instituições religiosas. Essa reunião resultou na Carta Aberta ao Povo de Deus, na qual Dilma se eximia, entre outras coisas, da aprovação de temas caros ao ramo evangélico, como a descriminalização do aborto. A atuação e organização dos deputados de orientação evangélica também tem se fortalecido no decorrer das últimas legislaturas. Eles puderam se organizar de forma mais concisa principalmente no contexto da eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara dos Deputados em 2015. Foi com Cunha que esses deputados obtiveram uma abertura para se posicionar de forma mais ativa no que diz respeito às discussões de temas de seus interesses. Esse posicionamento se deu por meio de votações e audiências protagonizadas pela frente, mas também via proposições, algo não muito explorado anteriormente pelos deputados, e que pode ser desenvolvido sem maiores intercorrências graças ao apoio do presidente da Casa (MACHADO, 2017). Portanto, fica claro que hoje em dia já não se pode mais pensar na política e na sociedade brasileiras sem analisar o papel que os evangélicos têm desempenhado nessas discussões.

As pautas principais defendidas por eles se encontram no escopo das questões morais – como a criminalização da homofobia e a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo – e nos direitos reprodutivos, como o aborto – e em que casos ele deve ser permitido. Além dessas mais recorrentes, é possível observar nos últimos tempos também sua atuação no campo da educação, no que diz respeito à educação sexual de crianças e jovens, bem como na segurança pública, onde foram importantes em votações como a da redução da maioridade penal. Tendo em vista essas causas que mobilizam os evangélicos enquanto

população, e, portanto, a Frente Parlamentar Evangélica, analisaremos alguns casos a seguir.

4.1 A PRESENÇA DAS RAZÕES RELIGIOSAS EM DISCUSSÕES QUE NÃO TRATAM DE JUSTIÇA BÁSICA OU PRECEITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS.

Como apontado anteriormente, Rawls se vale do conceito de razão pública para explicitar como certas questões imprescindíveis ao funcionamento de uma sociedade democrática bem ordenada devem ser discutidas. Questão primordial em sua teoria, é que os argumentos religiosos *podem* existir em discussões políticas, mas com certas condições: que elas não sejam matérias de justiça básica ou questões constitucionais essenciais. A ideia desse pequeno tópico é demonstrar como, em alguns casos, a denominada Frente Parlamentar Evangélica apresenta seus argumentos religiosos em questões que não estão dentro desse escopo de justiça básica, demonstrando certa compatibilidade com os contextos específicos delimitados por John Rawls[10].

O primeiro exemplo identificado nesse contexto se trata da inclusão do termo "Deus Seja Louvado" nas cédulas de real em circulação em todo o território nacional. Segundo Paul Freston (1993), ela foi uma reivindicação do grupo evangélico no governo Sarney, na década de 1980. Segundo o autor, se tratou de uma espécie de resposta à presença frequente de símbolos caracteristicamente católicos em várias áreas– como o crucifixo presente nos principais ambientes da Câmara dos Deputados e do Senado. Além disso, ela representava também uma espécie de reverência às cédulas de dólar – a moeda dos Estados Unidos, solo do protestantismo – nas quais está escrito *"In God we trust"*[11]. A decisão obteve apoio do então presidente, católico, sob a alegação de que não ofendia nem beneficiava nenhuma denominação religiosa. No entanto, no ano de 2010, o MPF de São Paulo alegando ofensa à laicidade do Estado estabelecida pela Constituição Federal, notificou o Banco do Brasil a se defender da acusação, sob pena de ter de retirar o termo "Deus Seja Louvado" das cédulas. Os evangélicos não demoraram em se

[10] Não estamos afirmando aqui que eles não utilizem suas razões religiosas no que diz respeito ao escopo idealizado por Rawls como âmbito privilegiado da razão pública, apenas trazendo exemplos de quando esses argumentos são utilizados em questões não essenciais de justiça.

[11] "Em Deus nós confiamos".

posicionar contra a denúncia do procurador. Magno Malta[12], senador e sempre muito ativo nas discussões de interesse do grupo, defendeu que a frase nas cédulas era uma forma de agradecer a Deus pelas bênçãos que ele derramava sobre o Brasil (JARDIM, 2012). O Pastor Marco Feliciano, deputado federal, chegou até a propor uma lei para impedir que qualquer mudança posterior fosse feita nesse sentido (PL 4710/2012) – a proposição foi arquivada após discussão na Câmara. Para o deputado, a frase na cédula era importante também porque "relembra a todo o momento a presença de Deus em nossas vidas" (Ibid.). O pedido do procurador do MPF foi negado, e o termo continua sendo impresso em todas as cédulas de real.

Um segundo caso está ligado à reinvindicação por parte dos deputados evangélicos, de maior participação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI), a fim auxiliar nos processos de concessão de transmissão de Rádio e TV a empresas ligadas a eles e a instituições evangélicas. A ideia por trás dessa reinvindicação é simples: é necessário difundir cada vez mais a palavra de Deus, e isso se fará a partir desses instrumentos. A CCTCI está em todas as últimas legislaturas, entre as Comissões com mais deputados evangélicos – segundo levantamento próprio, só na 54ª Legislatura, o grupo somou 42 parlamentares. Obviamente, há um interesse em beneficiar empresas das quais são membros ou que realizam doações para suas campanhas (FIGUEREDO, 2018). Mas, usando o argumento de que estão divulgando a palavra de Deus para o máximo de pessoas possível, os deputados não encontram resistência entre sua base, composta por fieis que integram boa parte da audiência de seus programas de rádio e TV.

O terceiro e último caso provém de uma sessão solene realizada na Câmara dos Deputados, no dia 14 de Junho de 2011, cujo objetivo era prestar uma homenagem aos 100 anos da Assembleia de Deus, denominação da qual fazem parte a maioria dos deputados que compõe a Frente Parlamentar Evangélica. Durante a sessão, falaram 23 deputados, todos integrantes da bancada, que

[12] Antes de ser eleito deputado federal e senador pelo ES, Magno Malta atuava como pastor evangélico e cantor gospel. Foi casado com a também deputada federal e membro da FPE, Lauriete. Foi um dos deputados mais ativos no processo que levou ao impeachment de Dilma Roussef. Além disso, foi opositor do PL 122/2006 que buscava criminalizar a homofobia, e autor de uma sugestão legislativa (15/2014) que buscava regularizar o aborto dentro dos casos já permitidos por lei.

buscavam exaltar as qualidades e benfeitorias da Assembleia de Deus, bem como aproveitavam para declarar que continuariam seguindo os preceitos cristãos, os defendendo inclusive no âmbito político.

Os três casos apresentados podem permitir uma interpretação da teoria de John Rawls no sentido de que os atores – enquanto legisladores – usam suas razões religiosas no fórum político público, para defender posições em decisões em curso, ou para outros fins, no caso da homenagem à Assembleia de Deus. Ainda que esses argumentos tenham sido apoiados em princípios religiosos, as questões em discussão não estavam dentro do escopo determinado por Rawls, qual seja, o das questões de justiça básica e *constitutional essentials*. Assim, não haveria essencialmente um problema, sob a luz da teoria de Rawls, na utilização dos argumentos religiosos por parte dos evangélicos[13] nos casos apresentados. Isso porque, de certa forma, o que foi discutido nesses casos não está na estrutura básica da sociedade, na qual estão inclusas as questões de justiça econômica e social. Ao discutirem sobre uma frase na moeda oficial, na distribuição de direitos de exploração de rádio e TV, ou em uma homenagem a determinada sigla evangélica, apesar dos parlamentares fazerem uso do espaço político, e também de sua "autoridade" como tal, esse tipo de decisão e discussão não possui poder coercitivo sobre outrem, o que para Rawls, é essencial.

4.2 A READEQUAÇÃO DISCURSIVA DA ARGUMENTAÇÃO DE FUNDO RELIGIOSO.

Assim como vimos na discussão teórica anterior, o que preocupa os dois autores – e também muitos outros não referenciados nesse texto – é o espaço que os argumentos religiosos devem ou não ocupar na esfera pública. Mostramos anteriormente que, em alguns casos, parlamentares que possuem uma doutrina abrangente religiosa, utilizaram suas razões em discussões no fórum político público. A ideia desse tópico é analisar uma situação diferente: como os cidadãos

[13] Essa é uma das conclusões de Inês Ferreira Dias Tavares no texto apontado em nota anterior. Segundo ela, não poderíamos enxergar o modelo proposto por Rawls no caso da Frente Parlamentar Evangélica, porque eles não cumpririam todos os requisitos. Contudo, apesar de concordar parcialmente com a autora, foi possível identificar que, em alguns casos, não há essencialmente uma contrariedade em relação à teoria.

religiosos podem fazer uso de argumentos "não religiosos" no âmbito das discussões parlamentares, tal como propõe Habermas.

O trabalho de Machado (2017) consistiu na observação de três audiências públicas realizadas no Congresso Nacional, nas quais participaram diversos políticos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica – tanto da Câmara quanto do Senado – que buscavam explicar suas decisões baseados em argumentos não religiosos. A primeira audiência pública teve como convidados indivíduos que se consideravam ex-gays, e os principais argumentos utilizados foram os da Psicologia e das Ciências Sociais, numa tentativa de caracterizar a homossexualidade como algo construído pela sociedade, e que, portanto, poderia ser revertido. Em nenhum momento foram utilizados argumentos religiosos. As outras duas audiências foram destinadas à discussão do Estatuto da Família, cujo objetivo era estabelecer que tipo de arranjo deveria ser considerado uma família. Os deputados evangélicos utilizaram argumentos baseados na Constituição, em artigo que define o reconhecimento de união estável entre homem e mulher como entidade familiar[14], além de argumentações de fundo biológico, segundo o qual a apenas um casal heterossexual poderia se reproduzir para perpetuar a continuidade da raça humana. O que a autora tenta mostrar, ao longo da análise das audiências públicas é que ainda que um ou outro ator tenha utilizado argumentos religiosos para sustentar sua posição, a maioria deles buscou readequar o discurso, de forma a abranger uma rede mais ampla de apoio. Como os principais atores participantes dessas audiências eram os deputados evangélicos, foi possível observar como houve um esforço de tradução dos argumentos em termos que não fossem os religiosos. Essa conclusão se dá no sentido de que os deputados buscaram mobilizar argumentos que não tivessem um fundo religioso em si mesmo – ainda que pessoalmente, eles os possuíssem –. Assim, quando os membros da FPE, e outros participantes das audiências reivindicam explicações vindas da Psicologia e da Biologia, e também de outras ciências humanas como a Antropologia, além do uso da própria Constituição, que tem por princípio ser laica, é que fica possível observar um sentido de tradução. Não é possível dizer que esses atores abandonaram seus argumentos religiosos,

[14] Capítulo VII, § 3º.

mas sim, que se valeram de uma reformulação de discursos, se valendo de outras áreas, que não só as de suas razões religiosas.

Tal qual Habermas reivindica em seu texto, haveria uma necessidade, no âmbito das decisões políticas, de uma tradução dos argumentos religiosos em termos que fossem cognoscíveis por todos os cidadãos. Além disso, os cidadãos religiosos, ao efetuarem esse processo, poderiam conhecer também visões de mundo diferentes das suas. Portanto, segundo o autor, a participação dos cidadãos que professam determinada doutrina religiosa não é restrita na esfera pública, mas tão somente no campo das decisões parlamentares. É exatamente isso que podemos analisar, pensando nos casos que elencamos anteriormente: foi possível observar uma tentativa de justificação das posições dos parlamentares evangélicos em questões importantes, de forma que não estava apoiada em argumentos religiosos, como por exemplo, a definição de um "modelo" de estrutura familiar, algo que afetaria toda a sociedade.

Porém, essa tradução, no que diz respeito ao caso da discussão do Estatuto da Família, também permite que pensemos nas "exigências" feitas por Rawls em relação à tradução dos argumentos religiosos dentro da razão pública. Em um país como o Brasil, onde "famílias formadas por pai, mãe e filhos já não são maioria no país" (SOARES e VINHAL, 2018), é importante que decisões como essa sejam tomadas sem a influência de argumentos religiosos, uma vez que é um tipo de decisão que afetará a vida de muitas pessoas, que não necessariamente compartilham das mesmas visões de mundo desses deputados. Além do potencial coercitivo, que é uma preocupação de Rawls, esse tipo de decisão está sendo realizada no âmbito parlamentar, o que também é fundamental para o que propôs Habermas em seu texto, justamente porque para o autor, é nesse espaço em que os argumentos devem estar o mais distante de razões religiosas possível.

5. CONCLUSÃO.

Como sublinhado no inicio do trabalho, a intenção foi identificar possíveis relações entre certos aspectos dos argumentos de John Rawls e Jürgen Habermas, analisando alguns casos protagonizados pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. O que foi possível observar é que, ainda que

muitas vezes os argumentos sejam teológicos, os deputados evangélicos buscam em alguns casos específicos uma readequação discursiva (MACHADO, 2017) com o objetivo de não serem acusados de fundamentalistas, e nem de se apoiarem unicamente em razões religiosas, obtendo assim o apoio de cidadãos que não professam a mesma fé que eles. Em casos nos quais o que está se discutindo não são questões de justiça básica, não há essencialmente um problema na utilização dos argumentos religiosos, e esse talvez seja um ponto pacífico entre os dois autores. Ademais, parece haver um "acordo" no sentido de que toda decisão que possui potencial coercitivo, deva ser discutida em termos os quais todos os cidadãos de uma sociedade possam reconhecer e aceitar como justificáveis.

Dessa forma, acreditamos que, partindo da interpretação dos contextos específicos determinados pelos dois autores, é preciso cautela ao reduzir a atuação dos legisladores evangélicos apenas a utilização de seus argumentos religiosos, já que, em alguns casos, estamos observando uma mudança discursiva. Por outro lado, também não é possível dizer que todas as suas decisões são pautadas por premissas científicas, seculares, ou como se queira chamar, uma vez que foram observados exemplos nos quais elas ainda se fazem presentes. A ideia foi tão somente tentar observar situações nas quais poderíamos pensar os pressupostos dos dois autores, sem qualquer tentativa de classificação, tendo em vista que são processos recentes e em plena transformação. Além disso, esse tipo de discussão é frutífero no próprio sentido de aprimorar a democracia brasileira, na medida em que, como apontou Ricardo Mariano,

> num Estado democrático de direito, as diferentes agremiações religiosas detêm, formalmente, o pleno direito a divulgar suas doutrinas religiosas e seus valores morais, a defender seus interesses institucionais, a vocalizar suas preferências políticas e a desempenhar certos papéis na esfera pública. [...] Por outro lado, porém, cabe aos agentes do Estado democrático zelar pelo respeito à tolerância, à liberdade, ao pluralismo, à isonomia no tratamento governamental concedido aos diferentes grupos religiosos. (MARIANO, 2009, p. 134-5)

Ou seja, o que podemos perceber não somente a partir de alguns exemplos trazidos por esse artigo, mas com a discussão no geral, é que a linha que delimita a influência de argumentos religiosos nas discussões políticas ainda é tênue, e a democracia tal como é – e ambos os autores pensam em termos de um governo

democráticos – permite que esses argumentos tenham espaço. O necessário – apesar de tarefa difícil – é reconhecer os limites os quais essa influência não pode ultrapassar, respeitando os direitos e liberdades dos cidadãos como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.*A onda quebrada — evangélicos e conservadorismo*. Cadernos Pagu, 50. Campinas, 2017.

FIGUEREDO, V. *A "bancada evangélica" e o festival de concessões de emissoras de rádio e TV*. Revista Fórum, 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/a-bancada-evangelica-e-o-festival-de-concessoes-de-emissoras-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2018.

FREEMAN, S. *Rawls.* USA: Routledge, 2007.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Tese (doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

HABERMAS, J. *Between Naturalism and Religion: Philosophical Essays*. Cambridge; Malden: Polity, 2008.

JARDIM, L. *Procurador do MPF quer retirar o termo "Deus seja louvado" das cédulas de Real*. VEJA, 2012.

LOTT, M. *Restraint on Reasons and Reasons for Restraint: A Problem for Rawls' Ideal of Public Reason*. Pacific Philosophical Quarterly, 87: 75-95, 2006.

MACHADO, M. das D. C. *Pentecostais, Sexualidade e Família no Congresso Nacional*. Horizontes Antropológicos, n. 47, p. 351-380, 2017.

MARIANO, R. *Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista*. In: Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PIERUCCI, A. F. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. Ciências Sociais Hoje, v. 11, p. 104-132, 1989.

RAWLS. J. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Justiça como equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TAVARES, I. *Razões religiosas na esfera pública: uma análise teórica e empírica da atuação pentecostal no Congresso brasileiro*. Revista Publicum, Rio de Janeiro, n.1, p. 102-139, 2015.

SOARES I. e VINHAL, G. *Famílias formadas por pai, mãe e filhos já não são maioria no país*. Correio Braziliense, 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/12/25/interna-brasil,727213/familias-formadas-por-pai-mae-e-filhos-ja-nao-sao-maioria-no-pais.shtml> Acesso em: 26 de Dezembro de 2018.

A MOBILIZAÇÃO E A CONTRAMOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ABORTO - OS ENFRENTAMENTOS ENTRE FEMINISTAS E REPRESENTANTES DO VATICANO NA CONFERÊNCIA DO CAÍRO DE 1994

Luciano Batista de Oliveira[1]

1. INTRODUÇÃO

As questões ligadas à descriminalização do aborto são umas das dimensões mais desafiadoras no âmbito político, que acabam por gerar uma espiral de disputas entre os movimentos pró-aborto e anti-aborto. Nesse sentido, visa-se examinar o conflito ocorrido entre as feministas e o Vaticano na Conferência do Cairo em 1994.A ideia é analisar a articulação discursiva e estratégica daqueles dois atores nesse cenário político internacional.

O argumento central trabalhado neste artigo se refere à mudança de rumo que toma o conflito entre feministas e o Vaticano na década de 1990. As feministas articulam um discurso político baseado na gramática dos direitos humanos e fazem alianças que estabelecem um terreno político fértil à vitória e à inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos na política internacional adotada na Conferência do Cairo de 1994, a qual pode influenciar alterações legislativas nos Estados que compõem as Nações Unidas (ONU). E, por outro lado, o Vaticano, ao perceber que seu discurso, existente desde a Conferência do México de 1984, é desprestigiado, minado e substituído pelo das feministas, vê-se obrigando a criar um novo discurso político internacional, que é baseado nos direitos humanos e na sua ligação com a bioética para proteção da vida e da existência do feto.

O exame se inicia com a análise detida do processo político no qual as feministas americanas desenvolvem seus discursos e seus estratagemas de ação política, o que ocorre nos Estados Unidos, e depois nos seus desdobramentos no cenário internacional, em especial na Conferência do Cairo de 1994, findando na análise da mobilização do Vaticano diante da nova disputa política. Os dados

[1] Dourando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador e membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Laboratório de Estudos de Política e Criminologia da Unicamp. Docente de Direito e de Ciências Sociais e Políticas.

levantados têm por base fontes primárias oriundos de atas e documentos publicados por esses atores e, ainda, com fundamento na bibliografia que explica muitas das nuanças do período.

Portanto, o intento é examinar a mobilização das feministas e a contramobilização do Vaticano na Conferência do Cairo de 1994, o que é realizado com base nos discursos e alianças realizadas, tendo por base uma perspectiva processual dos fatos políticos ao longo do tempo.

2. O PROCESSO POLÍTICO DE VITÓRIA DAS FEMINISTAS NA CONFERÊNCIA DO CAIRO EM 1994

2.1. O RESULTADO FAVORÁVEL DA CONFERÊNCIA DO CAIRO EM 1994

Na Conferência do Cairo de 1990, os grupos de mulheres obtiveram uma importante vitória política: uma política internacional populacional mesclada aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse caso, o Comitê Internacional da Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994, busca implementar uma política incomum que ratifica a vitória das feministas, expedindo um Programa de Ação, que representa um acordo efetivado entre as feministas e os responsáveis pela Conferência, os neomalthusianos.

A esse respeito, explicam HODGSON e WATKINS (1997, p. 467) que tal política populacional se une à do sistema de direitos sexuais e reprodutivos das feministas, e que ambos os movimentos falam em termos de um “terreno comum”: os neomalthusianos se comprometem a uma estratégia de equidade de gênero para alcançar a estabilização da população, e concordam programaticamente em suplementar atividades de saúde; e as feministas oferecem, por sua vez, apoio aos objetivos neomalthusianos.

Entretanto, apesar desse acordo bem-sucedido na Conferência do Cairo em 1994, tal vitória é decorrente de processos políticos e sociais anteriores que a influenciam. O primeiro deles é a adoção do direito como léxico para mobilização política; e, o segundo, refere-se à aproximação e aliança das feministas americanas com os neomalthusianos e com o Presidente Bill Clinton em 1992.

2.2. ADOÇÃO DO LÉXICO JURÍDICO COMO DISCURSO E INSTRUMENTO DE DISPUTA NO CENÁRIO POLÍTICO

A mobilização do léxico do direito pelas feministas se inicia após a decisão da Suprema Corte Americana no caso *Roe vs Wade*[2], em que se inicia a mobilização e o uso do direito como um instrumento de disputa e como discurso político para convencimento nas demandas pela expansão dos direitos das mulheres.

A partir desse caso jurídico emblemático, a Suprema Corte Americana reconhece os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e abre, por isso, um importante precedente, porque fica claro que a linguajem dos direitos pode ser mobilizada para a obtenção de vitórias pontuais, como o acesso à contracepção e ao próprio aborto (HODGSON e WATKINS, 1997; STETSON, 2003).

E isso é possível, pois os símbolos legais agem como "lentes cognitivas" através das quais os indivíduos e os grupos constroem suas relações, práticas e conhecimentos para incorporá-los em queixas, identidades e objetivos (SILVERTEIN, 1996; PEDRIANA, 2006; HILSON, 2009). Nesse sentido, os agentes políticos podem interpretar a realidade, trabalhar com modelos ou esquemas interpretativos (frames), que permitem a identificação dos problemas que os afligem, os meios para confrontá-los e os signos que conformam o discurso político a ser mobilizado, o que pode se dar por meio do léxico jurídico, que se se torna uma cultura-base de mobilização social e gera uma hierarquização entre argumentos possíveis, no sentido de que uns são minorados, enquanto que outros, os jurídicos, são valorizados. Isso se torna nítido quando se está em jogo a ideia dos direitos fundamentais constitucionais e humanos, porque se pode produzir uma "consciência de direitos", que permite aos indivíduos e grupos imaginar e agir à luz dos direitos no Judiciário (McCANN, 1994).

Essa percepção nova sobre o direito como recurso político, porém, aprofunda-se somente a partir do confronto contra o movimento pró-vida, que surge após a decisão da Suprema Corte no caso citado, porque, diante dela, também precisa

[2] Esse caso é uma referência no direito constitucional dos EUA, pois estabelece o aborto como um direito fundamental e que exerce grande influência no debate do assunto. No caso, McCorvey busca a autorização para a realização do aborto na década de 1970, no Texas, onde tal ato é criminalizado. Como esse direito é negado, ela busca processar Henry Wade, um promotor do condado de Dallas, utilizando-se do pseudônimo "Jane Rose", para obter um julgamento que declare a inconstitucionalidade da legislação do Texas para permissão do aborto. Após inúmeras apelações, o caso é direcionado para a Suprema Corte Americana, a qual julga o caso, deferindo os direitos de Jane Rose, permitindo o processo abortivo.

aprender a melhor maneira de se utilizar a linguagem dos direitos para impedir o aborto.

Essa ação política com base no linguajar dos direitos se estende para a mobilização do movimento pró-vida perante o Congresso Americano com a propositura de duas emendas, uma de natureza legal e outra de natureza constitucional. A primeira visa à limitação do financiamento público para efetivação do aborto pelas mulheres e a segunda a tornar esse procedimento um ato ilícito. Nesses casos, a representante Henry Hyde propõe essas duas iniciativas legislativas, que acabam por ser denominadas de "Emenda Hyde", e que se fundamentam em um discurso que gira em torno de um *frame* contrário aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres: o do direito à vida do feto, sendo entendido como um ser indefeso e que espera para nascer, e o ato abortivo como violento e tendente à eliminação de uma pessoa (STETSON, 2003).

As feministas, por outro lado, buscam reativar o léxico jurídico-político efetivado na decisão do caso *Roe versus Wade*. Entendem que o caso deve ser articulado com base nos direitos das mulheres, em especial, o direito à autonomia de tomar decisões sobre o aborto, o que torna ilegal a restrição do financiamento público pretendido pela Emenda Hyde e demonstra o seu impacto negativo ao prejudicar mulheres pobres e necessitadas, que enfrentam sozinhas as consequências dos abortos clandestinos (STETSON, 2003).

Esse confronto político, no entanto, não fica adstrito ao espaço público, expandindo-se para dentro do Congresso Americano em meados de 1977, pois a Câmara e o Senado têm posições opostas perante o exame da Emenda Hyde. A Câmara, impulsionada pelo movimento pró-vida, visa restringir o financiamento legal do aborto aos casos de perigo de vida da mãe. O Senado, por sua vez, vincula o exame ao âmbito da saúde, da educação e do bem-estar, pretendendo que a restrição legal contemple mais exceções autorizativas do aborto (STETSON, 2003).

Nesse embate, porém, o Senado é o vencedor, mas seu entendimento também é modificado. Em primeiro, Henry Hyde apresenta outra emenda no ano seguinte e garante a proibição, ressalvando a permissão ao aborto no caso de risco de vida da mãe, o que se torna o padrão para as decisões em todas as sessões do Congresso na próxima década. Em segundo, essa medida legislativa é julgada

constitucional pela Suprema Corte Americana em 1980, o que também recebe apoio do então Presidente Jimmy Carter (STETSON, 2003)[3].

A derrota política das feministas está aparentemente sedimentada, porém, tal configuração toma outro caminho quando Bill Clinton é eleito Presidente dos EUA em 1992. Esse novo ator político de peso coloca-se como a favor do direito ao aborto e dá apoio à iniciativa das feministas de ampliar essa direito. Assim, quando o projeto da Emenda Hyde é apresentado e aprovado no Congresso, ele, Bill Clinton, ao recebê-lo, veta-o e, no mesmo ato, aproveita para reinserir o debate sobre gênero, solicitando o discurso de mulheres sobre as consequências de um aborto tardio, tendo por fim demonstrar a necessidade do financiamento público para a realização do procedimento médico (STETSON, 2003)[4].

2.3. O PROCESSO POLÍTICO DE ALINHAMENTO ENTRE AS FEMINISTAS, O MOVIMENTO NEOMALTHUSIANO E O PRESIDENTE BILL CLINTON

Essa vitória demonstra a ascensão do discurso dos direitos sexuais e reprodutivos na mobilização das feministas no âmbito interno americano, porém, não se efetiva somente por isso e não explica a sua articulação no âmbito internacional. Pode-se dizer também que parte desse processo para ocorrer é influenciado por outro fator que ajuda na vitória ocorrida no Cairo em 1994 e que se refere às alianças políticas construídas em momentos anteriores no cenário americano contra o Presidente Ronald Reagan e que, logo depois, são mobilizadas no cenário internacional.

Em 1980, o Presidente Ronald Reagan[5], que é contrário ao aborto e às políticas populacionais, é eleito. Em razão dessas posições, adota uma posição provida e entende que a variável populacional é neutra na relação com o crescimento econômico, e que o controle estatal excessivo é o responsável pela estagnação do crescimento da população. Tais políticas contrárias às agendas feministas e à dos neomalthusianos é imposta e efetivada na Conferência do México em 1984. Reagan adota uma posição anti-malthusiana e mina por completo os programas de controle de fertilidade (que incluí o aborto como método

[3] Presidente no período de 1977 a 1981.
[4] Essa aliança entre as feministas e o então Presidente Bill Clinton é aprofundada adiante e se busca mostrar as ligações com o movimento neomalthusiano também.
[5] Presidente no período de 1981 a 1989.

contraceptivo), e termina com o financiamento das atividades de planejamento familiar estrangeiro de organizações, que oferecem o aborto como modo de controle de natalidade (HODGSON e WATKINS, 1997)[6].

Diante dessa postura, a aproximação entre feministas e os neomalthusianos se inicia e é realizada pela Coalizão Internacional para a Saúde da Mulher (IWHC, *International Women's Health Coalition*). No caso, a IWCH formula uma agenda feminista que engloba uma aliança entre as próprias feministas e os neomalthusianos, pois articula antes um "pacote ideológico" ligando seu compromisso de proteger e melhorar a saúde da mulher com uma política de controle populacional (HODGSON e WATKINS, 1997).

No entanto, a aproximação entre feministas e neomalthusianos somente ganha força e enlace com o aparecimento de um aliado em comum em 1992: o novo Presidente dos EUA, Bill Clinton[7], porque, ao assumir o cargo, extingue a política de Reagan adotada na Conferência do México, assume de forma inequívoca que o crescimento populacional não é um fenômeno neutro no processo de desenvolvimento econômico e, ainda, adota uma posição pró-escolha no caso do aborto (HODGSON e WATKINS, 1997).

2.4. O PROCESSO POLÍTICO DE VITÓRIA POLÍTICA NA CONFERÊNCIA DO CAIRO (1994) E A DERROTA DO VATICANO

Essa aliança política contribui para a vitória das feministas no Cairo em 1994, porque, ao mobilizarem o discurso jurídico no cenário internacional, e ao serem referendadas por outros atores importantes nesse cenário, como os neomalthusianos, tem início uma desestabilização no discurso hegemônico do Vaticano, que havia sido predominante na conferência anterior, no México em 1994.

Sobre esse ponto, o Vaticano, na Conferência do México de 1984, estabelece um discurso pautado numa visão de controle populacional e de defesa da família. Nesse sentido, entende que os sistemas econômicos internacionais devem garantir a dignidade, a justiça e a paz às pessoas para que possam cuidar e educar as suas famílias, que é, nessa visão da instituição, um direito dado por Deus. Assevera,

[6] Ademais, nessa ocasião, o Presidente Ronald Reagan obtém apoio do Vaticano, pois sua agenda representa uma ação contraria à agenda progressista das feministas (CORRÊA, 1994).

[7] Presidente no período de 1993 a 2001.

também, que as economias internacionais não podem visualizar as pessoas e as famílias como números, mas como seres titulares de direitos e merecedores de respeito e, logo, possuidores de dignidade humana, bem como que, nas políticas de controle populacional adotadas, não se deve incluir como método de controle o aborto e os contraceptivos (VATICANO, 1984).

Ademais, o Vaticano obtém apoio do então Presidente Ronald Reagan que, conforme apontado anteriormente, referenda a posição do Vaticano, por ser contrário ao aborto e às políticas populacionais[8]. E justamente consegue uma vitória, que é a produção de uma política demográfica sem a inclusão do aborto e dos contraceptivos como métodos de controle populacional (CORPRÊA, 1994).

Porém, essa vitória começa a ser minada em função da articulação internacional das feministas e de suas alianças, já estabelecidas em solo americano anteriormente, nos preparativos da Conferência do Cairo. Nesse período anterior, as feministas em conjunto com os neomalthusianos e, com o apoio do Presidente Bill Clinton, conseguem produzir uma minuta que mescla uma política de controle populacional com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (COHEN e RICHARDS, 1994).

E, no período de realização da Conferência, essa aliança é vitoriosa, em especial pela ação e apoio do Presidente Americano Bill Clinton. Tal apoio é essencial, pois Bill Clinton nomeia Timothy W. Wirth (ambientalista e defensor do controle populacional) como principal porta-voz da Administração e o encarrega para organizar a preparação da Conferência do Cairo em 1994, o qual vincula a perspectiva neomalthusianismo a das feministas como política híbrida a ser efetivada. Assim, inúmeras metas feministas são congraçadas, tais como: atendimento à demanda e ampliação dos serviços de saúde reprodutiva; respeito aos direitos humanos básicos das mulheres, garantindo que elas tenham direitos econômicos; a adaptação de programas populacionais para o enfrentamento dos problemas de adolescentes e mulheres na concepção; e, a implementação de programas e estratégias para o desenvolvimento sustentável (HODGSON e WATKINS, 1997).

[8] A Administração Americana se alinha com o Vaticano nas discussões sobre o aborto e, ato continuo, retira apoio financeiro às instituições internacionais envolvidas com atividade de controle populacional (CORRÊA, 1994)

O Vaticano percebe essa ofensiva, que é contrária ao seu posicionamento sedimentado desde a Conferência do México em 1984. Por isso, começa a se contramobilizar em busca de apoio e alianças também. Nesse sentido, articula-se por três vezes: busca alianças dentro da própria Conferência, enviando uma carta, em 18 de março de 1994, à Secretária Geral da Conferência do Cairo (VATICANO, 1994a); depois se articula perante os membros da ONU, em 19 de março de 1994, enviando uma carta à cada um dos seus membros para rechaçar o apoio à mobilização feminista (VATICANO, 1994b); e, por fim, busca influenciar as posições dos estados islâmicos (Arábia Saudita, Sudão, Iraque e Líbano), os quais boicotam a reunião do Cairo (COHEN e RICHARDS, 1994).

O discurso mobilizado para persuasão dos demais atores políticos é carregadamente ético e os *frames* articulados são basicamente três: a família, o casamento e a vulnerabilidade da criança e da mulher. A família é considerada um bem que não pode ser dispensado nos debates internacionais (VATICANO, 1994a), pois é um valor natural, moral e religioso (VATICANO, 1994b). No que se refere ao casamento, é entendido como uma instituição natural, fundamental e universal (VATICANO, 1994b); e, por fim, sobre o caso das crianças e das mulheres são vistos como sujeitos sociais vulneráveis e que devem ser valorizados e protegidos (VATICANO, 1994a)[9].

Entretanto, apesar de todas as tentativas para se angariar apoio ao seu posicionamento, o Vaticano é derrotado na Conferência do Cairo.

3. O NOVO PROCESSO POLÍTICO DE CONTRAMOBILIZAÇÃO DO VATICANO

Essa derrota do Vaticano, por sua vez, representa um fato significativo, pois os órgãos internacionais não estão mais a favor da sua agenda e de seu discurso, fortemente preso a uma perspectiva ética e ao contexto político da Conferência do México de 1984. Por isso, tem de reformular sua estratégia contra aquilo que passa a ser classificado enquanto “cultura da morte” (PAULO II, 1995, item 12)[10], adotando

[9] Ademais, esses argumentos são articulados com base em uma visão negativa a respeito da mobilização das feministas e dos EUA, pois mobilizam perspectivas advindas de países ricos e extremamente individualistas, segundo o ponto de vista do Vaticano (VATICANO, 1994 a, b e c)

[10] A esse respeito, o Papa João Paulo II entende a “cultura da morte” como um fenômeno político relacionado a um conjunto de ações políticas perpetradas por correntes culturais, econômicas e políticas com o

uma nova gramática de discurso político, que se inicia com a publicação da Encíclica *Evangelium Vitae* (EV), escrita pelo Papa João Paulo II, em 1995, para proteção da vida como valor absoluto e que é protegida por uma perspectiva dos direitos humanos, ligada ao biodireito e submetida à visão religiosa da instituição (PAULO II, 1995, item 01).

Essa perspectiva, então, permite ao Papa valorar todo ato atentatório à vida humana como sendo um ato humano e eivado de inveja do demônio. O aborto em específico, nos dizeres de João Paulo II (1995, item 58), é um ato provocado contra a vida e que é particularmente abjurável por ser direcionado contra o embrião, que é um ser contemplado nas escrituras[11].

Entretanto, João Paulo II (1995, item 58) também afirma que a aceitação do aborto nas mentalidades humanas, nos costumes e nas leis, é o sinal de uma perigosa crise moral que faz com que o homem, pouco a pouco, não saiba distinguir entre o bem e o mal, mesmo quando está em jogo o direito fundamental à vida. Sob tal aspecto, o direito é considerado um dos fatores que obscurecem a consciência humana, legitimando atos contra a vida; e essa legitimação ocorre na situação de direitos que o Estado deve reconhecer aos cidadãos e, consequentemente, materializam-se como serviços passíveis de exigência enquanto assistência segura e gratuita prestada por médicos e por profissionais da saúde (JOÃO PAULO II, 1995, item 68).

É com base nessa constatação e crítica em relação ao direito que o Papa busca reinterpretá-lo, ontologizá-lo ao submetê-lo ao valor absoluto da vida. Inicia isso estabelecendo a relação entre a lei civil e a lei moral, e o objetivo de ambas. Assevera que o papel da lei civil é diferente e diverso do da lei moral, mas que não pode substituir a consciência, nem pode ultrapassar a sua própria competência, qual seja: assegurar o bem comum das pessoas, mediante o reconhecimento e defesa dos direitos fundamentais, a promoção da paz e da moralidade pública, bem como a proteção do primeiro e fundamental direito, que é, no seu dizer, a da inviolabilidade do direito à vida de todo ser humano inocente (PAULO II, 1995, item 79).

---

foco na relativização do conceito de vida e do direito à vida e, logo, na imposição de uma cultura antisolidária (PAULO II, 1995, item 12).

[11] Segundo João Paulo II: “Vossos olhos contemplaram-me ainda em embrião” (Sal 139 138, 16) – PAULO II, 1995, item 58.

João Paulo II, após estabelecer o fundamento ético de sua perspectiva, bem como ao essencializar o direito, relacionando-o com à ética cristã, busca que tais premissas sejam aprofundadas e difundidas. Por isso, determina a criação da Pontifícia Academia para a Vida, nos seguintes termos, *ipsis litteris*:

> "Também os intelectuais muito podem fazer para construir uma nova cultura da vida humana. Responsabilidade particular cabe aos intelectuais católicos, chamados a estarem ativamente presentes nas sedes privilegiadas da elaboração cultural, ou seja, no mundo da escola e das universidades, nos ambientes da investigação científica e técnica, nos lugares da criação artística e da reflexão humanista. Alimentando o seu génio e ação na seiva límpida do Evangelho, devem comprometer-se ao serviço de uma nova cultura da vida, através da produção de contributos sérios, documentados e capazes de se imporem pelos seus méritos ao respeito e interesse de todos. Precisamente nesta perspectiva, instituí a Pontifícia Academia para a Vida (...)"(EV, 98)

O papel da Academia Pontifícia é o de estudar os problemas de seu tempo e os intelectuais que a compõe devem relacionar a biomedicina ao direito e, ainda, com a moral cristã e com as diretrizes do Magistério da Igreja, tendo por fim a promoção e a defesa da vida (João PAULO II, 1995, item 98).E assim o fazem, tanto que realizam um Concílio entre as datas de 23 a 25 de maio de 1996. Em tal Assembleia, deliberam sobre a possibilidade de estabelecer uma ponte entre a ciência e a ética, e, especialmente, entre ética e o direito (SGRECCIA, 1996). O debate parte da constatação de que, naquele momento histórico, as questões de bioética ganham importância e que devem ser relacionadas com o direito, criando-se o biodireito (SGRECCIA, 1996).

Essa ligação entre bioética e o direito tem um foco estratégico: não apenas definir e estabelecer essa relação, mas reivindicar a legitimidade de um discurso ético no campo social e sua relevância no campo legal (SGRECCIA, 1996). Nesse sentido, o direito deve se submeter à ética, difundindo-se pelos meandros sociais. Conforme Torres, (1996, p. 36), essa relação é necessária para se definir princípios éticos capazes de direcionar a ação humana diante das aquisições científicas e tecnológicas que afetam a vida e, ainda, para as escolhas políticas e legislativas que são feitas, bem como para o campo biomédico, a fim de organizar comportamentos individuais e critérios sociais segundo a ética (ordem bioética) e a justiça (ordem jurídica).

Entretanto, apesar dessa relação entre bioética e o direito parecer neutra e científica, possui uma de lógica introdução de dogmas religiosos na produção legislativa, tendo sua porta de entrada pela bioética. Isso fica claro quando se analisa o discurso de Francesco de D'agostino. Segundo esse cardeal, a teologia tem uma função epistemológica sobre o direito: não impor sua relação vertical com Deus (direito divino), mas, sim, apontar um modo específico de se compreender as coisas, isto é, apontar para o direito um novo horizonte de significado que estaria expresso no *Evangelium Vitae*, como a proteção à vida de quem nasce e de quem vive e, ainda, os problemas relacionados à liberdade absoluta infiltrada nos direitos humanos (D'AGOSTINO, 1996, p. 49).

Assim, as bases de um novo discurso, que alia a bioética ao direito, são lançadas. O próximo passo é desenvolvê-las enquanto um discurso político para proteção do feto e contra o aborto, o que é realizado no Concílio de 1997, no qual inúmeros intelectuais participam para produzir um discurso multidisciplinar e duas perspectivas são trabalhadas: a relação entre bioética e biodireito; e a produção de conhecimentos multidisciplinares para entendimento do estatuto cientifico, antropológico, ético e normativo do embrião (RAMOS, 2007).

A participação acadêmica desse grupo redundou na produção do livro intitulado "Identidade e Estatuto do Embrião humano", sob a coordenação do Cardeal Elio Sgrecia e de Juan de Dios Vial Correa. Trata-se de uma obra que gira em torno da ideia de se criar um estatuto para o embrião, ou seja, criar um conjunto de conhecimentos acerca da vida do embrião, ou, conforme João Paulo II o expressa, sua finalidade é restaurar a dignidade humana da vida e a da lei e da política (PAULO II, 1995, p. 18).

4. CONCLUSÃO

Este artigo constata que o enfrentamento entre as posições dos movimentos de mulheres e o Vaticano toma um novo rumo na década de 1990. As feministas conseguem articular um discurso político poderoso, que está ligado com o modo de se mobilizar do período, que é o discurso jurídico, com alianças que criam um terreno político propício à vitória e à inserção dos direitos sexuais e reprodutivos em uma política de caráter internacional, que pode influenciar e sugerir alterações

legislativas nos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). E o Vaticano, por sua vez, vê seu discurso, existente desde a Conferência do México de 1984, ser desprestigiado e minado, cedendo lugar ao das feministas, obrigando-o a se "reinventar", substituindo um discurso político internacional carregadamente ético e valorativo por outro de caráter jurídico, espelhando-se no contexto de conflitos que se insere e científico para fazer valer seu ponto de vista.

Um ponto saliente desse confronto é que a relação mobilização-contramobilização não pode ser analisada em abstrato, mas no fluxo dos acontecimentos nos quais o conflito se dá. Nesse sentido, o artigo aponta que examinado é uma sucessão de fatos políticos ligado à vitória e à derrota desses atores, fazendo com que cada um se reinvente para obter um resultado político mais favorável. No contexto da Conferência do Cairo de 1994, as feministas conseguem uma vitória política importante sobre o Vaticano mesmo após a derrota na Conferência do México de 1984, que é superada com o amealhar de experiências adquiridas no contexto americano (léxico jurídico e alianças) e com a articulação estratégica no cenário internacional. O Vaticano, por outro lado, vê seu capital político construído naquela Conferência ser fulminado, devendo reformular seu estratagema de articulação internacional.

Outro saldo positivo é notar que a ação estratégica no Vaticano, ao reformular seu discurso, culmina na criação de um novo aporte institucional para desenvolvê-lo, aprofundá-lo e disseminá-lo entre os crentes, não crentes, entre os cardeais e para a própria mobilização dela. Tal ponto, por conseguinte, merece um aprofundamento em estudos posteriores, o que é a intenção.

Portanto, o presente artigo elucida um ponto da literatura pouco desenvolvido no Brasil, permitindo se verificar que o conflito entre as feministas e o Vaticano toma novas formas e proporções na Conferência do Cairo de 1994, o que influencia a ação de cada ator em momentos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Relações Internacionais e Temas Sociais*. Brasília: IBRI, 2001

_____A polêmica Malthus *versus* Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002

BENFORD, Robert D.Master frame. In: The Wiley-Blackell Encyclopedia of Social and Political Movements. EUA: Wiley Online Library, 2013.

CORRÊA, Sônia; JANNUZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Rio de Janeiro: UNFPA-Brasil, 2003**.**

COHEN, Susan A.; RICHARDS, Cory L. The Cairo Consensus: Population, Development And Women. EUA: Family Planning Perspectives, Vol. 26, Número 6, 1994.

D'AGOSTINO, Francesco. La teologia del diritto positivo: annuncio cristiano e verità del diritto. *In*: Evangelium vitae and law, 1996.

ERNST, Julia L.; KATZIVE, Laura; SMOCK, Erica.'The global pattern of US initiatives curtailing women's reproductive rights: a perspective on the increasingly anti-choice mosaic'. Journal of Constitutional Law,2004.

EUSEBI, Luciano. Proteção do embrião: perfis jurídicos. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

FANTI, Fabiola. Mobilização social e luta por direitos: um estudo sobre o movimento feminista. Campinas: Unicamp, tese de Doutorado, 2016

GLANDON, MARY ANN. Women's identity, women's rights and the civilization of life. *In*: Evangelium vitae and law, 1996.

GILLESPIE, DG Viewpoint. Whatever happened to family planning and, for that matter, reproductive health? California: International Family Planning Perspectives, 2004.

HILSON, Chris. Legal Framing and Social Movement Research: An Overview and an Assessment. EUA: *Journal of Law and Society,* Vol. 36, n.º 1, 2009.

HODGSON, Dennis; WATKINS, Susan Cotts. "Feminists and Neo-Malthusians: Past and Present Alliances". Population and Development Review, vol. 23, no. 3, 1997.

McCANN, Michael W. Rights at work: pay equity reform and the politics of legal mobilization. Chicago/London: Universidad de Chicago, 1994.

_____ Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos usuários. *In*: DUARTE, Fernanda; KOERNER, Andrei (Org.). *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal, Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região.* Cadernos Temáticos – Justiça Constitucional no Brasil: política e direito. Rio de Janeiro: EMARF – TRF 2ª Região, 2010.

MELINA, Livio. Questões epistemológicas a respeito do estatuto do embrião humano. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

MEYER, Carinne; SEIMS, Sara. The Unique Role of U.S. Foundations in International Family Planning and Reproductive Health. Nova Iorque: Journal of Women's Health, Volume 19, Number 11, 2010.

PALAZZANI, laura. Os significados do conceito filosófico de pessoa e suas implicações no debate atual sobre o estatuto do embrião humano. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

PAULA, Ignacio Carrasco. O respeito devido ao embrião humano: uma perspectiva histórica e doutrinária. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

PAULO II, João. Carta Encíclica Evangelium Vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995.

PEDRIANA, Nicholas. From Protective to Equal Treatment: Legal Framing Processes and Transformation of the Women's Movement in the 1960s. Chicago: Universidade de Chicago, *American Journal of Sociology*, vol. 111, n. º6, 2006.

PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA. Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

RAMÓN, Lucas. O estatuto antropológico do embrião humano. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

RUIBAL, Alba M. Movilización y contra-movilización legal: propuesta para su Análisis en América Latina. *In*: Política y gobierno. Argentina: Conicet, v. XXII, 2015.

SERRA, Angelo; COLOMBO, Roberto. Identidade do embrião humano: a contribuição da biologia. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

SGRECCIA, Elio. Le legislazioni sulla corporeità. Il saluto della Pontificia Accademia per la Vita. *In*: Evangelium vitae and law, 1996.

SERRA, Angelo; COLOMBO, Roberto. Identidade do embrião humano: a contribuição da biologia. *In*: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

SILVERSTEIN, Helena. Unleashing Rights: Law, Meaning, and the Animal Rights Movement,1996.

STETSON, Dorothy McBride. *US Abortion Debates 1959–1998: The Women's Movement Holds on*. In: STETSON, Dorothy McBride (Org.). Abortion politics, women's movements, and the democratic state: a comparative study of state feminism. Oxford University Press, 2003.

TORRE, Giuseppe Dalla. Le leggi contro la vita: il loro significato politico-giuridico. . In: *Evangelium vitae and law*, 1996.

VATICANO. Mensagem do Papa João Paulo II a Rafael M. Salas, Secretário-geral da Conferência Internacional de 1984 sobre a população. Santa Sé, 1984.

_____Carta do Papa João Paulo II ao secretário-geral da conferência internacional sobre população e desenvolvimento. Santa Sé, 1994.

_____ Cartas aos Chefes dos Estados Membros da ONU, sobre o tema

próxima Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Santa Sé, 1994b.

_____Evangelium and Law, 1996

_____Intervento dell'arcivescovo Jean-Louis Tauran alla vi assemblea generale della Pontificia Accademia per la Vita, 2000.

EVANGÉLICOS EM OPOSIÇÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA:

Uma análise das falas contrárias à homossexualidade[1]

Paula Bortolin[2]

A conjuntura mundial, social e política, a partir de meados do século XX, contribuiu para a crescente destradicionalização de valores e práticas sociais acerca das categorias gênero, sexo e sexualidade. Nesse período observamos a mobilização de mulheres, homossexuais, lésbicas, travestis e transgêneros, em coletivos, movimentos e associações para reivindicarem de maneira potente e ordenada o reconhecimento jurídico de suas pautas. Esses movimentos questionaram a opressão e a subordinação de mulheres, a biologização do sexo, o binarismo de gênero, o modelo tradicional de família e a submissão da sexualidade à heterossexualidade (IRINEU, 2014).

É sob esse contexto que as nações integrantes dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos passaram cada vez mais a incluir em suas diretrizes, ações destinadas à promoção dos direitos da mulher e das pessoas LGBT[3]. No Brasil, ainda que gradativamente, observamos nas últimas décadas algumas mudanças socioculturais, legais e políticas que convergem para um reposicionamento da mulher e dos sujeitos LGBT nas relações sociais, assim como uma ressignificação do ato sexual (GONZÁLEZ, 2010). A partir desse cenário, lideranças evangélicas justificam, em parte, a ocupação de cargos políticos e se articulam, a despeito das diferenças no meio evangélico, para que haja um controle do ambiente social frente às ameaças que a conjuntura do período trouxe à moralidade tradicional (MACHADO, 2015).

Diversos autores (FRESTON 1994, SOUZA 2009, MONTERO 2012, MACHADO, 2015) já apontaram a formação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1986, enquanto o estopim para a entrada dos evangélicos na política

[1] Este artigo foi extensivamente baseado na dissertação de mestrado da autora intitulada “A controvérsia em torno do projeto de lei 122/2006: Uma análise da oposição de parlamentares evangélicos à criminalização da homofobia” (BORTOLIN, 2018). É importante destacar que o trabalho citado foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

[3] Está sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero. Toda vez que a mesma for citada, fará referência a este grupo de indivíduos.

institucional brasileira. Lideranças desse segmento apostaram que a participação na vida política, a princípio nas deliberações da ANC e posteriormente nos pleitos eleitorais, seria uma oportunidade de disputar espaço junto com a Igreja Católica na religião civil (FRESTON, 1994). Corroborando com esse apontamento, Maria das Dores Campos Machado (2015) aponta que na perspectiva hegemônica entre os evangélicos, a inserção na política é justificada devido à necessidade de representatividade desse grupo que por décadas teria sido preterido pelo Estado, ausente dos espaços de poder e consequentemente sem os seus interesses atendidos no Congresso Nacional e Câmaras Legislativas Municipais.

Desde então, observamos um crescimento progressivo na eleição de líderes evangélicos no Congresso Nacional, impulsionado por meio de estratégias variadas, tema de uma extensa produção bibliográfica (NOVAIS 2001, ORO 2003, BOHN 2004, SOUZA 2009, DUARTE 2011, VITAL DA CUNHA & LOPES 2013, MACHADO 2015). A política, classificada anteriormente como um espaço profano e, portanto, dominado por forças malignas, passou a ser encarada não somente como um local de reivindicação das demandas deste segmento, mas também como um terreno de disputas de valores morais (COWAN, 2014). Em meio a esse contexto, observamos nos últimos anos um crescimento do engajamento de lideranças religiosas evangélicas em disputas púbicas acerca de temas que envolvem sexualidade, gênero e reprodução[4]. De acordo com Ronaldo de Almeida (2019) esses atores disputam efetivamente a moralidade pública, reivindicando que seus valores morais sejam inscritos na ordem legal do país.

À vista disso, esse trabalho propõe uma análise de algumas falas e argumentos de autoridades evangélicas engajadas na controvérsia em torno do Projeto de Lei (PL) 122/2006[5], proposto em 2001, com o objetivo de criminalizar o

[4] Sandra Duarte de Souza (2013) enfatiza que parlamentares evangélicos não formam um grupo coeso, como parte de um movimento uniforme com atuação política uniforme. Porém, no que tange aos temas mais diretamente ligados à sexualidade e aos direitos reprodutivos, verifica-se uma maior propensão ao conservadorismo moral (SOUZA, 2013).

[5] Originado pelo PL 5003/2001, proposto pela então deputada Iara Bernardes (PT-SP) no ano de 2001, o PL da homofobia, como ficou popularmente conhecido, passou por diversas reformulações na Câmara dos Deputados, sendo aprovado em 2006 na Casa sob a identificação de PL 122/2006. No Senado encontrou grande resistência principalmente através de articulações dos Senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Magno Malta (PR-ES), sendo arquivado em 2011. Ainda nesse mesmo ano, a Senadora Marta Suplicy desarquivou o PL reacendendo a discussão sobre a criminalização da homofobia. No entanto, o grande dissenso em relação ao conteúdo deste PL impossibilitou a sua votação em plenário, uma vez que parlamentares vinculados a denominações evangélicas e parlamentares defensores dos direitos LGBT jamais chegaram a um consenso

preconceito e a discriminação por orientação sexual. Após a sua aprovação na Câmara dos Deputados em 2006, o PL em questão sofreu forte oposição de parlamentares filiados à Frente Parlamentar Evangélica[6], que se articularam no Senado para coibir a sua votação nessa casa. Uma série de argumentos e justificativas foi produzida nas mídias por esses atores, a fim de legitimar as posições contrárias à criminalização da homofobia. Nossa análise, portanto, não possui como eixo norteador a compreensão das justificativas elaboradas na esfera política, especificadamente no âmbito do Congresso Nacional, onde a controvérsia se originou. O intuito desse artigo é observar as estratégias discursivas de atores pertencentes ou ligados à Frente Parlamentar Evangélica, produzidas na mídia, de modo a angariar adesão social e força popular aos seus respectivos posicionamentos. Privilegiamos como material de análise as falas que abordaram o tema da homossexualidade, com o intuito de observar como esses atores, ao se posicionarem acerca do PL 122/2006, mobilizaram estratégias discursivas para desqualificar a homossexualidade. Com o propósito de ampliar essa investigação, pontuaremos as diferenças observadas na construção das falas destinadas aos jornais da grande mídia e aos sites de noticias evangélicos.

Para tal empreendimento, mapeamos entrevistas com autoridades evangélicas e matérias que abordaram o tema reproduzindo as falas diretas dos mesmos, publicadas por jornais de circulação nacional como a *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Referente à mídia evangélica, nos apoiamos em um acervo de 28 entrevistas que destacaram a controvérsia em questão e que obtiveram maior número de acessos no site de buscas *Google.com.* O recorte temporal desse material foi centrado no período em que o PL122/2006 tramitou pelo Senado Federal, especificadamente a partir de 2011, quando o mesmo foi desarquivado pela então Senadora Marta Suplicy, após o efervescente debate em torno da aprovação da união estável homoafetiva pela Suprema Corte, até seu novo arquivamento em janeiro de 2015.

acerca das ações que deveriam ser criminalizadas enquanto homofobia. Após tramitar por oitos anos no Senado, em janeiro de 2015, o PL 122/2006 foi arquivado, seguindo normas do regimento da casa que prevê o arquivamento de todas as propostas que tramitam por duas legislaturas sem ser votadas.

[6] Em 2003, foi formalizada e regulamentada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) sob o objetivo de agremiar parlamentares pertencentes a distintas igrejas evangélicas e diversos partidos políticos, de modo a alcançar representatividade e força no Legislativo Federal.

A inspiração teórica desse trabalho parte do conceito de *justificativa,* presente na *Sociologia dos Regimes de Ação,* proposto por Luc Boltanski e Laurent Tévenot (1999). Segundo essa perspectiva, os agentes envolvidos em processos de disputa elaboram justificativas de suas posições críticas, a partir do acionamento de valores e referências compartilhadas socialmente. Para essas justificações alcançarem força na disputa, é fundamental que as mesmas sigam regras de aceitabilidade. De acordo com os autores, a aceitação das justificativas decorre da capacidade de distanciar a sua crítica das motivações particulares e acionar princípios gerais, compartilhados por todos. Esse processo de "subida na generalidade" das justificativas seria capaz de angariar força e legitimidade às causas e posicionamentos.

Assim as justificativas tornam-se potentes quando acionam gramáticas e moralidades universalizadas, haja vista que um argumento ganha força quando justificativas são formuladas a partir de categorias assimiladas por todos enquanto verdades invioláveis. Dessa forma, a generalização das justificações confere autoridade às posições dentro de uma disputa (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999). À vista disso, é preciso observar os regimes de crítica e justificação elaborados em cada caso, analisando como atores engajados em momentos críticos defendem ou criticam um posicionamento, no sentido de compreender as tentativas de generalização realizadas ao longo das disputas.

O Pecado da Homossexualidade: a missão de resguardar a família tradicional

Iniciamos a nossa análise pelo material selecionado a partir do mapeamento realizado nos jornais da grande mídia. Nesses veículos observamos a recorrência de falas que classificam a homossexualidade como um ato pecaminoso.

O então Senador Marcelo Crivella[7] (PRB-RJ) afirmou em uma entrevista que o Projeto de Lei 122/2006 criminaliza a Bíblia, uma vez que, segundo o livro sagrado, a homossexualidade seria um pecado[8].

[7] Além de ter integrado a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, Marcelo Crivella é sobrinho de Edir Macedo e ocupa o cargo de bispo (atualmente licenciado) da Igreja Universal do Reino de Deus. Nesse momento é Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

[8] Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella.* Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

> Não tem povo menos homofóbico que os evangélicos. Mas os evangélicos querem também o direito de expressar seus pensamentos, de que o homossexualismo é pecado. Não é crime, não é doença, mas é pecado porque é isso que a bíblia diz.

A fala do Deputado Federal Hidekazu Takayama[9] (PSC-PR) segue no mesmo sentido, enfatizando que os evangélicos não são homofóbicos, pois amam o homossexual, assim como amam todos os seres humanos. A condenação estaria na sua prática. Logo, destacou que o grupo religioso ama o pecador, mas recrimina a prática das coisas erradas[10].

> Nós amamos o homossexual, amamos o ser humano, não amamos a prática. Se o indivíduo quer amar a vaca... Cristo não é homofóbico, ser contra o homossexualismo não nos torna homofóbicos. Amamos o pecador, não amamos a prática das coisas erradas.

O Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP)[11], em uma coluna assinada por ele próprio, afirmou o seguinte a respeito dessa questão[12]:

> Apenas ensino o que aprendi na bíblia, que não aprova a relação sexual nem o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Fora isso a salvação está para ao alcance de todos.

João Campos[13] (PSDB-GO), por sua vez, afirmou que "o homossexualismo é pecado e esse é um dos princípios que os evangélicos defendem e está na bíblia"[14].

Os relatos acima demonstram que as falas acionaram concepções religiosas, como o pecado, para legitimar um posicionamento político. Nos jornais mapeados, não identificamos falas que classificam a homossexualidade como uma manifestação anormal e/ou antinatural. Em uma mídia laica, a critica foi justificada a partir de discursos bíblicos. No entanto, consideramos que expressões como "homossexualismo é pecado" desqualificam as relações homoafetivas, evidenciando uma suposta normatização das práticas sexuais, tomando como normal e, prescrito

[9] Pastor da Assembleia de Deus e integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Atualmente está na sua 5ª Legislatura como Deputado Federal.

[10] LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos.* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, pág. 4.

[11] É pastor e presidente da igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, além de integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Em 2013 foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Atualmente exerce pela terceira vez o cargo de Deputado Federal, filiado ao Podemos (PODE).

[12] FELICIANO, Marco. *Ditadura gay e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião

[13] É pastor da Igreja Assembleia de Deus, Ministério Madureira, em Goiânia. O Deputado é integrante da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, onde já exerceu o cargo de presidente. Atualmente exerce seu mandato filiado ao PRB.

[14] BRAGA, Isabel. *Esquenta a briga no congresso a favor dos gays.* O Globo, Rio de janeiro, 06 de março de 2011. O país, pág. 4.

por Deus o seu contrário: a heterossexualidade. Em decorrência desse quadro, há a produção de preconceitos e violências psíquicas, uma vez que qualquer indivíduo que não corresponda a esse padrão é subjugado como desviante das normas divinas.

Outro movimento que podemos observar é que os atores evangélicos evitaram atacar diretamente os indivíduos homossexuais. A crítica se concentrou na prática homossexual. As falas condenaram a homossexualidade, mas enfatizaram o amor e respeito às pessoas homossexuais. Este quadro demonstra que a receptividade às pessoas LGBTs é restringida, haja vista que apesar do respeito concedido ao sujeito, há em contrapartida a resistência em reconhecer manifestações sexuais que diferem da norma.

Dessa forma, pontuamos que em muitos casos o acolhimento proposto por líderes tradicionais em suas igrejas ocorre mediante a regeneração sexual. O homossexual é acolhido desde que aja um arrependimento da prática que condicionou o pecado, tendo que se submeter à igreja e às suas regras de conduta (NATIVIDADE, 2006).

Um segundo achado importante foi a repetição de expressões e falas que defendem a defesa da família. O mapeamento do material referente aos jornais de grande circulação revelou que esse termo foi mencionado trinta e três vezes. Grosso modo, os relatos defenderam a união entre homens e mulheres, sob a finalidade de procriar e educar filhos, como um fator legítimo para a configuração da unidade familiar.

O Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP), em entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*, admitiu ser contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por homossexuais: *"casamento é entre homem e mulher*[15]*".* Em outra matéria, afirmou que[16]:

> Estamos vivendo a maior de todas batalhas contra a família brasileira, e a igreja está sendo bombardeada pelas mentiras insinuadas por grupo de bandeira LGBT que planeja dividir e destruir nossas igrejas e famílias, usando a política e a discriminação como arma.

[15] LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos.* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

[16] ROXO, Sérgio e BOLI, Evandro. *Alvo de protestos, Feliciano convoca ato para apoiá-lo.* O Globo, Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. País, pág. 5.

No início de 2015, com o efervescente quadro de discussões acerca dos direitos dos homossexuais, o Deputado Federal Eduardo Cunha[17] (PMDM-RJ), recém-nomeado presidente da Câmara dos Deputados, criou uma comissão especial para acelerar a tramitação de um projeto que reconhece como família apenas os núcleos sociais formados entre homens e mulheres. De acordo com o Anderson Ferreira[18] (PR-PE), propositor do projeto[19]:

> Cabe ao Estado valorizar e proteger a família. São diversas questões, desde a (...) até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.

O Jornal *O Globo*, que cobriu uma manifestação que ocorreu em frente ao Congresso Nacional em defesa da família tradicional, da liberdade de expressão e contra o aborto e a união afetiva entre casais do mesmo sexo, organizada pelo Pastor Silas Malafaia, destacou o seguinte trecho do discurso do líder religioso[20]:

> Se querem legalizar o casamento para gay, então é o seguinte: legaliza o casamento para o cara casar com quatro mulheres. Legaliza o casamento para o cara casar com um homem e uma mulher. Isso é hipocrisia. Toda a história da civilização está sustentada no homem, na mulher e em sua prole.

O então deputado Jair Bolsonaro[21] (PSC-RJ), se posicionou contrário à homossexualidade em defesa da família, das crianças e da palavra de Deus[22].

> Se ser homofóbico é defender as crianças nas escolas, a família e a palavra de Deus, pode continuar me chamando de homofóbico com muito prazer, pode me dar o diploma de homofóbico.

[17] Membro da igreja Assembleia de Deus, Cunha fez parte da Frente Parlamentar evangélica em seus últimos mandatos. Em fevereiro de 2015 ocupou o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Em 2017 foi condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas

[18] Membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus é atualmente prefeito do município de Jaboatão dos Guararapes (PE).

[19] CARVALHO, Daniel e COLETTA, Ricardo Della. *Cunha acelera projeto contra a família gay*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2015. Metrópole, A17.

[20] WEBER, Demetrio, SOUZA, André. *Evangélicos fazem em Brasília ato contra aborto e casamento gay*. O Globo, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2013. País, pág. 9.

[21] Bolsonaro em seus mandatos como Deputado Federal em muitos momentos declarou e recebeu apoio da Frente Parlamentar evangélica. Ainda que sempre tenha evitado dar declarações sobre sua filiação religiosa, em uma entrevista de 2011, afirmou ser católico por tradição, mas frequentador da Igreja Batista há 10 anos. Em vídeo que circulou na internet no ano de 2016, o mesmo apareceu sendo batizado no rio Jordão pelo Pastor (que também é político) Everaldo. Sua atual esposa frequentou durante muitos anos a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, liderada pelo pastor Silas Malafaia, que realizou em 2013 a cerimônia de casamento do casal. Esse panorama demonstra a imbricação existente entre o atual Presidente da República e setores evangélicos.

[22] Autor desconhecido. *Próximo passo será a legalização da pedofilia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2011. Vida, A21.

Essas falam demonstram que a homossexualidade é tomada como um fator ameaçador para a organização familiar tradicional. Os discursos apontam a constante preocupação com a manutenção e preservação das relações de conjugalidade, entendidas como aquelas estabelecidas entre homens e mulheres. Apenas pessoas de sexos diferentes poderiam formar um "casal" e constituir uma "família". Ou seja, A formação familiar, diante desta perspectiva, ocorre exclusivamente pela junção entre um homem e uma mulher que, a partir de laços afetivos e sexuais, geram e criam filhos. Todos os modelos que difiram desta concepção não devem ser considerados "família". E, nesse aspecto, condena-se não apenas a união, mas também (e talvez sobretudo) a adoção de crianças. Casais homossexuais não seriam "casais", portanto, o direito de constituir uma "família", ter filhos, seria interditado a eles.

É importante ressaltar que a visibilidade e os recentes direitos conquistados pelos movimentos LGBT vêm ressignificando as relações homoafetivas, criando novas configurações de famílias e parentalidade. A aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277 pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, que tornou possível a união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (também chamadas de uniões homoafetivas) como entidade familiar, pode ser apontada como um fator que repercutiu como uma ameaça ao modelo "tradicional" de família. Nesse sentido, a criminalização da homofobia, se aprovada, também seria um importante passo para o reconhecimento e a aprovação social da diversidade sexual, e das distintas formas de configurar as relações familiares.

Dessa maneira, constatamos que a categoria "família" também foi um elemento adensado aos relatos das autoridades evangélicas para conferir legitimidade e força aos seus argumentos e posicionamentos direcionados aos jornais de grande circulação. Essa categoria possui amplo alcance já que é compartilhada por grande parte da população, capaz, assim, de angariar generalidade e confiabilidade, aumentando as chances de tornar convincente as justificativas contrárias à criminalização da homofobia.

NATURALIZANDO A SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS QUE ATRIBUEM O CARÁTER INTRÍNSECO DA HETEROSSEXUALIDADE

Já na mídia evangélica, os atores avançam em suas críticas contra a homossexualidade enfatizando seu caráter antinatural. Nesses relatos, as falas retomam a ideia de natureza heterossexual, por meio da justificativa de que a sexualidade resultaria de um instinto extravasador a serviço da reprodução da espécie. O pensamento naturalista, cuja principal ideia se refere à crença de que Deus criou a natureza humana a partir de um princípio complementar entre homens e mulheres, foi reforçado a partir da incorporação de justificativas produzidas por teorias essencialistas, como, por exemplo, a concepção de que a heterossexualidade seria a condição natural de todos os seres humanos, dado que a fecundação é uma importante função de todas as espécies. Por isso, o relacionamento sexual entre sexos opostos seria a "tendência natural" de todas as pessoas. Podemos observar tal posicionamento nas falas abaixo.

João Campos (PSDB-GO) enfatizou que "*ser gay não é normal*", além de reforçar a ideia de que o sexo foi criado por Deus para ser uma benção tanto para o prazer do homem e da mulher, quanto para a procriação. Em uma entrevista[23], o deputado afirmou:

> A sociedade não absorveu esse comportamento como um comportamento normal. Em nenhum lugar do Mundo o homossexualismo é um comportamento normal (...) Se nós não tivermos homem, mulher e prole, não terá Estado. O IBGE diz que, no Brasil, há 60 mil duplas, pares inapropriadamente chamados de casais homoafetivos. Se nós pegássemos esse conjunto de 120 mil pessoas e colocássemos em um território e disséssemos esse aqui é o Estado de vocês, em 200 anos esse Estado não mais existiria, pois seus habitantes não procriariam. O Estado não subsiste sem a família natural. Isso só demonstra o quanto o homossexualismo contraria toda a ordem natural das coisas.

O Pastor Silas Malafaia, ao ser abordado sobre o tema, afirmou[24]:

> Deus criou o ser humano como macho ou como fêmea e já na criação estabeleceu que eles teriam atração sexual um pelo outro e que, da relação sexual entre eles, nasceriam filhos (...) se o homossexualismo não é genético, é comportamental", o que na prática significaria dizer que é praticado por uma pessoa que, por determinação genética, nasceu homem

[23] CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico.* Congresso em foco. 11 de junho de 2011. Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico. Acessado em 01 maio De 2017.

[24] CHAGAS, Tiago. *"Homossexual pode tornar-se heterossexual", diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental";* Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html. Acessado em 07 de maio de 2016.

> ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.

O Senador Magno Malta[25] (PR-BA), em uma entrevista acerca do PL122/2006, quando questionado se a homossexualidade é questão de doença, respondeu[26]:

> Eu não entraria nesse mérito. Eu sei que Deus criou macho e fêmea. Fulana está grávida de um menino ou de uma menina. Você não diz que fulana está grávida de um homossexual, não existe isso (...) Eu sou um homem cristão, e acredito nos moldes de Deus, macho e fêmea. Eu não acredito em desvios sexuais, vou lutar até o final. Esse Senador da República não vai criar um terceiro sexo.

À vista disso, percebemos que a procriação, nessas falas, é um elemento que reforça a defesa da "normalidade" da heterossexualidade. A sexualidade, a partir desse ponto de vista, está estritamente subordinada a uma necessidade biológica de reprodução, posição que ignora todas as relações de desejo que um sujeito desenvolve ao longo de sua vida, além de desprezar as imposições sociais na construção singular da sexualidade, que ocorre como consequência das diversas interações que os corpos estabelecem com o meio social em que estão inseridos (LOURO, 1999).

De outro lado, observamos argumentos em defesa da natureza heterossexual que incorporaram vocabulário e termos produzidos por teorias científicas. Essa dinâmica pôde ser observada em falas do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e do Pastor Silas Malafaia, nas quais verificamos a recorrência de elementos pertencentes a um repertório biológico.

Marco Feliciano (PSC-SP) afirmou em entrevista que ninguém nasce homossexual, *pois não há gene gay,* sendo a homossexualidade um fenômeno comportamental[27]. Em sua coluna "Pr. Silas Responde", Malafaia utiliza um

[25] É pastor evangélico e membro da banda gospel Tempero do Mundo. Integrou a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional durante seus mandatos como Senador. Na última eleição não alcançou a reeleição.

[26] Autor desconhecido. *Magno Malta: "Você não diz que fulana está grávida de um homossexual".* Guiame. 04 jul. de 2011. Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>. Acessado em 01 de maio de 2017.

[27] Autor desconhecido. "*Ninguém nasce gay", diz Marco Feliciano no Superpop*. guiame.com.br, 24 de junho de 2014. Disponível em: http://guiame.com.br/gospel/videos/ninguem-nasce-gay-diz-marco-feliciano-no-superpop.html. Acessado em 01 de maio de 2017

repertório produzido pelas ciências biológicas para reforçar seu posicionamento contrário à homossexualidade[28].

> Alguns dizem que a homossexualidade é uma questão biológica, genética; o indivíduo já nasce homossexual. Entretanto, nenhum cientista jamais provou essa tese. Não existe um gene que determine que uma pessoa será homossexual. Os cromossomos XX determinam que ela será do sexo feminino, e os cromossomos XY, que será do sexo masculino. Portanto, essa tese de que o homossexualismo é genético é uma falácia; uma mentira. (...). Aliás, é por causa desse princípio que a espécie humana tem subsistido. Se não houvesse casamento entre homem e mulher, não seria possível a perpetuação da espécie.

Essas duas falas demonstram a apropriação de elementos pertencentes às ciências biológicas, para potencializar o argumento de que a homossexualidade é uma condição aprendida no meio social, responsável por desviar o indivíduo da sua natureza heterossexual. Feliciano e Malafaia citam referências genéticas, como a constituição cromossômica do ser humano para defender a condição natural da heterossexualidade. A condenação da homossexualidade é justificada pela naturalização dos sexos. Ao nascer, o sujeito só pode ser classificado como pertencente ao sexo masculino ou feminino, que são naturalmente heterossexuais. A heterossexualidade corresponderia a uma característica natural e, portanto, universal do ser humano.

Nota-se, nesses discursos, uma sobreposição entre as categorias sexo, gênero e sexualidade. A sexualidade é tomada como um valor universal de caráter heterossexual. A necessidade de procriar e reproduzir a espécie seriam uma evidência da tendência natural heterossexual. O gênero, por sua vez, é negligenciado, já que caberia ao sexo biológico determinar se indivíduos serão homens ou mulheres. Assim, a homossexualidade é classificada nos discursos mapeados como uma característica adquirida através de experiências sociais, julgada enquanto negativa, e, mais do que isso, passível de reversão ou abandono. Por isso a ênfase, nas falas iniciais, na prática como pecado e no amor ao indivíduo homossexual, pois eles são apenas “indivíduos que estão se comportando mal” (estão em pecado). E, como qualquer outro comportamento pecaminoso, a

[28] CHAGAS, Tiago. *“Homossexual pode tornar-se heterossexual”, diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental”;* Leia na íntegra. Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html. Acessado em 07 de maio de 2016.

homossexualidade é uma prática que pode ser abandonada pelos indivíduos. Ela não seria parte de sua natureza (pois a natureza humana é heterossexual), mas apenas e tão somente um mau comportamento.

DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE: SER GAY É UM COMPORTAMENTO APRENDIDO!?

Vimos até agora que algumas lideranças e parlamentares evangélicos, ao classificarem a sexualidade heterossexual enquanto parte da natureza humana, explicam que a homossexualidade é motivada por causas comportamentais ou sociais, ou ainda, por traumas vivenciados. Em suma, por fatores outros que não correspondam à natureza ou à biologia. Essa afirmação ocorreu predominantemente em falas destinadas à mídia evangélica, uma vez que os atores evitaram abordar esse tema em entrevistas cedidas aos jornais de grande circulação.

O pastor Silas Malafaia foi enfático ao afirmar que a prática homossexual é aprendida, caracterizando-a como um comportamento. "Ela é praticada por uma pessoa que por determinação genética, nasceu homem ou mulher, mas tornou-se homossexual por preferência aprendida ou imposta.[29]" Essa afirmação também é observada em falas do Deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Para ele, a criação de um filho influencia se o mesmo adotará um comportamento homossexual. Segundo o deputado[30]:

> Somos produtos de um meio. Uma inocente criança adotada por pais homossexuais certamente será influenciada e possivelmente seguirá o exemplo dos mesmos (...) Uma criança adotada por um casal gay tem 90% de chances que vai ser gay também.

O Deputado João Campos (PSDB-GO) afirmou que "*o homossexualismo é um comportamento que a pessoa adotou*"[31]. Reforçando esta ideia, o Senador

[29] LOPES, Leilane Roberta. *Homossexualismo é questão de comportamento, diz Silas Malafaia*. Golpel Prime. 30 de abril de 2013. Disponível em: <https://noticias.gospelprime.com.br/homossexualismo-comportamento-silas-malafaia/>. Acessado em 01 maio 2017.

[30] Autor desconhecido. *Bolsonaro: Sou um católico que frequentou a Igreja Batista por 10 anos.* Guiame, 04 de julho de 2011. Disponível em:< http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html >. Acessado em 01 maio de 2017.

[31] CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico. Congresso em foco.* 11 de junho de 2011. Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico. Acessado em 01 de maio de 2017.

Magno Malta (PR-BA) classificou a prática homossexual como uma opção, que o indivíduo escolhe seguir[32].

Esses discursos reforçam o conceito de que a homossexualidade é uma prática decorrente do meio social no qual a pessoa está inserida. Palavras citadas nas falas listadas acima, como "aprendido", "preferência", "opção" e "comportamento", demonstram que, ao contrário da heterossexualidade, classificada como manifestação natural, a prática homossexual é incorporada ao indivíduo por meio de certas vivências.

Maria das Dores Campos Machado (2017) aponta que a visão naturalista da heterossexualidade induz lideranças religiosas a explicar a diversidade sexual a partir de experiências acumuladas ao longo da vida, sendo que, em muitos casos, esses atores recorrem a argumentos elaborados em teorias das ciências sociais que explicam a sexualidade através do construtivismo social. A autora cita como exemplo o discurso do Pr. Silas Malafaia, que recorre à ideia de construção social para caracterizar a homossexualidade.

> Peter Fry desenvolveria um pouco mais essa linha de interpretação e chamaria atenção para o fato de que um dos líderes pentecostais que mais polemizam com os homossexuais no contexto contemporâneo, o Pr. Silas Malafaia, havia se apropriado da visão do construtivismo social desenvolvida nas ciências sociais. Segundo suas palavras, o discurso de Malafaia negava o caráter inato da homossexualidade ao mesmo tempo em que "banaliza o construtivismo social para avançar os seus argumentos" e "justificar a sua cura" (MACHADO, pág. 360, 2017).

Machado (2017) e Natividade (2006) apontaram que a recorrência ao argumento de que a sexualidade seria construída socialmente assume um papel importante na busca pela legitimação das práticas de reversão da homossexualidade oferecida por pastorais evangélicas. Ao classificar a homossexualidade como um comportamento "aprendido" no meio social e, portanto, exterior ao indivíduo, lideranças evangélicas oferecem tratamentos espirituais para revisão da orientação sexual. O discurso da diversidade sexual enquanto um

[32] Autor desconhecido. *Magno Malta: "Você não diz que fulana está grávida de um homossexual".* Guia-me. 04 julho de 2011. Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html>. Acessado em 01 de maio De 2017.

constructo social reforça a ação de certas lideranças em reorientar o fiel gay a sua sexualidade natural, condizente com a moralidade evangélica[33] (MCHADO, 2017).

Em uma das falas do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP), observamos exatamente este movimento que caracteriza a homossexualidade enquanto um desvio social passível de recondução à natureza sexual: "*Ninguém nasce assim homossexual. Eles chamam de orientação sexual. Se é uma orientação pode haver uma reorientação ou desorientação"*[34].

No entanto, Machado (2017) chama atenção para a apropriação seletiva desses conceitos, pois a recorrência ao termo construção social em seus discursos negligencia as premissas fundamentais da perspectiva construtivista, predominante nos estudos da sexualidade, uma vez que para essa corrente teórica há, na sociedade contemporânea, múltiplas expressões de sexualidades decorrentes de construções de segmentos sociais, a partir de contextos variados. Dessa forma, tanto a heterossexualidade, quanto a homossexualidade, seriam classificações sociais aplicadas por cientistas do século XIX para categorizarem as relações sexuais. Diante dessa perspectiva, essas duas categorias são contingentes e não essencialistas.

A teoria construtivista acerca da sexualidade é, portanto, acionada parcialmente, pois os agentes evangélicos recorrem especificamente aos argumentos construtivistas para justificar seus trabalhos de reversão sexual, onde é proposto ao homossexual participar de um processo que o conduza novamente a *sua natureza sexual*. Assim, enquanto o comportamento sexual é encarado como um constructo social, ideia de uma heterossexualidade inerente ao homem permanece uma característica natural.

[33] Em 2011 foi apresentado a Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) popularizada como "cura gay" que visou derrubar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe os profissionais de participarem de terapias para curar ou reverter a homossexualidade. Com autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO), essa PEC foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 2013, com o parecer favorável do Presidente dessa comissão, o pastor Marco Feliciano. No entanto, foi arquivado logo após o próprio proponente, por pressão de seu partido, PSDB, pedir para que esse projeto fosse retirado da pauta.

[34] MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop.* Lem Gospel. Disponível em:<http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>. Acessado em 01 de maio de 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise das justificações utilizadas nas falas mapeadas de lideranças e parlamentares evangélicos demonstra que a produção de justificativas varia de acordo com o público para o qual é voltado o discurso. Os valores e as gramáticas foram incorporadas às justificativas de acordo com as diferentes audiências. Curiosamente, em uma arena secular, autoridades evangélicas utilizaram um discurso bíblico para afirmar que a homossexualidade é um pecado. Nessa arena, mapeamos justificativas que ressaltam o amor e respeito às pessoas homossexuais. No entanto, o direito de constituir uma família foi interditado a eles, haja vista que observamos uma recorrência de falas que defenderam a configuração familiar tradicional, conceito de grande alcance na sociedade brasileira.

A ênfase dada à organização da estrutura familiar convencional, formada por homem, mulher e crianças, nas falas destinadas aos jornais da grande mídia pode ser interpretada como uma estratégia para combater o que julgam ser uma ameaça as relações de conjugalidade heterossexual nos espaços seculares.

Já nas mídias evangélicas, os relatos trouxeram detalhes sobre a natureza heterossexual e a antinatureza homossexual, fundamentados a partir da apropriação de elementos pertencentes a um repertório das ciências biológicas e das ciências sociais. Logo, ao invés de convicções religiosas, as falas analisadas estão apoiadas em justificativas de outras ordens, como das ciências, conforme já vem sendo observado em estudos sobre a presença das religiões em debates públicos (SALES, 2015; MONTERO, SALES, SILVA, 2018). Dessa forma, demonstramos que os atores buscaram produzir generalidade e confiabilidade às suas justificativas mediante a apropriação de elementos pertencentes às gramáticas de ampla aceitação social, como princípios gerais das ciências.

Assim, a adesão a princípios biológicos, cientificamente reconhecidos, atribui autoridade ao argumento da existência de uma natureza heterossexual. Da mesma maneira, a incorporação de elementos desenvolvidos pelas ciências sociais reforça a concepção de que a homossexualidade seria um o comportamento antinatural. Essa dinâmica tende a dificultar a elaboração de contestações, haja vista que, ao questionar uma alegação, é necessário rejeitar todas as concepções acionadas na construção de tal argumentação.

Por fim, é importante destacar que as falas analisadas demonstram que a afirmação da heterossexualidade em detrimento da homossexualidade se torna fundamental para a manutenção de uma determinada configuração, considerada "correta", "normal" e "natural", de conjugalidade e parentalidade. No entanto, é digno de nota que, embora as justificativas remetam à importância da reprodução, fator biológico, o único tipo de adoção condenado é a praticada por casais homossexuais (que não seriam casais, e, portanto, não poderiam constituir uma "família"). Isso nos evidencia que, apesar de enfatizarem o caráter "natural" da união entre os sexos biológicos, há um determinado padrão moral de família que está sendo defendido, no qual a união entre homossexuais não se enquadraria. Ao que tudo indica, portanto, a família converte-se em uma categoria que organiza a regulação de corpos e comportamentos sexuais em disputas acerca da moralidade pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo. *Deus acima de tod*os In Democracia em Risco? Vinte e dois ensaios sobre o Brasil Hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019, p. 35-51.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT e Laurent. *A Sociologia da Capacidade Crítica.* Publicado em European Journal of Social Theory 2(3): 359–377. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 1999. Traduzido por Marcos de Aquino Santos.

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338.

COWAN, BENJAMIN Arthur. *"Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira.* VARIA HISTORIA Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2011.

FRESTON, Paul. *Breve história do pentecostalismo brasileiro. Em:* ANTONIAZZI, Alberto et al. Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. *Petrópolis*: Vozes, 1994.

GONZÁLEZ. Rodrigo Stumpf. *A política de promoção aos direitos humanos no governo lula*. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 107-135, jul.-dez. 2010.

IRINEU, Bruna Andrade. *Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil*. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 155 - 178

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO. Maria das Dores Campos. *Pentencostais, sexualidade e família no Congresso Nacional.* Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 47, p. 351-380, 2017.

_____. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos.* Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MONTERO, Paula. *DOSSIÊ RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO: Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. IN: Religião e Sociedade v.32 n.1. Rio de Janeiro, 2012.

_____; SILVA, Aramis; SALES, Lílian. Fazer *Religião em Público: encenações religiosas e influência pública?* Horizontes Antropológicos, v. 52, p. 131-164, 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. *Homossexualidade, Gênero e Cura em Perspectivas Pastorais Evangélicas*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21. São Paulo. p. 115-132, 2006.

NOVAES, Regina Reynes. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. Revista da USP, São Paulo, vol.49, p.60-81, Mar-Mai, 2001.

ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

SALES, Lilian *'Em defesa da vida humana': moralidades em disputa em duas audiências públicas do STF.* Religião & Sociedade (Impresso), v. 35, p. 143-164, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. *Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo.* Estudos de Religião, v. 27, n. 1 • 177-201 • jan.-jun. 2013.

SOUZA, André Ricardo De. *O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008.* Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, n. 3, p. 1–23 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FONTES JORNALÍSTICAS.

Autor desconhecido. *Garotinho dá ânimo ao crime, diz Crivella.* Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 2014. Poder, A11.

Autor desconhecido. *Próximo passo será a legalização da pedofilia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2011. Vida, A21.

BRAGA, Isabel. *Esquenta a briga no congresso a favor dos gays.* O Globo, Rio de janeiro, 06 de março de 2011. O país, pág. 4.

CARVALHO, Daniel e COLETTA, Ricardo Della. *Cunha acelera projeto contra a família gay*. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2015. Metrópole, A1.

FELICIANO, Marco. *Ditadura gay e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 de março de 2013. Opinião.

JUNQUEIRA, Alfredo. *Petista pretende ficar fora de Debate sobre homofobia*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 09 de outubro de 2010. Nacional, A10.

LOPES, Eugênia. *Com aval de evangélicos, pastor assume comissão e diz que votará em temas polêmicos.* O Estado de S. Paulo, São Paulo, 08 de março de 2013. Nacional, A4.

ROXO, Sérgio e BOLI, Evandro. *Alvo de protestos, Feliciano convoca ato para apoiá-lo.* O Globo, Rio de Janeiro, 11 de março de 2013. País, pág. 5.

WEBER, Demétrio, SOUZA, André. *Evangélicos fazem em Brasília ato contra aborto e casamento gay.* O Globo, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2013. País, pág. 9.

FONTES DE SITES EVANGÉLICOS

Autor desconhecido. *Bolsonaro: Sou um católico que frequentou a Igreja Batista por 10 anos.* Guiame, 04 de julho de 2011.

Disponível em: http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bolsonaro-sou-um-catolico-que-frequentou-a-igreja-batista-por-10-anos.html Acessado em 01 maio de 2017.

Autor desconhecido. *Magno Malta: "Você não diz que fulana está grávida de um homossexual".* Guia-me, 04 de julho de 2011.

Disponível em: http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/magno-malta-voce-nao-diz-que-fulana-esta-gravida-de-um-homossexual.html. Acessado em 01 de maio de 2017.

Autor desconhecido. "*Ninguém nasce gay", diz Marco Feliciano no Superpop.* Guia-me, 24 de junho de 2014. Disponível em: http://guiame.com.br/gospel/videos/ninguem-nasce-gay-diz-marco-feliciano-no-superpop.html. Acessado em 01 de maio de 2017.

CAMARGO, Renata. *Ser gay não é normal, diz líder evangélico.* Congresso em foco, 11 de junho de 2011.

Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/questao-de-foco/ser-gay-nao-e-normal-diz-lider-evangelico. Acessado em 01 maio de 2017.

CHAGAS, Tiago. *"Homossexual pode tornar-se heterossexual", diz pastor Silas Malafaia, que define a prática como comportamental.* Gospel Mais, 30 de abril de 2013. Disponível em: https://noticias.gospelmais.com.br/homossexual-heterossexual-pastor-silas-malafaia-53350.html. Acessado em 07 de maio de 2016.

LOPES, Leilane Roberta. *Homossexualismo é questão de comportamento, diz Silas Malafaia*. Gospel Prime, 30 de abril de 2013.

Disponível em: https://noticias.gospelprime.com.br/homossexualismo-comportamento-silas-malafaia/ Acessado em 01 maio de 2017.

MAGALHÃES, Luis Eduardo. *Me viram como uma maneira de promover ativismo gay, diz Feliciano no Superpop.* Lem Gospel.

Disponível em:<http://lemgospel.com.br/index.php?pag=noticia&id=4608>. Acessado em 01 de maio de 2017.

DEBATES:

DIALOGOS ENTRE O UNIVERSO *GEEK* E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

GAME OF THRONES E A CIÊNCIA DAS REDES

Network of Thrones

Andrew Beveridge e Jie Shan[1]
Lindolfo Sancho (tradutor)[2]

Game of Thrones, o sucesso internacional da HBO adaptado da saga literária de fantasia épica “As crônicas de Gelo e Fogo”, de George R. R. Martin, apresenta enredos entrelaçados e dezenas de personagens. Com tantas pessoas para acompanhar nessa saga extensa, pode ser um desafio entender completamente as dinâmicas entre os personagens.

Para desmistificar esta saga, nos voltamos para a Ciência das Redes, um ramo novo e em evolução da Teoria dos Grafos[3] que une tradições de diferentes disciplinas, incluindo sociologia, economia, física, ciência da computação, e matemática. A ciência das redes tem sido amplamente aplicada nas ciências em geral, nas ciências sociais, humanidades, e em contextos industriais.

Neste artigo, realizamos uma análise de rede de Game of Thrones para esclarecer os complexos relacionamentos entre os personagens e suas posições no futuro do enredo (mas prometemos: sem *spoilers*!).

[1] Agradecemos aos autores, Andrew Beveridge e Jie Shan, por autorizarem a tradução do artigo para a Pensata. A versão original, *Network of Thrones*, foi publicada na revista *Math Horizons*, 23 (DOI: 10.4169/mathhorizons.23.4.18), sendo publicado aqui com permissão de *Taylor & Francis Ltd.* em nome da Associação Matemática da América.

Agradecemos também à Felipe Fiamozzini, que realizou a revisão do texto com atenção especial aos termos utilizados na ciência das redes.

[2] Lindolfo Sancho é mestrando em Ciênicas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). E-mail: lindolfocampos@gmail.com

[3] Nota do tradutor: um grafo é composto por dois conjuntos. Um conjunto de vértices, ou nós, (V), e um conjunto de arestas (E), chamados arcos quando possuem um vértice em cada ponta.



Figura 1 – O mundo de Game of Thrones: Westeros, o Mar Estreito e Essos (da esquerda para direita). Os brasões representam as localidades das casas nobres no começo da saga.

Primeiro, uma rápida introdução à Game of Thrones: Westeros e Essos, separados pelo Mar Estreito, abrigam uma série de famílias nobres (FIGURA 1). A narrativa começa em tempos de paz, com todas as casas nobres unificadas sob o jugo do rei Robert Baratheon, que controla o Trono de Ferro. Prematuramente, o rei Robert morre em um acidente de caça, e o jovem e cruel príncipe Joffrey ascende ao trono com o apoio dos Lannister, sua casa materna. Entretanto, a legitimidade do príncipe, e mesmo sua identidade, é seriamente questionada por todo o reino. Como resultado, começa a guerra com múltiplos pretendentes ao Trono de Ferro.

Seja por causa ou circunstância, personagens das muitas famílias nobres se lançam em jornadas longas e penosas. Entre as casas há a honorável família Stark (Eddard, Catelyn, Robb, Sansa, Arya, Bran, e Jon Snow), os suntuosos Lannister (Twyin, Jaime, Cersei, Tyrion, e Joffrey), os desprezados Baratheon (liderados pelo irmão de Robert, Stannis) e a exilada Daenerys, último membro da uma vez poderosa casa Targaryen.

A REDE SOCIAL

Nossa primeira tarefa é transformar o mundo de Game of Thrones em uma rede social. Nossa rede, exibida na figura 2, possui um conjunto de vértices **V** e arestas **E**. Os 107 vértices representam os personagens, incluindo Senhoras e Lordes, soldados e mercenários, conselheiros e consortes, aldeões e selvagens. Os vértices são conectados por 353 arestas ponderadas[4], nos quais valores maiores correspondem a relacionamentos mais fortes entre os personagens conectados.

Nós geramos as arestas com base no terceiro livro da saga, “A Tormenta de Espadas”. Optamos por esse volume porque a narrativa principal está amadurecida, com os personagens distanciados geograficamente e enredados em seus próprios círculos sociais. Utilizamos uma técnica de *parsing*[5] para avaliar o *ebook*, incrementando o peso das arestas entre dois personagens quando seus nomes (ou apelidos) apareciam em uma distância menor que 15 palavras entre um e outro. Depois, realizamos algumas validações e retoques manualmente. Note-se que um arco entre dois personagens não significa necessariamente que sejam amigos – isso apenas indica que eles interagem, falam um do outro, ou são mencionados juntos.

[4] Nota do tradutor: Um grafo é ponderado, ou valorado, quando suas arestas (E) possuem um valor.

[5] O termo original, “parse”, é uma técnica específica de programação que consiste em utilizar funções para analisar relações entre as palavras de maneira automática.

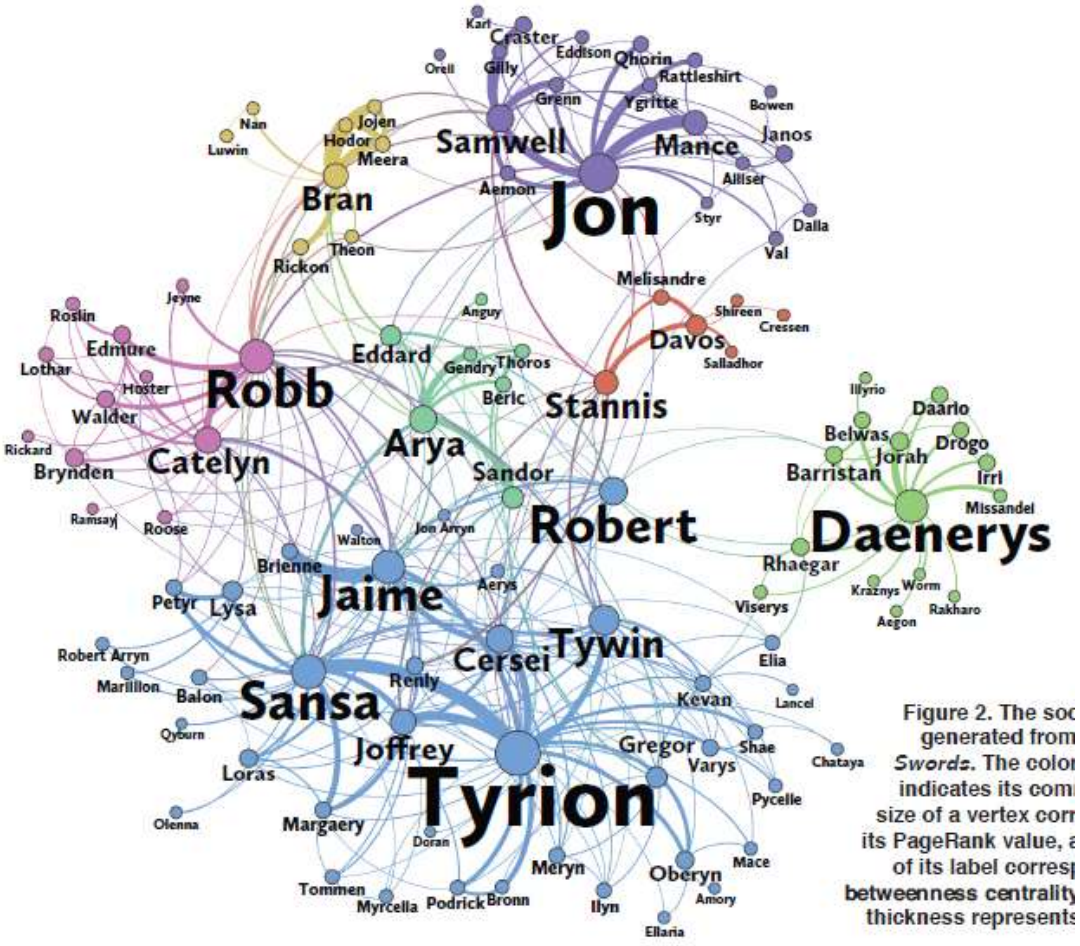


Figura 2 – A rede social gerada a partir de a Tormenta de Espadas. A cor dos vértices indicam as comunidades. O Tamanho de um vértice corresponde ao seu valor de PageRank e o tamanho dos nomes corresponde à centralidade de intermediação. A espessura de uma aresta representa seu peso .

A complexidade da estrutura da nossa rede reflete os enredos emaranhados da história. Notavelmente, observamos duas características encontradas em muitas redes na vida real. Primeiro, a rede contém múltiplas sub-redes mais densas, unidas por uma rede global menos densa de arestas. Segundo, elas são organizadas em torno de um subconjunto de personagens altamente influentes, tanto localmente quanto globalmente. Agora descreveremos como quantificar essas observações usando as ferramentas analíticas da ciência das redes.

DETECÇÃO DE COMUNIDADES

O traçado e as cores da rede na figura 2 claramente identifica sete comunidades. Os Lannister de Porto Real, o exército de Robb, Bran e amigos, Arya e

companheiros, Jon Snow e o extremo Norte, o exército de Stannis, e Daenerys e os povos exóticos de Essos.

Notavelmente, essas comunidades foram identificadas apenas a partir da estrutura da rede, como explicamos abaixo.

Queremos dividir a rede em comunidades coerentes, isso significa que há muitas arestas dentro das comunidades e poucas arestas entre as comunidades. Detectamos nossas comunidades na rede ao usar uma métrica global chamada modularidade. Assumindo que $Wij \geq 0 Wij \geq 0$ indica o valor da aresta entre os vértices i e j, onde $Wij = 0 Wij = 0$ indica que não há ligações, $Ki = \sum j \in v^{Wij} Ki = \sum j \in v^{Wij}$ indica o grau ponderado do vértice ii. Intuitivamente, a modularidade Q compara uma dada rede com uma outra rede hipotética que contenha os mesmos graus calculados para todos os vértices, mas na qual todas as arestas são reorganizadas aleatoriamente. Esta rede hipotética não deveria ter nenhuma comunidade, o que a torna uma rede de referência para comparação.

Suponha que os vértices ii e jj pertençam à mesma comunidade CC. Esperaríamos que $WijWij$ fosse pelo menos tão grande quanto o número de arestas entre eles em nossa rede de referência. Através de análise combinatória pode-se demonstrar que o número esperado dessas arestas aleatórias é $KiKj/2mKiKj/2m$, onde MM é o número total de arestas na rede. Somando todos os vértices em uma comunidade CC temos:

$$\sum_{i,j \in C} \left(Wij - \frac{KiKj}{2m} \right) \geq 0$$

Se CC não for realmente uma comunidade então esta quantidade será negativa. A modularidade QQ de cada comunidade $C_1,\ldots,C_1 C_1,\ldots,C_1$ é:

$$Q = \frac{1}{2m} \sum_{k=1}^{l} \sum_{i,j \in Ck} \left(Wij - \frac{KiKj}{2m} \right)$$

onde normalizamos essa quantidade para que $-1 \leq Q \leq 1 - 1 \leq Q \leq 1$.

Nosso objetivo é dividir os vértices em comunidades para maximizar QQ. Encontrar essa divisão é difícil, mesmo computacionalmente, então usamos um

algoritmo de aproximação rápida chamado método Louvain[6], que essencialmente determina o número de comunidades que maximizam Q.

Em nosso caso, descobrimos as sete comunidades na figura 2. A comunidade de Porto Real corresponde a 37% da rede. Quando realizamos identificação de comunidades nessa importante sub-rede, obtemos quatro comunidades.

Uma versão em alta-resolução da figura 2 e a rede de sub-comunidades de Porto Real pode ser encontrada em www.maa.org/math-orizons-supplements.

MEDIDAS DE CENTRALIDADE

A ciência das redes também pode identificar vértices importantes. Uma pessoa pode desempenhar um papel importante de múltiplas maneiras. Por exemplo, ela pode ser bem conectada, ocupar uma localização central na rede, ou estar em uma posição privilegiada para dispersar informações ou influenciar outras pessoas. A figura 3 mostra a importância de 14 personagens proeminentes, de acordo com seis medidas de centralidade, as quais explicamos abaixo.

[6] O método Louvain é um procedimento de detecção de comunidades em grandes redes. Este método revela hierarquias entre comunidades, permitindo a detecção de sub-comunidades, e comunidades cada vez menores dentro de grandes redes. Uma descrição rápida deste método pode ser encontrada em: https://perso.uclouvain.be/vincent.blondel/research/louvain.html (acesso em 15/06/2019).

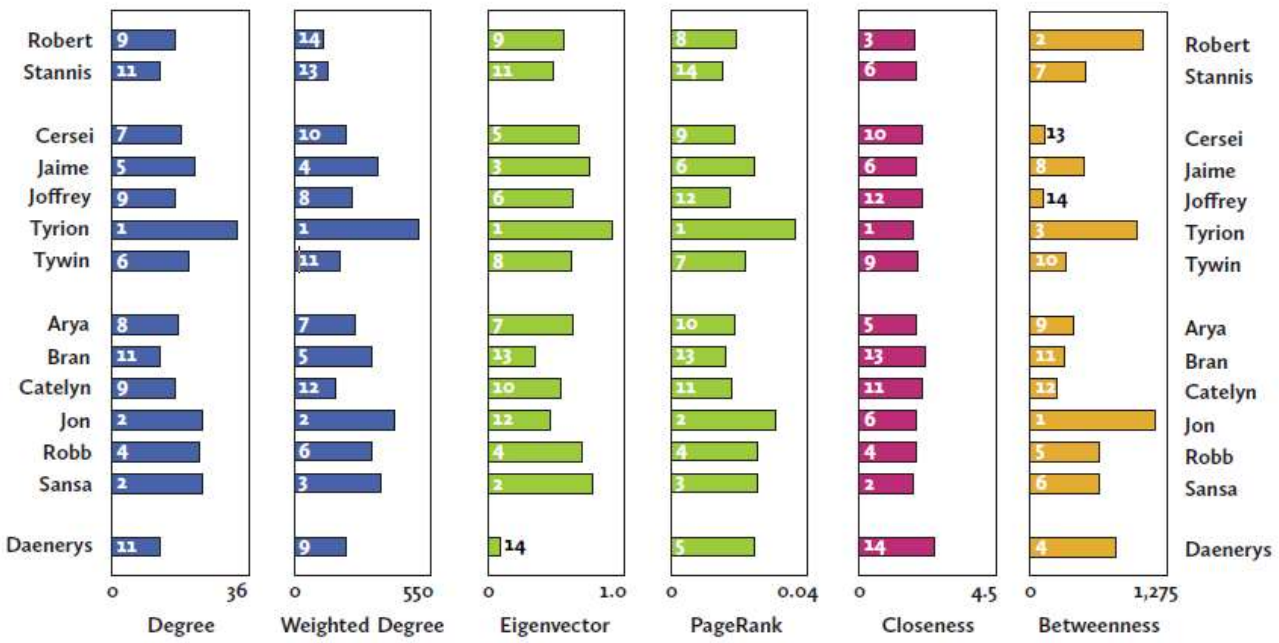


Figura 3 – Medidas de centralidade para a rede, valores maiores correspondem a maior importância dos personagens, exceto para centralidade de proximidade, onde valores mais baixos são melhores. Os números nas barras indicam a posição desses personagens.

Centralidade de grau é o número de arestas que convergem em um vértice. **Centralidade de grau ponderada** é similarmente definida pela soma dos pesos das arestas convergentes.

Em nossa rede, centralidade de grau mede o número de conexões entre os personagens, enquanto a centralidade de grau valorada mede o número de interações entre esses personagens.

Centralidade de autovetor é a centralidade de grau ponderada com um retorno ao próprio vértice: um vértice é impulsionado por estar conectado com vértices importantes. A importância $XiXi$ do vértice ii é o valor somado da importância de seus vértices vizinhos: $Xi = \sum j \in v^{WijXj} Xi = \sum j \in v^{WijXj}$ para cada $i \in Vi \in V$. Solucionar o sistema linear resultante nos dá a centralidade de autovetor. (Este nome vem da álgebra linear: na verdade, encontramos o autovetor para um autovalor $\lambda = 1\lambda = 1$ da matriz WW com entradas $WijWij$.)

Vamos comparar a centralidade de grau e a centralidade de autovetor da nossa rede. O falecido Rei Robert recebe um grande impulso: Ele tem apenas 18 conexões,

mas metade delas com outros personagens proeminentes! A maioria dos personagens principais são beneficiados pela importância de seus vértices vizinhos, por estarem diretamente envolvidos nas intrigas políticas e no vasto tumulto militar dominando o reino. As exceções são personagens isolados da ação principal: Bran (supostamente morto e em fuga), Jon Snow (marginalizado no extremo Norte), e Daenerys (exilada para além do Mar Estreito).

PageRank é outra variação neste tema. Esta medida foi a ideia inicial por trás do mecanismo de busca Google, de Brin e Paige. Cada vértice possui uma importância própria $\beta \geq 0$ junto a uma importância adquirida de seus vizinhos. Diferentemente da centralidade de autovetor, um vértice não ganha toda atenção por causa da importância total de seus vizinhos. Em vez disso, a importância desse vizinho é igualmente dividida entre suas conexões diretas. Em outras palavras, um vértice de grau muito alto distribui apenas uma fração de sua importância a cada um de seus vizinhos.

O *PageRank* $YiYi$ do vértice ii é dado por:

$$Yi = \alpha \sum_{j \in V} \frac{Wji}{Kj} Yi + \beta$$

onde $\alpha + \beta = 1\alpha + \beta = 1$ e $\alpha, \beta \geq 0\alpha, \beta \geq 0$. Pesquisadores normalmente utilizam $\beta = 0.15\beta = 0.15$ para encontrar um balanço efetivo entre importância própria e importância impulsionada por vizinhos.

PageRank não penaliza nossos três personagens distantes e na verdade tem o efeito contrário em Daenerys. De fato, a hierarquização por *PageRank* é quase idêntica à hierarquização pela centralidade de grau, exceto por Daenerys que passa da 12º posição para quinto lugar. Assim, *PageRank* identifica corretamente a carismática Daenerys como um dos jogadores mais importantes, ainda que ela tenha poucas conexões.

Isso nos leva a duas medidas de centralidade cujas definições adotam uma visão mais global da rede. A **centralidade de proximidade** de um vértice é a distância média de um vértice a todos os outros vértices. (Diferentemente das outras medidas de centralidade, valores menores correspondem a maior importância.) Os valores de proximidade em nossa lista de personagens principais é bastante comprimida, exceto

pela distante Daenerys. Entretanto, Tyrion e Sansa obtém uma pequena vantagem sobre os outros.

A última medida de centralidade é a mais sutil. A **centralidade de proximidade** de um vértice mede a frequência com que esse vértice se encontra em atalhos entre outros pares de vértices. Matematicamente, a intermediação $ZiZi$ do vértice ii é:

$$Zi = \sum_{j,k \in V} \frac{\sigma jk(i)}{\sigma jk}$$

Onde $\sigma jk \sigma jk$ é o número de $(j,k)(j,k)$–atalhos e $\sigma jk(i)\sigma jk(i)$ é o número desses $(j,k)(j,k)$– atalhos que passam pelo vértice ii. Um vértice que aparece em muitos atalhos é um intermediário de informações na rede: comunicação eficiente entre diferentes partes da rede vai frequentemente passar por tal vértice. Tais conectores podem ser altamente influentes ao se inserirem nos assuntos de outras partes.

Centralidade de intermediação oferece uma classificação distinta dos personagens. Apenas nesta medida Tyrion não aparece no topo: ele é o terceiro, atrás de Jon Snow (graças a sua ligação tanto com a Casa Stark quanto com os remotos habitantes do Norte) e Robert Baratheon (a única pessoa diretamente conectada com todas as quatro Casas nobres dos personagens principais). Enquanto isso, Daenerys é elevada à quarta posição (sua melhor classificação) por causa da natureza *hub-and-spoke*[7] da eclética comunidade de Essos.

Não há uma única medida de centralidade correta para uma rede. Cada medida oferece informações complementares e levar cada uma em consideração pode ser bastante revelador. Em nossa rede, três personagens se destacam de forma constante: Tyrion, Jon Snow, e Sansa. Atuando como Mão do Rei, Tyrion é empurrado para o centro das maquinações políticas da capital. Nossa análise sugere que ele é o verdadeiro protagonista do livro.

Enquanto isso, Jon Snow é distintamente posicionado na rede, com ligações com nobres, com a milícia da Patrulha da Noite, e com os selvagens de além da

[7] Nota do tradutor: Hub-and-spoke é uma expressão adotada do sistema de transporte aéreo onde um grande aeroporto (hub) opera como centro de distribuição de rotas menores entre rotas de longa-distância (spoke). Isso reflete a posição central de Daenerys em Essos.

Muralha. A grande surpresa talvez seja a proeminência de Sansa Stark, uma cativa *de facto* em Porto Real. Entretanto, outros personagens reconhecem seu valor como uma herdeira Stark, a usando repetidas vezes como um peão em suas estratégias pelo poder. Se desenvolver sua astúcia, ela pode capitalizar sobre sua importância na rede para grande efeito.

Robert e Daenerys, por sua vez, se destacam por se classificarem bem em certas medidas de centralidade. Eles oferecem um claro contraponto um ao outro e retornam nossa atenção para o Trono de Ferro. A memória de Robert unifica a rede esmigalhada do passado recente, enquanto Daenerys vai certamente perturbar a rede atual quando retornar a Westeros em busca do Trono de Ferro.

UMA VIDA EM REDE

Nós visitamos os reinos de Westeros e Essos para apresentar as ferramentas básicas da ciência das redes. Realizamos uma análise empírica de nossa rede, encontrando comunidades e identificando pessoas influentes. Nossa análise de rede confirma algumas expectativas e oferece novas perspectivas sobre essa saga ricamente imaginada. Nós consideramos uma aplicação fantasiosa da ciência das redes para oferecer uma visão atraente de suas possibilidades. Usos mais sérios estão por toda parte, e a ciência das redes promete se tornar inestimável na compreensão de nossa moderna vida em rede.

LEITURA ADICIONAL

[1] A.-L. Barabási, *Network Science.*
barabasilab.neu.edu/networksciencebook/downlPDF.html.
[2] D. Easley, J. Kleinberg. *Networks, Crowds and Markets*. Cambridge University Press, Cambridge,2010.
[3] S. Fortunato. Community detection in graphs. *Physics Reports* 486 nos. 3–5 (2010) 75–174.
[4] M. Newman, *Networks: An Introduction*. Oxford University Press, Oxford, 2010.

SERGIO MORO INOCENTANDO A ALMA BRASILEIRA[1]:

O super-homem de massas e as lógicas sacrificiais em 2016

João Marcos Copertino Pereira[2]

RESUMO:

Este ensaio é uma reflexão sobre as implicações da narrativa super-heroica criada em torno de Sergio Moro durante seu tempo conduzindo a Operação Lava Jato. Tal caracterização contribui para a "hipervisibilidade" contemporânea, dando explicações unívocas a problemas complexos como a corrupção e a busca por justiça. O curioso é que uma simples comparação entre os livros sobre Sergio Moro e os recentes filmes de super-heróis apresenta como que a cultura de massas tem apresentado interpretações mais complicadas para a questão da justiça que as dadas por alguns jornalistas brasileiros.

Palavras-chave: Sergio Moro – Corrupção – Vítima Emissária – Super-homem de Massas.

ABSTRACT:

This essay is a reflection on the implications of the super-heroic narrative built surrounding Sergio Moro during his time conducting the Lava Jato Operation (or *Car Wash* Operation). His characterization contributes to the contemporary "hypervisibility" and it gives single-sided explanations for complex problems like corruption and the fight for justice. The interesting part is that a simple comparison between the books on Sergio Moro and the recent super-hero films show that mass culture presented a more complex interpretation for the justice problem than some Brazilian journalists.

Keywords: Sergio Moro – Corruption – Emissary Victim – Mass Superman.

RESUME:

Cette étude est une réflexion sur les implications des récits héroïques construits autour de Sergio Moro, quand il menait l'opération Lava Jato. Je vise à montrer que sa mythification a contribué à une « hyper visibilité » actuelle, elle donne aussi des explications simplistes pour des problèmes complexes comme la corruption et la recherche de la justice.. Ce qui est intéressant c'est que la comparaison entre la biographie de Sergio Moro et les derniers films de super-héros révèle comment la culture de masse a construit des interprétations beaucoup plus complexes que celles faites par des journalistes brésiliens concernant la question de la justice.

Mots-clés: Sergio Moro – Corruption – victime émissaire – superman massive.

[1] Este ensaio tem parte das conclusões de minha dissertação de mestrado, financiada com a bolsa Erasmus+, sem este suporte financeiro, a pesquisa seria impossível.

[2] Bacharel em História pela Universidade de São Paulo, mestre em Narrativas Culturais pelas universidades de Sheffield (Reino Unido), Nova de Lisboa (Portugal) e Perpignan (França). Atualmente é aluno de doutorado em Línguas românicas na universidade Harvard (Estados Unidos). Email: jmcopertinopereira@g.harvard.edu.

Quando entreguei a minha dissertação de mestrado em junho do ano passado, eu não era capaz de conjecturar a entrada de Sergio Moro no governo Bolsonaro. Ainda que fosse crítico de suas ações enviesadas, eu temia que estava sendo demasiado pessimista. Ledo Engano. De maneira ingênua, não consegui perceber quão próximo estava o herói da "república de Curitiba" do "Mito". A proximidade entre os dois já se dava na estrutura da qual suas narrativas foram baseadas, inclinadas para os modelos de *super-homem de massas* (Eco, 1991) e *salvadores da pátria* (Girardet, 1986). Era só uma questão de gramática narrativa do discurso político. Neste ensaio defendo que as biografias sobre Sergio Moro laçados em 2016 embasaram uma narrativa antidemocrática, explorando o desejo de expiação de culpa de uma parcela significativa da população brasileira. A representação de Moro como um super-homem massas é imprescindível para compreendermos seu grande apelo midiático, demonstrando a nitidez interpretativa simplificadora que muitos têm usado ao discutirem a política contemporânea.

Antes de tudo, friso que a criação dos heróis nacionais é processo longo e recheado de debates. Especificamente no caso brasileiro, temos um panteão bem mais sucinto que o dos nossos vizinhos latinos ou anglo-saxões. Principalmente após a derrocada de Fernando Collor, os sinais do culto da nação por meio de heróis são diminutos. Algumas das moedas são estampadas por homens, sempre brancos, que são retratadas de forma idealizada, sem problematizações. Os signos que tem embasado a nacionalidade são outros: telenovela, futebol, samba, malandragem, etc. No entanto, quando se fala de heróis, o caso de Tiradentes é exemplar. Uma das poucas figuras que possui um feriado para chamar de seu, o inconfidente teve sua imagem cotejada por quase um século para então adentrar o imaginário nacional (Carvalho, 1990). Nos quase cem anos que se passaram entre a sua pena de morte e a clássica pintura de Pedro Américo, Tiradentes teve seu legado transmutado de regionalista rebelde, para defensor de um processo revolucionário nacional e republicano. Existe uma construção de imaginário que se fia numa aura mítica deveras comprometida com o momento presente. Acredito que foi nesse mesmo tipo de heroísmo místico-nacional que afoitamente Joice Hasselmann e Vladimir Netto tentam enquadrar Sergio Moro.

O então juiz Sergio Moro foi biografado em dois livros de 2016 que pecam por uma falta de verossimilhança abismal. É uma construção demasiadamente idealizada, na qual o juiz não teria passado por nenhum conflito psicológico. Ele seria um homem obtuso, que preza a solitude, possuidor de um ímpeto moral tamanho que leva a momentos vexatórios a qualquer leitor com um mínimo de cinismo. Tanto Joice Hasselmann, quanto Vladimir Netto enfatizaram a personalidade *mão firme* de Moro. É num desses momentos que Netto relata como o professor Moro quase reprovou Rosângela – que viria a ser sua esposa – por excesso de faltas na faculdade. A construção da narrativa de Netto faz com que não existam culpados. Rosângela não foi às classes porque acreditou que a disciplina não estava sendo oferecida, quando o descobriu, já havia ultrapassado o limite aceitável de faltas no curso. No meio do semestre, teria que ir ao casamento de uma amiga no horário da aula. Não o pode. O professor ameaçou reprová-la em seu último ano de faculdade caso ela faltasse numa aula sexta-feira à noite. O espaço para emoção e julgamento se concentra na voz de Rosângela ("Eu detestava ele, detestava", Netto, 2016, p. 45) e, num tom mais baixo, na do narrador ("[o] professor *exageradamente* rígido" itálicos meus, idem, p. 46). Ainda assim, existe uma demonstração de como Moro possuiria uma moral espartana, algo que de certa forma o qualificaria para a toga.

Se o super-herói dos quadrinhos é definido por superpoderes como voar, força, leitura de mentes, e por aí vai, Sergio Moro teria uma capacidade fora da média para a magistratura. É por meio de um exímio domínio das leis que o juiz conseguiria manter a viabilidade da Lava Jato, peitando ações de juízes do supremo, dificuldades legais, pressões petistas, etc. Um bom exemplo é como Vladimir Netto narra a resolução de Moro a um dos primeiros entraves da operação Lava Jato em 2014. O ministro Teori Zavascki questionou a competência da primeira instância para o julgamento de Paulo Roberto Costa, a "tensão era grande na 13ª Vara da Justiça Federal" e "o clima de inquietação também já se espalhara pelos corredores" (Netto, 2016, p. 52), oposto a euforia generalizada, Sergio Moro se identificava por sua reclusão e calma:

> Alheio a tudo, Sergio Moro continuava trancado em seu gabinete. A câmera de segurança no canto do teto da sala do juiz só registrava seu trabalho silencioso ao computador. Logo o texto estava pronto. Moro foi muito cuidadoso no texto (Idem, p. 52).

O ofício de Moro se caracterizava por ser uma manobra arrojada, na qual não se questionava a autoridade do Supremo, mas também não acatava a decisão de Brasília. O juiz pedia uma sugestão de como proceder para a instancia superior. Seria "um gesto incomum. Alguns juízes jamais tentariam" (Idem, p. 53). São nesses momentos que os elementos básicos para a caracterização de um super-homem de massas se fazem presentes, existe uma ênfase na individualidade e distinção do herói, ao mesmo tempo que se destacam as suas grandes capacidades, sejam físicas ou intelectuais.

Em diversos momentos da narrativa de Netto, Moro é descrito como um homem de habilidades extraordinárias, distinguindo dos demais procuradores e juízes. O narrador imbuiu ao juiz o fardo de ser um dos poucos capazes de resolver a crise moral da nação. Se a aproximação com o super-homem de massas no texto de Netto é algo se dá por meio das ações, se avaliarmos narrativas ainda mais afanadas, observamos como o tema do heroísmo se torna ainda mais ululante. Ainda que Joice Hasselmann diga que Moro não possui superpoderes, mas "apenas coragem, trabalho, dedicação e retidão" (Hasselmann 2016, p. 183), ela não excitou em chamar o juiz de 'herói' em diversos momentos da narrativa. Não somente isso, como o relaciona ao heroísmo dos quadrinhos a própria construção da personalidade de Moro (Idem, p. 128-129). A autora também qualifica Joaquim Barbosa como uma forma de Batman de nossa política (Idem, p. 76), ou seja, a relação entre super-heroísmo e combate à corrupção é um recurso narrativo recorrente em sua obra. Além de práticas textuais, na própria construção imagética, Moro é retratado como um herói, seja na capa dos livros ou no seu pixuleco que andou as ruas do país. Enquanto na capa do livro de Netto o busto de Moro é retratado no majestoso contra-plongée, no livro de Hasselmann o juiz é conectado ao elemento nacional, com a bandeira ao fundo, ainda que a foto de perfil seja menos imponente. A única coisa que os dois livros não concordam é a grafia do nome do juiz, para Hasselmann é Sérgio, para Netto é Sergio.

Encaixar Sergio Moro dentro do arquétipo de super-homem de massas explicita uma forma de se fazer justiça muito específica, na qual a população se torna parte passiva e vitimizada. De acordo com Umberto Eco (1991), o super-homem de massas seria das mais eficientes formas de consolar a população pela subtração da justiça

em sua vida cotidiana, em outras palavras, a injustiça continuamente vivenciada poderia ser vencida, ao menos, no campo da ficção (Idem, p. 62). O método de vencer essa brutal imoralidade seria a confiança no poder de uma pessoa que se apresente como idealmente capacitada, daí a alienação de mundo clássica da literatura de super-herói. Para Eco, a confiança num individuo superdotado desprivilegia um debate político, pois o super-homem de massas ignora se as plebes oprimidas têm a capacidade de julgar por conta própria (Idem, p. 95). Nos termos do nosso debate, o uso da figura dos super-homem de massas não necessariamente aliena a população do debate político, mas certamente as inocenta, colocando-as como vítimas de opressões de maus provocados por políticos de alto-escalão. Veja bem, se estamos lidando com super-homens de massa, estamos também lidando com antagonistas à altura, o que foi bem claro na retratação do Super Moro. O antagonista é o petismo, e suas figuras são os políticos de destaque: Lula, Dilma, José Dirceu, Gleisi Hoffmann, etc.

A justiça do super-homem de massas é nítida, tem concepções binárias da verdade e personifica o mal. Enquanto a verdade una simplifica a interpretação da realidade em discursos esquemáticos nos quais a oposição é impossível, a personificação do mal permite a expiação da nacionalidade brasileira como um todo:

> O que a Lava Jato, o juiz Sergio Moro e os investigadores estavam dizendo ao longo dos meses, com atos e palavras, é que a corrupção não está na essência da alma brasileira. Há um sistema que favorece o êxito dos corruptos – e o fracasso dos honestos. Em outros países foi possível mudar isso. O desafio fora lançado. Mas a batalha estava longe do fim. Era preciso atacar de vez o lado mais poderoso do problema: o núcleo político do esquema (Netto, 2016, p. 220, meu grifo).

A ideia de que a alma brasileira estaria livre de corrupção – o problema seria alguns maus elementos –, se opõe a interpretações sociológicas de renome como a de Sergio Buarque de Hollanda (1936) e Céli Pinto (2011). Ainda que muito diferentes entre si, essas linhas interpretativas apresentam como que a corrupção é democratizada em nosso país. Os crimes cometidos pelos políticos na esfera federal são a ponta do iceberg de um sistema social que é condescendente com práticas imorais.

Veja bem, a ideia de expiar a culpa da população brasileira não é simplesmente presente nos dois livros sobre Sergio Moro, Bruno de Carvalho (2018) mostrou como

este discurso de “não foi você” foi essencial no fenômeno do Bolsonarismo por WhatsApp. Para Carvalho, a isenção de culpa do individuo brasileiro foi um fenômeno recompensador para os eleitores de 2018. No caso de Sergio Moro, essa isenção caminha com a confiança no juiz para determinar quem seria o real culpado, no caso de Bolsonaro, o seria num combate do ‘inimigo’ por meio dos instrumentos do poder executivo. Ao menos neste tópico, *teste David cum Sybilla* atestam que o mote é estabelecer nitidamente que quem se alia ao lado de Moro e Bolsonaro seria inocente. É essa gramática narrativa política que uniu o Mito e o Superministro.

Entretanto, se nós acreditamos que a banalidade da corrupção no Brasil se dá tanto pela ação de indivíduos, como por instituições sociais que permitem a continuidade e modernidade da imoralidade política, por consequência acreditamos que a culpa da situação deve ser sociabilizada, ou seja, todos são responsáveis em maior ou menor grau. Ao estabelecer que a culpa é individualizada a um seleto grupo de políticos de alto-escalão, estamos lidando com um processo de transferência de culpa. A questão é entender como que esta transferência é realizada.

O que defendo é que esse processo de isenção de culpa da alma brasileira caminha por uma resolução das questões políticas dentro dos parâmetros da lógica sacrificial, nos termos definidos pelo filósofo René Girard (2016). Para ele, a mola interpretativa fundamental no sacrifício é a vítima emissária[3]. Simplificando o complexo jogo analítico de Girard, a vítima emissária é a pessoa que fica no centro do debate da crise sacrificial. Ao fim da crise, ela o é sacrificada por representar tanto a monstruosidade de seus erros, como pela transferência dos erros cometidos por toda a sociedade. Em outras palavras, a vítima emissária sofre tanto uma violência diferenciada, aquela que é definida por seus crimes, como uma violência indiferenciada, derivada dos crimes de todo o grupo social. Importante ressaltar o papel da crise sacrificial em si, pois, ao princípio do processo, não há culpados pré-determinados, mas sim um debate político que visa estabelecer qual seria a vítima que mais se adequaria para ser punida com a violência indiferenciada. O processo que não é nem um pouco nítido no princípio, vai se esclarecendo no decorrer da crise.

[3] Girard escreveu extensivamente sobre a ideia de vítima emissária e bode expiatório em diversos livros, os termos, ainda que semelhantes, não são sinônimos.

Em *La Violence et le Sacré*, René Girard primou pela interpretação da lógica mítico-sacrificial conjugando com o esquema da tragédia ática, então ele elabora o conceito junto a sua particular análise da peça de Sófocles, *Édipo Rei*. O herói que ao fim é metaforicamente sacrificado, ao princípio é julgado tão inocente quanto Creonte. A busca pelo assassino de Laio não implica somente na punição do regicídio, mas sim uma busca para sanar as desgraças de toda a Tebas, destarte, a morte do assassino do rei significa um castigo que extrapola o crime originalmente cometido. Essa vítima emissária deve representar esses crimes dos quais os efeitos afligem toda a cidade de Tebas, ou seja, os crimes cometidos por Édipo, seu parricídio e incesto, o qualificam para ser o receptáculo de todos os outros infortúnios da cidade, dos quais Édipo teve pouca ou nenhuma influência. Não menos importante, enquanto a crise sacrificial ainda estava em seu momento de debate, Édipo defendia semelhante punição para Creonte, ou seja, ele não tinha problema algum com a lógica sacrificial em si, tanto que aceita seu papel como vítima de forma trágica, mas formidável.

Agora, aproximando ao caso em questão, a ideia é que as capacidades jurídicas de Sergio Moro conjugam tanto a violência diferenciada, legítima perante a justiça moderna, e a violência indiferenciada, da qual não há legitimidade constitucional, mas sim literária. As biografias sobre Moro o qualificam como homem ideal para liderar o ritual, daí se estabelece o sacerdote e o sacrifício. Ao culpar um grupo fechado de políticos de alto-escalão, o leitor que fiou no julgamento de Moro consegue sua inocência. A realidade é simplificada e "todos os rancores espalhados pelos mil diferente indivíduos, todos os ódios divergentes, vão convergir em um único indivíduo, a *vítima emissária*" (Girard, 2016, p. 122, minha tradução)[4]. O *super-homem* se torna o único capaz de julgar quem pode ser culpado por tudo que desola o país, assim, por meio do sacrifício, ele inocenta a alma brasileira.

Veja bem, não que os réus políticos de Moro não sejam de todo culpados, eles cometeram crimes, contudo, a punição deles simboliza uma ambição e um fardo muito maior do que seria possível dentro das lógicas jurídicas modernas. O próprio afã social

[4] No original : « Toutes les rancunes éparpillées sur mille individus différents, toutes les haines divergentes, vont désormais converger vers un individu unique, la victime émissaire » (Girard, 2016, 122, itálicos do texto).

na condução dos processos da *Lava Jato* mostra como que existe uma vocação punitiva que extrapola qualquer tipo de punição possível no nosso sistema legal. Mais do que isso, justamente por essa vocação sacrificial da operação *Lava Jato*, a frustração com a condução dos processos na longa duração parece ser algo certeiro. O que fica de consolador nos livros sobre Sergio Moro é a nitidez interpretativa da realidade e defesa que ainda existem heróis capazes de fazer todo o trabalho punitivo por nós, desde que dediquemos a eles uma confiança cega.

O curioso é que essa nitidez interpretativa da verdade e da punição tão descarada na representação de Sergio Moro, ao menos até 2017, tem sido questionada no que há de mais representativo de *mass culture* atualmente, os filmes de super-heróis da Marvel. Ainda que não de forma uniforme, os filmes recentes da Marvel têm apresentado uma complexidade no julgamento da realidade. Nas tramas há confrontos contínuos entre os heróis, e vilões cujas as motivações são tão dignas que fica difícil entender complemente a vilania dos mesmos. Se é típico do contemporâneo uma “hipervisibilidade” (Baudrillard, cf. Wisnik, 2018, p. 87), no qual tudo é muito claro, nítido, certo e preciso, eu aponto como que o nublamento, tão caro a arquitetura (Wisnik, 2018, p. 5), tem se apresentado de forma interessante na Marvel. A figura do super-herói tem sido apropriada para demostrar conflitos internos e debates relevantes sobre o como fazer justiça.

O filme *Captain America: Civil War* de 2016, mesmo ano das biografias de Sergio Moro, apresenta um conflito fora do usual da Marvel, mas antes de falar, é preciso ressaltar: **ALERTA DE SPOILER**. Ao contrário da usual destruição massiva de Nova Iorque, *Civil War* tem seu momento de tensão máxima com o conflito entre o Homem de Ferro e o Capitão América dentro de uma instalação da Hydra no ermo da nublada Sibéria. O confronto não pode ser interpretado entre o bem e o mal, mas entre dois heróis que tem discordâncias graves na forma da qual suas atividades heroicas devem ser conduzidas. Assim, a questão se torna complexa e se debate a relação entre o super-heroísmo e a intervenção estatal. Enquanto Tony Stark entende que suas ações possuem implicações negativas para a sociedade, e busca uma forma de fiscalização e autorização de suas ações pelo Estado, Steve Rogers prima por sua liberdade de ação, pois ele também teme a instrumentalização de seus poderes pelo

Estado para usos nefastos. O conflito é interno ao grupo de heróis, e a resolução do confronto não corrobora na inocência de alguém, mas sim numa medida preventiva sobre as formas de ação. O simples fato que a própria capacidade de justiceiro do herói é questionada, faz com que um filme da Marvel apresente noções muito mais complicadas do que seria certo ou errado que qualquer livro panfletário sobre a *Lava Jato*. Se dá à realidade uma falta de visibilidade ao espectador, algo que está ausente no atual discurso político brasileiro, os nossos confrontos têm-se caracterizado por interpretações unívocas e pouco diálogo. **FIM DO SPOILER**.

Enquanto nosso vocabulário político tem buscado um retorno a lógica mítico-heroica massiva, os setores que seriam responsáveis pela propagação desta mesma lógica, os grandes filmes hollywoodianos, têm possuído interpretações mais complicadas. Escrevi sobre *Captain America*, mas em maior ou menor grau, esta complexidade interpretativa tem se tornado a norma da Marvel, vide a complexidade do vilão em *Black Panter* (2018). No caso de Sergio Moro, é interessante notar como as lógicas míticas, tão importante de serem analisadas tanto em suas conexões universais, como particulares, têm sido utilizadas como instrumento simplificador, visando expiar uma população que foi responsabilizada por diversos problemas sociais durante muito tempo. Sergio Moro entraria no panteão nacional, não pelo seu combate a corrupção, mas sim pela sua saga em inocentar, ao mesmo em tese, a alma brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1936.

CARVALHO, Bruno “Não foi você: uma interpretação do bolsonarismo”. In: *Revista Piauí*, no. 142. Rio de Janeiro: Editora Alvinegra, Julho de 2018.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECO, Umberto. *O Super-homem de massas: retórica e ideologia no romance popular*. (trad. Pérola Carvalho). São Paulo: Perspectiva, 1991.

GIRARD, René. *La Violence et Le Sacré*. Paris : Pluriel, 2016 (orig.1972).

GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris : Éditions du Seuil, 1986.

HASSELMANN, Joice. *Sérgio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil.* São Paulo: Universo dos Livros, 2016.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: O juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

PINTO, Céli. *A Banalidade da Corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

WISNIK, Guilherme. *Dentro do Nevoeiro: Arquitetura, Arte e Tecnologias Contemporâneas*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ARTIGOS

A FASE OBREIRISTA DO PCB (1929-1934):

uma análise da expulsão dos intelectuais do partido

Danilo Martins Brandelli[1]

Aldo Duran Gil[2]

RESUMO:

O presente trabalho pretende analisar um período pouco estudado da história política brasileira, trata-se do período obreirista do PCB (1929-1934), o qual consiste na substituição dos intelectuais pelos operários na direção do Partido. Essa política, aliás, se estendeu por outros partidos comunistas do mundo, o chamado processo de proletarização, com o claro intuito de maior aproximação das massas e dos sindicatos da época. No Brasil seus efeitos recaíram sobre Octavio Brandão e Astrojildo Pereira os quais eram tidos como intelectuais do PCB.

Palavras-chave: Obreirismo – PCB – Intelectuais – Classe Média.

ABSTRACT:

The present work intends to analyze a little studied period of the historical Brazilian politics, it is the period obreirista of PCB (1929-1934), which consists of the substitution of the central committee as a result of the workers. This policy, moreover, was extended by other communist parties in the world, called the process of proletarianization with the clear intention of bringing closer the masses and the unions of the time. In Brazil its effects fell on Octavio Brandão and Astrogildo Pereira who were considered as intellectuals of the PCB.

Palavras-chave: Obreirismo – PCB – Intellectuals – Middle Class.

RESUMEN:

El presente trabajo pretende analizar un período poco estudiado de la histórica política brasileña, se trata del período obreirista del PCB (1929-1934), el cual consiste en la sustitución del comité central en consecuencia de los obreros. Esta política, por otra parte, se extendió por otros partidos comunistas del mundo, llamado del proceso de proletarización con la clara intuición de mayor acercamiento de las masas y de los sindicatos de la época. En Brasil sus efectos recayeron sobre Octavio Brandão y Astrogildo Pereira los cuales eran tenidos como intelectuales del PCB.

Palabras clave: Obreirismo – PCB – Intelectuales – Clase media.

[1] Estudante de Pós-graduação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU), danilobrandelli@yahoo.com.br;

[2] Professor adjunto de Sociologia Política do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutor em Ciência Política, adurang@yahoo.com;

INTRODUÇÃO

O período obreirista (1929-1934) é a fase menos estudada pela longa bibliografia sociológica acerca das análises históricas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Encontra-se poucos estudos e artigos a respeito, quando muito, algumas notas em livros sem dar muita relevância para esse período.

Essa fase foi constituída pela exclusão da primeira geração de formação do PCB, com o intuito de substituição dos intelectuais por operários. Política que o Partido seguiu e que veio de fora, especificamente do secretariado sul americano. Nomes relevantes da formação do partido bem como do marxismo no Brasil, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, foram expulsos.

Os estudos são parcos, Del Roio (2004) e Álvaro Bianchi (2015) oferecem alguns dados sobre o período. O primeiro trata o assunto de forma indireta, pois seu objeto de análise é a figura de Octávio Brandão. O segundo autor analisa o período específico, porém, trata-se de um texto curto de um blog que não tem o intuito de oferecer a profundidade que o tema necessitaria: por se tratar da expulsão de figuras relevantes da política brasileira, por ser acatada uma política do exterior para o partido e pelo retorno, logo após a expulsão dos referidos intelectuais, de Luís C. Prestes.

Esses são alguns dos pontos mais relevantes que procuramos responder neste artigo, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a luta de classes no interior do movimento comunista inserido na história particular do PCB e, mais especificamente, analisar como se deu tal luta no interior do Partido na chamada fase obreirista (1929-1934). Fez-se uso neste trabalho de uma pesquisa bibliográfica e histórica sobre o fortalecimento da classe média no Brasil e seu papel no início do movimento comunista brasileiro nas décadas de 1920-1930.

Esse trabalho aborda o conceito de pequena-burguesia formulado por Poulantzas (1978), e o conceito de classe média de Saes (1981). Ambos partem da premissa marxista da ocorrência de frações de classes nas sociedades divididas em classes, cuja análise principal aqui situada será o início do capitalismo no Brasil. A classe média, como é conhecida atualmente, estava ainda se desenvolvendo, diferenciando-se da pequena-burguesia tradicional de comerciantes, com o assalariamento dos profissionais liberais e o desenvolvimento da chamada nova

pequena-burguesia em funções de trabalhos improdutivos, tais como, jornalistas, farmacêuticos, bancários e etc[3].

Essas frações historicamente se alinham ora com a burguesia, ora com a classe operária, não havendo necessariamente um posicionamento político definido. A não ser em último caso, quando assumem uma tendência à aliança com a burguesia, tese essa defendida por Marx (1998), Poulantzas (1978) e Saes (1981).

1.1. AS CLASSES MÉDIAS E A PEQUENA-BURGUESIA EM MARX E ENGELS

Marx (1983) em *O Capital - Capítulo LII – As Classes*, oferece uma síntese do que seria uma classe social. Necessariamente seria a resposta à pergunta: o que faz dos grupos uma classe? Os assalariados, por exemplo, vivem do salário, os capitalistas vivem do lucro e os proprietários de terra vivem da renda fundiária. O primeiro utiliza como fonte de renda a sua força de trabalho, o segundo seu capital e o terceiro a propriedade fundiária (MARX, 1983, p. 317-318).

Dessa forma, o que constitui esses três grandes grupos em classes para Marx (1983), é respectivamente a identidade das rendas e das fontes de rendas na qual a divisão do trabalho separa esses grupos em classes, ou seja, o local das classes na reprodução do capitalismo. No entanto, o que consistiria a classe média para Marx? No mesmo capítulo o autor demonstra que esse não é o seu intuito principal:

> Sem dúvida, a estrutura econômica da sociedade moderna desenvolveu-se mais ampla e classicamente na Inglaterra. Não obstante, mesmo nesse país não se patenteia pura essa divisão em classes. Também lá, as **camadas médias e intermediárias** obscurecem por toda parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais e urbanas). Esse fato, contudo, **não tem importância** para nossa análise. Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho assalariado e os meios de produção (MARX, 1983, p. 317-318; grifos nossos).

Portanto, Marx (1983) não está preocupado em categorizar as *camadas médias*[4], antes está preocupado em responder as questões intrínsecas do capitalismo, por exemplo, como o operário se transforma em implemento – força de trabalho. No entanto, no final do capítulo citado acima, Marx procura dar uma definição

[3] Os trabalhos improdutivos também sofrem com a precarização do trabalho no capitalismo, haja vista, os trabalhos contemporâneos do *telemarketing*. Cf.: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Infoproletários: degradação do *trabalho* virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

[4] Cf. O termo camadas médias é utilizado por MARX, K. *O Capital* – livro III, p.318.

sucinta das *camadas médi*as na mesma linha dos locais ocupados pelas classes na divisão do trabalho: "[...] os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte" (MARX, 1983, p. 317-318).

Sendo assim, o que definiria a classe média[5] seria a renda e as fontes de renda. Grosso modo, tudo levaria a crer que o médico e os funcionários públicos são operários, pois vivem respectivamente do salário e utilizam a sua força de trabalho para sobreviver.

> Desde a implantação da grande indústria, isto é, desde a paz europeia de 1815 pelo menos, já não era segredo para ninguém, na Inglaterra, que a luta política girava em torno das pretensões de domínio de duas classes: a aristocracia latifundiária (*landed aristocracy*) e a burguesia (*middle class*). Na França, o mesmo fato tornou-se evidente com a volta dos Bourbons; os historiadores do período da Restauração, de Thierry a Guisot, Mignet e Thiers, o proclamam constantemente como o fato que dá a chave para se compreender a história da França, desde a Idade Média. E desde 1830 em ambos os países se reconhece, como terceiro combatente, na luta pelo poder, a classe operária, o proletariado. As condições tinham se simplificado a tal ponto, que seria necessário fechar deliberadamente os olhos para não ver na luta dessas três grandes classes e no choque de seus interesses a força motriz da história moderna, pelo menos nos dois países avançados (MARX & ENGELS, 2006, p.130).

O termo *middle class* utilizado por Marx e Engels nos diz muita coisa. A classe média da época, aristocrática, era a burguesia e apareceu no âmbito da sociedade como uma "classe" no embate político com a aristocracia latifundiária. Isso apenas foi possível pelo aspecto econômico, pois a forma de produção não condizia com o desenvolvimento econômico:

> No entanto, da mesma forma que a manufatura ao atingir uma determinada fase do desenvolvimento se chocou com o regime de produção feudal, hoje a grande indústria já se choca com o regime burguês de produção, que veio substituir o primeiro" (MARX & ENGELS, 2006, p.131).

Já sobre a pequena-burguesia, Marx (1996) na obra *As estruturas de classes na Alemanha* reconhece sua importância política em quaisquer entidades e revoluções modernas. A posição intermediária dessa classe entre a burguesia e os

5 As classes médias analisadas por Marx no século XIX servem para elucidar nosso campo teórico marxista, no entanto, há outros condicionantes para a classe média e principalmente os intelectuais das décadas de 1920-1930 no Brasil, como serão procurados fazer no subcapítulo 1.2. A classe média no Tenentismo.

operários fez com que fossem “continuamente atirados como peteca – entre a esperança de galgarem a classe dos mais ricos e o medo de serem reduzidos à condição de proletários ou mesmo de indigentes” (MARX, 1996b, p.105-106). Em síntese, entre a esperança de assumirem lugares nos cargos públicos e o receio de despertarem a ira do Governo, que dispõe de seus destinos.

Mesmo que a pequena-burguesia e as classes médias não façam parte das duas principais classes antagônicas, elas se posicionam e almejam alcançar certos espaços no cenário político de uma dada conjuntura do desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, apesar da presença de classes e fragmentos de classes diferentes na sociedade capitalista, essas se posicionam de acordo com as classes fundamentais, burguesia e proletariado, ora pendendo para a primeira, ora para a segunda.

Marx e Engels (1998, p.26), aliás, demonstram que a classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão e o camponês tendem a se dividir em momentos de crise política acentuada. Parte dela se alia com a classe operária e adota posturas revolucionárias, enquanto outra parte da fração de classe intermediária assume posturas conservadoras em defesa da ordem vigente, se aliando a serviço do capital na busca da conservação da sua posição dentro da divisão do trabalho. Como bem explicitam nesta passagem:

> A classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para não naufragarem. Eles não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. E ainda, são reacionários, pois giram a roda da História para trás. Se, por acaso, são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado (MARX & ENGELS, 1998, p. 26).

Até mesmo o lumpemproletariado estaria nesse pêndulo entre as classes fundamentais, podendo se aliar ao proletariado e arrastado por uma revolução proletária. No entanto, suas condições de vida tendem mais ao papel de ferramenta subordinada da intriga reacionária (MARX; ENGELS, 1998, p. 26-27). Com o decorrer do tempo e com o desenvolvimento do capitalismo ocorreu a formação de frações de classes, suscitando com isso uma classe intermediária que desempenhou, aliada com a classe operária, certo papel revolucionário nos momentos de crise política.

Marx (1996b, p.105-106), aliás, completa que sob um governo feudal e monárquico essa classe se volta para o lado do liberalismo. Quando a burguesia está em ascensão, tal classe possui grandes acessos democráticos, embora caia novamente no medo quando o proletariado tenta encetar um movimento independente. Ou seja, o limite da pequena-burguesia é a não equidade com o trabalhador manual (proletariado), pois, o movimento independente deste último compreende uma ameaça aos destinos dos pequeno-burgueses num possível Estado socialista (ditadura do proletariado).

A forma pela qual o *conjunto médio* impõe seus interesses particulares segundo Marx (1978) em *O 18 Brumário* é pelo seu domínio intelectual, por suas habilidades e condição moral superior frente ao operário, pela forma na qual demonstra todo seu poder de persuasão para convencer a classe dominada a defender seus interesses particulares de classe – interesses políticos "ideais" dela, os quais, o autor responde apenas que são interesses políticos particulares. Tão logo, o domínio intelectual e a não equidade com o trabalhador manual na opção de posicionamento ao vislumbrar o futuro sombrio da proletarização, define os conjuntos médios para Marx até aqui. Os interesses particulares dessa classe são: a não equidade com o trabalhador manual (interesse particular) e o apelo superior frente ao operário.

Isto poderia ser explicado na perspectiva da classe média e pequeno-burguesa nos termos de Marx. Tal conjunto médio ocupa um lugar "privilegiado", uma esfera de atividade de trabalho não manual/improdutivo e se reproduz na medida em que impõe seus interesses particulares de classe ao operário.

> As diferentes operações, que o produtor de uma mercadoria executa alternativamente e que vão se incorporando no conjunto de seu processo de trabalho, dele exigem capacidades diversas. Ele precisa mostrar às vezes mais força, às vezes mais habilidade, às vezes mais atenção; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas qualidades em grau idêntico. Quando as diferentes operações são separadas isoladas e tornadas independentes, os operários são distribuídos, classificados e agrupados segundo suas aptidões específicas. Se suas peculiaridades naturais são a base sobre a qual vem implantar-se a divisão do trabalho, desenvolve a manufatura, ao ser introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, só são capazes de certas funções restritas. O trabalhador coletivo possui assim todas as capacidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e emprega-as ao mesmo tempo, do modo mais econômico, pela aplicação de todos os seus órgãos – individualizados seja em cada um dos trabalhadores, seja em grupo de trabalhadores – em funções bem específicas. Quanto mais incompleto e até imperfeito for o trabalhador parcial, mais será ele perfeito como parte do trabalhador coletivo (MARX, 1980, p.23).

Ou seja, a formação da força de trabalho (criação do trabalhador) necessita da razão inversa de sua qualificação para perpetuar o sobretrabalho (mais-valia) em correspondência aos proprietários dos meios de produção. Tende assim, a aumentar a produtividade do trabalhador coletivo em sua pauperização no exercício de apenas uma função.

> A depreciação relativa da força de trabalho, que resulta do desaparecimento ou da diminuição das despesas com aprendizagem, acarreta para o capital aumento imediato da mais-valia; pois tudo que reduz o tempo necessário à reprodução da força de trabalho amplia o domínio do sobretrabalho (MARX, 1980, p.25).

Enquanto a classe média se qualifica mais e, portanto, utiliza disso como merecimento de sua valorização da força de trabalho, Marx e Engels (1998) chegam a dissertar sobre a meritocracia em *O Manifesto Comunist*a, a partir da ideia de conversão do mérito pessoal em valor de troca, algo diferente do que era nos modos de produção não capitalistas (1998, p.13). Dessa maneira, o mérito também se tornaria uma mercadoria que, assim como o trabalho humano, poderia valorizar e desvalorizar-se conforme as mudanças na divisão social do trabalho. Temos então, já gestada a possibilidade no início do capitalismo descrito pelos autores da complexificação do mérito como produto desse modo de produção.

Com as diferentes funções do trabalhador coletivo mais ou menos complexas, a manufatura desenvolve uma hierarquia das forças produtivas à qual corresponde a uma hierarquia de salários. Se por um lado, o trabalhador individual fica inserido em uma função específica, por outro, as funções dessa hierarquia são apropriadas pelas capacidades naturais ou adquiridas (MARX, 1980, p.24). Aproveitando-se da capacidade do trabalho que é de ordem individual, natural e/ou adquirida temos a divisão social mediante as capacidades naturais ou adquiridas que se tornam funções exclusivas, o saber ou a habilidade do produtor tem valor na troca de sua força de trabalho (MARX, 1980).

De acordo com Marx e Engels (2006, p.57) a divisão do trabalho tem início no ato sexual, compreendido aqui como a divisão do trabalho entre os sexos, depois se desenvolve por si própria “naturalmente” como por disposições naturais, força física, necessidades, acasos, etc. Entretanto, os autores alertam que ainda assim, a divisão do trabalho não se efetiva nesses momentos descritos.

> A divisão do trabalho só vai efetivamente se tornar divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e espiritual. A partir daí, a consciência pode efetivamente imaginar ser algo distinto da consciência da práxis existente, que ela representa de fato algo sem representar algo real; desde então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., "puras". Todavia, ainda que essa teoria, essa teologia, essa filosofia e essa moral e etc., entrem em contradição com as relações existentes, isso só é possível ocorrer porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes; [...] (MARX; ENGELS, 2006, p. 57-58).

Por isso, a relevância de se abordar a divisão do trabalho material e espiritual em Marx e Engels (2006), pois para eles isto é o início da consciência desconectada da práxis. E o que conectaria a consciência espiritual se não as próprias relações sociais existentes, ou seja, a matéria daqueles que a concebem?

A divisão do trabalho e a propriedade privada são idênticas porque na primeira se enuncia a relação à atividade e a segunda o produto dessa atividade, significa, no entanto, o poder de dispor da força de trabalho de outrem. O segundo pressuposto dependeria do primeiro, uma vez satisfeita as necessidades mínimas de existência por meio de um instrumento de produção (MARX; ENGELS, 2006, p.59).

> Além do mais, com a divisão do trabalho ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual ou da família isolada e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; e esse interesse coletivo não existe apenas na representação, como interesse geral, mas se apresenta, antes de tudo, na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. Por fim, a divisão do trabalho nos apresenta, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: enquanto os homens se mantêm na sociedade natural, enquanto, pois existe cisão entre o interesse particular e o interesse comum, e enquanto, por conseguinte, a atividade também não é dividida de modo voluntário, mas naturalmente, a própria ação do homem torna para ele uma força estranha a ele próprio, que o subjuga e a ele se opõe, em vez de ser por ele dominada. Por isso, desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e aí permanecerá caso não queira perder seus meios de sobrevivência[...] (MARX, 1980, p.59).

Desse modo, o lugar de uma classe tende a se reproduzir na própria classe. O operário por ocupar uma posição inferior no trabalho manual, acaba por reproduzir a sua "prole", ou seja, na sua nova geração a classe a que pertence – classe dominada. Isto é, o lugar ocupado na divisão do trabalho repercute na posição da classe frente a outras classes, o que não difere da classe média.

> Tal pai, tal filho. A evolução das condições de vida de uma classe proletária numerosa, forte, coesa e inteligente anda de mãos dadas com o progresso

> das condições de vida de uma classe média numerosa, rica, coesa e poderosa o movimento da classe operária em si nunca é independente, nunca é de índole exclusivamente proletária, até que todas as facções da classe média e, especialmente, sua ala mais progressista, que é a dos grandes industriais, conquiste o poder político e remodele o Estado segundo a sua vontade (MARX, 1996b, p.106).

Por isso, o receio de Marx na ocupação do movimento operário pelas classes médias, ou mais especificamente da pequena burguesia, como na crítica a Proudhon em *A Miséria da Filosofia* (1985) e ao socialismo pequeno burguês em *O Manifesto Comunista* (1998) que tende a reformar o capitalismo e garantir acessos democráticos para conservar o capitalismo e garantir níveis satisfatórios para a classe média e não para o proletariado.

1.2. A CLASSE MÉDIA NO TENENTISMO (1930)

A classe média, que também podemos designar como setores médios, incluí os militares e a pequena-burguesia. Ela teve relevante papel político na história do capitalismo brasileiro, principalmente na implementação e desenvolvimento deste sistema nos períodos da Abolição da Escravatura (1988), Assembleia Constituinte (1889), Tenentismo (1930) e posteriormente na Ditadura Militar (1964) (SAES, 1985).

Segundo Zimbarg (2001, p.37) o tenentismo representou não todos os militares e sim o grupo mais ativo que eram os oficiais de baixa patente (tenentes, capitães e aspirantes), por isso a designação de tenentes para àqueles que aderiram as conspirações e revoltas dos anos 1920.

É importante ressaltar que nos primeiros anos, o PCB era composto por intelectuais de origem pequeno-burguesa, operários da pequena indústria, empregados de comércio e artesãos. Era um partido pequeno, constituído por pequenos grupos de agitação e propaganda, ainda que se orientasse por uma linha política determinada e coerente (SODRÉ, 1984, p.79). Entre 1929 e 1930 o Partido passa por uma luta complexa de profundas consequências para a vida do Brasil. Segundo Sodré (1984, p.79), enquanto buscava unir a classe operária no movimento sindical criando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), buscava alianças para enfrentar tais lutas: com as forças ligadas ao Tenentismo (componente militar de agitação pequeno-burguesa), e com as forças ligadas às organizações partidárias tradicionais ou novas agremiações.

> Os militares não confiavam nos políticos, e estes temiam os militares. Quando da campanha presidencial, aproximaram-se, vencendo resistências. Após as eleições, distanciaram-se porque a maior parte das forças políticas preferiu recompor-se com o poder. Voltaram a entender-se, quando a crise política se agravou, surgindo inclusive, luta armada no Nordeste (SODRÉ, 1984, p.80).

Para Sodré (1984, p.71), mesmo com Astrojildo Pereira na direção do PCB, acreditava-se que a pequena-burguesia se transformaria em classe radical com a ajuda da dialética marxista, que através das orientações marxistas-leninistas dirigia-se no plano social contra o imperialismo. Supunha assim, que a pequena-burguesia entrava num período de rompimento com a burguesia liberal e aliança com o proletariado. O que para o autor é uma superestimação do papel da pequena-burguesia nessa etapa. “A correta premissa da necessidade de aliança com o Tenentismo e de aproximação de um momento de crise não resultava sempre em conclusões acertadas para a tática adotada” (SODRÉ, 1984, p.71). Portanto, vê-se uma real aliança da classe operária com a pequena-burguesia dos “tenentes”.

De acordo Saes (2001), exemplos do fracionamento da classe média não faltam e a divisão no interior do movimento Tenentista com Getúlio Vargas é um exemplo disso. Parte dos tenentes buscavam por meio de um movimento radical de massas mudanças profundas na sociedade brasileira, diante da qual contrariavam os interesses das oligarquias da época. Devido a isso, não mantiveram a aliança com Vargas, que demonstrava ter pouco compromisso com as propostas de rompimento radical com as oligarquias. Outro exemplo de fracionamento do movimento tenentista é dado por Zimbarg:

> É incerto quando as preocupações dos “tenentes” passaram de questões corporativas para a pregação revolucionária; o mais provável é que tal coisa tenha acontecido gradativamente e essa migração causou rompimentos entre os “tenentes”, sendo que alguns assumiram posturas extremamente conservadoras, como Juarez Távora ou Felinto Müller, enquanto que outros aderiram ao comunismo; porém, a grande maioria participou ativamente da Revolução de 1930, alguns assumindo cargos de responsabilidade no governo Vargas e adotando um discurso político reformista, caso de João Alberto, Miguel Costa (que aderiu à ANL em 1935), entre outros; outros se desiludiram dos rumos da Revolução de 30 e aderiram posteriormente ao Partido Comunista, como Trifino Correia e Dinarco Reis (ZIMBARG, 2001, p.38).

Também, houve a divisão do movimento tenentista quando Luís Carlos Prestes entrou para os quadros do PCB, dividindo mais uma vez o setor médio dos militares. Situação necessária para que alguns ex-combatentes da Coluna Prestes se

alinhassem novamente com o governo de Vargas, sob a promessa de cumprimento de parte das propostas dos tenentes. Contudo, nesse período histórico já se consegue comprovar o acerto da tese de Saes (1981), que analisa a classe média desse período como um grupo heterogêneo que não agiu de maneira unitária. Pois, se agisse assim, o que explicaria a grande participação da classe média no movimento comunista do início do século XX no Brasil, ao mesmo tempo em que participaram e apoiaram em parte o tenentismo?

Entretanto, o que uniria os tenentes na luta comum? Para Zimbarg (2001, p.38) era um intuito corporativo: a defesa da honra da instituição militar. E não podemos perder de vista que apesar da sua luta genérica em torno da moralização da política, do voto secreto e etc, sua luta principal era a derrubada da oligarquia rural. Desta forma, uma análise mais detida da classe média desse período poderia oferecer pressupostos analíticos para a compreensão de alguns rachas pelos quais passaram o PCB. Como procuraremos demonstrar no decorrer do texto, na análise da fase "obreirista" do PCB, através da recusa ao "prestismo" e no acolhimento de Luiz Carlos Prestes.

A ação da classe média na cena política do desenvolvimento capitalista brasileiro (oligárquico, populista, autocrático militar) não se deu de forma unitária, enquanto classe homogênea. Se deu de forma fracionária, ora contrariando a um desses estágios de desenvolvimento capitalista, ora convergindo como aliada política e até mesmo base social de apoio[6].

Para Saes (1985), a classe média teve papel fundamental em três processos fundamentais na mudança de Estado escravista para o burguês: a abolição da escravatura (1888), a proclamação da república (1889) e a Assembleia Constituinte (1890/1891). A classe média foi a força dirigente deste processo pelo fim do escravismo no Brasil, sob o intuito de mudança capitalista, até mesmo porque era o único tipo de Estado que poderia garantir a sua reprodução por meio do aumento da burocracia estatal e aplicação dos princípios meritocráticos para a seleção profissional, enquanto os escravos rurais foram a força motriz neste processo. Entretanto, eles acabaram sendo excluídos logo após a classe média ter dirigido a

[6] Tese defendida por Décio Saes no livro *Classe Média e Sistema Político no Brasil***.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

política estatal do período de transição capitalista.

Algo que evidencia os rachas da classe média, que não se concretiza em bloco político monolítico aliado a classe dominante em momento algum dos períodos políticos citados acima, mas em frações politicamente divididas entre o bloco da classe dominante e o das classes populares (SAES, 1984). O autor deixa claro, assim, seu posicionamento frente aos debates acerca do posicionamento político da classe média no decorrer da história política brasileira.

Como, por exemplo, a unidade política da classe média enfrentaria no mínimo a junção de grupos profissionais muito diferentes, como a pequena burguesia tradicional (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) e a nova pequena burguesia (trabalhadores assalariados improdutivos)[7], enquanto portadores de uma ideologia comum. Embora não houve nenhum desses aspectos no desenvolvimento capitalista dependente do Brasil, estes aspectos caracterizaram o desenvolvimento capitalista Europeu e não poderiam ser correlacionados ao contexto de economia emergente brasileira (SAES, 1984, p.04).

O processo de industrialização capitalista exigiu a expansão do aparelho de serviços urbanos, em que fez nascer junto com as classes antagônicas burguesia industrial e classe operária, outros grupos sociais que se agrupam no setor terciário (setor de serviços), chamados trabalhadores improdutivos.

> Por trabalhadores improdutivos entendemos, segundo a tradição marxista, todos cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias. Sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem, muito frequentemente, um sobretrabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção de mais-valia. Este corte analítico, empreendido ao nível das relações de produção, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, reagrupa, portanto, num grande conjunto os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicação) e da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado, civis e militares, e os profissionais liberais (SAES, 1984, p. 09).

Nota-se que nem todos os trabalhadores improdutivos compartilham da mesma ideologia e da atuação política. Isso se deve a diversificação das funções

[7] Para uma crítica a limitação do trabalho produtivo em Nicos Poulantzas, conferir: CAVALCANTE, Sávio M. Nova pequena burguesia “ampliada” e proletariado “reduzido”? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas. Revista Demarcaciones. [S.I.] 2014. pp.62-85. Disponível em: <https://www.academia.edu/9688622/Nova_pequena_burguesia_ampliada_e_proletariado_reduzido_Avan%C3%A7os_e_limites_da_an%C3%A1lise_marxista_em_Nicos_Poulantzas>(p.64).

improdutivas, além da qualificação e hierarquia dos salários, níveis de consumo e a posição que se ocupa na hierarquia de trabalho. São esses alguns dos fatores preponderantes para que os trabalhadores improdutivos não se vejam enquanto classe (SAES, 1984).

O mesmo não ocorre entre os trabalhadores produtivos. Dada a sua situação de exploração menos fracionada na divisão do trabalho e o contato direto com as contradições na produção de mercadorias, dificulta-se a desorganização da consciência operária que teria no germe da união, as próprias relações de exploração (SAES, 1985).

Ainda segundo Saes (1985) a fragmentação do mundo do trabalho é fundamental para a classe dominante, principalmente na distinção entre trabalho manual e intelectual, separando assim, o conjunto dos trabalhadores por suas funções. Difundiu-se com isso, a hierarquia do trabalho de modo que apagasse a possibilidade de união de todos os trabalhadores contra os proprietários dos meios de produção, algo que não foi capaz de eliminar a consciência operária em todos os trabalhadores. Contudo, a condição não antagônica das funções exercidas pelo trabalhador improdutivo destinaram um maior fracionamento ideológico e político que os demais, ou seja, a solução para a união dos trabalhadores era então a estratificação social em grupos (SAES, 1984).

De acordo com Saes (1984) a distinção entre trabalho manual e intelectual cria grupos médios, que nada mais são que grupos intermediários, situados entre as classes antagônicas no capitalismo (classe burguesa e classe operária). Tais grupos também se distinguem dos operários, constituindo assim, uma consciência média, algo que varia em circunstâncias do desenvolvimento capitalista e das particularidades da estrutura de classes própria a cada sociedade.

A condição média dos trabalhadores classificados na hierarquia de trabalho por não-manuais, não afasta possíveis alianças com a classe operária. Porém, esta aliança não se torna em momento algum fusão de classe, mesmo que sindicatos médios assumam posições políticas operárias. Essas posições têm um limite muito claro no posicionamento político da classe média, que é a recusa ao nivelamento social entre trabalhadores manuais e trabalhadores não-manuais (SAES, 1984).

> O temor do nivelamento social também contribuiu à aceitação, pelos trabalhadores "de escritório", de 1930 aos nossos dias, de uma legislação sindical que divide o mundo do trabalho mediante a interdição de toda organização "horizontal"; a organização dos trabalhadores por "setor econômico" (indústria, comércio, agricultura, bancos, etc.) e a impossibilidade legal de uma confederação geral dos trabalhadores isolam a classe operária das outras categorias de trabalhadores e situam a luta sindical num contexto muito favorável à classe dominante. Esta consagração legal da hierarquia do trabalho é, ao mesmo tempo, o instrumento e o resultado da fragmentação do mundo do trabalho; expõe a classe operária aos olhos dos "não-manuais" como uma classe "à parte". A aceitação implícita pelos trabalhadores "de escritório" de uma estrutura sindical segmentada aparece como a expressão do corte, particularmente profundo na sociedade brasileira, entre "trabalho manual" e o "trabalho não-manual" (SAES, 1985, p.16).

Neste exemplo, Saes (1985) acaba por nos revelar um conceito de ação política da classe média que em último caso opta pela não equidade de situação econômica com o trabalhador manual. Essa luta política e também ideológica, acompanha o desenvolvimento capitalista que no Brasil é evidenciado com a tensão em torno de uma estrutura de sindicato fragmentada por setores econômicos.

> As orientações políticas dos grupos médios, portanto, sempre estão em relação com a evolução da política burguesa e da política operária. Dito de outra maneira, a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões (SAES, 1985, p. 18).

Saes (1985), ao se referir que o posicionamento político da classe média se relaciona à conjuntura evolutiva da política burguesa e prática política operária, assume que é possível situar a classe média apesar de sua tendência a oscilação entre as classes fundamentais. Mesmo que para Marx e Engels (1998) a classe média luta para não se afundar no proletariado.

Tão logo, como situar essa classe denominada por Marx e Engels como oscilante? Saes (1984, p.20) oferece uma resposta para o impasse do posicionamento da classe média marxiana, o que o autor designa por *situação de trabalho* e compreende como o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores "não-manuais": relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos "manuais"), forma de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários dos operários) e nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações destes elementos criam uma *situação de trabalho* particular, capaz de engendrar uma

disposição ideológica específica. Entretanto, esta disposição só se concretiza em contato com uma conjuntura política cujo aspecto é determinado pelo estado da oposição entre as classes. Em outras palavras, a conjuntura política reflete-se de maneira específica em cada grupo médio em função de sua *situação de trabalho*.

Em cada conjuntura política, os grupos médios se dispersam “à direita” e “à esquerda” sem chegar necessariamente a encontrar sua unidade e formar assim uma classe. Porém, formam-se setores, segundo diferenciações registradas no nível da “situação de trabalho” perante o alinhamento com a burguesia ou com o proletariado. Algo que também não retira a possibilidade de rachas internos entre os setores médios sob o mesmo apoio a uma das classes antagônicas do capitalismo, no caso da burguesia, apoiam certas frações burguesas diferentes e concorrentes no bloco no poder do Estado.

1.3. Os intelectuais comunistas no Brasil das décadas de 1920-1930

Em vários países do mundo, os intelectuais tiveram papel relevante na difusão das ideias comunistas, no Brasil não foi diferente, Octávio Brandão foi o primeiro a tentar fazer uma análise marxista da formação social brasileira na obra *Agrarismo e Industrialismo* em 1924, sendo ele, também responsável pela fundação do PCB.

> As condições e aspirações que explicam como e porque surgiu o partido comunista no Brasil são, em grande parte, semelhantes às que prevalecem em outros países nos períodos em que se formaram partidos comunistas: a incipiente industrialização e de uma classe operária industrial serão descritos e os movimentos e ideologias radicais precursoras serão identificados e analisados em relação aos principais movimentos de protesto no período entre 1848 e 1917. Em seguida, será preciso analisar também a atividade organizatória de grupos de militantes radicais, já que isto culminou no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 (CHILCOTE, 1982, p. 39).

Gramsci compreende por intelectuais;

> Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1982, p.03).

Com isso, cada classe social formaria um grupo de intelectuais que defenderia a dominação de uma classe social sobre outras, assim, pontua Gramsci (1982, p.03-04) que os técnicos da indústria seriam intelectuais favoráveis ao capitalismo, no entanto, eles não são vistos socialmente como intelectuais. O autor argumenta que

não existe um trabalho estritamente manual ou intelectual apesar dos trabalhadores se caracterizarem pelo trabalho manual em determinadas condições e relações sociais:

> Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais (GRAMSCI, 1982, p.07).

Nesse sentido, o trabalhador manual para Gramsci também exerce um trabalho intelectual. “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, p.07). O que faz indagar se todos são vistos socialmente como intelectuais. Algo que é respondido por Poulantzas “Direi, quanto a mim, que todos os trabalhadores comportam atividades intelectuais; mas nem todos os trabalhos se situam, na divisão político-ideológica trabalho manual/trabalho intelectual, do lado do trabalho intelectual” (POULANTZAS, 1978, p. 276).

Assim, não se referindo a intelectuais enquanto categoria social (elaboradores de ideologia de classe) Poulantzas (1978, p.273) situa os trabalhadores intelectuais do lado do trabalho intelectual, ou seja, trabalhos direta ou indiretamente impregnados por este, que são valorizados em relação à classe operária na exclusão desses últimos do *monopólio do saber*[8].

Segundo Poulantzas (1978, p.277) trabalhadores intelectuais são aqueles que supõem deter o trabalho intelectual nas relações políticas e ideológicas da divisão trabalho intelectual/manual à qual é legitimada em relação ao saber efetivo na desvalorização do trabalho manual.

Além disso, para Saes (1985b, p.178) os intelectuais são membros de categorias profissionais como a dos filósofos, economistas políticos, cientistas sociais, historiadores, geógrafos humanos e juristas. Estes se dedicam a decifram o mundo, embora seja importante frisar que nem todos os intelectuais sejam de esquerda,

[8] É a forma de apropriação capitalista dos conhecimentos científicos e da reprodução das relações de *dominação-subordinação*, excluindo os subordinados do conhecimento científico (classe operária). Consiste na exclusão do saber do trabalhador direto e legitimação do trabalho intelectual, este último é o *portador* da reprodução ideológica no seio do processo de produção material da divisão trabalho intelectual/trabalho manual. POULANTZAS (1978, p.256-258).

podendo assim aderir tendências políticas diferentes desde a direita e esquerda a até reacionários como aponta Saes (1985b, p.178).

No entanto, apesar dessa heterogeneidade ideológica do intelectual, este não pode ultrapassar certo limite, até mesmo na defesa do socialismo, defendem para Saes (1985b, p.178), a divisão trabalho intelectual e trabalho manual, pois dela dependem diretamente para se sobressaírem ao trabalhador manual, ou seja, trabalhador que está ao lado do trabalho intelectual na divisão do trabalho, já que se fossem contra, estariam em contradição com sua própria sobrevivência enquanto grupo. Efeito disso é a defesa de um socialismo de intelectuais que não passa de um capitalismo de Estado, defendendo os seus próprios privilégios, isto é, o "monopólio" do esforço cerebral, o qual como indica Gramsci, eles nunca tiveram.

Para Chilcote (1982) houve similitudes com outros países que também passaram pela formação de partidos comunistas como no caso da Rússia, país atrasado, agrário e semifeudal antes da criação de seu partido comunista e da Revolução Russa de 1917. O autor também relata o movimento e as ideologias radicais que são precursoras na formação do partido comunista.

> O período de rápida industrialização coincidiu assim – na verdade originou – com sérios deslocamentos dentro da sociedade brasileira. A indústria não atraiu somente imigrantes da Europa mas também um grande número de migrantes da área rural, especialmente os escravos recém-libertos. As cidades começaram a crescer rapidamente e se expandiram a burocracia pública e a privada, estimulando o crescimento das classes médias urbanas. Um efeito impressionante destes deslocamentos sociais foi o de produzir uma classe relativamente grande de moradores nas grandes cidades – principalmente trabalhadores e intelectuais – com vínculos muito frágeis com a ordem estabelecida. Estes indivíduos *déclassés*, desvinculados da ordem oligárquica dominante e hostis a ela, viriam a ser os principais impulsionadores dos movimentos radicais (CHILCOTE, 1982, p.44).

A classe média junto com os trabalhadores urbanos desvinculados da ordem oligárquica, segundo Chilcote (1982) foram os principais impulsionadores dos movimentos radicais no Brasil, pode-se dizer conquanto a isso que no Brasil o forte movimento operário anarquista do começo do século XX auxiliou a formar a base dos primeiros integrantes do PCB, tal como, a expansão desse partido com a ideologia radical dentro do movimento tenentista, principalmente na figura do lendário Luiz Carlos Prestes quando se alia ao partido em 1934.

Saes (1984, p.16) nos auxilia na compreensão desse período das classes

médias urbanas *déclassés*. Na qual, esses segmentos médios buscavam o rompimento com a oligarquia por não valorizar o trabalho não manual desses (tido como intelectual), bem como qualquer outro trabalho. Assim, a classe média não poderia, portanto, apoiar a classe dominante que se contrapunha ao desenvolvimento da burocracia urbana e dos princípios meritocráticos para a seleção de quadros no aparelho burocrático do Estado.

Os momentos de divisão descritos no decorrer do texto entre os tidos como intelectuais e os operários no PCB, são descritos em três momentos: “obreirismo”, crítica ao “prestismo” e acolhimento de Prestes.

A fase “obreirista” do PCB durou de 1929 a 1934 e consistiu na expulsão dos intelectuais dos quadros do partido e pela substituição por operários nos cargos do comitê central do partido.

Essa fase foi um efeito local da consolidação da vitória da fração stalinista no 6º Congresso da Internacional Comunista em julho de 1928 que promoveu um giro sectário na política de classe contra classe que consistia na luta contra os grandes partidos socialdemocratas e o fascismo (BIANCHI, 2015).

A fração stalinista entendia que nos países aonde existiam fortes partidos socialdemocratas, o fascismo assumiria a forma particular de social-fascismo e esse era o principal inimigo dos comunistas e do movimento operário, sobretudo nas suas vertentes de esquerda de caráter fascista, cujo efeito seria o maior obstáculo do crescimento das atividades de massa dos trabalhadores por parte dos comunistas.

Tão logo, essa ideia de “proletarização” dos partidos comunistas influenciou a organização do PCB no que foi chamado de fase “obreirista”. Segundo Bianchi (2015) o jornal *La Correspondencia Sudamericana* já em setembro de 1929 publicava uma carta aberta na qual denunciava os perigos da direita e criticava a política do BOC (Bloco Operário e Camponês) entre os comunistas sulamericanos:

> Para aplicar as novas diretrizes na América Latina realizou-se em Buenos Aires, nos meses de abril e maio de 1930, uma reunião do Secretariado Sul Americano, chefiado pelo lituano August Guralsky, cujo sugestivo era Rústico. Participavam da reunião os brasileiros Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Plinio Mello e Aristides Lobo. O Secretariado rotulou a política eleitoral do PCB e o Bloco Operário e Camponês como direitista, acossando a direção dos comunistas brasileiros (BIANCHI, 2015, p.02).

Houve reação por parte do intelectual Leôncio Basbaum que reuniu demais militantes para voltar a ocupar o Comitê Central. Como é demonstrado nesse trecho:

> A sessão plenária do CC do PCB, realizada em janeiro de 1932 aprofundou o curso obreirista do partido. Leôncio Basbaum, que na época era o secretário-geral da regional São Paulo opôs-se a Fernando de Lacerda sobre a questão sindical e sobre o papel dos intelectuais no PCB. Ele e sua esposa Ercina reagiram fortemente à oposição e propuseram que os intelectuais não tivessem direito a voto no partido. A proposta foi aprovada, mas a seguir, a esposa do médico argumentou que "ajudava o marido, costurava suas camisas e tinha um avô que fora camponês". Com esses pretextos, Ercina foi promovida a operária e passou a votar nas reuniões (DULLES, 1977, p. 395, apud BIANCHI, 2015, p.06).

A aplicação das novas diretrizes foi imediata, segundo Bianchi (2015) após a destituição de Astrojildo Pereira em janeiro de 1931, passaram pelo cargo de secretário geral do partido 6 militantes em menos de 24 meses.

Em 1932 a fase obreirista chegava a seu auge proibindo os intelectuais do direito a voto e expulsando Astrojildo Pereira do partido sob a alegação de que após a política de proletarização do PCB esse não se sentiu mais com ânimo de 'ator da história', segundo Brado (1932, p.04, apud BIANCHI, 2015, p.07-08). Tanto essa, como outras expulsões e ações da fase obreirista ficava no âmbito das especulações e nada até hoje fora comprovado para justificar tais ações.

> Sob controle burocrático do Secretariado Sul Americano sequer a "proletarização" durou. Quando a Internacional deu sua guinada definitiva na questão brasileira e resolveu acolher Luis Carlos Prestes em suas fileiras, apesar das resistências oferecidas pela ala obreirista do PCB, esta foi destruída. Em junho de 1934, o ex-sargento Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, um dos protagonistas da reunião armada para liquidar Basbaum, foi eleito para a secretaria-geral. Pouco restou dos antigos operários na direção e o discurso sobre a proletarização logo foi uma página virada. Juntamente com Bonfim foram eleitos o professor Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, o filho de usineiro Honório de Freitas Guimarães, dito Martins, e Adelino Deicola dos Santos, o Tampinha (RODRIGUES, 1996, p. 378, apud BIANCHI, 2015 p.10).

Segundo Bianchi (2015, p.10) após a fase obreirista no PCB, "os tenentes encontraram a via desimpedida para assumir o comando do PCB. O "núcleo proletário" já havia sido liquidado, assim como, toda a possibilidade de resistência por parte dos intelectuais do partido".

Não existem muitos dados sobre esse período, inclusive alguns autores o ignoram como Chilcote. Porém, é possível fazer algumas relações com outros eventos, tais como o prestismo e o acolhimento de Luis Carlos Prestes. Esse de início

se mostrou contrário a se candidatar pelo PCB por achar as propostas a serem adotadas pelo partido muito extremadas, depois de fazer parte da Aliança Nacional Libertadora, ele vai para a União Soviética estudar por quatro anos e quando volta é recebido de braços abertos pelo partido.

O PCB já tentara convida-lo a fazer parte dos quadros a se candidatar pelo partido em 1927 e fazer uma aliança com a pequena-burguesia. Mas os primeiros militantes do partido divergiram da candidatura de Prestes por criticarem a aliança deste com a pequena burguesia da época, chamando o movimento pela candidatura de Prestes de prestismo ao denunciarem tal aliança. Enquanto, o próprio Prestes acusava esses de “capachos” do imperialismo inglês e americano, também sem muitas provas.

Bianchi (2015, p.10) sustenta a tese na qual a fase obreirista seria um período de desimpedimento para os tenentes assumirem o comando do PCB, ou seja, uma tática política de eliminar os “intelectuais” que se opunham a Prestes e aos tenentes. E que é explicado pelo fato de os operários terem ficado pouco tempo no comando do partido e se quer se mantiveram, sendo substituídos logo após pelos tenentes.

Havia no final da década de 1920 uma real ameaça para os partidos comunistas devido à grande influência exercida pelos partidos socialdemocratas no movimento operário de massas e na agitação revolucionária da época, sobretudo como foi descrito nas *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semicolônias do VI Congresso da Internacional Comunista* de 1928 ao pautar alianças curtas e estratégicas com esses setores.

Contudo, o documento alertava sobre os partidos pequeno burgueses serem possíveis aliados dos fascistas e braço de apoio das burguesias nacionais para fazer sua revolução, já que em alguns países ainda viviam sobre o domínio colonial ou semicolonial que atravancavam o desenvolvimento industrial. Tal direção incluía o Brasil que dependia da exportação de matéria prima e produtos do campo para os países centrais e possuía uma indústria incipiente.

A direção para os partidos de países coloniais e semicolônias era de que se inserissem nos sindicatos controlados pelos socialdemocratas e que ocupassem os seus comitês centrais de operários ou substituíssem os intelectuais por operários com o passar do tempo.

> Os partidos comunistas nos países coloniais e semi-coloniais devem fazer todos os esforços para criarem funcionários de partido vindos das fileiras da própria classe operária, devem utilizar os intelectuais no partido como diretores de propaganda e das escolas do partido legais e ilegais, devem treinar os trabalhadores mais avançados como agitadores, propagandistas, organizadores e líderes educados no espírito do Leninismo. Os partidos comunistas nos países coloniais devem também tornar-se verdadeiros partidos comunistas no que toca á sua composição social. Ao mesmo tempo que conduzem ás suas fileiras os melhores elementos da intelectualidade revolucionária forjados na luta diária e nas grandes batalhas revolucionárias, os partidos comunistas devem dar a maior atenção ao fortalecimento da organização do partido nas fábricas e nas minas, entre os trabalhadores dos transportes e entre os semi-escravos das plantações (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.14)

Neste trecho as teses dão a direção no sentido de qual ocupação deve ser exercida pelos intelectuais do partido, não de que esses devam ser expulsos em favorecimento da “proletarização”. Mas sim, em uma mudança da utilização dos intelectuais no cumprimento de funções de propaganda e formação dos trabalhadores para agitação, organização e liderança política em decorrência dos cargos ocupados na direção do partido.

Os intelectuais descritos nas teses não eram necessariamente os intelectuais dos dias atuais. No entanto, eram pessoas que ocupavam cargos de trabalho não-manual ou escreviam artigos e livros por pura curiosidade acadêmica e com o intuito de analisar a realidade política local, como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

No Brasil eram gráficos, jornalistas e farmacêuticos, os tidos como intelectuais. Haja vista, que esses não estavam em contato direto com a expropriação da mais-valia e que não eram vistos como operários. E até mesmo pôr não ocupar esses cargos não poderiam estar no interior de sindicatos de operários com poder de influência de massas.

> Uma compreensão incorreta do carácter básico do partido da grande burguesia nacional dá origem ao perigo de uma compreensão incorreta do caráter e do papel dos partidos pequeno-burgueses. O desenvolvimento destes partidos segue um curso que vai de uma posição nacional-revolucionária até uma posição nacional-reformista. Mesmo movimentos tais como o Sun Yat-senismo na China, o Gandhismo na Índia e o Sarekat Islâmico na Indonésia surgiram a partir de movimentos ideológicos radicais de tipo pequeno-burguês que se converteram mais tarde em defensores da grande burguesia e dos movimentos nacional-reformistas (CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 6º: *Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais*, p.13).

Dito isso, compreende-se um pouco o contexto da época das teses do 6º Comintern[9] na qual dava direções no sentido dos perigos da pequena-burguesia se degenerar ao converterem em apoiadores da grande burguesia com possibilidade de frustrar os planos da revolução socialista e dos ganhos do movimento operário.

Buscava-se por meio do sectarismo certo afastamento das funções principais dos intelectuais, no receio desses utilizarem o partido comunista para influenciá-lo depois de feita a Revolução Nacional, compreendida aqui como a liberdade das colônias e semi-colônias da intervenção imperialista sob o apoio de parte da burguesia nacional.

É importante ressaltar que o conceito marxista de pequena burguesia, no que atualmente compreende-se como classe média ou setores médios da sociedade, é aplicado aqui com algumas precauções na utilização desses conceitos em épocas e contextos diferentes das quais foram formulados. Identifica-se, entretanto, em linhas gerais acerca do problema de ambos os fragmentos de classes, no que tange seu conservadorismo frente à classe operária, ou seja, a não equidade com o trabalhador manual, compreendido aqui como o operário fabril.

Partindo do pressuposto marxista de quê, a pequena burguesia, a classe média ou setores médios da sociedade em última instância apoiam a burguesia e suas políticas; e numa leitura mecanicista das teses do 6º Comintern que foi escrita num contexto de tomada de precauções frente ao fascismo e a socialdemocracia com o receio, como já dito no decorrer do texto, de ambos suprimirem a luta revolucionária dos operários. Podemos concluir que foram tomadas certas medidas drásticas e até prejudiciais para o movimento comunista brasileiro da década de 1920-1930.

Principalmente no Brasil, ao excluir os tidos intelectuais do partido ao ocupar o lugar desses com operários geralmente despreparados no comunismo, com o intuito de ter maior inserção nos sindicatos e nas massas, o que acabou por não ter grandes efeitos práticos.

A exclusão dos intelectuais no Brasil primeiramente foi fruto de uma crítica do secretariado sul americano chamando as políticas do PCB no Bloco Operário e Camponês (BOC) e a aliança com a pequena burguesia nas eleições de direitista, e

[9] Comintern refere-se A internacional Comunista e advém do inglês *Communist International* ou do alemão *Kommunistsche Internationale* (Komintern).

após isso seguindo acriticamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista, Astrojildo Pereira tratou de excluir os intelectuais do partido o que não o livrou de ser excluído também posteriormente.

É importante ressaltar que as teses não indicavam de forma clara que a exclusão dos intelectuais era necessária, mas sim, alertava sobre a precaução nas alianças com partidos da social-democracia, a política de junção de classes entre operários e camponeses e a reorientação das funções por parte dos intelectuais.

A direção do partido seguindo mecanicamente as direções do secretariado e do comitê executivo da internacional comunista excluiu os intelectuais que deveriam ter papel fundamental na política de proletarização, na formação dos operários e propaganda comunista. No intuito de se libertarem da ideologia pequeno-burguesa compreendida aqui como o principal desvio político do PCB em suas alianças e ações.

Contudo, o argumento de a ideologia e a política pequeno-burguesa serem os principais desvios do PCB, oculta a forte oposição dos intelectuais a entrada de Luis Carlos Prestes e parte dos tenentistas no partido, o qual foi relevante para abrir espaço para Prestes ser recebido pelo partido na volta desse ao Brasil e que também culminou no fim da fase obreirista no PCB.

Dessa forma, compreende-se que a ideologia pequeno-burguesa e o pertencimento de classe dos intelectuais, tal como, as direções do 6º Comintern foram utilizados para barrar a oposição a Prestes e não necessariamente seguir uma política de proletarização no partido ou quer seja uma maior participação dos operários com influência nos sindicatos, até mesmo porque essa participação durou pouquíssimo tempo.

Quanto à questão conceitual, as teses do Comintern até seguiram o conceito de pequena-burguesia marxista, mas sob um contexto muito particular que não possibilitava uma leitura complexa da realidade política dessa classe que poderia ser mais bem colocada, não apenas nas teses como também no PCB ao aproveitar o máximo dessa classe para formação, agitação e propaganda comunista frente aos operários. Pelo fato de que a pequena-burguesia quando aliada com o operário, pode torna-se revolucionária; Marx e Engels (1998, p.26).

As teorias marxistas sobre a classes sociais[10] dão pressupostos analíticos relevantes para o período exposto nas décadas de 1920-1930, no que tange a análise do posicionamento político relativo dos setores médios entre a burguesia e o operariado e que em última instância optam por apoiarem as classes dominantes. O que proporciona compreender melhor os movimentos entre a direita e a esquerda, e esquerda radical pelos quais passaram os setores médios brasileiros.

CONCLUSÃO

O erro crucial ao adotar as medidas de proletarização no PCB foi reduzi-las ao que Poulantzas designa como determinação estrutural de classe, reduzindo essa, consecutivamente à sua posição de classe, no caso da pequena-burguesia, aqui entendida como os intelectuais do partido na época de 1920-1930, quando esses foram acusados de direitistas por formarem alianças com a burguesia nacional. “A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições políticas de classes na conjuntura” (POULANTZAS, 1978, p.16).

Entretanto, Poulantzas alerta que a pequena-burguesia, bem como outras classes que não a classe operária, pode em certas conjunturas concretas assumir posições de classe operária. Embora, não se tenha levado em consideração por parte do PCB e do secretariado Sulamericano, a conjuntura objetiva da época em que o país vivia, sob a transição da oligarquia rural para o capitalismo “monopolista” industrial[11] e as potencialidades de uma possível aliança com os intelectuais da época como frações de classe possivelmente favoráveis a um posicionamento operário naquela dada conjuntura.

Em momento algum foi demonstrado objetivamente, ao menos no que se refere à expulsão dos intelectuais, que esses assumiam posicionamentos em favor da burguesia e, portanto, contrárias à classe operária. Foi levada apenas em

[10] Conceito de classes sociais retirado da obra de Nicos Poulantzas e de classe média em Décio Saes.

[11] Tal tese da transição direta da economia agroexportadora sob o domínio da oligarquia rural para o capitalismo monopolista industrial se encontra no livro *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil* de Décio Saes, no qual, encontra-se na bibliografia.

consideração, a respectiva *determinação estrutural de classe*[12] desses, como posição determinada de classe, enquanto indivíduos fixos em um lugar de classe, quando a conjuntura demonstrava ser favorável para que os intelectuais se posicionassem a favor da classe operária, particularmente os que já estavam dentro do partido.

Assim, por mais que a *situação de trabalho* dos tidos intelectuais do partido fosse diferente dos operários, eles eram farmacêuticos e gráficos na década de 1920-1930, trabalhos não considerados na época como operários, e apesar da conjuntura no receio do 6º Cominterm da influência fascista e social-democrata da pequena-burguesia. Entretanto, não havia razão para a exclusão dos quadros tidos como intelectuais.

Conclui-se com isso, que a expulsão dos intelectuais serviu apenas a fins políticos dos quais tendem a se pensar como no retorno de Prestes ao PCB, no entanto, não afirmamos tal tese de que o partido se mobilizaria totalmente entorno de um indivíduo lendário que se destacaria dos demais. E sim que poderia haver uma reconfiguração dos quadros do partido, substituindo-os pelos tenentistas de esquerda que já se demonstravam na década de 1930 ser um grupo relevante politicamente com amplo apoio das massas populares, construído desde a Coluna Prestes e certo descontentamento pelos quadros de então e da política do bloco de aliança operário camponês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Alvaro. **A "proletarização" do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)**. 2015. Disponível em: <http://blog.esquerdaonline.com/?p=2777>. Acesso em: 29 ago. 2017.

[12] "Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes" (POULANTZAS, 1977, p.14).

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Tradução de Celso Mauro Paciornik.

CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. 6º, 1928, Moscou. **Teses acerca do movimento revolucionário dos países coloniais e semi-coloniais**. Moscou, 1928. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm>. Acesso 10 de maio de 2018.

DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. In: _. **Crítica Marxista**. nº. 18. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, K. A estrutura de classes na Alemanha. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 102-109.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, K. & ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K. Infraestrutura e superestrutura. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996b. pp. 82-83.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

____. **O capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril cultural, Cap. LII – As Classes. Volume III – Tomo 2. 1983. p.317-318.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kulgelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1889).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Classe média e escola capitalista. In: _. **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. Tradução de Malu Gitahy.

_____. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Os intelectuais e suas associações. . In: SOARES, M.S.A. **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985b.

SODRÉ, Nélson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ZIMBARG, Luis A. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945)**. Franca, SP: 2001. (dissertação de mestrado). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93281>. Acesso 01 de maio de 2019.

A VALIDAÇÃO DA EXCLUSÃO DO IMIGRANTE EM ESFERAS REPRESENTATIVAS NA CAMPANHA PELA BREXIT

Beatriz Figlino[1]

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo discutir o pertencimento (*membership*) de imigrantes na sociedade britânica em esperas representativas de poder através da análise do direito ao voto (sufrágio) no Reino Unido, uma das garantias fundamentais do indivíduo na sociedade. Como a imigração, refúgio e a presença de migrantes nas ilhas britânicas foi uma das principais pautas abordadas na campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") no plebiscito de 2016, investiga-se de que forma os setores conservadores da sociedade britânica enxergam a imigração e o refúgio no Reino Unido e como isso se traduz em traços de xenofobia e de exclusão desses indivíduos dentro das fronteiras do Estado-nação britânico, interseccionando tais temas com a identidade nacional britânica.

Palavras-chave: Imigração – Brexit – Reino Unido – Representatividade.

ABSTRACT:

This article aims to discuss membership of migrants in the British society concerning representative spheres of power by analyzing the right to vote (suffrage) in the UK, one of the fundamental guarantees of na individual in the society. Bearing in mind that immigration, refuge and the presence of migrants in the British isles had been one of the main key points in the campaign in favor of UK leaving the European Union ("Brexit") in 2016, this article investigates the point of view of British conservative sectors towards migration and refuge, as well as this view triggers xenofobia and exclusion of theses individuals inside the borders of the British nation-state, linking such issues with British national identity.

Key words: Immigration – Brexit – United Kingdom – Representativeness.

INTRODUÇÃO

Durante a campanha para a reeleição do ex Primeiro Ministro (PM) David Cameron em 2015, uma de suas propostas de governo era a de estabelecer uma nova resolução visando um plebiscito no ano de 2017 para que os eleitores britânicos pudessem decidir se o Reino Unido deveria permanecer ou sair da União Europeia (UE), pois setores da sociedade já consideravam que as políticas do bloco restringiam a soberania britânica em determinados aspectos, sobretudo a respeito de sua

[1] Formada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Desenvolve pesquisa de mestrado sobre nacionalismo e xenofobia inseridos no contexto da Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia).

representatividade no âmbito da própria organização e do estabelecimento de política de fronteiras.

Cameron foi reeleito em 2015 e, paralelamente à sua reeleição, o aumento do fluxo de refugiados pelo mundo vinha chamando a atenção da comunidade internacional. Para que o Reino Unido pudesse receber uma cota menor de refugiados[2], o ex PM buscou negociar com Bruxelas (sede da UE) alegando que a questão da entrada de pessoas em condição de refúgio ("refugiados") no Reino Unido estava relacionada à segurança nacional e à saturação do território britânico no que tange à gestão de recursos para acolhida desses indivíduos, e não como uma questão de solidariedade, como vinha sido tratado pela UE. Por isso, Cameron propôs que o Reino Unido acolhesse em torno de 20 mil refugiados entre 2016 e 2020. No entanto, Bruxelas julgou que a proposta de Cameron era incompatível o atual fluxo de imigração, pois somente em setembro de 2015 a Europa já havia recebido um contingente de 120 mil refugiados, sendo 66 mil deles estavam alocados apenas na Itália e na Grécia[3].

Frente à negativa de Bruxelas, Cameron, por meio de discurso oficial no dia 20 de fevereiro de 2016, estabeleceu que os eleitores britânicos decidiriam se o Reino Unido deveria permanecer ou sair da UE através de plebiscito que se daria em 23 de junho do mesmo ano, e não mais em 2017 como havia sido proposto em sua candidatura à reeleição. É importante ressaltar que a discussão sobre permanecer ou deixar a UE já vinha sido recorrente na política britânica desde 1973, quando houve um plebiscito no Reino Unido para que eleitores pudessem decidir se eles deveriam permanecer ou deixar a Comunidade Econômica Europeia (bloco regional antecedente à União Europeia). No entanto, a política de controle de fronteiras foi o gatilho para a decisão de estabelecer e de adiantar tal plebiscito.

[2] No caso específico do Reino Unido, entre 2015 e 2016 mais de 84.000 imigrantes e refugiados foram detidos tentando entrar irregularmente no território britânico através de pontos estratégicos como o porto de Calais, França. Vide: ROSS, A. Work begins on Calais wall to stop refugees trying to board lorries to UK. **The Guardian**, 20 set. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/20/work-calais-wall-refugees-lorries-uk >. Acesso em: 28 abr. 2019.

[3] KINGSLEY, I. T. P. EU governments push through divisive deal to share 120,000 refugees. The Guardian, Brussels, 22 set. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/22/eu-governments-divisive-quotas-deal-share-120000-refugees>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Então, a opinião pública foi dividida entre aqueles que eram a favor da permanência na UE, cuja campanha foi apelidada de *Bremain* (junção das palavras *British*, britânica, e *remain*, permanência) e aqueles que eram a favor da saída do bloco, recebendo o apelido de *Brexit* (junção das palavras *British*, britânica, e *exit*, saída).

Por isso, esse artigo busca explanar a questão da imigração e do refúgio no Reino Unido interseccionando a condição de migrantes (levando em consideração demais fatores, como suas categorias de migração, suas origens e suas qualificações profissionais) nas ilhas britânicas e a visão dos setores conservadores da sociedade britânica a fim de analisar a existência de traços de xenofobia e de exclusão desses indivíduos frente ao Estado-nação britânico no contexto da Brexit. Para esse artigo, é crucial esclarecer a diferença entre determinados termos referentes à imigração. Enquanto imigração se relaciona ao ato de deslocar-se visando residência noutro país ou região que não o de sua origem (ACNUR, 2001-2018a), refúgio é uma categoria de migração referente à impossibilidade de retornar ao país de origem por questões de perseguição (ACNUR, 2001-2018b). À vista disso, demonstra-se a relação entre imigrante e Estado-nação no que tange à sua representatividade na instância política decisória.

O PARCEIRO INADEQUADO

Após o fim da segunda guerra mundial, a economia europeia estava devastada devido aos conflitos bélicos ocorridos pelo continente. Na década de 1950, a Europa ocidental instituiu a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) a fim de evitar um novo conflito bélico com tamanhas proporções da segunda guerra mundial, da qual o Reino Unido se manteve distante por não perceber os benefícios que essa união poderia lhes trazer (GLENCROSS, 2016, p. 8), demonstrando que o Estado enxergava que era autossuficiente em relação ao continente europeu. Mais tarde e com o objetivo de aumentar a cooperação entre os países capitalistas europeus, fundou-se a CEE (Comunidade Econômica Europeia) em 1957 para criar um mercado comum baseado na livre circulação de bens, pessoas, serviços, e capitais, não restrito apenas ao aço e ao carvão.

Para entrar na CEE, o Reino Unido assinou o Ato das Comunidades Europeias de 1972 (entrando em vigor em 1973), em que o Parlamento britânico aceitou dar efeitos legais no exercício das leis do bloco europeu, ou seja, os britânicos estavam cientes que a lei da CEE teria primazia à lei britânica (MACKIE, 2017, p. 307), assim como para todos os demais Estados-membros. O interesse do Reino Unido na CEE estava baseado em oportunidades comerciais, visto que os britânicos estavam perdendo suas colônias com os processos de independência pós segunda guerra mundial nos países do chamado "terceiro mundo". A entrada do Reino Unido na CEE se deu num movimento pragmático, pois os britânicos não e identificam com os demais países europeus devido ao fator geográfico (conjunto de ilhas distante do continente europeu), à sua organização política (parlamentarismo) e a autonomia estatal alcançada devido à hegemonia do império britânico, caracterizando uma posição relacionada a um "excepcionalismo britânico" e que leva o Estado britânico a ser um "parceiro inadequado" [*awkward partner*] no âmbito do bloco europeu (MARCUSSEN; RISSE, 1999, p. 628).

Por isso, em 1975 – dois anos após a entrada do Reino Unido na CEE –o governo britânico organizou o primeiro plebiscito nacional para que os eleitores decidissem se o Reino Unido deveria permanecer ou deixar a CEE, sendo que a escolha foi permanecer: 62,7% votou para ficar (*remain*), enquanto 32,8% votou pela saída (*leave*) (BALE, 2015). Apesar disso, o assunto de ser membro do bloco europeu retornava com frequência nas discussões governamentais e na opinião pública. Após o plebiscito de 1975 ter ocorrido, atiçou-se uma desconfiança de que a comunidade almejava mais que integração econômica e que poderia estar caminhando para se tornar um "superestado", podendo restringir a soberania dos Estados-membros. Nesse sentido, o posicionamento eurocético – ou seja, de descrença quanto ao sucesso de integração dos países europeus através da CEE e, mais tarde, da UE – também revelou que havia um senso de "superioridade" por parte dos britânicos em relação à cooperação do bloco europeu (GLENCROSS, 2016, p. 8), que a partir dos anos 1990 avançaria nos projetos de cooperação ao fundar UE. A não identificação do Reino Unido para com o bloco europeu se pode ser percebida através de sua opção por não adotar os símbolos construídos pelas elites europeias, como fronteiras em

comum (espaço Schengen) e moeda (zona do euro), cuja construção é uma ferramenta para codificar e traduzir essa identificação entre os europeus e que os britânicos enxergam como cessão de soberania no que tange ao controle de fronteiras e nem a respeito de suas finanças nacionais.

Com a expansão da UE em 2004, 10 novos membros aderiram à UE, sendo eles: Chipre, República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e Eslováquia, com posterior adesão da Bulgária e da Romênia em 2007. A entrada de novos membros no bloco europeu facilitou a migração de indivíduos da Europa Oriental para países da Europa Ocidental, incluindo o Reino Unido. Porém em 2008, a crise do euro balançou as bases do projeto europeu e aumentou os simpatizantes do euroceticismo[4] no Reino Unido. Apesar de as ilhas britânicas não fazerem parte da zona do euro e adotarem a libra esterlina como moeda nacional, a crise de 2008 os afetou, pois grande parte de seu comércio está ligado à UE devido aos acordos econômicos e de cooperação. Os britânicos rapidamente se recuperaram dos efeitos da crise, porém colocaram em cheque a credibilidade da administração do bloco europeu, pois Alemanha e França, os países mais fortes economicamente, tiveram de administrar as deficiências de países cujas economias se apresentavam mais vulneráveis, os PIGS (acrônimo das palavras em inglês para os países Portugal, Itália, Grécia e Espanha).

A discussão relacionada à participação como membro da UE não é uma pauta recente na política britânica, no entanto, foi inflamada pelo aumento do fluxo de entrada de migrantes no Reino Unido, relacionado tanto ao refúgio quanto à origem muçulmana desses imigrantes, frequentemente associada à insegurança quanto aos postos de trabalho, à identidade nacional e à integridade física.

MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO DE MIGRANTES NA ESFERA DE PODER POLÍTICO

Com o fim do conflito ideológico entre URSS e EUA, acompanhado pela queda do muro de Berlim em 1989, pela dissolução da URSS em 1991 e pelo consequente surgimento de novos Estados no leste europeu, a comunidade internacional vem

[4] É importante ressaltar que o euroceticismo (descrença com a UE) não é um fenômeno que ocorre apenas no Reino Unido.

percebendo que outros “muros” devem ser derrubados, dentre eles, o da imigração e o da xenofobia para que se abra espaço ao transnacionalismo[5] e para que seja possível envolver discussões relacionadas à representatividade e à democracia. Em relação à imigração atual para a Europa, os países que mais receberam migrantes em situação de refúgio que deram entrada à solicitação de asilo em 2017 foram: Alemanha (198,3 mil), Itália (126,5 mil), França (93 mil), Grécia (57 mil) e Reino Unido (33,5 mil)[6]. Imigrantes em situação de refúgio buscam esses países não apenas pelas condições de vida que os habitantes desses territórios desfrutam devido ao desenvolvimento econômico, mas também por conta de políticas públicas de solidariedade e reassentamento (como na Alemanha), proximidade geográfica (Itália, Grécia e Turquia) e pelo idioma local (França e Reino Unido).

De acordo com Benhabib (2004), democracia e Estado-nação vêm caminhando juntos desde o século XVII com os acordo da “paz de Vestefália”, sendo que o Estado-nação passa a ter os desafios de: manter a dominação territorial, estabelecer o controle administrativo, consolidar a identidade coletiva e obter sucesso na legitimidade política através do aumento da participação democrática (p.3). Considerando o entrelaçamento entre tais desafios e a intensificação dos fluxos de capitais e de pessoas por conta da dinâmica e da interdependência entre as sociedades, as fronteiras nacionais estão ficando cada vez mais porosas, sendo que o poder de controle destas se mantém centralizado através de políticas de imigração estabelecidas quase exclusivamente pelos Estados-nação. Apesar de organizações internacionais, como a UE e o Mercosul, terem papéis importantes no estabelecimento de políticas de migração entre os Estados membros, os Estados não submetem suas soberanias a políticas que vão contra seus interesses nacionais por questões de poder. As decisões são tomadas pelos Estados-nação. Por isso, migrantes vêm sendo cada vez mais associados à imagem de estrangeiros (“estranhos”) e de ameaça, principalmente pelos setores mais conservadores das sociedades.

[5] Transnacionalismo é o fenômeno relacionado “aos múltiplos laços e pontos de interações entre instituições ou pessoas através das fronteiras estado-nacionais” (VERTOVEC, 1999).

[6] ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Global Trends: Force displacement in 2017. Suíça, 2018. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372>. Acesso em: 30 mar. 2019. p. 6

Ao se estabelecer num novo território, o migrante tem seus direitos e garantias estabelecidos a partir do tipo de autorização de residência (vinculada ao visto) que possuir. Toda autorização de residência está necessariamente vinculada a um fato gerador, podendo ser, por exemplo: trabalho (remunerado ou não), como trabalho voluntário, programas de *trainee* e de estágio, contratação por empresa nacional, missão religiosa, prestação de serviços técnicos, entre outros; reunião familiar, ou seja, em casos em que há filhos, companheiro ou cônjuge cuja nacionalidade pertence a Estado-nação diferente; refúgio e asilo, os quais os indivíduos migram por questões de perseguição; entre outros tipos de vistos. Independentemente do tipo de visto, a grande questão no que tange ao gozo de direitos e ao exercício da liberdade democrática na esfera pública é que o migrante não tem a mesma autonomia que um cidadão ou que um nacional possuem, ainda que o modelo de Estado-nação esteja passando por instabilidades devido ao processos de “hibridismo” (BENHABIB, 2004, p. 3), ou seja, de mistura de elementos de diversas culturas, entrando em conflito com o conceito de nação.

Nação pressupõe uma comunidade cujos valores e passado históricos são comuns, o que muitas vezes possa passar a ideia de “pureza cultural”. Contudo, com a intensificação dos fluxos de pessoas e de capitais, o hibridismo passa a ganhar maior espaço nas relações sociais e interestatais devido às trocas culturais constantes realizadas através dos meios tecnológicos e da migração e da miscigenação. À vista disso, os territórios pelos quais indivíduos atravessam vêm se alterando com o passar do tempo, porém as normas e os procedimento relacionados aos direitos humanos não acompanham tais tendências e não se atualizam, contribuindo para a manutenção do status dos migrantes (seja migrante trabalhador, em condição de refúgio ou de requerente de asilo) como “alheios à sociedade” ou como “os outros”.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantir a liberdade de movimento e a escolha de residência, bem como o direito de deixar seu país de origem e de retornar (Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948, p. 3-4), os Estados nacionais vêm tomando posicionamentos em que suas soberanias nacionais se sobrepõem às normas institucionais estabelecidas por meio de tais pactos, tratados, acordos e declarações internacionais, como no caso das garantias

individuais referentes à migração. Nesse sentido, existem lacunas que diferenciam nacionais e cidadãos[7] de imigrantes residentes, indivíduos em situação de refúgio e imigrantes aguardando suas solicitações de asilo, sendo que tais diferenciações estão relacionadas ao conceito de pertencimento à comunidade política [*membership*].

Uma das maiores expressões de tal pertencimento é possuir a cidadania: o modelo clássico de cidadania garante o privilégio do direito de participação democrática e de representação política – principalmente através do sufrágio –, pois a lógica de representação "força a delineação ou demarcação de unidades de representação umas das outras" (BENHABIB, 2007, p. 448). É a partir do voto que indivíduos podem escolher aqueles que os representarão na esfera política para defender seus interesses e definir seus futuros, pois a representação é uma das ferramentas que indivíduos têm para participarem indiretamente da formação de leis e de normas que preservam suas garantias individuais e, assim, suas vidas.

Apesar de a Declaração Universal de Direitos Humanos garantir o direito de migrar, este documento não menciona o direito à participação política do migrante. Em seu Artigo 21º, a Declaração estabelece o direito ao voto para o *povo* e dentro de *seu país*, no entanto, não houve atualizações até o momento a fim de se adaptar à atual conjuntura de fluxos de pessoas ultrapassando fronteiras porosas e estabelecendo suas vidas em outros territórios. Ainda no Artigo 22º, a Declaração garante que

> Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. (Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948, p. 5)

Por isso, a Declaração se mantem atrelada aos ideais do Estado-nação e da soberania nacional (em conflito com a hospitalidade) e, principalmente, à ideia de que esse direito se dirige apenas a aqueles que pertencem à comunidade, contribuindo,

[7] Existem diversos debates quanto à definição de nacionalidade e de cidadania. Para esse trabalho, considerar-se-á "nacional" todo aquele que nasceu em determinado território e que tem vínculo jurídico de direito interno naquele território, ao passo que "o cidadão é o indivíduo que tem direitos de membro a residir dentro de um território, que está sujeito à jurisdição administrativa do estado, e que também é, idealmente, um membro do soberano democrático em nome de quem as leis são emitidas e a administração é exercida. " (Benhabib, 2002, p. 454)

assim, para a manutenção da exclusão de migrantes através do aparato legal e jurídico.

De acordo com um estudo realizado por Ford (2009), já apontava-se que no Reino Unido os migrantes e os filhos de migrantes são mais propensos a aceitar a abertura de fronteiras, ao mesmo tempo em que pessoas que são parte de grupos sub-representados nas esferas de poder[8] e/ou que passaram por situações de discriminação estão menos propensos a discriminar grupos de imigrantes com base em suas origens étnicas. Seguindo essa lógica, então, o sufrágio não é garantido a imigrantes exatamente para que a parcela da população a favor da imigração aumente ao ser somada com os votos de imigrantes, preservando a exclusão daqueles que não compartilham da mesma identidade do "povo local", pois considera-se que tal poder de decisão de um país que "não pertence a eles". A manutenção da exclusão de imigrantes se dá, ainda, em situações em que estes não são representados ou que não são atores em processos de constituições de normas jurídicas, não trazendo diversidade nem inclusão nos preceitos que regulam o funcionamento da sociedade. Sendo assim, citam-se os critérios estabelecidos pelo Parlamento Britânico para que indivíduos sejam elegíveis a votar em eleições gerais no Reino Unido, sendo necessário estar registrado para votar e:

> ter 18 anos ou mais no dia da votação; ser britânico, irlandês ou um cidadão qualificado da *Commonwealth* [ou seja, de países colonizados pelo Reino Unido]; ter residência num endereço do Reino Unido (ou ser um cidadão do Reino Unido morando fora do país e que tenha se registrado para votar no Reino Unido nos últimos 15 anos); não ser legalmente excluído de votar. (UK Parliament, The Electoral Commission, 2019)

As lacunas de exclusão, no entanto, são ainda maiores entre indivíduos que migram a trabalho ou por razões de reunião familiar e aqueles que foram forçados a se deslocar para buscar refúgio e asilo. Ao buscar solidariedade em outro território, o refugiado deve se regularizar junto às autoridades locais de imigração, quando seu status passa de refugiado para "requerente de asilo". Após isso, ele deve aguardar que sua solicitação seja aprovada para, então, ter o status de asilado. Enquanto suas solicitações são analisadas pelas autoridades locais, esses indivíduos geralmente não

[8] Apesar de, muitas vezes, os grupos marginalizados poderem ser "maiorias" (em quantidade), tais grupos são frequentemente referidos como "minorias", mas neste artigo utilizar-se-á o termo "grupos sub-representados nas esferas de poder".

podem requerer documentos pessoais (como carteira de identidade, carteira de motorista e carteira de trabalho) e em muitos países não podem ser contratados por empresas nem ter domicílios próprios, reforçando a situação de trabalhos clandestinos e sua precarização de vida, assim como se contribuindo para a manutenção de uma forma de exclusão violenta ao restringir suas liberdades individuais. A migração em massa não é interessante na visão dos Estados-nação no que tange à garantia das identidades nacionais (geralmente consideradas “imutáveis” pelos setores mais conservadores da sociedade) e à manutenção da cidadania, pois considera-se que a migração a “desvaloriza”, já que torna “os laços políticos cada vez mais finos, até que a política seja transformada em uma comunidade de estranhos” (Benhabib, 2007, p. 448).

Tanto a cidadania quanto o pertencimento [*membership*] são mecanismos que incluem aqueles que compartilham de uma mesma identidade ao mesmo tempo que excluem aqueles que são alheios a ela, considerados como “outros”. Nesse sentido, Benhabib (2007, p. 452-454) argumenta que o acolhimento de migrantes numa comunidade está baseado em critérios atributivos e não atributivos [*ascriptive and non-ascriptive critera*].

> Assim, pode-se "passar" como membro de outro grupo étnico; pode-se "converter" para outra religião; e pode-se aprender a "falar a língua do outro". No entanto, evitar que um imigrante se torne membro de um país anfitrião com base nas características atribuídas é desrespeitar sua agência moral de duas maneiras: em primeiro lugar, culpando-os por o que eles não podem evitar de ser e, segundo, por rejeitá-los pelo tipo de ser que são em virtude de sua etnia, religião e grupo linguístico. Isso é discriminação e isso contradiz o respeito moral universal que devemos a cada ser humano. A distinção entre características descritivas e não-descritivas é justificada à luz de dois princípios morais: o primeiro é o princípio de atribuir a culpa moral e o mérito aos seres humanos em razão do exercício de seu livre arbítrio; o segundo é respeitar o princípio da não discriminação (BENHABIB, 2013, p. 148).

No que tange à concessão de cidadania, ressalta-se que muitos cidadãos têm origem migrante e muitos nacionais nasceram em outros países. Há também os casos de pessoas que possuem dupla cidadania por conta de suas ancestralidades, porém que não se identificam parte de ambas comunidades pelo fato de não compartilharem dos mesmos valores e do passado histórico, assim como por não falam o mesmo idioma que seus antepassados, por exemplo.

Existe uma premissa nos estudos de migração afirmando que os nacionais contra a imigração não conhecem as diferentes classificações de categorias migratórias, como imigrantes residentes, refugiados, asilados e cidadãos não nacionais. No entanto, o estudo de Ford (2009) afirma e comprova que os britânicos distinguem os diferentes grupos de migrantes com base em categorias raciais, assim como os legisladores britânicos construíram os critérios que dão direito ao voto a determinados tipos de migrantes no Reino Unido, com base numa hierarquia étnica das relações sociais na sociedade britânica.

Durante a década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, as economias europeias estavam devastadas e a concentração de mão de obra (os homens jovens e hábeis para a força de trabalho) havia ido lutar na guerra. Por isso, iniciou-se um processo de importação de trabalho para o Reino Unido, incluindo trabalhadores de diversas regiões, como: Irlanda, Europa Mediterrânea, Índias Ocidentais, Austrália, sul da Ásia e, mais tarde, da Europa Oriental. Em 1973 o Reino Unido entrou na CEE (que vinte anos mais tarde se tornaria a UE) e uma das consequências da adesão ao bloco era que o governo britânico teria de “conceder direitos de migração irrestrita aos cidadãos de outros membros da CEE, mesmo quando esses mesmos direitos estavam sendo retirados dos cidadãos negros e asiáticos das antigas colônias britânicas” (Ford, 2009, p. 9).

Apesar de tais concessões, os imigrantes que têm direitos políticos mais amplos no Reino Unido são os que provém da Irlanda, principalmente por conta das conexões históricas, geográficas e raciais. Os imigrantes brancos geraram alguma resistência por parte da sociedade britânica, porém os considerados “não brancos” são os mais marginalizados das esferas de poder. Há menos restrições políticas a imigrantes brancos que em relação aos “não brancos” pelo fato de os nativos britânicos sentirem mais proximidade a aqueles do que a esses, baseando-se na raça.

Destarte, há uma diferenciação étnica com relação aos imigrantes no Reino Unido com relação ao direito ao voto: os imigrantes provenientes de países colonizados pelo Reino Unido, cuja população é branca e fala inglês, gozam de mais benefícios e de mais aceitação por parte dos nativos britânicos por se aproximarem

ao grupo dominante da sociedade, o que lhes garante o direito à participação política através do voto.

A IDENTIDADE BRITÂNICA FRENTE À CONCESSÃO DE DIREITOS A IMIGRANTES

Os setores conservadores da sociedade britânica apresentam tendências a compartilhar valores baseados numa identificação do Reino Unido como um Estado que tem potencial para resgatar sua condição hegemônica semelhante à da época em que era um império (nos séculos XVIII e XIX). O império britânico se caracterizava por poder econômico adquirido pela manutenção e exploração de colônias, cujas relações eram baseadas em racismo num contexto de florescimento de nacionalismos pela Europa.

Para reerguer esse potencial de poder nas épocas atuais, os setores conservadores da sociedade buscam retornar a essa época "grandiosa" através de movimentos conservadores que resgatam símbolos e mitos nacionais que enaltecem o poderia britânico. Por isso, consideram que a UE é seu maior obstáculo para resgatar sua soberania imperial: as políticas migratórias do bloco europeu permitem e incentivam tanto a recepção de pessoas em condição de refúgio, provenientes de países muçulmanos em sua maioria, como de trabalhadores dos países do leste europeu, frequentemente associados aos argumentos de que estes "roubarão as vagas de empregos destinadas aos britânicos".

Em sua gênese, o conservadorismo se definiu como uma filosofia que defende as instituições tradicionais de uma sociedade, sendo contrária aos avanços da modernidade no contexto da Revolução Francesa. Atualmente o conservadorismo se entende como "uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais" (SOUZA, 2016, p. 210), ou seja, opõe-se às atuais transformações, relacionadas ao aumento da imigração, da miscigenação e das políticas multiculturais, ao mesmo tempo que enaltece os símbolos nacionais remonta aos mitos gloriosos das nações e defende o fechamento de fronteiras e a segregação de indivíduos considerados "estranhos".

No Reino Unido, os setores conservadores da sociedade se caracterizam por estarem alinhados à ideologia denominada de "nacionalismo imperial" (FLEMMEN;

SAVAGE, 2017, p. 249), em que nacionais britânicos defendem o retorno da soberania de seu Estado a ponto de retornarem à hegemonia comparada a do império britânico e apresentam uma necessidade de defender a "grandeza" do Reino Unido perante à ameaças externas, como a UE e os migrantes. Essa parcela da população se caracteriza por: terem tido acesso à educação de qualidade, fazerem parte de elites, terem morado ou trabalhado fora do Reino Unido e, frequentemente, têm cargos de gerência em suas carreiras e/ou apresentam linearidade no sucesso em suas carreiras (FLEMMEN; SAVAGE, 2017, p. 249-250). A perspectiva deles em geral responsabiliza a presença de imigrantes no território britânico para o agravamento da crise social no Reino Unido, utilizando-se de repertório reacionário e nostálgico. A mentalidade de um grupo é uma das partes do conjunto complexo que compõe a identidade, sendo que ambas se transformam constantemente, porém de maneira gradual e lenta de acordo com o percurso do tempo e com as experiências históricas que cada sociedade vivencia. Apesar de o Reino Unido não possuir mais colônias desde o fim da segunda guerra mundial (1945), a mentalidade de império colonizar permanece, incitando comportamentos racistas, xenófobos e conservadores e acarretando em políticas que enrijecem o controle de fronteiras do território nacional.

É importante destacar, no entanto, que mesmo o controle de fronteiras ter tido papel importante nas discussões a respeito da permanência ou da saída do Reino Unido na UE, esse não foi o único fator determinante para a escolha do voto pela saída. A própria campanha para a reeleição de Cameron em 2015 já apontava que setores mais conservadores da sociedade britânica tinham como pauta deixar a UE por questões de soberania nacional.

Por isso, os setores conservadores da sociedade britânica enxergam os imigrantes (classificados e tratados como estrangeiros e/ou estranhos) como uma ameaça à manutenção da identidade nacional e também como um entrave para o resgate da hegemonia britânica: sem a "pureza britânica" da época do império, quando os fluxos de imigração para a Europa eram escassos e miscigenação era rara, não será possível retomar a soberania imperial com uma identidade nacional em ameaça de extinção por conta do "domínio estrangeiro". Nesse sentido, o sufrágio é negado a determinados tipos de imigrantes e às pessoas em situação de refúgio justamente por

se tratar de uma das ferramentas que garante a representatividade do indivíduo na sociedade. Enxerga-se, portanto, que garantir o direito ao voto a um indivíduo "alheio à sociedade", é renunciar os interesses britânicos, incluindo o alcance de uma soberania equiparada a de um império que o Reino Unido já havia sido no passado.

Negar, portanto, o direito ao voto se torna um mecanismo de exclusão, porém de manutenção da identidade britânica, ameaçada pelos imigrantes e por pessoas em situação de refúgio. Esse é um mecanismo válido através das legislações de um conjunto de aparatos jurídicos da Declaração Universal de Direitos Humanos e do Parlamento britânico: há validade por parte daquele porque se trata de um documento que afirma o direito de migrar, porém não defende outros tipos de garantias aos migrantes; ao mesmo tempo, há validade deste porque desde 2010 o cargo de Primeiro Ministro do Parlamento é ocupado por representantes do Partido Conservador do Reino Unido[9], cujas pautas relacionadas à imigração se baseiam em enrijecer o controle das fronteiras nacionais a fim de colocar os interesses nacionais britânicos em primeiro lugar: "Nosso plano para controlar a imigração colocará você, sua família e o povo britânico em primeiro lugar. Reduziremos o número de pessoas que chegam ao nosso país com novas condições de bem-estar e reforço vigoroso." (The Conservative Party Manifesto, 2015, p. 29).

Nesse sentido, deixar a UE significa não apenas a aprovação e pautas políticas conservadoras, mas também a reprovação da construção de uma sociedade plural baseada na imigração e no acolhimento de pessoas em situações vulneráveis, como o refúgio, para que o Reino Unido seja o único que possa decidir sobre o seu destino e possa resgatar seu *status* grandioso equivalente ao de um império tal como um dia havia sido, mantendo sua identidade britânica "pura" constante e sólida, como os setores conservadores vislumbram. No entanto, essa decisão associada ao fechamento das fronteiras físicas e sociais se traduz em práticas racistas, xenófobas e retrógradas na construção de uma comunidade justa em que todos os membros, nacionais ou não, tenham condições de participação equivalentes.

[9] David Cameron foi eleito Primeiro Ministro em 2010 e permaneceu no cargo até sua renúncia em 2016 após o resultado do plebiscito. A partir de então, Thereza May assumiu o cargo e permanece nele até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver aparato jurídico internacional que garante a liberdade de movimento, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é importante notar o mesmo não passou por processos de atualização no que tange à representatividade do imigrante, da mesma forma que o Reino Unido não garante esse direito a determinados migrantes residindo em seu território nacional. A imigração em massa é uma pauta no Reino Unido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas as tensões foram aumentando a partir do momento em que migrantes foram, de maneira xenófoba e racista, classificados perante a lei de acordo com suas características atributivas e não-atributivas a partir de seu nível de distanciamento com os britânicos, o "grupo dominante" da sociedade, desencadeando em reações xenofóbicas e de exclusão.

Estudos do Observatório de Imigração concluem que a imigração era uma grande questão antes do plebiscito da Brexit, mas que perdeu sua relevância após o resultado do plebiscito (RICHARDS, 2018, p. 12), demonstrando que havia um sentimento de que deixar a UE poderia resolver grande parte dos problemas referentes à crise social que o Reino Unido vem enfrentando. No entanto, essa confiança tem apresentado oscilações e esvaecimento à medida que a atual PM Thereza May apresenta novos acordos ao Parlamento para institucionalizar a saída do Reino Unido do bloco europeu, bem como à medida em que a população está percebendo que o Reino Unido perderá muitos dos benefícios que possuía por fazer parte da UE (acordos de facilitação comercial e flexibilizações referentes a vistos e residências em outros países membros da UE).

Fomentar a diversidade na esfera política é uma das soluções adequadas que o Reino Unido pode adotar para que haja maior representatividade de imigrantes na democracia britânica, quebrando uma das formas de manter a falta de representatividade de imigrantes na sociedade britânica (que desencadeia em não pertencimento e exclusão destes). Políticas e normas legislativas são justas quando dá-se voz a diversos setores da sociedade, estimulando a a criação de espaços democráticos e representativos. Nesse sentindo, as políticas migratórias do Reino Unido focam na segurança nacional, enxergando imigrantes como fator de

agravamento da crise social e, por isso, visam a contenção da entrada de imigrantes em seu território nacional, com validação do sistema político britânico, mantendo um ciclo de formulação de políticas em que migrantes não têm poder para decidir seus lugares de pertencimento na sociedade.

Uma das principais pautas que motivaram o Reino Unido deixar a UE foi justamente para evitar que Bruxelas "ditasse" as políticas de fronteiras que os britânicos adotariam diante do aumento do fluxo de entrada de pessoas em condição de refúgio em países do bloco. Deixar a UE significa não só negar tais políticas de acolhimento, mas também renunciar a construção de uma sociedade britânica plural e de uma democracia inclusiva. Apesar de a identidade britânica ainda se apresentar um entrave no processo de diversidade na representação política, os estudos do Observatório de Imigração demonstram que, ao longo dos anos, os britânicos têm se flexibilizado com relação à questão de imigrantes no território nacional (RICHARDS, 2018, p. 4). Por isso, é necessário que as fronteiras físicas e simbólicas sejam abrandadas para que a democracia britânica alcance um nível de funcionamento em que todos os habitantes se pertençam de fato à sociedade no que tange à representação política.

Essa é uma pauta que deverá entrar na agenda de negociações entre Londres e Bruxelas, referentes à operacionalização da saída do bloco. O Reino Unido está passando por um momento em que suas políticas são conduzidas por pautas conservadoras desde 2010, quando Cameron foi eleito após dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (*UK Labour Party*), de centro-esquerda. Esse conservadorismo no Reino Unido se traduz no estabelecimento de pautas políticas xenófobas e racistas relevadas pelo desejo de resgate de poder hegemônico que os setores conservadores britânicos têm buscado através da decisão de deixar a UE. Esse desejo por resgate, portanto, valida essa forma de exclusão de imigrantes na esfera política de representação, ilustrada a partir da negação do sufrágio e desencadeando na contrariedade do avanço da democracia ao optar pela exclusão de "não nacionais" nos processos decisórios da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Global Trends: Force displacement in 2017. Suíça, 2018. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.172170154.869721559.1540560726-2095429475.1534728372>. Acesso em: 30 mar. 2019. p. 6

BALE, T. Who's going to win Britain's Brexit referendum?, Londres, **Economic and Social Research Council**, 2015. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/explainers/whos-going-to-win-britains-brexit-referendum/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BENHABIB, S. Democratic Exclusions and Democratic Iterations: Dilemmas of 'Just Membership' and Prospects of Cosmopolitan Federalism. **European Journal of Political Theory**, v. 6, n. 4, p. 445-462, 2007.

_____. **Dignity in adversity: Human rights in troubled times**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

_____. Transformations of citizenship: The case of contemporary Europe. **Government and Opposition**, v. 37, n. 4, p. 439-465, 2002.

_____. The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens. **Conference on "Migrants, Nations and Citizenship"**, Cambridge, 2004.

Declaração Universal de Direitos Humanos. **ONU**. Paris 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FLEMMEN, M.; SAVAGE, M. The politics of nationalism and white racism in the UK. **The British Journal of Sociology**, v. 68, n. S1, p. 233-264, 2017. Disponível em: < http://eprints.lse.ac.uk/87229/ >. Acesso em: 29 mar. 2019.

FORD, R. Acceptable and Unacceptable Migrants: How opposition to immigration is affected by migrants' region of origin. Manchester, **University of Manchester**, 2009, p.1-34. 2009

GLENCROSS, A. **Why the UK voted for Brexit: David Cameron's great miscalculation**. Londres: Springer, 2016.

KINGSLEY, I. T. P. EU governments push through divisive deal to share 120,000 refugees. **The Guardian**, Brussels, 22 set. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/22/eu-governments-divisive-quotas-deal-share-120000-refugees>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MACKIE, S. Brexit and the Trouble with an Uncodified Constitution: R (Miller) v. Secretary of State for Exiting the European Union. **Vermont Law Review**, v. 42, p. 297, 2017.

MARCUSSEN, Martin; RISSE, Thomas; ENGELMAN-MARTIN, Daniela; KNOP, Hans-Joachim; FOSTER, Klaus.Constructing Europe? The evolution of French, British and German Nation-State identities. **Journal of European Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 614-633.

PERGUNTAS e respostas. **ACNUR**. [S.l.], [2001-2018a]. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>. Acesso em 03 nov. 2018.

RICHARDS, L. UK Public Opinion toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern. **The migration observatory at the University of Oxford**, p.1-16. 2018. Disponível em: < https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/uk-public-opinion-toward-immigration-overall-attitudes-and-level-of-concern/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

RILEY, A.; GHILÈS, F. Brexit: Causes and consequences. Barcelona Center for International Affairs, v. 159, p. 1-4, 2016.

ROSS, A. Work begins on Calais wall to stop refugees trying to board lorries to UK. **The Guardian**, 20 set. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2016/sep/20/work-calais-wall-refugees-lorries-uk >. Acesso em: 28 abr. 2019.

SOLICITANTES de asilo. [S.l.], **ACNUR**, [2001-2018b]. Disponível em: <http://www.acnur.org/solicitantes-de-asilo.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

The Conservative Party Manifesto 2015. Reino Unido: Conservatives. Disponivel em: <https://www.conservatives.com/manifesto2015>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VERTOVEC, S. Conceiving and Researching Transnationalism. Oxford, **Ethnic and Racial Studies**, v. 22, 1999.

SOUZA, J. M. A. D. Tendências ideológicas do conservadorismo. Recife, p. 114-133; 151-159; 207-214. 2016. (Tese de doutorado)

UK Parliament, The Electoral Commission. 2019. Disponível em: <https://www.yourvotematters.co.uk/how-am-i-represented/uk-parliament>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DOMINAÇÃO DISCURSIVA E DISCURSIVIDADE DA DOMINAÇÃO

Yuri Bataglia Espósito[1]

RESUMO:

Explorando articulações entre as teorias sobre a *colonialidade* e as teorias *pós-estruturalistas*, este artigo aborda as relações entre *discurso* e *dominação* política. Partindo de autoras *pós-coloniais* e *decoloniais* como Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock e Jota Mombaça, apresento a noção de *dominação discursiva*: a dominação colonial produz e se aproveita de posições políticas de *autoridade discursiva*, que legitimam sua hegemonia e subalternizam as populações colonizadas. Recupero do pensamento de Michel Foucault a noção de *saber-poder*: as relações de poder estão imbricadas a dispositivos discursivos, compondo uma *discursividade da dominação*. Continuidades com as teorias foucaultianas são investigadas nas teorias de gênero, trazendo o pensamento de Judith Butler, Paul Preciado e Monique Wittig, que discutem a *produção discursiva* do corpo e da sexualidade; e nas teorias sobre a racialidade, com trabalhos de Achille Mbembe e Silvio Almeida, que analisam a diferenciação racialista das populações como *tecnologia discursiva* da dominação colonial. Apreciando a metodologia *interseccional* do feminismo negro a partir do trabalho de Carla Akotirene, considera-se que os diversos *regimes de dominação* política _ o colonialismo, o capitalismo e as supremacias branca, masculina, heterossexual e cisgênera _ operam imbricados, produzindo condições de precariedade social e violência para pessoas racializadas, empobrecidas, mulheres e dissidentes sexuais. Concluo que, para promover efeitos sociais de hierarquização e exploração, os diferentes regimes de dominação operam tecnologias discursivas, construindo *códigos biopolíticos* que diferenciam e ordenam os corpos e as subjetividades.

Palavras-chave: Colonialidade – Saber-Poder – Discurso – Biopoder.

ABSTRACT:

Exploring articulations between theories about *coloniality* and the *poststructuralist* theories, this article addresses the relations between *discourse* and political *domination*. Starting from *postcolonial* and *decolonial* authors like Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock and Jota Mombaça, I present the notion of *discursive domination*: colonial domination produces and takes advantage of *discursive authority* political positions, which legitimize its hegemony and subalternize colonized populations. I recover from Michel Foucault's thought the notion of *power-knowledge*: the power relations are embedded to discursive devices, composing a *domination discursivity*. Continuities with the Foucaultian theories are investigated in the gender theories, bringing the thoughts of Judith Butler, Paul Preciado and Monique Wittig, which discuss the *discursive production* of body and sexuality; and in the theories on raciality, with works by Achille Mbembe and Silvio

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS – UFSCar). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: yuriesposito@hotmail.com.

Almeida, which analyze the racialist differentiation of populations as a *discursive technology* of the colonial domination. Appreciating the *intersectional* methodology of black feminism from the work of Carla Akotirene, it is considered that the various regimes of political domination _ colonialism, capitalism, and the white, male, heterosexual and cisgender supremacies _ operate embedded, producing conditions of social precariousness and violence for racialized and impoverished people, women and sexual dissidents. It is concluded that, to promote social effects of hierarchization and exploitation, the different regimes of domination operate discursive technologies, constructing *biopolitical codes* that differentiate and order the bodies and subjectivities.

Keywords: Coloniality – Power-Knowledge – Discourse – Biopower.

RESUMEN:

Explorando articulaciones entre las teorías sobre la *colonialidad* y las teorías *post-estructuralistas*, este artículo aborda las relaciones entre *discurso* y *dominación* política. A partir de autoras *postcoloniales* y *decoloniales* como Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Anne McClintock y Jota Mombaça, presento la noción de *dominación discursiva*: la dominación colonial produce y se aprovecha de posiciones políticas de *autoridad discursiva*, que legitiman su hegemonía y subalternizan a las poblaciones colonizadas. Recupero del pensamiento de Michel Foucault la noción de *saber-poder*: las relaciones de poder están imbricadas a dispositivos discursivos, componiendo una *discursividad de la dominación*. Las continuidades con las teorías foucaultianas son investigadas en las teorías de género, trayendo el pensamiento de Judith Butler, Paul Preciado y Monique Wittig, que discuten la *producción discursiva* del cuerpo y de la sexualidad; y en las teorías sobre la racialidad, con trabajos de Achille Mbembe y Silvio Almeida, que analizan la diferenciación racialista de las poblaciones como *tecnología discursiva* de la dominación colonial. Apreciando la metodología *interseccional* del feminismo negro a partir del trabajo de Carla Akotirene, se considera que los diversos *regímenes de dominación* política _ el colonialismo, el capitalismo y las supremacías blanca, masculina, heterosexual y cisgênera _ operan imbricados, produciendo condiciones de precariedad social y violencia para personas racializadas, empobrecidas, mujeres y disidentes sexuales. Concluyo que, para promover efectos sociales de jerarquización y explotación, los diferentes regímenes de dominación operan tecnologías discursivas, construyendo *códigos biopolíticos* que diferencian y ordenan los cuerpos y las subjetividades.

Palabras clave: colonialidad – saber-poder – discurso – biopoder.

1. INTRODUÇÃO: TECNOLOGIAS BIOPOLÍTICAS DISCURSIVAS

Este artigo aborda a existência e o funcionamento de *tecnologias discursivas* que são operacionalizadas pelos programas e *regimes de dominação* social. Essas formulações teóricas são desenvolvidas a partir da articulação de duas correntes do pensamento social: a teoria pós-estruturalista e as teorias sobre a colonialidade.

Assim, a efetividade política e social das *tecnologias discursivas de dominação* é abordada a partir de dois aspectos, que chamo de *dominação discursiva* e *discursividade da dominação*.

Através das teorias pós-coloniais e decoloniais, exploro a noção de *dominação discursiva*, discorrendo sobre a hegemonia colonial nos discursos oficializados, que desautoriza os discursos das populações colonizadas, subalternizando-as. Partindo de trabalhos clássicos de Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Anne McClintock, e incorporando o trabalho recente da intelectual e ativista brasileira Jota Mombaça, apresento como os discursos e narrativas da dominação colonial são hegemonizados através da construção política de posições sociais de *autoridade discursiva*. Instituições de saber oficializado, como o pensamento acadêmico europeu e eurocêntrico, produzem legitimidade para suas perspectivas serem operacionalizadas socialmente como verdades neutras, objetivas e naturais.

Recupero alguns conceitos de Michel Foucault, como o de *saber-poder*, que apresenta a imbricação entre as relações de poder e tecnologias discursivas, mostrando que os regimes políticos de hierarquização social e exploração econômica são inseparáveis de formações de saber hegemonizadas, compondo uma *discursividade da dominação*. Assim, Foucault entende que formações discursivas oficializadas e naturalizadas são indispensáveis para o funcionamento do biopoder, diferenciando epistemicamente e organizando socialmente os corpos e as populações.

As teorias foucaultianas são ampliadas a partir de suas continuidades com as teorias sobre o gênero e a racialidade. Abordo as teorias dissidentes sexuais de Monique Wittig, as teorias *queer* de Judith Butler e o transfeminismo de Paul Preciado, que discorrem sobre como os discursos hegemonizados da biologia, da medicina, da psiquiatria e da psicanálise constroem narrativas que constrangem os entendimentos sobre os corpos e as subjetividades. Através da noção de racialização de Achille Mbembe e dos estudos sobre o racismo estrutural de Silvio Almeida, apresento como a racialidade também foi construída por formações de saber coloniais, que postulavam a episteme europeia como neutra e superior, e produziam localizações e distinções ontologizantes às populações colonizadas.

Portanto, este artigo apresenta que tanto as teorias sobre o gênero e a sexualidade quanto as teorias sobre a racialidade se valem da noção de uma produtividade discursiva dos regimes políticos de sexualização e racialização, que diferenciam e ordenam as populações. A operação conjunta e os funcionamentos comuns dos diferentes regimes de dominação são abordados a partir da metodologia interseccional do feminismo negro, como trazida por Carla Akotirene. Dessa maneira, apresento que efeitos sociais de precarização de vida e violência são produzidos pelos regimes colonial, racialista e sexualista: apesar de operar diferentes códigos ordenadores biopolíticos, a diferenciação social possui certos funcionamentos integrados ou comuns, que prejudicam socialmente as populações colonizadas, as populações racializadas e as populações sexualizadas.

Assim, este artigo busca aproximações interseccionais entre os estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade, incorporando noções pós-estruturalistas. Os efeitos comuns, apesar de diferenciados, dos diversos regimes de dominação imbricados são percebidos através das tecnologias discursivas que os produzem e naturalizam.

2. COLONIALIDADE DO SABER E DOMINAÇÃO DISCURSIVA

O poder opera por ficções, que não são apenas textuais,
mas estão materialmente engajadas na produção do mundo.
As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos,
numa marcha fúnebre celebrada como
avanço, progresso ou destino incontornáveis.
Jota Mombaça (2016, p. 4)

Os pensamentos *pós-colonial* e *decolonial* mostram que a objetificação de alguns grupos sociais é produzida continuamente por dispositivos políticos e discursivos, que se baseiam _ ao mesmo tempo em que a proporcionam _ na *autoridade discursiva* de grupos privilegiados, que dificulta a audibilidade dos discursos dos grupos que são subalternizados. Como traz Edward Said,

> podemos entender melhor a persistência e a durabilidade de sistemas hegemônicos saturantes como a cultura quando nos damos conta que as suas coações internas sobre escritores e pensadores eram *produtivas*, e não unilateralmente inibidoras (SAID, 1990, p. 26, grifo do autor).

O pensamento de Said proporciona a reflexão sobre os *discursos autorizados*, oficializados e hegemonizados, e sua capacidade de afetar a materialidade, atuar em relações de poder se beneficiando de e, ao mesmo tempo, propiciando suas assimetrias. Os processos epistêmicos científicos de produção de verdade fazem com que perspectivas particulares adquiram o estatuto de descrições objetivas, entendidas como correspondentes à "realidade" ou à "natureza". Tais formulações textuais não são descrições objetivas ou empíricas, mas, no entanto, afetam as materialidades que objetificam, cujas existências são constrangidas pelos entendimentos normalizados.

> A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso, menos por uma questão de capacidade mas por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade (ALMEIDA, 2018, p. 54).

O aparato de saber institucionalizado da ciência é operado em consonância com os projetos de poder hegemônicos, através da construção de posições políticas privilegiadas como *autoridades de discurso*. Espaços sociais como as universidades, a administração e controle das instituições de ensino, da indústria cultural, do poder burocrático e do poder legislativo, entre outros, são historicamente ocupados hegemonicamente pelos setores interseccionalmente privilegiados da sociedade, e são operados em função da continuidade desse privilégio. Mitos e narrativas dos grupos privilegiados socialmente são operados enquanto discursos naturalizados, representados como neutros, objetivos e apolíticos. A disciplina da "história" também não deve ser vista como neutra, já que a ação de "narrar a história" é "aparentada com os rituais de poder": para Foucault, "o discurso do historiador" que tem o estado como sujeito soberano funciona "como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder" (FOUCAULT, 2010, p. 56). O discurso histórico que naturaliza os poderes hegemônicos "pacifica a sociedade, justifica o poder, fundamenta a ordem" (p. 61).

A dominação branca, masculina e cis hétero nos espaços de saber toma as "minorias políticas" como objetos de estudo, arrogando-lhes atributos oriundos de preconceitos do observador como se fossem parte da natureza e essência dos grupos observados. Diversos grupos têm o acesso aos espaços de autoridade discursiva

impedido ou dificultado e, assim, até mesmo seus *nomes* são produzidos e disseminados pelos grupos elitizados; suas posições discursivas subalternizadas são tidas como naturais, apesar da histórica e constante produção política de *desautorização do discurso* que é inerente à ciência moderna. Nessa relação assimétrica de *poder-saber*, as pessoas de grupos racializados e sexualizados são objetificadas, são tomadas como objetos de estudo, e sua posição de sujeitas de discurso é socialmente menos reconhecida e valorizada que a das pessoas de grupos interseccionalmente elitizados.

A medicina como formação de saber é um *efeito-instrumento* precioso para as estratégias de saber-poder biopolíticas; ela se coloca como um saber neutro e objetivo, mas foi e é dominada por valores cristãos, colonialistas, supremacistas brancos, masculinistas, heterossexistas e cissupremacistas, que objetificam e patologizam as suas subalternidades correspondentes. Esse saber perspectivo e enviesado tem autoridade política de verdade; mas as nomeações e classificações produzidas pela medicina e pela ciência não são descritivas, são *ordenações semântico-sociais* propostas pelos grupos elitizados. Como aponta Foucault, existe a serviço do biopoder "uma prática médica [...] pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante as potências da ordem do que dócil às exigências da verdade" (FOUCAULT, 1999, p. 54).

A *dominação discursiva* se articula aos regimes de *dominação interseccional*, produzindo em diversos grupos posições sociais de colonialidade política e epistêmica. No pensamento de Jota Mombaça encontra-se a confluência entre a metodologia teórica da interseccionalidade e a crítica decolonial, atentando para a operação de uma série de regimes políticos que promovem a iniquidade, a subcidadania e a precariedade de vida dos grupos populacionais subalternizados. É preciso salientar que as concepções teóricas sobre a interseccionalidade, a racialidade e a sexualidade vêm ganhando mais espaço nos estudos acadêmicos a partir da incorporação de pautas e lutas, formulações teóricas e metodológicas oriundas da atuação histórica de diversos movimentos sociais emancipatórios (cf. RIOS, 2009; COSTA, 2006), principalmente do movimento negro, do movimento indígena e dos movimentos anti-racistas; do movimento feminista, dos movimentos de lésbicas, gays e bissexuais, movimento trans e demais movimentos anti-machistas e

anti-patriarcais; dos movimentos de pessoas com deficiência, de pessoas gordas; entre outros. Além disso, movimentos políticos de grupos sociais que se encontram na "intersecção" de mais de um "marcador de opressão" trazem contribuições fundamentais à crítica social percebendo a inseparabilidade das opressões, como, especialmente, o movimento feminista negro e o movimento feminista decolonial.

Através dos *dispositivos biopolíticos discursivos* de diferenciação dos corpos e das subjetividades _ como o racismo, o sexismo _, reproduzem-se constantemente e historicamente relações práticas e institucionais que favorecem relações políticas de dominação e situações sociais desequitárias. Como propõe Mombaça, é preciso "nomear a norma" (MOMBAÇA, 2016, p. 10), para desfazer o privilegiado "conforto ontológico" da "não-marcação", devolvendo a interpelação (p. 11): os estudos decoloniais percebem, pela eficácia de suas consequências, a existência de diversos regimes de poder em operação, que se orientam através de "marcadores" como os de raça, classe e gênero: o capitalismo e o classismo; o racismo, a colonialidade, o eurocentrismo e a supremacia branca; a supremacia masculina, o cis-hetero-patriarcado, a misoginia e a LGBTfobia, a heterossexualidade compulsória e a cissupremacia; o capacitismo, a gordofobia e a psicofobia; a supremacia cristã, entre outros.

Esses múltiplos e diversos programas de dominação favorecem o mercado, a concentração de renda e a má divisão do trabalho, estando, portanto, as questões interseccionais intimamente ligadas à dominação política e econômica capitalista: é um conjunto de programas de dominação interligados que orienta a organização social hierárquica e exploratória. Essa situação política *multissegmentada* organiza posições diferenciadas em termos de acesso aos direitos civis, sociais e políticos, promovendo condições entre o privilégio e a precariedade. Assim, apesar da legislação burocrática se propor democrática, responsável por assegurar a equidade de direitos, é perceptível na materialidade social a existência de grupos populacionais que acumulam condições de privilégio, por meio da articulação de "marcadores" de branquitude, europeidade, masculinidade, cisgeneridade, heteronormatividade. Tais "marcadores da diferença" se relacionam com outros, também alcançando condições de privilégio pessoas com condições estáveis e privadas de renda, emprego, moradia, educação e saúde; pessoas adeptas da religião hegemonizada jurídica e

culturalmente; pessoas magras, pessoas andantes, falantes, ouvintes e videntes, entre outras.

Esse processo de produção das elites interseccionais e de sua hegemonização funciona juntamente com seu complemento, a "marginalização" social ou "opressão" interseccional: os dispositivos e operações desequitários alocam outros grupos, cotidiana e historicamente, em condições sociais de subalternidade, objetificação, pauperidade, precariedade, vulnerabilidade e violência. Assim, através da repetição performativa desses dispositivos de dominação, nas operações institucionais e nas relações de socialidade, é negado ou dificultado o acesso a direitos civis, sociais e políticos a pessoas racializadas, empobrecidas, sexualizadas, pessoas adeptas de religiões de matriz africana e de costumes ameríndios, pessoas com deficiência, entre outras.

Essas condições de precariedade social vêm sendo descritas em diversos estudos _ uns articulando conjuntamente diversos "marcadores da diferença social", outros focando em apenas um deles. Tais regimes políticos de dominação operam transnacionalmente e micro politicamente, bem como norteiam programas e ações das esferas de governo jurídico-institucional. Com esse entendimento, é possível perceber a heterossexualidade, por exemplo, como um regime político de classificação e organização das relações sociais, regulando os corpos e controlando as relações entre eles.

Como coloca Anne McClintock, o projeto de conhecimento científico "do Iluminismo coincidia com o projeto imperial", justamente em sua "vocação de *ordenar* as formas do mundo" (MCCLINTOCK, 2010, p. 61, grifo nosso), imaginando que as classificações produzidas pelo intelecto europeu fossem intrínsecas à natureza. A inextricabilidade do *dispositivo de saber-poder* é apontada também por Edward Said em sua crítica aos discursos que constroem ou reproduzem a categoria de "oriente". O autor entende a formação discursiva *orientalista* como um "modo de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais" (SAID, 1990, p. 14). Essa dominação político-discursiva funciona também, mas não apenas, através de órgãos estatais; é uma ampla rede de indústrias culturais e informacionais que faz esse trabalho de *colonização discursiva*, apoiando e sendo apoiada pela colonização institucional.

> O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma *distinção ontológica e epistemológica* feita entre 'o Oriente' e [...] 'o Ocidente'. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como o ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, 'mente', destino e assim por diante (SAID, 1990, p. 14, grifo nosso).

Said ressalta que essa formação discursiva *orientalista* é um conjunto amplo de produção de saber, englobando tanto discursos considerados "artísticos" quanto "científicos". Cabe salientar uma questão metodológica: a noção de "orientalismo" ou "empresa orientalista" desenvolvida por Said agrupa categoricamente uma extensa e heterogênea gama de discursos e políticas do "ocidente" para com o "oriente", que o autor analisa com mais detalhe ao longo de sua obra. Said indica que essa tática teórica de *nomear* uma formação de saber-poder complexa é tributária da noção foucaultiana de "episteme", que apresenta continuidades estratégicas em formações discursivas amplas, apesar de sua heterogeneidade. Isso permite a análise e descrição de grandes formações estratégicas de saber-poder, como o "colonialismo", o "racismo" e o "sexismo", ainda que essas estratégias macropolíticas encontrem "suas condições de exercício em microrrelações de poder" (FOUCAULT, 2017, p. 371). Em *Microfísica do poder*, Foucault salienta a heterogeneidade das formações de saber-poder, desestabilizando a separação entre linguagem e organização social, quando apresenta a função metodológica da noção de "dispositivo":

> Por este termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Dessa maneira, quando autores como Foucault ou Said criticam as formações de saber-poder europeias ou coloniais, estão se referindo a uma massa heterogênea de táticas políticas e discursivas, essas últimas, por sua vez, sendo também grandes agrupamentos heterogêneos, que incluem a "enorme massa de escritores" acadêmicos e artísticos exposta por Said, bem como discursos categorizados como ciências biológicas, medicina, psiquiatria, psicologia, tratados médico-legais, morais-patológicos. Assim, categorias abrangentes como "colonialismo", "pensamento europeu" ou "ciência europeia" podem parecer redutoras e homogeneizantes,

achatando diferenças internas e transformações históricas, pois intencionalmente o são enquanto estratégia teórica, buscando as possibilidades analíticas macropolíticas dessas categorias amplas, proporcionando a descrição de sistemas estratégicos complexos.

Como coloca Said, as narrativas “sobre” o “oriente” veiculadas pelo discurso orientalista não são apoiadas numa materialidade ou essencialidade dos locais e populações que são assim chamados, mas são criadas a partir da mentalidade que as proclamam, majoritariamente na “Europa” ou nos “Estados Unidos”. Aqui se pode questionar a noção de “empiria” que é articulada nos discursos que se propõem científicos: para Said _ como também analogamente para Djamila Ribeiro ou Mikhail Bakhtin _, há que se atentar para a localização social da produção de um discurso, analisando suas condições e consequências políticas para além do seu conteúdo propositivo. Esse questionamento pode ser acoplado à crítica foucaultiana do discurso que se propõe apofântico, verificável, de Aristóteles: a natureza, os grupos sociais, não são inerentemente “objetos” de saber (Cf. FOUCAULT, 2014). Recuperando o pensamento sofista, Foucault traz o entendimento que um discurso é uma existência em si, que remete a si mesma, e não tem a capacidade de representar outra coisa fora de si; ou, como abordarei mais adiante, para Butler, todo discurso é *performativo*, e não tem a capacidade de ser constativo, de descrever objetivamente o que toma como objeto apreensível. Não é possível representar objetivamente o mundo; não é possível constatar verdades absolutas e imutáveis na “natureza” ou na “sociedade”.

O trabalho de Said apresenta que os discursos orientalistas _ assim como poderia se dizer de outros discursos dominantes, como o colonialista, o racista e o sexista _ alcançam estatuto oficializado, hegemônico, por meio de sistemas de relações de poder, e não por serem representações verdadeiras: narrativas enviesadas adquirem operatividade social de descrição objetiva, entendidas como correspondentes à materialidade objetificada, cuja existência é contaminada por esse entendimento. Assim, o discurso “sobre o oriente”, como qualquer discurso, não tem capacidade de descrever ou definir de maneira neutra, imparcial ou apolítica o que toma como tema; essa “pretensa objetividade suprapolítica” (SAID, 1990, p. 22) é uma ferramenta de poder: a separação e as diferenças entre “oriente” e “ocidente” são produzidas performativamente pelo discurso orientalista. O caráter amplo e

naturalizado que o discurso orientalista alcança faz com que suas proposições sejam *distinções semânticas hegemonizadas*, tendo efeito abrangente, afetando a existência e relação de seus referentes. A "representação europeia do Oriente" se torna "um significado comum privilegiado" (SAID, 1990, p. 13), arraigando-se à cultura e se tornando reprodutível com naturalidade para aqueles que são influenciados por esses discursos hegemonizados.

As *distinções semânticas* produzidas discursivamente são entendidas e operacionalizadas como distinções ontológicas, afetando relações materiais, reforçando localizações e distinções sociais. Uma *semantização* _ significação, ou imputação de significado ao "objeto" de que se fala _, é construída socialmente, atribuída discursivamente; não há semântica inerente aos corpos, aos órgãos, às práticas: os discursos hegemonizados *produzem* a semântica de cada termo no mesmo processo em que os encaixa nas *sintaxes sociais* _ a organização de suas combinações, relações e funções. Devido ao caráter inextricável do saber-poder, a *dominação semântica* é fundamental para o biopoder: discursos hegemonizados funcionam como tecnologias a serviço da dominação. Para Said, o orientalismo pode ser analisado como

> a instituição organizada para negociar com o Oriente _ negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 1990, p. 15).

A diferenciação semântica opera epistemicamente, produzindo discursivamente distinções que são tomadas como ontológicas; esse processo de hegemonia discursiva funciona *naturalizando as diferenças sociais*, que são necessárias aos regimes políticos exploratórios. Para Gayatri Spivak, na trilha da noção pós-estruturalista de sujeito-efeito, "o sujeito subalterno é um efeito do discurso dominante" (SPIVAK, 2010, p. 20)[2]. Entendendo que as subjetividades são produzidas pelas relações de poder, pode-se pensar as diferenças e identidades não como essências, fixas, naturais, imutáveis, mas como constructos, em constante produção

[2] Cabe salientar que os corpos e populações sobre os quais se aplicam os processos de objetificação não têm toda a sua existência reduzida a um caráter de "objeto", plenamente objetificado: os discursos dominantes hegemonizados possuem uma gama de efeitos sobre a organização social, pretendendo objetificar os corpos, mas esse efeito nunca é totalitário. Sobre a incapacidade de totalizar seus efeitos de uma máquina de dominação discursiva, cf. BUTLER, 1997.

discursiva; são *localizações contingentes*, precárias e instáveis, em contínua atualização e transformação. A formação discursiva colonialista, produzindo fixidez à fantasia objetificante que constrói, compõe uma violência que é a *dominação semântica*, que tem a capacidade de produzir politicamente o significado de seus temas. Mas essa "estrutura de dominação cultural" (SAID, 1990, p. 36) _ ou *dominação discursiva* _, propiciada pelo colonialismo, opera não apenas uma *hegemonia discursiva*, uma dominação que se estende sobre os discursos; ela revela uma *discursividade da dominação*: toda dominação política, econômica, militar tem um aspecto discursivo, está atrelada a instrumentalidades e funcionamentos discursivos.

Outro ponto importante trazido por Said é que a ideia de "oriente" é operada enquanto um conjunto de "imagens do Outro", sendo fundamental para "definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste" (pp. 13-14): a diferença possibilita a identidade. Como coloca Dipesh Chakrabarty, a "Europa" não é "senão uma obra de ficção que o colonizador contou aos colonizados no processo de fabricação da dominação colonial" (CHAKRABARTY, 2000, p. 9). A imagem da Europa, junto com a "ficção legal burguesa da cidadania" (p. 10) e o ideário evolucionista-historicista do progresso, eram impostas doutrinariamente às populações colonizadas, ao mesmo tempo em que atingir essa condição lhes era negado. Lembrando Spivak, a própria noção de "sujeito" tem "determinação geopolítica" (SPIVAK, 2010, p. 21): junto à dominação política-discursiva, havia um interesse "em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito" (p. 20), e os "outros" povos apenas como objetos, cuja voz não é ouvida, como se nem tivessem voz.

Na obra de Achille Mbembe também se faz presente esse aspecto de *dominação discursiva* do colonialismo europeu, salientando que "o projeto moderno de conhecimento" é também um projeto de governo (MBEMBE, 2018, p. 12):

> No decorrer do período atlântico [...], esta pequena província do planeta que é a Europa se instalou progressivamente numa posição de comando sobre o resto do mundo. Paralelamente, ao longo do século XVIII, entraram em cena vários *discursos de verdade* acerca da natureza, da especificidade e das formas de vida, das qualidades, traços e características dos seres humanos, de populações inteiras *diferenciadas* em termos de espécies, gêneros ou raças, *classificados* ao longo de uma linha vertical (MBEMBE, 2018, pp. 39-40, grifo nosso).

Paul Preciado também aborda a colonialidade do saber europeu moderno no artigo *O feminismo não é um humanismo*, expondo que as ficções institucionais liberais são formações discursivas que mascaram regimes de dominação:

> Liberdade, igualdade, fraternidade. O animalismo revela as raízes *coloniais e patriarcais* dos princípios universais do *humanismo europeu*. O regime da escravidão, e depois o regime de trabalho assalariado aparece como o fundamento da liberdade dos 'homens modernos'; a expropriação e a *segmentação da vida* e do conhecimento como o reverso da igualdade; a guerra, a concorrência e a rivalidade como operadores da fraternidade. O Renascimento, o Iluminismo, o milagre da revolução industrial repousam, portanto, sobre a redução de escravos e mulheres à condição de animais e sobre a redução dos três (escravos, mulheres e animais) à condição de máquinas (PRECIADO, 2014c, grifo nosso).

Seguindo Foucault, que neste ponto reformulava noções nietzschianas, é preciso desnaturalizar o *saber* e a *vontade de saber*, reconhecendo a impossibilidade de elas serem apolíticas: deve-se, justamente, "constituir a 'economia política' de uma vontade de saber", percebendo "estratégias de poder imanentes" a ela (FOUCAULT, 1999, p. 71). Se uma formação de saber é sempre permeada por relações de poder, é preciso fazer estudos genealógicos para explicitar quais são as *condições* políticas que permitem sua existência, e quais são os *efeitos* de poder que ela proporciona.

3. DISCURSIVIDADE DA DOMINAÇÃO, COLONIZAÇÃO SEMÂNTICA

O corpo só ganha significado no discurso
no contexto das relações de poder.
Judith Butler (2017, p. 162)

A crítica decolonial percebe efeitos de *colonialidade* para além do estatuto legal-burocrático da colonização (cf. MBEMBE, 2018; MOMBAÇA, 2016). Esse princípio está em consonância com a *microfísica do poder* de Foucault, que traz um arcabouço historiográfico sobre a guerra para entender as situações de dominação política. Desde o início das dominações de tipo moderno, assim como historicamente em outras organizações de dominação, as críticas sociais que partem dos grupos populacionais precarizados construíam um tipo de discurso *histórico-político* que denunciava os efeitos de dominação dos poderes hegemônicos e dos discursos oficializados, atentando para outros aspectos para além daqueles reconhecidos estatutariamente como *políticos*. A função desta história-política contra-hegemônica

não é apenas criticar os poderes hegemonizados, mas atacá-los, funcionar como arma de luta; ela procura "mostrar que as leis enganam, que os reis mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem. [...] Trata-se de reivindicar direitos ignorados, ou seja, declarar guerra declarando direitos" (FOUCAULT, 2010, p. 61).

Considerando que os programas de dominação operacionalizam instituições e mesmo os discursos tomados como verdadeiros, há que se desconfiar da própria noção de "política". A distinção entre o que é ou não "política" é disputada politicamente, o que mostra a importância de demarcações semânticas e epistêmicas nas lutas sociais. Para Foucault, o poder produz e conduz "efeitos de verdade" (p. 21): "a verdade é um *mais de força*" (p. 45, grifo nosso). Foi um tema clássico feminista atacar a distinção entre "público" e "privado"; ela serve para naturalizar a conformação política de espaços sociais como a família burguesa heterossexual, que, por certa crítica feminista *micropolítica*, pode ser entendida como célula econômica de extração de uma *mais-valia de gênero* (cf. PRECIADO, 2008, p. 105). A relação de exploração trabalhista também já foi historicamente considerada como algo privado, que não precisaria nem deveria ser alvo de interferência pública ou estatal, dispositivo jurídico-semântico de dominação que se repete atualmente nos projetos necroliberais de "austeridade", que procuram renovar a subalternidade das trabalhadoras e favorecer o patronato e as supremacias interseccionais em operação.

A genealogia do discurso traz ferramentas para perceber o *aspecto discursivo dos programas de dominação política* que operacionalizam ordenações baseadas na "raça" e no "sexo". Na *História da sexualidade I*, encontra-se um inventário dos dispositivos de poder modernos "em torno e a propósito do sexo", que, a partir do século XVII, passaram por uma "explosão discursiva" (FOUCAULT, 1999, p. 21), desenvolvendo uma ampla e variada *tecnologia de subjetivação sexualizante*. Em sua pesquisa genealógica, Foucault percebe que a prática clínica médica operacionaliza tecnologias que se desenvolveram a partir do sacramento cristão da confissão; ampliada durante a Contra-Reforma católica, a confissão impunha "regras meticulosas de exame de si" (p. 23), e a tarefa de "dizer a si mesmo", "fazer de seu desejo [...] um discurso" (p. 24).

Mas não se deve considerar que essa incitação do discurso "sobre" "o sexo" tem a capacidade de "colher" a verdade "como uma espécie de dado da natureza" (p.

100); ela *produz* a verdade: as formações discursivas que se dirigem ao "sexo" não são instrumentos de "conhecimento" neutro desenvolvidos para descrever um caráter ou uma função natural da vida, mas um conjunto de saberes que *produz performativamente* "o sexo" como territorialidade ontológica, como se fosse uma existência específica e localizável, prévia ao discurso. A "conduta sexual da população é tomada" não apenas como "objeto de análise", mas principalmente como "alvo de intervenção" (p. 29). Assim, Foucault mostra que a *sexualidade* não se refere apenas ao que se entende como "atos sexuais", ou "órgãos sexuais", mas é um regime de produção que delimita e utiliza esses caracteres como *suporte* para englobar biopoliticamente todo o corpo e a subjetividade: enquanto a pastoral católica produzia a *carne* e a *alma*, a biopolítica moderna que se desenvolve após a reforma protestante produz o *corpo* e a *subjetividade* (cf. p. 22).

Já em *As palavras e as coisas*, Foucault percebia a contingência histórica e política de categorias discursivas "sociais" ou "biológicas" que são tomadas como fatos naturais, o que lhes dá um aspecto de sempre terem existido: até mesmo "o *homem* é somente uma invenção recente, uma figura que não tem nem dois séculos" (FOUCAULT, 1972, p. 9, tradução e grifo nossos). Essa noção também é importante para o estudo genealógico da racialidade, pois a construção filosófica moderna do "homem" deixava de fora as pessoas de grupos racializados, bem como as pessoas que eram sexualizadas, como a "mulher". Silvio Almeida fala diretamente:

> Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o *homem* foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia como parece. É um dos produtos mais bem acabados da história moderna e que exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica. [...] O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tem o *homem como seu principal objeto* (ALMEIDA, 2018, p. 20, grifo do autor).

Como traz Almeida, o pensamento iluminista constitui o "homem" como "objeto do conhecimento", desenvolvendo ferramentas epistêmicas de *comparação* e *classificação* (cf. p. 20) dos corpos e das populações. Para o autor, a formação discursiva iluminista foi fundamental para a instalação na Europa da dominação humanista-capitalista, através de operadores epistêmicos naturalizantes das técnicas de exploração que se implantavam, como "razão" e "civilização". Para Almeida, é a partir do pensamento humanista-iluminista que a dominação social chamada

"civilização ocidental" se expande para outros continentes, promovendo "um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou de *colonialismo*" (p. 21, grifo do autor).

Apesar de o discurso iluminista defender a universalidade da razão, diversos dispositivos discursivos e políticos foram se desenvolvendo no sentido de *segmentar a humanidade*. Na Europa, a *divisão de classe* se intensificava, com a reorganização social moderna recodificando a hierarquia feudal desde a apropriação privada das terras coletivas, processo de expropriação que a mentalidade iluminista depois codificou como "acumulação primitiva de capital", como denunciou Marx[3]. Entendia-se que a razão era universal, mas que, no entanto, nem todos podiam alcançá-la; essa aparente contradição foi essencial para concatenar o discurso iluminista que se propunha igualitário com as divisões sociais que se aprofundavam: outros povos, e também boa parte da população europeia, cujos corpos eram transformados de lavradores em operários[4], eram considerados pelo humanismo europeu como incapazes de atingir, pelo menos totalmente, o estatuto de humanidade. A *segmentação racialista* que se imputava à humanidade para explorar e violentar outros continentes produzia também subalternidade e condições de vida sub-humanas a certos grupos populacionais nas metrópoles; a divisão racializada proliferava através de vários "marcadores", o que mais tarde iria culminar no *racismo biológico* e na *teoria da degenerescência*.

> Com a Revolução Haitiana tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. [...] Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e do legado iluminista, o ciclo de morte e destruição do colonialismo e na escravidão possam operar simultaneamente como os fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a *classificação dos seres humanos* serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das *tecnologias do colonialismo* europeu para a destruição de povos nas Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2018, p. 22, grifo nosso).

Assim, percebe-se que, além do processo de fabricação dos sujeitos sexuados descrito por Foucault, a modernidade também operava a "fabricação dos sujeitos

[3] Cf. como o autor critica e debocha dessa categoria iluminista-liberal em "A assim chamada acumulação primitiva", in: MARX, 1996, p. 339 et seq..

[4] Cf. como esse ponto da teoria foucaultiana dialoga com o pensamento marxiano em "Os corpos dóceis", in: FOUCAULT, 1987, p. 162 et seq..

raciais" (MBEMBE, 2018, p. 47). Como coloca Achille Mbembe em *Crítica da razão negra*, "a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma *ficção útil*, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica" (p. 28, grifo nosso). O pensamento iluminista produzia "mitos destinados a fundamentar" a dominação política europeia ao redor do mundo, e um dos principais desses operadores epistêmicos de guerra foi o *mito da superioridade racial*, que considerava a Europa e as populações brancas "o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade" (p. 29).

Esse procedimento mitológico da dominação colonial funcionava como uma *expropriação epistêmica*, que se baseava na e aprofundava a distinção ontológica que a Europa construía entre si e "os outros" povos. Esse processo político-discursivo produz *ontologização* _ supondo que cada povo tem naturalmente sua própria *ontologia*, ou seu modo próprio de *ser*, quando essas separações e diferenças são produzidas performativa e historicamente. Essa secção ontológica colonialista é inerente à ideia de humanidade, e propaga uma narrativa que postula a Europa _ e a era "moderna" _ como local de nascimento de um conjunto de processos epistêmicos e políticos como "civilização", "progresso", "desenvolvimento", "direitos civis", "ciência", e mesmo "razão", "história" e "cultura". Porém, isso não passa de falseamento e apagamento histórico, que invisibiliza toda a história milenar de diversos povos, toda a produção intelectual e as tecnologias políticas que provinham de outros continentes. Além de ter proclamado inventar coisas que já existiam, essa mitologia eurocêntrica moderna também escondia que as formações de saber circulam, não estando estanques às imaginadas fronteiras políticas que separam "o ocidente" do "oriente" ou da "África".

Assim, também se desenvolveu política-discursivamente o *racismo epistêmico*, que produz desvalorização e apagamento da produção intelectual e tecnológica das populações racializadas. Esse processo é promovido por dispositivos de saber-poder, que articulam a dominação discursiva à dominação colonial. Dessa maneira, percebe-se que o racismo _ assim como o sexismo _ funciona como princípio ordenador das relações de poder em diversos campos sociais, passando pelas instituições políticas e também pelos dispositivos de saber. O racismo e o sexismo _ e, portanto, a "raça" e o "sexo" _ devem ser pensados como produções tecnológicas, que fazem parte do

"funcionamento das instituições", conferindo "desvantagens e privilégios" (ALMEIDA, 2018, p. 29) políticos e discursivos aos grupos populacionais diferenciadamente. As formações de saber-poder são instrumentalizadas e institucionalizadas pelos programas de dominação interseccional, contribuindo para o acúmulo de benefícios e privilégios para os homens brancos cis heteros ricos e para o acúmulo de precarização e objetificação para as pessoas racializadas, bem como para as mulheres, as dissidentes sexuais e as camadas trabalhadoras da população branca.

Como sintetiza Silvio Almeida,

> é no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se *sujeitos*, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (ALMEIDA, 2018, p. 30).

A valorização de certos saberes enquanto "científicos" é parte fundamental do processo de dominação, pois os discursos oficializados facilitam e mesmo promovem as conformações sociais exploratórias. É preciso atentar que operações discursivas institucionalizadas produzem e legitimam a organização social e os próprios termos dessa organização, cujos nomes e atributos são produtos da dominação discursiva; assim, a *hegemonia discursiva* é uma ferramenta necessária para o biopoder, para o capitalismo e para os regimes interseccionais de dominação.

4. JUDITH BUTLER E A PERFORMATIVIDADE DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS

A linguagem é investida do poder
de criar "o socialmente real"
Judith Butler (2017, p. 200)

Marcel Mauss falava em 1931 de *segmentações sociais*, percebendo que as sociedades são *multissegmentadas*[5] por diferentes categorizações, como "o grupo local" ou clã, a "divisão por sexos", a "divisão por idades" (MAUSS, 1972, p. 15, tradução nossa). Essa percepção concatenava diferentes questões, complexificando o debate antropo/sociológico de sua época, que focava mais na divisão por clãs ou no

[5] Tradução nossa para *polisegmentarias*, a partir de coletânea castelhana da obra de Mauss.

parentesco. Naquela época, a formação de saber-poder "ciência europeia" alocava *totalitariamente* nas posições de autoridade discursiva apenas homens brancos _ *supostamente heterossexuais e cisgênero* _, condição que só nas últimas décadas vem se afrouxando no "mundo ocidental" _ para uma *hegemonia*. Assim, sua formulação tinha certo "ineditismo" na academia, mesmo 80 anos após o discurso *Ain't I a woman?* de Sojourner Truth, que já trabalhava a multiplicidade e o imbricamento de diferentes códigos ordenadores sociais (cf. AKOTIRENE, 2018, pp. 20-21, 24) _ ineditismo construído politicamente, exemplo eloquente da *subalternização* e do *epistemicídio* que afeta a população negra, as mulheres e, especialmente, as mulheres negras.

Nas obras de Michel Foucault e Judith Butler, a crítica às estratégias do saber-poder mostram o imbricamento entre os discursos hegemonizados e a materialidade social exploratória. Assim, proponho o entendimento de uma *segmentação semântico-social*[6], considerando que *as desigualdades sociais são interdependentes dos discursos diferenciadores*. Não quero subestimar os aparatos teóricos economicistas e institucionalistas que analisam as relações sociais por vieses ortodoxos, que separam e hierarquizam "materialidade" de "discurso"; mas apontar sua insuficiência política quando naturalizam a importância social dada às relações econômicas como estruturalidade axiomática. Como coloca Foucault, a consideração marxiana do trabalho como essência do "homem" não passa de um operador epistêmico de axiomatização, semelhante à naturalização aristotélica do saber (cf. FOUCAULT, 2014, p. 3 et seq., especialmente p. 7) _ é preciso atentar que a dominação econômica capitalista *naturaliza* seu modo de produção exploratório, sua organização social hierárquica e desequitária.

É preciso reconhecer como os discursos naturalizados afetam a materialidade social, ou, dizendo de outra maneira, que os discursos têm sua própria existência material, pois funcionam como *agências* no campo social. Essa questão pode ser explorada através da teoria da *performatividade do discurso* desenvolvida por Judith Butler, que percebe como a linguagem limita a apreensão do social e dos corpos imersos na socialidade.

[6] Recupero a ideia de "segmentação" de Mauss a partir de "Micropolítica e segmentaridade", in: DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 76 et seq..

> *A linguagem sustenta o corpo*, não por trazê-lo à existência [...]; mais propriamente, é por ser *interpelada nos termos da linguagem* que certa *existência social do corpo* torna-se possível [...], torna-se acessível pela ocasião de uma abordagem, um chamado, uma interpelação que não "descobre" esse corpo, mas fundamentalmente o constitui (BUTLER, 1997, p. 5, tradução e grifo nossos).

Para Butler, os sujeitos "operam dentro de um campo linguístico de constrições possibilitantes"[7] (p. 15); os *entendimentos hegemônicos* constrangem as *existências sociais*. Mas essa constrição não é homogênea, é socialmente distribuída pelos *discursos diferenciadores* como o racismo, o colonialismo e o sexismo. Os temas do "gênero" são operacionalizados pela autora percebendo que a divisão sexual binária entre "mulher" e "homem" não é natural, e que a *codificação biológica* dessas categorias encobre ou "fetichiza"[8] seu processo de produção político-discursiva. Em *Problemas de gênero*, vê-se que a "naturalidade" dessas categorias é "constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas". Na trilha da genealogia foucaultiana, a autora expõe que categorias como "sexo, gênero e desejo" são "efeitos de uma formação específica de poder" (BUTLER, 2017, p. 9); as formações discursivo-políticas da medicina e das ciências psi operacionalizam essas categorias como se fossem "*origem* e *causa*" da identidade, quando são "*efeitos* de instituições, práticas e discursos" (p. 10).

> Para Foucault, o corpo não é 'sexuado' em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma 'ideia' de sexo natural ou essencial. O corpo só *ganha significado* no discurso no contexto das relações de poder. [...] Foucault compreende que a sexualidade produz o 'sexo' como um conceito artificial que efetivamente amplia e *mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese* (BUTLER, 2017, p. 162, grifo nosso).

Assim, a *genealogia da sexualidade* "trata o 'sexo' como *efeito* e não como origem" (p. 166). A diferença sexual e as categorizações que ela produz são construídas politicamente e são operacionalizadas como se fossem "aspectos necessários da identidade corporal" (p. 168), e isso porque funcionam como *efeito-instrumento* do biopoder. A *sexuação* _ divisão em sexos _ binária imposta aos corpos é considerada natural e necessária pois proporciona efeitos políticos: ela é necessária

[7] Tradução nossa; no original, "*enabling constraints*". Sobre essa noção, cf. pp. 2, 16.
[8] "Fetichizar" no sentido marxiano de *apagamento dos traços de produção*, a partir da noção de "fetichização da mercadoria".

para a divisão social dos indivíduos e das populações, a produção de segmentos distintos que são colocados em relação de poder; a identificação possibilita a diferenciação e a desequidade.

Paul Preciado aproveita as formulações de Butler e Foucault, solidificando algumas noções e levando-as a outros lugares. A partir dos entendimentos desenvolvidos na *História da sexualidade I*, Preciado percebe que esse deslocamento "da história natural" para a "história (artificial) da produção" que Foucault aplica sobre a sexuação dos corpos também pode ser aplicado para as relações sexuais e de reprodução (PRECIADO, 2014a, p. 98). Recolhendo outras fontes teóricas das *dissidências sexuais*, principalmente autoras do lesbianismo radical dos anos 1980, como Monique Wittig e Adrienne Rich, Preciado opera uma intensificação de princípios que aprofunda a proposta foucaultiana de desnaturalização da sexualidade.

O autor confronta a teoria foucaultiana de que *a sexualidade é um dispositivo de subjetivação* com a acepção da medicina patológica do século XIX de que *sexualidade é a regularidade do comportamento sexual*, aquilo que classificam em categorias como "homossexual" e "heterossexual". Para as teóricas da dissidência sexual, o comportamento sexual é condicionado por fatores sociais, e não "naturais", já que mesmo o que se entende por corpo é socialmente regulado: assim, *a heterossexualidade é um regime político*. Como coloca Preciado, "todos os animais humanos procriam de maneira *politicamente assistida*, a reprodução supõe sempre a coletivização ou posta em comum do material genético de um corpo através de uma *prática social* mais ou menos *regulada*" (PRECIADO, 2014b, tradução e grifo nossos).

Tanto o "desejo sexual" hétero quanto o entendimento de que *a reprodução é sempre heterossexual* são noções que são produzidas politicamente pelo saber médico: não são "descrições da natureza", mas *regulações biopolíticas* do comportamento dos corpos e das populações. Esse dispositivo naturalista e essencializante procura *fixar a sexualidade* dos corpos para melhor classificá-los e organizá-los socialmente, criando o entendimento de que existem "orientações sexuais"; assim, a sexualidade funciona também como um *fixador da identidade*, já que ela é tida como origem do comportamento e do corpo da pessoa.

Preciado também propõe uma intensificação da teoria de Butler entendendo que "A interpelação não é só *performativa*. Seus efeitos são *prostéticos*: faz corpo"

(PRECIADO, 2014a, p. 130, grifo nosso): o autor amplia a formulação de que a "realidade" social é linguisticamente produzida, percebendo que, nesse processo linguístico, efeitos de fixidez material são produzidos. Essa formulação é engendrada por Butler e Preciado a partir do pensamento de Monique Wittig, que proclama que a "mulher" é uma identidade construída politicamente, forjada no regime heterossexual: como coloca Butler, para Wittig a mulher "só existe como termo que estabiliza e consolida a relação binária e de oposição ao homem" (BUTLER, 2017, p. 196). Butler percebe em Wittig um aprofundamento do entendimento genealógico foucaultiano, que é acoplado a certos elementos de sua crítica literária: "Wittig compreende que categorias discursivas como 'sexo' são abstrações impostas à força ao campo social" (p. 198); ela "considera que o 'sexo' é *discursivamente produzido* e difundido por um *sistema de significações* opressivo para as mulheres, os gays e as lésbicas" (p. 197, grifo nosso). Nas palavras de Wittig:

> O sexo é tomado como um 'dado imediato', um 'dado sensível' ou 'características físicas' pertencentes à ordem natural. Mas o que acreditamos ser uma percepção física e direta é só uma construção mítica e sofisticada, uma 'forma imaginária' que reinterpreta as características físicas (em si mesmas tão neutras como outras, mas marcadas por um sistema social) *por meio da rede de relações em que são percebidas* (WITTIG apud BUTLER, 2017, p. 198, grifo nosso).

Assim, Wittig entende que a "mulher" não é um dado biológico da natureza, mas um *significado* que é um produto político das relações de poder e dominação do regime político heterossexual; por isso, ela proclama: *a lésbica não é uma mulher* (cf. BUTLER, 2017, p. 196). Preciado esmiúça a questão: a lésbica não é uma mulher "nem econômica, nem política, nem ideologicamente" (WITTIG apud PRECIADO, 2014a, p. 9). Aqui se pode ver um rastro do método *micropolítico* de interpretação das condições de dominação: a "mulher" não é entendida por uma pretensa essência, mas como *termo* operante nos sistemas políticos e econômicos que lhe dão a *condição* social e discursiva de mulher. Em Wittig já se desenvolvia o entendimento da operância da linguagem como formadora da "realidade" social, que se vê esmiuçar em Butler; eu diria que os corpos são *semantizados* para funcionarem como "termos operantes" em *sintaxes sociais* produzidas pelos programas de dominação. Como conclui Butler, a partir do pensamento de Wittig,

> A linguagem é investida do poder de criar 'o socialmente real' por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes. [...] Para ela, a linguagem é um conjunto

> de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como 'fatos'. Considerada coletivamente, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. A 'nomeação' do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social (BUTLER, 2017, p. 200).

Em *Mil platôs* também há um conceito que entende a produção da identidade como efeito dos regimes de dominação; é a *rostidade*: "determinados agenciamentos de poder têm necessidade de produção de rosto" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 38).

> São *agenciamentos de poder bastante particulares que impõem a significância e a subjetivação* como sua forma de expressão [...]: não há significância sem um agenciamento despótico, não há subjetivação sem um agenciamento autoritário, não há mixagem dos dois sem agenciamentos de poder que agem precisamente por significantes, e se exercem sobre almas ou sujeitos (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 44).

Os programas colonialistas e demais regimes de dominação têm a necessidade de produzir as sexualizações, as racializações, enquanto *generificações*, processos de nomeação e classificação dos corpos e das populações, produzindo seus "significados" sociais. Isso constrói fixidez e essencialização às "identidades", o que possibilita que os corpos sejam codificados, reduzidos a "marcadores identitários", e assim possam ser operados através dos dispositivos de *diferenciação semântica* para produzir a *segmentação social*. Dessa maneira, processos de *rostificação* ou *identificação* como os de sexualização e racialização são componentes centrais para os programas de dominação operarem suas economias sociais diferenciadoras e desequitárias.

> Inumanidade do rosto. O rosto jamais supõe um significante ou um sujeito prévios. A ordem é completamente diferente: agenciamento concreto de poder despótico e autoritário → desencadeamento da máquina abstrata de rostidade [...]. É por isso que não cessamos de considerar dois problemas [...]: a relação do rosto com a máquina abstrata que o produz; a relação do rosto com os agenciamentos de poder que necessitam dessa produção social (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45).

Portanto, através das teorias pós-estruturalistas, considero as subjetividades-corpo, as identidades, como produtos sociais, analisáveis em dois aspectos: em sua produção pelos discursos hegemonizados, e em sua operatividade nas organizações sociais hierárquicas e exploratórias.

Por fim, é preciso fazer algumas ressalvas metodológicas a partir do pensamento butleriano sobre o funcionamento dos dispositivos político-discursivos de dominação, bem como sobre as teorias que os abordam. Os discursos hegemonizados e heterogêneos que compõem os dispositivos da sexualidade, da racialidade ou da colonialidade produzem performativamente as categorizações que nomeiam os grupos populacionais sexualizados, racializados e colonizados. Para Butler (1997), um discurso não tem a capacidade de ser constativo, ou seja, constatar e enunciar uma verdade objetiva inerente à realidade; os discursos são sempre performativos, pois são os próprios atos enunciativos, em repetição, que produzem as territorializações categóricas que a linguagem opera para "descrever" o mundo. As formações de saber-poder hegemonizadas sancionam os discursos normalizados sobre a sociedade, conduzindo o entendimento sobre os grupos sociais que são objetos desses discursos, como mostra Said quando diz que o dispositivo orientalista constrói a imagem do que seria o "oriente"; ou Wittig e Foucault quando falam da construção médico-moral da subjetividade-corpo da "mulher" e do "homossexual"; ou ainda Mbembe quando fala da produção biopolítica-colonial do "negro".

Assim, deve-se considerar o caráter eminentemente político _ e, portanto, arbitrário, histórico, instável e não objetivo _ da nomeação de categoriais sociais. A nomeação procura produzir fixidez às posições sociais; assim, é indispensável às dominações políticas o dispositivo discursivo de nomeação e descrição dos grupos populacionais dominados, para sua organização social biopolítica. No entanto, é preciso aplicar esse entendimento também na situação política inversa: quando saberes críticos e contra-hegemônicos denunciam os regimes de dominação ("colonialismo", "supremacia masculina", etc.), bem como os grupos populacionais beneficiários da ordenação social desequitária ("brancos", "cisgêneros", etc.), é também uma tática discursiva performativa que opera.

Esse procedimento político-discursivo de "nomear a norma" defendido por Jota Mombaça, como citado anteriormente, pretende desfazer o conforto ontológico da não-nomeação que invisibiliza nos discursos hegemônicos tanto as estratégias de dominação quanto as posições sociais privilegiadas, naturalizando-as. Assim, o ato de nomear os regimes de dominação e os grupos privilegiados é uma operação política-discursiva, inversa à nomeação hegemônica dos grupos precarizados.

Inversa, mas não simétrica: os discursos hegemonizados estão atrelados a amplos regimes de dominação, normalizados e institucionalizados, que distribuem a desequidade social através de estratégias macropolíticas que orientam táticas micropolíticas; já a nomeação crítica dos regimes de dominação parte de saberes subalternizados historicamente, de grupos populacionais precarizados epistemicamente, procurando construir discursos que descrevem, analisam e atuam contra a desequidade social e epistêmica.

Operar essa nomeação dos grupos sociais *privilegiados ou beneficiados* pela ordenação social interseccionalmente hierarquizada não pretende tomá-los como essenciais, estáveis ou prévios a esta organização, mas dar um pouco mais de territorialidade discursiva aos grupos que, construídos pelos discursos hegemonizados como “normais” ou “neutros”, acabam tendo uma localização social pouco marcada ou invisibilizada, enquanto os grupos precarizados são sobre-marcados. Esse esquadrinhamento teórico das subjetividades-corpo normativas pode promover certas linhas teóricas a serem exploradas, proporcionando a análise de quais são as máquinas sociais que promovem os códigos hierarquizantes, e quais são os grupos populacionais que se beneficiam dessas ordenações sociais desequitárias, já que os estudos sobre as opressões costumam focar apenas nos grupos populacionais precarizados por esses códigos hierarquizantes.

Dessa maneira, a tática política-discursiva de “nomear a norma” tem a pertinência estratégica de possibilitar uma territorialização categórica dos regimes de ordenação social interseccionados, com fins de uma análise teórica atrelada à movimentação política emancipatória _ assim como os saberes hegemonizados também não escapam à sua localização e funcionalidade política. Há certos limites analíticos impostos por essa “essencialização estratégica” discursiva de falar sobre “as categorias privilegiadas”, ao se compor uma descrição social que privilegia efeitos sociais sistêmicos dos regimes de dominação, tirando certo destaque, momentaneamente, das microrrelações de poder que os materializam; portanto, deve-se salientar a inextricabilidade entre regimes de poder amplos e manifestações locais.

Além disso, o pensamento butleriano permite perceber outros limites dessa estratégia de territorialização das subjetividades normativas: os discursos da dominação não são exatamente sobrepostos aos grupos privilegiados, uma vez que

são reproduzidos também entre os grupos precarizados. Por outro lado, os discursos hegemonizados não têm a capacidade de afetarem totalitariamente a organização social, pois correm sempre o risco de não se efetivarem localmente, de terem suas reiterações *subvertidas*. Outro ponto importante trazido por Butler (1997) é que os discursos hegemônicos e precarizantes não são necessariamente reproduzidos em termos explícitos, voluntários, conscientes ou interessados. A autora ressalta que uma pessoa que enuncia um discurso de ódio não é a origem de tal discurso, visto que as agências sociais são mediadas pelas institucionalizações e iterações da linguagem. Desconsiderando uma noção individualista de "culpa", Butler propõe uma noção de responsabilidade: mesmo que as categorias populacionais privilegiadas também sejam produzidas performaticamente pelas formações discursivas e sociais hierarquizantes, seria possível e necessário fomentar o reconhecimento da *responsabilidade* das pessoas e grupos que são beneficiados pela operação dos regimes de dominação interseccionados, ressaltando sua corresponsabilidade na manutenção da desequidade.

Reconhecendo certos limites analíticos e a incompletude de qualquer tática teórica, procura-se perceber as constrições possibilitantes (cf. BUTLER, 1997, p. 15) advindas de tal estratégia de territorialização categórica dos grupos privilegiados. Essa estratégia analítica corresponde a fins teóricos de uma autoria que não pretende escapar ou dissimular suas posições políticas situadas, buscando fomentar o debate teórico ligado aos movimentos sociais. Assim, este artigo traz uma interpretação teórica herdeira da "história do presente" que propõe Foucault (2017), imbricando o estudo teórico-histórico ao reconhecimento de necessidades políticas e sociais atuais, que são produzidas pelas tecnologias de dominação discursiva, entre outras tecnologias de dominação em operação.

5. CONCLUSÃO: DISCURSIVIDADE E INTERSECCIONALIDADE DA DOMINAÇÃO

Este artigo pretendeu fazer um exercício teórico de interesse interseccional ao articular noções dos estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade. O principal aspecto ressaltado em tais teorias foi o das *tecnologias discursivas* de produção da diferenciação populacional, aspecto político-discursivo da organização

social que prejudica as populações colonizadas, racializadas e sexualizadas. As teorias pós-estruturalistas sobre as relações de saber-poder e a produção discursiva da subjetivação podem ser apropriadas para o debate sobre a interseccionalidade dos regimes de dominação.

A metodologia interseccional, desenvolvida pelo feminismo negro, traz a importância de considerar um sistema integrado de diversos regimes de dominação. Carla Akotirene desenvolve em *O que é interseccionalidade?* a concepção de "inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo[, que] está localizada no arcabouço teórico feminista negro" (AKOTIRENE, 2018, p. 46). Segundo a autora, a categoria analítica "interseccionalidade" foi criada por Kimberlé Crenshaw em 1989 (p. 53), mas o princípio de *imbricamento das opressões* já estava sendo desenvolvido no trabalho de outras intelectuais negras, como nos anos 1980 nas obras de Lélia Gonzalez e de Angela Davis (p. 29), e já nos discursos de Sojourner Truth nos anos 1850, como anteriormente citado.

A autora salienta que a metodologia interseccional buscava valorizar a perspectiva das mulheres negras, "cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista" (p. 13). A partir da percepção de que os regimes de dominação interseccionados afetam prejudicialmente as mulheres negras, é possível reconhecer que essa organização política interseccional afeta toda a sociedade, organizando e distribuindo também as posições de privilégio social e epistêmico. Assim, Akotirene afirma a importância histórica e atual de reconhecer o imbricamento político e funcional desses diferentes regimes de dominação: "Necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade" (p. 46).

> A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado _ produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo *cruzamento e sobreposição* de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (...) Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Assim, como coloca também Anne McClintock (2010), teorias sobre a socialidade que considerem apenas separadamente o classismo, o colonialismo, a racialidade ou a sexualidade, estão vulneráveis a apresentarem insuficiências epistêmicas e incapacidades de afecção social. O classismo, a colonialidade, a racialidade e a sexualidade são sistemas de classificação social que operam conjuntamente, distribuindo localizações sociais diferenciadas orientadas por diversos códigos "de uma vez". O feminismo negro atentou para essa inextricabilidade do racismo e do sexismo pois baseia-se nas experiências de vida das mulheres negras, que sofrem consequências precarizantes orientadas pelos dois regimes de dominação. No entanto, todas as secções sociais são condicionadas por esse regime interseccionado de produção e organização dos corpos e das subjetividades: os homens brancos, por exemplo, também são afetados pelos regimes de diferenciação social, que produzem seus privilégios.

A metodologia interseccional no campo teórico também pode ser desenvolvida a partir da análise e comparação de teorias sociais que levam em conta apenas um ou alguns dos códigos ordenadores sociais. Os estudos que abordam apenas o colonialismo, ou o racismo, ou o sexismo, apesar de possuírem escopo "menor", produzem valiosas contribuições à teoria social e à militância dos grupos precarizados e subalternizados. Porém, o principal problema desses estudos seccionais é a possibilidade de reproduzir as opressões que não problematizam. Assim, a ainda atual hegemonia das teorias economicistas e institucionalistas nos estudos sociais é danosa por não levar em conta nem os aspectos interseccionais, nem os aspectos das múltiplas relações de poder apontados pelo pós-estruturalismo; isso promove concepções até mesmo ingênuas sobre o funcionamento das relações de dominação, por negligenciar diversos campos políticos de suas operações, naturalizando-os.

Assim, pretendi resgatar noções teóricas pós-estruturalistas, mostrando sua capacidade de articularem-se aos estudos sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade. A teoria pós-estruturalista não só pode ser útil a essas teorias e movimentos sociais, como já exerce historicamente influências sobre algumas de suas formulações, como nos trabalhos de Said, Mbembe e Butler. A noção de afecção social dos discursos hegemonizados, apresentada nessas correntes, é ainda pouco explorada nos movimentos acadêmicos e sociais, sendo coibida e combatida por

movimentos ortodoxos. No entanto, o tema da discursividade da dominação mostra-se deveras produtivo para um entendimento mais amplo e profundo das relações sociais hierárquicas e exploratórias. A desnaturalização das formações de saber, dos discursos tomados como verdadeiros e das identidades sociais é fundamental para não reproduzir as estruturas narrativas das dominações hegemonizadas.

Trazendo os debates foucaultianos sobre a micropolítica e o saber-poder para uma perspectiva interseccional, é possível estabelecer comparações entre estudos seccionais sobre a colonialidade, a racialidade e a sexualidade, percebendo as continuidades estratégicas, táticas e efetivas dos regimes de dominação seccionais, entre elas, a dominação discursiva e a discursividade da dominação. Reconhecer a interseccionalidade da dominação e da precarização social e discursiva permite uma comunicação entre os estudos dos diferentes, mas imbricados, códigos ordenadores sociais.

Assim, certos entendimentos teórico-políticos explorados pelas correntes pós-coloniais podem ser apropriados, desde que mediados por um crivo social e histórico, para potencializar os estudos teóricos e as ações políticas no que tange aos temas da racialidade, da sexualidade e do gênero. Isso é percebido em certas formulações das correntes decoloniais que, por exemplo, enunciam a dominação de gênero como uma "colonialidade de gênero", percebendo que a dominação interseccional e as dominações seccionais reproduzem operações e efeitos semelhantes às precarizações impostas por uma "colonialidade" em sentido mais específico. A teoria interseccional do feminismo negro e estudos como o de McClintock mostram como, no limite, não existe uma dominação seccional que esteja estritamente separada ou não envolvida com as outras: há sempre uma operação conjunta dos regimes político-discursivos do colonialismo, do racismo, do sexismo e do capitalismo enquanto tecnologias de subjetivação populacional e ordenação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 (1990).

_____. Excitable Speech: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, fevereiro de 2006. São Paulo: ANPOCS, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996 (1980).

FOUCAULT, Michel. Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1972 (1966).

_____. Aulas sobre a vontade de saber. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014 (1970-1971).

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987 (1975).

_____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (1975-1976).

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999 (1976).

_____. Microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2017 (1979).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. In: Os economistas: Karl Marx. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MAUSS, Marcel. La cohesión social en las sociedades polisegmentarias. In: Sociedad y ciencias sociales – Obras III. Barcelona: Barral Editores, 1972 (1931).

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018 (2013).

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 (1995).

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

PRECIADO, Paul. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014a (2000).

_____. Testo Yonqui. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. Procreación políticamente asistida. Parole de queer, 15 de Maio de 2014. Disponível em: http://paroledequeer.blogspot.com/2014/04/ procreacion-politicamente-asistida-por.html. Acesso em 02/10/2018. 2014b.

_____. O feminismo não é um humanismo. O Povo Online, 24 de Novembro de 2014. Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/colunas/ filosofiapop/2014/11/24/noticiasfilosofiapop,3352134/o-feminismo-nao-e-um-humanismo.shtml. Acesso em 16/08/2018. 2014c.

RIOS, Flávia. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). Sociedade e Cultura, v. 12, n. 02, julho/dezembro de 2009. Goiânia: Editora UFG, 2009.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 1990 (1978).

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (1985).

ENTRE AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS:

imaginários sociais, representações midiáticas e jornalismo na Amazônia

Rafael de Figueiredo Lopes[1]

RESUMO:

No artigo apresenta-se uma revisão bibliográfica e histórica acerca de imaginários sociais e representações midiáticas sobre a Amazônia. Enfoca-se inter-relações entre aspectos socioculturais, ambientais e comunicacionais, observando como esse processo agencia atores sociais e interesses específicos na mídia amazonense. Trata-se de um estudo exploratório, com embasamento no pensamento pós-colonial, à luz da sociologia das ausências e emergências, com base em Boaventura de Sousa Santos, em diálogo interdisciplinar com aportes das ciências sociais, comunicação e jornalismo. Sugere-se a urgência de uma discussão jornalística mais crítica em relação à realidade bio-sociocultural amazônica que, ao contrário do se propaga pelo senso comum, não está em descompasso com a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Processos Socioculturais – Sociologia das Ausências e Emergências – Comunicação – Jornalismo na Amazônia.

ABSTRACT:

This paper presents a bibliographical and historical review about social imaginaries and media representations about the Amazon. It focuses on interrelations between socio-cultural, environmental and communicational aspects, observing how this process organizes social actors and specific interests in the Amazonian media. It is an exploratory study, based on postcolonial thought, in the light of the sociology of absences and emergencies, based on Boaventura de Sousa Santos, in a dialogue with contributions from the social sciences, communication and journalism. It is suggested the urgency of a more critical discussion regarding the Amazon bio-sociocultural reality that, contrary to the propagation of common sense, is not in disagreement with contemporary society.

Keywords: Socio-cultural Processes – Sociology of Absences and Emergencies – Communication – Journalism in the Amazon.

RESUMEN:

En el artículo se presenta una revisión bibliográfica e histórica acerca de imaginarios sociales y representaciones mediáticas sobre la Amazonia. Enfoca

[1] Professor no Curso de Comunicação Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, da Universidade Federal do Amazonas em Parintins (ICSEZ/UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq). E-mail: rafa.lopes.7682@gmail.com.

interrelaciones entre aspectos socioculturales, ambientales y comunicacionales, observando como ese proceso actúa actores sociales e intereses específicos en los medios amazónicos. Se trata de un estudio exploratorio, con base en el pensamiento poscolonial, a la luz de la sociología de las ausencias y emergencias, con base en Boaventura de Sousa Santos, en diálogo con aportes de las ciencias sociales, comunicación y periodismo. Se sugiere la urgencia de una discusión más crítica en relación a la realidad bio-sociocultural amazónica que, al contrario de lo propaga por el sentido común, no está en descompás con la sociedad contemporánea.

Palabras clave: Procesos Socioculturales – Sociología de las Ausencias y Emergencias – la comunicación – Periodismo en la Amazonia.

INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos uma revisão bibliográfica e histórica acerca de imaginários sociais, representações midiáticas e jornalismo na Amazônia, com foco na imprensa do Amazonas. Apontamos inter-relações e interdependências entre aspectos socioculturais, ambientais e comunicacionais na construção da mídia amazonense, observando como esse processo agencia atores sociais e interesses específicos. A discussão articula-se pela perspectiva dos estudos pós-coloniais[2], à luz de Boaventura de Sousa Santos, com a proposição da sociologia das ausências (experiências sociais) e da sociologia das emergências (expectativas sociais).

Trata-se de um trabalho de cunho exploratório, portanto, não há a aplicação de uma estratégia metodológica focada na obtenção de dados conclusivos ou na configuração de categorias tipológicas para serem analisadas e explicadas. Desse modo, o que apresentamos é uma possibilidade de leitura sobre o tema proposto, com base em aportes teóricos que tratam de ciências sociais, comunicação e jornalismo.

Partimos da premissa que as representações sobre a Amazônia na mídia são construções socioculturais que se cristalizaram no processo histórico em função da imposição de imaginários e interesses hegemônicos, erigidos sobretudo pelo poder

[2] Não há sistematização de uma teoria pós-colonial, entretanto, a partir de Chomsky (2013), Hall (2002), Santos (2006) e Santos e Meneses (2010), podemos compreender o pós-colonial como um campo de estudo configurado por várias perspectivas críticas à imposição vertical de relações de poder econômico, político, cultural e cognitivo. Portanto, são visões que propõem a construção de epistemologias descolonizadas, a fim de fazer emergir outros paradigmas teóricos e metodológicos para a compreensão da realidade sociocultural, superando as ideologias hegemônicas que ainda sustentam a maior parte dos estudos científicos e do entendimento sobre o mundo.

político-econômico (PINTO, 2006). São configurações que, normalmente, invisibilizam ou menosprezam outros sujeitos sociais envolvidos, especialmente as populações tradicionais, tais como as comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas.

Compreendemos o imaginário como um conjunto de relações que se constrói no coletivo social, por meio de forças ideológicas, memórias afetivas, experiências culturais, percepções de sujeitos sociais sobre si próprios e na sua inter-relação com outros membros de uma coletividade. Assim, as sociedades estabelecem identidades, ideologias, aspirações, medos esperanças e organizam visões de mundo. Nesse sentido, o imaginário se constrói com base em experiências empíricas, mas não é apenas uma cópia do "real". Também pode ser a ressignificação dessa "realidade", em função dos sistemas simbólicos que permeiam as intersubjetividades da construção de imaginários (CASTORIADIS, 1982).

Conforme Silva (1999), a Amazônia está no imaginário universal e configura-se a partir de inúmeros sentidos, construídos desde percepções sobre a vastidão de floresta, água e espécies animais; no emaranhado de lutas entre nativos e conquistadores; nos meandros do colonialismo, do imperialismo, do globalismo. Está entre a realidade prosaica e as interrogações míticas que se espraiam pelo senso comum a partir das construções do passado e do presente, pela visão de colonizadores, viajantes, geógrafos, historiadores, poetas e tantos outros agentes sociais que (re)elaboram a região para significá-la/representá-la desde suas origens, transformações, promessas e frustrações.

Do ponto de vista comunicacional e semiótico, de acordo com Santaella (2003), o ser humano só concebe o mundo porque de alguma forma o representa e, consequentemente, só interpreta tal representação por meio de outra representação. Esse processo, pode ser gerado a partir de imagens mentais ou palpáveis, pelo gestual, por ações, sons, palavras, sentimentos etc. Desse modo, as relações entre os sujeitos e os contextos socioculturais, ambientais e tecnológicos, configurarão diferentes possibilidades de representação dos seus imaginários.

Sendo assim, diante das possíveis ausências produzidas na mídia, em função da propagação de imaginários limitados e suas representações focadas no exotismo, especialmente no noticiário jornalístico, propomos um olhar sobre aspectos históricos relacionados à imprensa amazonense. Tanto no âmbito da comunicação quanto das

ciências sociais este debate é pertinente, pois o jornalismo praticado pelos grandes grupos de mídia tem seu modelo editorial voltado para atender às demandas de produção, espetacularização e lucratividade das empresas. Assim, pode desviar-se de seu compromisso social, ético e de reflexão crítica, produzindo e disseminando valores e visões de mundo homogeneizantes, a partir do ponto de vista de elites político-econômicas.

CONTEXTO: DE QUE AMAZÔNIA ESTAMOS TRATANDO?

A Amazônia são várias e, neste artigo, não iremos nos aprofundar em suas especificidades e diversidade bio-sociocultural, pois não é o foco da discussão. Optamos por transitar numa atmosfera de impressões gerais, tendo como referência representações socioculturais construídas no processo histórico e costumeiramente transpostas na mídia. Contudo, salientamos que é impossível lançar uma única perspectiva de compreensão sobre esta região com 7,8 milhões de km², que perpassa por nove países da América do Sul[3] e apresenta variadas paisagens naturais e complexos arranjos sociais, culturais e econômicos, decorrentes de diferentes formas de ocupação no processo histórico.

A Pan-Amazônia, com mais de 34 milhões de habitantes e cerca de 350 povos indígenas, descortina-se na maior floresta tropical, biodiversidade e bacia hidrográfica do planeta, sem contar nas jazidas minerais e valiosos recursos vegetais e animais que sempre despertaram a cobiça e aceleraram atividades exploratórias-predatórias. Portanto, um lugar de importância global para a biodiversidade e a economia (WANDERLEY, 2018). No Brasil, a região é denominada de Amazônia Legal, ocupa cerca de 60% do território e concentra menos de 10% da população brasileira. Estende-se pelos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e parte do Mato Grosso, o que corresponde a sete vezes o tamanho da França (IBGE, 2018).

Com o foco em tantos superlativos ambientais, desde a chegada dos europeus, percebe-se que as populações amazônicas e suas culturas foram relegados a categorias inferiores, conforme Vianna (2008). No processo histórico, esta construção

[3] A Pan-Amazônia compreende áreas territoriais do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (WANDERLEY, 2018).

ideológica limitadora, produzida pelos interesses das elites, foi acentuando desigualdades, invisibilizando culturas, dizimando povos, silenciando línguas, desmitificando crenças e homogeneizando complexidades. Consequentemente, estigmatizando a região e seus habitantes (VIANNA, 2008).

A Amazônia se configura por multiplicidades bio-socioculturais. Nesse sentido, a referência à "Amazônia" neste texto pode parecer reducionista, já que o enfoque é na reconstituição histórica da imprensa no Amazonas. Mas, não estamos sustentando uma simplificação de contextos da diversidade, pois tal proposição baseia-se no pensamento complexo (MORIN, 2005; 2010). Para isto, consideramos alguns princípios propostos por Morin (2005, p. 74): o dialógico, o recursivo e o hologramático. Conforme o autor, "o princípio dialógico nos permite manter a dualidade no seio da unidade", sendo possível associar termos, ideias ou conceitos que podem ser ao mesmo tempo complementares, antagônicos, concorrentes, integrados, ou desintegrados. Permite assumir racionalmente diferentes noções (mas, indissociáveis numa mesma realidade) para conceber um mesmo fenômeno complexo e contribuir para a organização ou compreensão do seu contexto mais amplo. Já o "processo recursivo é onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz". Ainda conforme o autor, os sujeitos humanos produzem a sociedade, mas a sociedade produz a humanidade dos sujeitos conduzindo-lhes a cultura e a linguagem, assim "não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte. O princípio hologramático está presente no mundo biológico e no mundo sociológico". Nesse sentido, da ideia de parte/todo/todo/parte, "a própria ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que está ligada, em parte, à ideia dialógica" (MORIN, 2005, p. 74-75). Portanto, em função disso, a referência à Amazônia ou ao Amazonas expressa-se na perspectiva das inter-relações.

Sendo assim, nesta discussão concebemos a Amazônia como construção simbólica, em suas dimensões socioculturais, ambientais e comunicacionais. Assim, os imaginários e notícias sobre a região manifestam-se na articulação de múltiplos conjuntos inter-relacionais, configurados por um "ecossistema comunicacional"[4]

[4] Conforme Colferai (2014), a proposição dos Ecossistemas Comunicacionais não se apresenta como uma nova teoria da comunicação, mas como uma possibilidade aberta ou perspectiva interdisciplinar de compreender fenômenos comunicacionais nas multiplicidades que atravessam o ser

(COLFERAI, 2014). Esta sistematização ocorre por meio de relações socioculturais, que se ressignificam constantemente em fluxos comunicacionais, no decorrer das transformações sociais no tempo e no espaço. Ou seja, os processos comunicacionais - ao mesmo tempo em que são tecidos - tecem redes e processos de inter-relações e interdependências socioculturais.

DELINEAMENTO CONCEITUAL: SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

Santos (2002) salienta que a compreensão do mundo transcende a compreensão ocidental do mundo, que cria e legitima o poder social pelo prisma colonialista e imperialista. Assim, propõe uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental (a razão indolente) em busca de uma razão cosmopolita, articulada por três procedimentos sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

Portanto, a razão cosmopolita representa uma transição que privilegia a ecologia entre os saberes, incluindo saberes não científicos e não filosóficos que continuam apartados dos debates sobre a produção de conhecimentos e sentidos. Ao invés de propor uma teoria geral propõe um processo de tradução que seja capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis. Assim, expandindo o presente (sociologia das ausências) e contraindo o futuro (sociologia das emergências) é possível ampliar a possibilidade de criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar experiências e ações que são invisibilizadas na sociedade.

Para começar o processo de reversão deste cenário, Santos (2002) propõe pensar a partir da ideia da sociologia das ausências, que reflete sobre experiências e

---

humano, a natureza e as tecnologias da comunicação e informação. Ao tratar das inter-relações e interdependências entre o contexto sociocultural, o ambiente e a tecnologia, esta abordagem considera a corporeidade das relações e as subjetividades acionadas em sociedade, tomando-as como instâncias inseparáveis amplificadas pelas tecnologias que estendem as inervações humanas para além dos limites corpóreos. Neste sentido, as vivências de populações tradicionais da Amazônia, que se relacionam com o ambiente de maneiras diversas das ocidentais, são o ponto de contato entre o conceito e as práticas cotidianas: a Amazônia, por ser uma das porções do planeta onde se percebe claramente as recursivas relações entre ser humano, natureza e – pela crescente presença – tecnologias da comunicação e informação, torna-se metáfora explicativa do Ecossistema Comunicacional.

maneiras de ser, estar e compreender o mundo que são subtraídas dos sistemas hegemônicos de validação social. A sociologia das ausências questiona os motivos de concepções excludentes terem obtido primazia na sociedade e também visa identificar modos de confrontar e superar a concepção de totalidade e racionalidade metonímica que sustenta os modelos hegemônicos, assim como outras vertentes sociológicas críticas discorrem sobre a problemática, como os estudos culturais. Contudo, Santos (2002) acredita que a sociologia das ausências é mais transgressiva ao surgir como alternativa epistemológica que subverte à própria lógica que constituiu as ciências sociais convencionais, pois a sua objetividade é dependente da qualidade da sua dimensão subjetiva.

Acreditamos, assim, ser possível compreender melhor a relação entre produção midiática e propagação de imaginários limitados sobre a Amazônia. Nesse sentido, é possível propor a transformação das ausências em presenças, ao discutirmos como a região é pautada e representada nos meios de comunicação, em como as temáticas são abordados, de que maneira são estabelecidas relações entre atores sociais envolvidos, bem como as percepções e os sentidos configurados neste contexto. Ou seja, buscar compreender inter-relações e interdependências sobre o que é enfatizado e o que é invisibilizado ou subalternizado na cobertura noticiosa, pois "há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível (SANTOS, 2002, p. 246).

A discussão a partir da ideia da sociologia das ausências nos leva à reflexão sobre a sociologia das emergências. De acordo com Santos (2002, p. 256) "enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta".

Nesse sentido, é possível tentar combater as negligências por meio de uma relação de equilíbrio entre experiências e expectativas sociais propondo novos caminhos emancipatórios. Estes, inclusive podem indicar novas possibilidades sustentáveis para a discussão do papel do jornalismo no futuro, ainda mais quando consideramos a discussão da construção sociocultural de percepções sobre a Amazônia.

Entendemos que abordagens ou intervenções jornalísticas com propostas emancipatórias e maior engajamento na discussão amplificada sobre o contexto das notícias talvez não sejam possíveis na imprensa de referência, mas podem ser pensadas e produzidas por meios alternativos, a partir da reflexão crítica sobre o material veiculado na grande imprensa, ao identificarmos as ausências e emergências implícitas ou explícitas em suas coberturas.

Assim, ao refletirmos sobre a sociologia das ausências e emergências, chegamos ao trabalho de tradução proposto por Santos (2002). Conforme o autor, o pensamento pós-colonial tem o desafio da desconstrução, que consiste em identificar resíduos eurocêntricos herdados do colonialismo ainda presentes nos mais diversos setores da sociedade (leis, educação, política, cultura etc.). E, a partir daí reconstruir possibilidades socioculturais que foram interrompidas ou estão marginalizadas. Nesse sentido, o trabalho de tradução procura fazer o duplo movimento de captar a relação hegemônica entre as experiências subalternizadas e amplificar tais experiências para além das relações de dominação.

O JORNALISMO COMO UMA FORMA DE CONHECIMENTO E MEDIAÇÃO SOCIOCULTURAL

O jornalismo pode ser entendido como uma construção discursiva encadeada a partir de interpretações sobre fatos e acontecimentos sociais produzindo determinadas perspectivas sobre a realidade. Contudo, conforme Traquina (2005, p. 169), “o paradigma das notícias como construção não implica que as notícias sejam ficção”. Desse modo, ao construir notícias, o jornalismo reelabora e reproduz, por meio de suas técnicas e linguagem próprias, informações dos mais diversos campos de saberes e conhecimentos institucionalizados.

Conforme Meditsch (2002) é uma atividade focada no real, especialmente no factual imediato, operando no campo lógico do senso comum e condicionada pelos contextos de sua produção. Consequentemente, retrata aspectos gerais de um sistema cultural em dado espaço e período sócio histórico, expressando uma determinada identidade naquele dado contexto (HALL, 2002). A matéria prima do jornalismo é a informação. Esta é um bem valioso e quem a tem geralmente detém o poder. Em modelos hegemônicos da produção de notícias, a veiculação do discurso

jornalístico está imbricado nas rotinas das empresas de comunicação e suas linhas editoriais, metas financeiras e inclinações políticas (CHOMSKY, 2013).

Pena (2012), que critica as regulamentações de políticas neoliberais que propiciam a multiplicação e a concentração de poder dos oligopólios empresariais de comunicação (como detentores da enunciação e difusão de informações e conteúdos culturais), diz que a interferência e controle dos governos e das elites econômicas ocorre desde as gazetas[5] italianas do século XVI e seus informes de interesse mercantil, nos primórdios da atividade jornalística, até os megaconglomerados de mídia global do século XXI, em que o jornalismo é apenas uma de suas atividades.

> O desenvolvimento dos canais de informação está sempre atrelado a interesses econômicos ou políticos. Na maioria das vezes, os dois juntos. Como quase tudo na sociedade ocidental. Foi assim com o telégrafo, criado para proteger as ferrovias americanas no século XIX e também com o rádio, usado estrategicamente durante a Primeira Guerra Mundial. Foi assim com o próprio jornalismo. [...] Em seu código genético não encontramos um serviço público, mas sim um comércio de notícias (PENA, 2012, p. 33-34).

Além dos aspectos mercadológicos e técnicos dos "negócios jornalísticos", os profissionais da imprensa e suas formas de abordagem integram uma sistemática que tem como objetivo atingir ou comunicar ao público. Nesse processo há desde aspectos "éticos e deontológicos"[6] que balizam os preceitos do exercício profissional até questões subjetivas, como preferências e simpatias de cada jornalista, bem como a formação intelectual, experiência prática, pressões editoriais entre outros aspectos (TRAQUINA, 2005).

---

[5] O nome gazeta vem do italiano *gazzete* que era a moeda utilizada na região de Veneza no século XVI. Nessa época os periódicos de quatro páginas custavam uma moeda (uma gazeta).

[6] O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Está em vigor desde 1987 e foi atualizado em 2007, a partir das colaborações de sindicatos, professores e jornalistas, por meio de uma consulta pública organizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Dentre outros aspectos, o Código de Ética dos Jornalistas trata da liberdade de imprensa, conduta profissional, responsabilidades e deveres. Cabe salientar que a ética jornalística deve ser compreendida como um conjunto de aspectos morais do jornalista e uma obrigação prática profissional baseada na livre ação da pessoa e do seu carácter moral e bom senso. Já a deontologia jornalística diz respeito a um conjunto de regras e obrigações que se exigem do profissional, determinando o jornalista e a sua profissão através de Códigos Deontológicos, ou seja, conjunto de regras e princípios que regem a conduta de um profissional, estudando os deveres que determinam a sua profissão. Sendo assim, percebe-se que no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros contempla-se a observância e prática constante entre a ética e a deontologia jornalística (KARAM, 2014).

Conforme Traquina (2005), os processos institucionais, técnicos e socioculturais da produção jornalística - portanto, um “produto à venda” (MEDINA, 1985) ou uma mercadoria da comunicação social - convergem para determinados enquadramentos narrativos dos acontecimentos, estabelecidos pelos chamados valores-notícia, sistematizados em critérios como notoriedade dos sujeitos envolvidos, o impacto social do acontecimento, a proximidade, a relevância, a atualidade, os conflitos e controvérsias, a morte, entre outros.

Sendo assim, é no trabalho de enunciação que os profissionais do jornalismo e os veículos da imprensa, ambos com suas lógicas internas, constroem os discursos noticiosos. E, como já indicamos, consequentemente, apresentam uma construção de realidade. Esses pressupostos configuram o modelo teórico do *newsmaking*, que poderia ser traduzido por processo de produção de notícias formado por critérios de noticiabilidade, operações e instrumentos que definem o que será notícia. Conforme Wolf (2003), o conceito se articula a partir de três características fundamentais. A primeira está ligada a cultura e os valores do próprio jornalista, a segunda refere-se aos limites organizacionais e relações de trabalho e a terceira com os processos práticos da produção do noticiário.

Logo, o mercado jornalístico caracteriza-se por um planejamento sistematizado como uma rotina industrial, sob imposições empresariais que normalmente condicionam os profissionais à submissão de regras organizacionais que nem sempre estão alinhadas aos princípios éticos do jornalismo, já que muitas vezes transformam-se em “aparelhos ideológicos do Estado e das elites econômicas”, reforçando o ponto de vista dos poderes instituídos (CHOMSKY, 2013; HALL, 2002). Contudo, Pena (2012) salienta que a atividade jornalística é extremamente complexa e não pode ser encarada apenas por um ponto de vista determinista, pois a noticiabilidade é uma negociação entre os atores do processo produtivo nas redações, os interesses da empresa de comunicação, o cenário político-econômico e o público. Portanto, é um sistema que se recontextualiza.

Entretanto, nota-se uma recorrência em indicar que a imprensa funciona como um dispositivo modelador dos conhecimentos e informações cotidianas, utilizando a simplificação de estereótipos e clichês culturais para ilustrar a percepção da realidade. A teoria do agendamento (*Agenda Setting*) sugere uma relação causal entre a agenda

midiática e a agenda pública, pois defende que o público tende a considerar mais importante os assuntos que são veiculados na imprensa. Assim, em função do que é exposto pelos meios de comunicação à sociedade, há o agendamento e a hierarquização nas discussão de determinados assuntos, bem como na forma de pensar sobre os acontecimentos e de se relacionar uns com os outros em sociedade (WOLF, 2003).

A teoria do agendamento não tem o objetivo de analisar o papel dos meios de comunicação nas mudanças de opinião ou os assuntos que circulam entre o público, mas, conforme McCombs (2004), preocupa-se com a influência da imprensa nas percepções, formação e mudança de cognições dos consumidores de informações midiáticas. Isto é, na maneira como o público conversa, apreende e forma seu conhecimento pela imprensa. Para Hall (2002), a imprensa além de definir para a população quais são os acontecimentos mais significativos e que merecem atenção da opinião pública, também impõe a interpretação de como compreender esses acontecimentos.

Pena (2012, p. 144) diz que a teoria do agendamento não defende que a imprensa pretende persuadir o público e nem o considera atomizado, como sugerem a teoria hipodérmica e a teoria dos efeitos limitados, pois “a influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade”. O autor enfatiza ainda que os estudos baseados nesta perspectiva normalmente enfatizam a relação entre agenda midiática e agenda pública a médio e longo prazo, pois a influência da mídia pode ser admitida quando interfere na reestruturação da imagem da realidade social, organizando novos elementos e formando novas opiniões e crenças.

A ação da mídia sobre a realidade sociocultural deve ser analisadas pelo capacidade que os meios de comunicação têm para criar e manter a relevância de um determinado tema em sua cobertura. Portanto, há uma relativização sobre os pressupostos do agendamento, no ponto de vista da mídia tradicional, que não devem ser compreendidos de maneira determinista, ainda mais na sociedade contemporânea com a questão das redes sociais da internet que alteram as características de unilateralidade e massificação.

Diante disso, nos deparamos com outra questão bastante polêmica no jornalismo: a credibilidade pela objetividade. Esta, conforme Medina (1985), não deve ser perseguida pela chamada imparcialidade neutra e objetiva (que é uma utopia), mas pela busca da isenção e responsabilidade ética. Traquina (2005) diz que a objetividade pode ser encarada como uma estratégia que não negue a subjetividade, mas seja estabelecida por uma série de procedimentos que assegurem a credibilidade.

O autor admite que a questão da objetividade é uma das questões mais polêmicas em relação ao exercício do jornalismo e à postura dos jornalistas, mas defende que é necessário estabelecer "uma equidistância entre o profissional do campo jornalístico e os diversos agentes sociais, atuando com justiça, ouvindo as diversas perspectivas, mantendo a sua independência" (TRAQUINA, 2005, p. 142). Nessa perspectiva, Medina (1985) reforça que o noticiário deveria ser polifônico e polissêmico, procurando dar voz aos atores sociais envolvidos na questão e apresentando um contexto diversificado para que o conhecimento sobre o assunto abordado possa ser o mais amplo possível ou aproximado da "realidade dos fatos"[7].

Contudo, nem sempre as múltiplas fontes e a delimitação de contextos se refletem em uma abordagem verdadeiramente polifônica e polissêmica, porque os personagens e os cenários enfocados podem partilhar de uma mesma perspectiva ou estarem sendo usados para reforçar os interesses do enunciador (jornalista ou veículo de comunicação). Conforme Pena (2012, p. 29), os assuntos trazidos para a esfera pública, por meio da imprensa, podem "ser forjados por esquemas de *marketing* que visam moldar o gosto do público e agendar seus debates".

Uma forma de resistência ao jornalismo convencional seria uma prática realmente em consonância com os preceitos éticos ligados à função social do jornalismo, vigilante ao seu compromisso com a isenção, resistente às pressões mercadológicas e as limitações das rotinas de produção noticiosa, por meio de

[7] Com base em aportes do pensamento complexo, compreendemos que os fatos configuram-se a partir de determinadas observações que, por sua vez, são orientadas por um conjunto de percepções e esquemas de representação, interpretação, classificação e compreensão dos fenômenos. Portanto, não existe uma verdade absoluta.

abordagens críticas balizadas pela liberdade de expressão, acesso democrático, respeito à pluralidade de opiniões e à diversidade sociocultural.

Pena (2012), sugere alguns pressupostos que podem ser relacionados a esta ideia. Conforme o autor, o jornalista deve ser autocrítico antes e depois da realização da reportagem, procurando evitar os preconceitos, limitações e estereótipos; trabalhar de forma objetiva, mas não ser um observador neutro e inserir os setores da sociedade que geralmente são excluídos ou relegados a segundo plano nos debates midiáticos; enxergar as matérias não pelo valor de mercado, mas pelo serviço que presta à comunidade; checar atentamente as informações antes de divulgá-las; procurar compreender as entrelinhas dos discursos de sujeitos, grupos sociais ou instituições; propor novas rotinas de trabalho, de abordagens, posturas e ações.

Devido à inserção do jornalismo nos mais variados segmentos da sociedade, esta atividade configura-se como uma forma de mediação entre os fatos e os sujeitos. Seus produtos tornam-se bens simbólicos e relevantes para a produção de sentidos sobre o cotidiano e o mundo, pois fazem chegar a muitos o que estaria restrito ao conhecimento de poucos. Assim, pelos enunciados jornalísticos a sociedade toma conhecimento do que ocorre em âmbito local ou global, e por intermédio das informações divulgadas pode formar sua opinião e tomar decisões acerca de uma série de questões (PENA, 2012).

Nesse sentido, os profissionais que atuam na imprensa, especialmente nesta época de convergências tecnológicas, precisam estar preparados para compreender os contextos amplos sobre os fatos aos quais são designados para cobrir. Conforme Pena (2012, p. 12), devido “a hibridização de contextos midiáticos e culturais em fluxos de informação com velocidade cada vez mais acelerada, o profissional da imprensa precisa ter uma formação sólida e específica para assumir o papel de mediador”.

Em função disso, percebemos o poder da mediação jornalística na construção de sentidos sociais e podemos considerá-lo como um dispositivo que interfere e influencia nos processos socioculturais, na propagação de ideologias e até nas escolhas políticas[8]. Pena (2012) enfatiza que, quando se pensa no jornalismo como

[8] Atualmente, observa-se uma transformação cultural na função mediadora do jornalismo, já que os veículos de mídia tradicionais, como jornais impressos, TV e rádio, estão perdendo espaço para a internet e suas características de facilitar aos cidadãos o acesso à produção de conteúdo e veiculação

uma construção da realidade, há algumas questões centrais (que se desdobram em outras) para iniciar uma reflexão sobre sua influência: Por que as notícias são como são? Quais efeitos que essas notícias geram na opinião pública[9]?

> A primeira parte preocupa-se fundamentalmente com a produção jornalística, mas também envereda pelo estudo da circulação do produto, a notícia. Esta, por sua vez, é resultado da interação histórica e da combinação de uma série de vetores: pessoal, cultural, ideológico, social, tecnológico e midiático. Já os efeitos podem ser divididos em afetivos, cognitivos e comportamentais, incidindo sobre pessoas, sociedades, culturas e civilizações. Mas também influenciam a própria produção da notícia, em um movimento retroativo de repercussão (PENA, 2012, p. 216).

Por isso, Pena (2012), mesmo defendendo o jornalismo como um campo de conhecimento específico, acredita que a sua compreensão teórica e seus desdobramentos práticos necessitam de um arcabouço interdisciplinar. Conforme o autor, isto é necessário para contemplar a complexidade das técnicas de narração da notícia, analisar os aspectos semiológicos do discurso jornalístico, as funções dos profissionais da imprensa, as características de editorias entre outros assuntos.

> É possível incluir de forma tangencial uma abordagem histórica, ética epistemológica do jornalismo, bem como discussões estilísticas, instrumentais e de gênero. Construir uma teoria unificada não significa partir para um isolamento científico. O movimento deve ser exatamente contrário, com a incorporação de outros saberes pertinentes e o diálogo com teorias análogas (PENA, 2012, p. 217).

---

de opiniões. Desse modo, por meio de um ecossistema midiático reticular, o receptor também cria seus meios para ser um emissor, sobretudo pelas redes sociais. Em princípio, podemos dizer que essa dinâmica rompe com a forma de circulação de informações e conhecimentos proporcionando uma forma mais democrática de produção e acesso aos conteúdos de interesse social. Porém, cada vez mais, alguns grupos vinculados a interesses hegemônicos criam estratégias para que essas múltiplas possibilidades, aparentemente livres, disseminem ideologias. Do mesmo modo ocorre com as grandes corporações de comunicação global (como *Google* e *Facebook*) que por meio dos serviços oferecidos beneficiam aos seus próprios interesses mercadológicos.

[9] Conforme McCombs (2004), os meios de comunicação influenciam a opinião das pessoas sobre os assuntos que aborda, pois os veículos da mídia funcionam como janelas para o mundo. Sendo assim, a opinião pública é formada e agendada pela construção do pseudoambiente representado nos meios de comunicação, em função de questões psicológicas que se refletem em atitudes opiniões e comportamentos. Em suas respectivas épocas históricas, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, agora, a internet têm provocado cenários em alguns casos alarmantes, sobre mudanças revolucionárias na sociedade.

Por estarmos voltados à discussão de imaginários e representações sobre o ambiente amazônico, pressupomos que tais construções socioculturais estejam relacionadas tanto à interesses institucionais quanto a aspectos subjetivos da mídia e seus produtores. Contudo, somente ao descortinarmos os cenários e vozes desse processo poderemos propor novas abordagens para a Amazônia na mídia, inclusive no jornalismo local e regional.

Isto talvez seja fundamental para fomentar a justiça social e cognitiva acerca das informações sobre ambiente, cultura e sociedade na Amazônia. É importante que estas informações também possam emergir e serem geradas a partir das perspectivas da própria região, com o protagonismo das suas populações que são conhecedoras desse mosaico bio-sociocultural, na interface entre conhecimentos tradicionais e o conhecimento científico, tecnologia, políticas públicas e iniciativas para o desenvolvimento econômico da região.

Muniz Sodré (2002) nos indica que os meios de comunicação de massa, seus suportes e tecnologias constituem uma nova forma de vida em sociedade, com valores, regras e costumes próprios. Um conjunto de fatores que, como já apontamos, o autor denomina de “bios midiático”, alertando que seus mecanismos de controle e exploração podem trazer riscos à emancipação cidadã e à democracia. Desse modo, Muniz Sodré (2002) propõe uma compreensão da comunicação em seu sentido mais amplo: o de interação e comunhão. Os fenômenos comunicacionais na contemporaneidade são marcados por tramas reticulares de interações socioculturais e convergências tecnológicas, como percebemos nas discussões sobre a complexidade da comunicação e da cibercultura, por Pierre Lévy (1999), André Lemos (2013) e Pollyana Ferrari (2016).

Para Castells (1999), a comunicação em rede na sociedade contemporânea, a qual denomina sociedade digital ou sociedade da era da informação, é caracterizada pela interligação da vida cotidiana aos interesses empresariais e às rotinas de trabalho, das manifestações culturais aos modelos educacionais, dos interesses econômicos às decisões políticas e da mediação dos meios de comunicação. Proporciona a possibilidade de um movimento global que poderia revitalizar o sentido de democracia. Pois, segundo o autor, há cada vez mais movimentos sociais descentralizados dos poderes hegemônicos, e por sua vez com organizações móveis

sem liderança centralizada. Entretanto, Castells (1999) alerta que a tecnologia e as novas mídias, geralmente, acabam sendo utilizadas para acentuar a dominação política, a exploração comercial das pessoas e intensificar os conflitos sociais.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA E A IMPRENSA NO AMAZONAS

O histórico da expansão dos meios de comunicação social na Amazônia é permeado por períodos de efervescências e estagnações, em função de interesses políticos e períodos econômicos. O desenvolvimento das comunicações na região também está relacionado às peculiaridades do ambiente. Pesquisadores como Barbosa (1980) e Pires (2010) ressaltam que a intrincada geografia da Amazônia (com sua enorme extensão territorial, densas florestas, rios com ciclos de cheias e secas) sempre foi posta como um obstáculo para o desenvolvimento das comunicações na região, principalmente na época da implantação das linhas telegráficas.

A ligação via telégrafo entre o Rio de Janeiro, a então capital do Brasil, e Belém do Pará foi estabelecida em 1873 e com Manaus em 1896. Mas, havia uma imensa área do oeste amazônico e das localidades do interior sem comunicação. Nesse sentido, a implantação das linhas telegráficas (para dinamizar as comunicações do norte com o centro do país) além de um instrumento do Governo Federal para reforçar ideais de progresso e desenvolvimento passou a levantar a bandeira da segurança nacional.

Segundo Pires (2000), as expedições do marechal Cândido Rondon (entre 1907 e 1915) evidenciam os interesses do Estado em relação ao desenvolvimento das comunicações na Amazônia, considerando o fluxo civilizatório com a expansão e a presença militar para defender as fronteiras, juntamente com as políticas de povoamento na área. O telégrafo, entretanto, chegou tardiamente à região. Quando a rede entre Cuiabá e a atual cidade de Porto Velho foi inaugurada, o rádio e o telefone já começavam a se expandir e proporcionavam novas possibilidades de comunicação. Anteriormente ao telégrafo e ao rádio, o jornal era o meio de comunicação mais difundido na região, conforme Antony (2004) e Bittencourt (1973).

Munaro (2017) reforça que o início da imprensa na Amazônia ocorreu em paralelo às transformações sociais, políticas e econômicas proporcionadas pelo período de desenvolvimento econômico decorrente da exploração do látex (sobretudo

no final do século XIX e início do século XX), quando Manaus e Belém ganharam ares cosmopolitas, e cidades como Itacoatiara, Manicoré, Lábrea, Parintins e Santarém, importantes portos na rede hidrográfica amazônica, também passaram a experimentar o processo de modernização e a incorporação de novos hábitos, nos moldes europeus, na tentativa de dissimular o estigma do atraso e as heranças indígenas.

> A mídia impressa se converteu no final do século XIX num elemento fundamental para o processo de constituição de uma identidade amazônica, permitindo o seu diálogo com o restante do Brasil, ainda que isso acontecesse na forma de uma negociação sempre tendente a absorver a nação forjada a partir do Rio de Janeiro (MUNARO, 2017, p. 99).

No Amazonas, segundo Munaro (2017), os jornais impressos nasceram para atender os anseios políticos e econômicos das elites, escorados em discursos republicanos e no racionalismo positivista. As preocupações sociais e os interesses mais amplos da população só foram ganhar destaque na imprensa manauense em meados do século XX. O rádio e o cinema, na primeira metade do século XX, e posteriormente a TV, também passaram a exercer influência nos discursos sobre a região. No caso do rádio, impulsionado principalmente pela política do Estado Novo, com a ideologia da integração nacional e, em seguida, com a exploração do potencial comercial. Já o cinema pioneiro na região, especialmente por meio dos filmes de Silvino Santos, tinha o intuito de mostrar as potencialidades econômicas da região para o público nacional e internacional. Embora estes filmes fossem documentários, ainda narravam a região por uma perspectiva exótica.

Tanto a imprensa quanto a radiodifusão e o cinema “refletiam o desejo do homem amazônico figurar no panorama político brasileiro, garantir uma forma de filiação, fixar uma memória relativa à importância da sua terra e gente” (MUNARO, 2017, p. 110), ao mesmo tempo em que influenciaram a mobilização popular para determinadas propostas políticas e a construção de identidades sociais, mesmo com as limitações técnicas devido às características geopolíticas da região.

Assim, a cobertura sobre as periferias das cidades, o interior e os anseios das populações tradicionais foram sendo relegados na busca por uma afirmação de civilidade e modernidade. Em Santa Maria do Grão Pará (Belém) os impressos começaram a circular na década de 1820. Já o primeiro periódico do Amazonas foi o

jornal *Cinco de Setembro*, fundado por Silva Ramos, em 1851. O nome faz alusão à data de desmembramento da Província do Amazonas da Província do Grão-Pará e, conforme Bittencourt (1973), o jornal noticiava atos do governo e evidenciava pessoas ligadas ao Estado.

A partir da metade do século XIX uma série de jornais foi fundada para traduzir os interesses das elites. No interior do Amazonas o primeiro jornal foi *O Itacoatiara*, de 1874, extinto no ano seguinte. *O Comércio do Amazonas*, de 1869, foi o primeiro a apresentar ilustrações e também passou a discutir questões mais amplas da sociedade. Até meados da década de 1880 os jornais circulavam em publicações alternadas e quase nunca ultrapassavam dois anos de atividades, segundo Anthony (2004).

Com a abolição da escravatura (em 1888) e a proclamação da república (em 1889) o jornalismo impresso passou por um período de mudanças. O *Diário Oficial do Amazonas* foi criado em 1892, pelo governador Eduardo Ribeiro e, conforme Anthony (2004), nesta época também foi sendo diversificada a circulação de jornais impressos e manuscritos. Segundo o autor, até meados da década de 1920 oito periódicos (quase todos com circulação quinzenal) caracterizavam-se pela abordagem de temáticas de política local e nacional, esporte e economia, além da crônica das personalidades da alta sociedade. Em 1943 o *Jornal do Commércio,* que circulava desde 1904, foi comprado pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand (o maior grupo empresarial de comunicação brasileiro na época), tornando-se um dos principais veículos de comunicação do norte do Brasil.

O rádio também é uma página importante na história das comunicações no Amazonas. Segundo Nogueira (1999), o radioclubismo em Manaus começou no ano de 1922, impulsionado pelos radiófilos que experimentavam transmissões de forma amadorística ou buscavam sintonia em estações estrangeiras e do centro-sul do país. Entretanto, segundo o autor, o rádio como meio de comunicação chegou oficialmente ao Amazonas em 1927. A *Estação Radiofônica* supervisionada pela *Amazon Telegraph*, transmitia a 16 estações no interior do Estado. Mas, por questões políticas pouco depois de seu início passou por um período de estagnação e só a partir da década de 1930, com a instalação de novas antenas, passou a se desenvolver novamente.

Muitos ouvintes dispunham de receptores importados e com maior alcance e, por isso, preferiam sintonizar em rádios famosas nacionalmente ou em estações internacionais. Nesta mesma época, o setor impresso foi impulsionado pela Empresa de Comunicação Archer Pinto, que em seus periódicos (*O Jornal* e *Diário da Tarde*) também passou a tratar de assuntos policiais, problemas de ordem social, demandas urbanas, além de começar a priorizar os anúncios comerciais e o uso de fotografias. Também observa-se neste período a expansão das colunas sociais, de moda e lazer, conforme Nogueira (1999).

Em 1938 foi inaugurada a segunda rádio no Amazonas *A Voz da Bariceia*, com uma programação de música, notícias e comentários. O sinal era melhor em relação à *Estação Radiofônica* (popularizada como *A Voz de Manaós*), pois o governo havia trocado os cabos de transmissão. *A Voz da Bariceia*, conforme Nogueira (1999) foi se desenvolvendo com o compromisso de difundir interesses educativos e culturais do Governo e também aos interesses comerciais da empresa. A programação passou a ser mais diversificada e ganhou as inserções de propaganda durante as transmissões. Em 1943, foi adquirida pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand e passou a se chamar *Rádio Baré*.

A radiodifusão também estava presente nos serviços de alto falante no centro de Manaus, com a finalidade de transmitir o noticiário local, recados amorosos, registrar presenças ilustres e promover diversão. Em 1948, após a segunda guerra mundial, foi inaugurada a *Rádio Difusora do Amazonas*, financiada por grandes empresários como J.G. Araújo para ser concorrente da *Rádio Baré*. Nessa época, tanto as emissoras de rádio quanto os jornais começam a acentuar as polarizações políticas e a defesa de diferentes interesses econômicos, consequentemente a disputa por leitores e ouvintes (NOGUEIRA, 1999).

Em 1949 foi fundado o jornal *A Crítica*, por Umberto Calderaro Filho, com um enfoque maior para as demandas da população, mas também promovendo determinados segmentos da elite econômica. A radiodifusão passou a crescer ainda mais a partir da década de 1950 no Brasil. Em 1954 foi inaugurada a *Rádio Rio-Mar* em Manaus, com a proposta de ser um veículo exclusivamente informativo e dar voz à população para reclamar dos problemas comunitários, de acordo com Nogueira (1999). No mesmo período também surgiu em Manaus o *Clube da Madrugada*, um

movimento artístico-literário que reunia intelectuais e artistas de diferentes vertentes que discutiam sobre manifestações culturais e buscavam uma identidade artística regional. É também na década de 1950 que a TV chega ao Brasil. A TV Tupi, fundada por Assis Chateaubriand em 1951 foi a primeira emissora da América Latina.

Já a TV Globo que tornou-se a quarta maior emissora de TV no mundo, recebeu a concessão do Governo Federal em 1965. Na década de 1960 tanto o rádio quanto a TV se expandiram e conquistaram maior atenção do público. Em função das novidades proporcionadas pela televisão, tanto os impressos quanto as rádios passaram por adaptações para não perder leitores e ouvintes, investindo em reportagens de cunho sensacionalista e transmissões de rádio ao vivo, direto do local de onde os fatos ocorriam, como reforça Nogueira (1999).

No final da década de 1960 a TV foi implementada na região norte, tendo como pano de fundo a manutenção de interesses políticos, como reforça Pires (2010). O autor evidencia que o Pará foi o primeiro Estado da região a ter uma emissora de TV, com a inauguração da *TV Marajoara* (dos Diários Associados) em 1961, e um ano depois entrou no ar a *TV Guajará*.

Em 1966 entrou no ar a *Rádio Tropical*, a primeira de frequência modulada (FM) em Manaus. Esta rádio apresentou uma nova maneira de se comunicar com a audiência da região valorizando o entretenimento, ressalta Nogueira (1999). A *TV Ajuricaba*, inaugurada em 1967, foi a primeira emissora de televisão no Amazonas. Inicialmente retransmitia a programação da Rede Record, mas em 1974 passou a receber o sinal da Rede Globo. Pires (2010), salienta que, em 1970, Manaus tinha 250 mil habitantes e apenas 5% da população tinha acesso à TV. Em 1971 foi inaugurada a *TV Baré*, afiliada da *TV Tupi*, do *Grupo Diários Associados* que passou a deter no Amazonas um conglomerado midiático composto por jornal, rádio e TV.

Em 1972 foi criada a *TV Amazonas*, fruto da parceria entre Phelippe Daou, Milton de Magalhães Cordeiro e Joaquim Margarido, inaugurando a TV em cores no Amazonas e apostando numa programação de cunho regional e na agilidade do telejornalismo, como afiliada da *TV Bandeirantes* de São Paulo. O *Jornal do Amazonas* estreou no dia da inauguração da TV e se mantém como o principal noticiário da emissora. Com a concessão dada pelo Governo Federal a empresa se expandiu por outros Estados do norte, inaugurando emissoras em Roraima (1972),

Rondônia, Acre e Amapá (1974), tornando-se a rede regional com a maior área de cobertura geográfica do Brasil, pois além das capitais foram instaladas retransmissoras no interior dos Estados (PIRES, 2010).

Na década de 1970, durante a ditadura militar, o ufanismo nacionalista do governo em relação à integração da Amazônia (com o slogan "integrar para não entregar") apoiava-se no discurso desenvolvimentista propagado pela mídia, mas no fundo favorecia grandes grupos nacionais e internacionais, segundo Pires (2010). O autor também destaca que negociações envolvendo a venda de terras para estrangeiros explorarem minérios em áreas do norte do Brasil e o genocídio de povos tradicionais da Amazônia foram dissimulados por muitos veículos de comunicação. Foi um período marcado pela construção da Transamazônica e da implantação da Zona Franca de Manaus. Os meios de comunicação e os produtos noticiosos jornalísticos, controlados pelo DIP[10], influenciavam a opinião pública e negligenciavam assuntos que fossem contra os interesses do Estado, inclusive encobrindo problemas sociais, ambientais e étnicos, quando estes eram considerados entraves para o "desenvolvimento" da região (COSTA, 2011).

Até 1982, quando as transmissões de TV passaram a ser via satélite, a programação produzida pelas cabeças-de-rede nacionais no Rio e em São Paulo eram enviadas em fitas VHS para as emissoras regionais. Os programas eram exibidos com dias ou até semanas de atraso em relação a outros lugares do país. Em 1986 a *TV Amazonas* passou a veicular a programação da *Rede Globo*, sendo que as demais emissoras do grupo na região já tinham a emissora carioca como cabeça-de-rede. Em 1987 o governo brasileiro concedeu à *Rede Amazônica* o uso integral de uma das bandas do satélite *Brasil Sat I* e, assim, foi criado o canal temático *Amazon Sat*, voltado para assuntos da região destacando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Para qualificar os profissionais da radiodifusão também foi criada pelo grupo a *Fundação Rede Amazônica* em 1985. No mesmo ano começou a operar a *Rádio Amazonas FM*. Conforme Pires (2010), a estratégia foi integrar a região por meio do

[10] O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado por decreto no governo de Getúlio Vargas, em 1939, era um instrumento de censura e propaganda governamental.

jornalismo e entretenimento com 146 retransmissoras e cinco mini-geradoras em cinco Estados do Norte. Segundo o autor, o telejornalismo regional foi se consolidando e criando empatia com o público ao mostrar os anseios das populações. Já o material produzido para ser exibido nacionalmente sempre foi focado na divulgação de festas populares, festivais folclóricos, turismo de aventura, problemas sociais e denúncias de degradação do meio ambiente, projetando e consolidando a imagem do exotismo ou do atraso social. No segmento da imprensa, o jornal *Diário do Amazonas*, idealizado pelo empresário Cassiano Anunciação, começou a circular em 1986, no período de redemocratização da política brasileira, marcando uma abordagem mais popular na cobertura jornalística.

Castro (2012) reforça que as grandes redes de comunicação na Amazônia pertencem a grupos de forte expressão política, econômica e religiosa. Mas, quando comparados a um contexto mais amplo, os sistemas midiáticos amazônicos encontram-se na periferia dos sistemas de comunicação dominantes no Brasil. Curiosamente, conforme o autor, embora as empresas regionais procurem aproximar o tratamento de seus conteúdos a um padrão mais universal da mídia e da cultura, ainda apresentam uma relação de proximidade com as comunidades e realidades regionais.

Essa aproximação pode ser uma estratégia de manutenção de interesses econômicos e políticos, segundo Castro (2012). O controle da audiência atende perfis mercadológicos e está subordinado a cenários políticos ou interesses privados e, portanto, na verdade não estabelece a emancipação comunicacional frente aos modelos hegemônicos, pois apenas dissimula a globalização cultural e midiática na representação de aspectos regionais.

O cenário contemporâneo do jornalismo no Amazonas, considerando os tradicionais veículos da imprensa em Manaus, passa por uma crise que não é diferente do que ocorre com empresas do mesmo ramo no Brasil e no Mundo, dada a revolução informacional proporcionada pela internet. Conforme Monteiro (2007), o desafio das empresas tem sido agregar valor comercial e apresentar um produto mais inovador ao transpor o impresso para web.

Monteiro (2007) nos informa que o Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus influenciam no conteúdo jornalístico veiculado na imprensa local

por serem os maiores anunciantes em publicidade nas empresas deste segmento. Conforme o autor, esta constatação se observa tanto na tendência de alguns veículos apoiarem ações do executivo quanto na reprodução de matérias produzidas pelas assessorias de imprensa dos órgãos públicos vinculados ao Estado e ao município. Os investimentos aplicados em veículos tradicionais de mídia variam entre 60% e 89% do orçamento total destinado ao setor de comunicação. Desse modo, garante a manutenção financeira de empresas e acaba atuando como uma espécie de "mão invisível", pois, "dita a própria concorrência entre os jornais e, possivelmente, é responsável pela letargia das empresas de mídia tradicional no mercado da informação" (MONTEIRO, 2007, p. 07).

Muniz Sodré (2009) salienta que o sistema midiático tem um papel fundamental na configuração do sistema político-econômico por ser ignição de processos comunicacionais que podem encadear a legitimação de ações governamentais. Por isso, conforme o autor, é necessário fomentar a insurgência de rupturas midiáticas, voltadas a uma comunicação mais transparente e democrática, incluindo a participação dos cidadãos, mostrando seus reais anseios e problemáticas sociais. Mas, tais proposições, geralmente, esbarram nos interesses editoriais dos grandes grupos de comunicação que, mesmo manifestando o discurso ideológico de "porta-vozes" da população, estão ligados a correntes políticas conservadoras e voltados para a obtenção de lucros e a manutenção de determinados grupos no poder. Contudo, as empresas de comunicação e os veículos tradicionais (jornal, rádio e TV) passam por uma profunda crise. Isto ocorre em função da convergência digital, que vem provocando rupturas sociais e influenciando novas relações culturais.

Nesse sentido, Martín-Barbero (1998) reforça que os processos socioculturais são processos de comunicação, pois os meios de comunicação se converteram em constructos do tecido social. Para o autor, embora exista a imposição dos meios hegemônicos é possível que a comunicação seja um instrumento de cidadania na luta contra as injustiças e as discriminações. A mobilização de movimentos sociais e formas alternativas de comunicação podem articular a luta pelo espaço, pelos direitos civis, acesso aos serviços de saúde e educação, direito à liberdade de manifestações culturais, de estratégias comerciais e econômicas, contra a verticalidade imposta pelas elites que ditam as formas de organização dos ambientes.

Esse panorama é importante para compreendermos como a mídia expõe as transformações socioculturais na região, seja no passado ou na contemporaneidade, em função de suas inter-relações com determinados grupos políticos e econômicos. Ou seja, quase não se percebe uma repercussão midiática articulada na diversidade sociocultural nem na manifestação dos anseios das camadas populares.

AMAZÔNIA MIDIÁTICA: PRODUTO DA CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS

A imagem social da Amazônia está associada aos primeiros relatos sobre a região pelos colonizadores, aos apontamentos de viajantes e naturalistas entre os séculos XVI e XIX, à literatura de ficção, aos registros da historiografia oficial, à produção acadêmica, às artes visuais, ao cinema, às ações dos governos, aos livros didáticos e ao senso comum. Conforme Pinto (2006), a partir da análise de diferentes relatos e perspectivas sobre a Amazônia, é possível perceber que existe um conjunto limitado de ideias (com matrizes no pensamento ocidental moderno que reforça desigualdades entre sociedades) que se propagam e se ressignificam continuamente. O autor sugere uma "geografia do exótico" estimulada por manifestações culturais, linguagens artísticas, pelos meios de comunicação (especialmente os livros, a fotografia, o cinema e a TV), pela ciência, pelo desenvolvimento dos transportes, pelo fomento ao turismo.

Esta perspectiva também é analisada por Gondim (2007), com a ideia de "invenção da Amazônia". Conforme a autora, a região foi sendo construída socialmente sob a ótica estrangeira e difundida pela literatura, pelas artes, pela ciência na derivação generalizada de opiniões, discursos, estéticas e representações. Tais referenciais são incapazes de abarcar a complexidade da região, suas problemáticas, e as inter-relações entre sociedades, culturas e ambientes naturais. Conforme Gondim (2007), a Amazônia recriada pelos meios de comunicação contemporâneos não é tão diferente daquela inventada pelos europeus que vinham em busca de cenários exóticos e riquezas, pois em ambas as criações (que são construções sociocomunicativas) a ficção e a realidade se embaralham permanentemente.

Portanto, podemos dizer que formas de ser, compreender e estar no mundo foram sendo destituídas no rastro da lógica ocidental do "processo civilizador" (ELIAS, 1994), considerando que os moldes sociais e mecanismos de controle, ditados ao

longo da história dos costumes, pela presumida superioridade de elites hegemônicas, determinam as regras e a contenção das pulsões espontâneas e, assim, modificando hábitos, comportamentos e sentimentos.

Todos estes meios são catalizadores de sistemas de representação sobre a região, imprimindo padrões, numa espécie de colonização do imaginário. Consequentemente, remodelam valores sociais, políticos e de tradição cultural, implicando na produção de novos sentidos. Assim, a imposição simbólica de uma inferioridade atribuída passou a dar uma espécie de autorização dissimulada, que além da dominação promove o extermínio de culturas tradicionais. São representações que, embora ganhem roupagens diferentes, seguem a lógica de um processo colonizador. Nesse sentido, podemos sugerir que muitos discursos jornalísticos sobre a região, geralmente, são caracterizados por narrativas que reconstroem imagens cristalizadas socialmente no processo histórico e no imaginário coletivo.

Costa (2011) analisa Amazônia na mídia e indica que, geralmente, os sujeitos amazônicos são apresentados como inferiores e fracassados diante da importância da floresta para o contexto da biodiversidade no planeta. As imagens, as personagens, as situações expostas pelos veículos de comunicação acentuam a ideia de um lugar remoto, perdido no espaço e parado no tempo. Já as populações são relegadas a segundo plano, retratadas quase sempre em situação de conflitos ou ilustrando problemas sociais e étnicos, pela ótica do discurso oficial do Estado e dos detentores do poder político e econômico.

As narrativas midiáticas reafirmam estereótipos e as relações históricas de colonialismo. O enunciador descreve os fatos da forma que lhe é conveniente, escolhendo cenários, personagens e enfoques, organizando a narrativa como um melodrama carregado de exotismo, marcando conflitos maniqueístas. Assim, configura-se uma Amazônia selvagem, anacrônica, subalterna e atrasada, ao contrapô-la à imagem civilizada e desenvolvida do Brasil do sul e sudeste ou em relação aos chamados países de primeiro mundo (COSTA, 2011).

Na mídia, conforme Costa (2011), as imagens exaltam a grandiosidade da floresta, da maior bacia hidrográfica do planeta e da biodiversidade de sua fauna e flora. O lado bucólico com o reforço do isolamento é evidenciado quando mostram

pequenas comunidades na imensidão exuberante da paisagem, solitárias canoas pelos rios, crianças tomando banho nos igarapés, homens e mulheres trabalhando em atividades extrativistas. Populações amedrontadas por jacarés, onças e exageros sobre determinismos geográficos. A região como fonte de matérias-primas e as intempéries naturais também são frequentes, assim como conflitos envolvendo madeireiros e pecuaristas, desmatamento e poluição.

Desse modo, fortifica-se um discurso oficial, focado na exploração para o desenvolvimento em prol de obras e projetos desenvolvimentistas para a região. Ainda hoje o progresso é dissimulado na devastação de reservas ambientais, na violência e no genocídio de povos tradicionais. Compreendemos que muitos discursos (do colonizador) na contemporaneidade são afirmados pela mídia (a serviço de interesses políticos e econômicos), muitas vezes podendo manipular a opinião pública ou naturalizar apagamentos culturais e extermínios de populações. Logo, o que se propaga é uma reelaboração do discurso colonialista dominante historicamente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos apontamentos suscitados ao longo desta exposição baseada em revisão bibliográfica, percebe-se que o panorama rico e complexo de sociedades amazônicas, bem como suas formas de ser e estar no mundo, geralmente, fica na superficialidade quando explorado na mídia. Não se estabelece uma compreensão dialógica, porque as representações midiáticas, inclusive o jornalismo, não contextualizam devidamente as situações noticiadas e, muitas vezes, apelam para as curiosidades exóticas. É como se o jornalismo contemporâneo reproduzisse a mesma atmosfera relatada pelos colonizadores sobre os povos tradicionais e as paisagens Amazônicas.

De certo modo, isto é velado pela ideologia do progresso ou da “globalização perversa”, trazendo a concepção de Santos (2006), ao referir-se sobre a tirania da informação e do dinheiro no atual modelo econômico. Pois, as relações entre a produção de notícias, o mundo da produção das coisas materiais e das normas político-econômicas se imbricam em praticamente todas as atividades da sociedade contemporânea. Assim, indica-se que a tirania da informação e do dinheiro são

apresentadas como pilares ideológicos do progresso, consequentemente, acentuando as desigualdades sociais e cognitivas.

Por este viés, compreendemos que a imposição colonial no Brasil proporcionou a cristalização de uma história contada a partir dos interesses europeus e no apagamento de histórias de vida, modos de ver o mundo, da riqueza cultural de índios e negros (que sempre foram dominados e explorados). Como percebemos, essa sistemática de conceber a região como um lugar primitivamente subdesenvolvido e exótico ainda é atualizada por diferentes dispositivos sociais como a mídia, por exemplo. Novamente notamos que "existe, portanto, uma produção do atraso como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades" (PINTO, 2006, p. 31).

Portanto, a Amazônia vem sendo criada e recriada num sistemático ciclo vicioso e viciado. Perpassando por diferentes configurações, dependendo do contexto histórico e dos interesses dominantes, que ora a caracterizam como um paraíso perdido ora como um inferno verde, como o eldorado de riquezas ou um dos lugares mais atrasados do mundo. Também pode ser a terra das oportunidades, o pulmão do mundo, o cenário de violentos conflitos agrários, o símbolo da luta ecológica e muitos outros símbolos fomentados por clichês culturais e estereótipos sociais. Diante disso, sugere-se a emergência de trazer à tona uma discussão jornalística crítica sobre a realidade amazônica que, ao contrário do que se reproduz pelo senso comum, não está em descompasso com a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONY, Hildebrando. **O Jornal e Diário da Tarde na Manaus porto de lenha**. Manaus: Universidade Nilton Lins, 2004.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia**. São Paulo: USP, 1980.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Fábio. **Sistemas de comunicação na Amazônia**. In: Revista Fronteiras- estudos midiáticos. São Leopoldo: Unisinos. Vol. 14, Nº 3, p. 179-191, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COLFERAI, Sandro. **Um jeito amazônida de ser mundo** - A Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2014.

COSTA, Vânia. **À sombra da floresta**: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese (Doutorado em Comunicação). Niterói: UFF, 2011.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRARI, Pollyana. **Comunicação digital na era da participação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em https://www.ibge.gov.br> Acesso entre mar. e jun. 2018.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Comunicação e cidade**: entre meios e medos. Revista Novos olhares (ECA/USP), n. 1, p. 5-9, 1998.

MCCOMBS, Maxuel. **A teoria da agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2004.

MEDINA, Cremilda. **A notícia como mercadoria.** São Paulo: Summus. 1985.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MONTEIRO, Gilson. **Por um clique**: o desafio das empresas jornalísticas tradicionais no mercado da informação (Um estudo sobre o posicionamento das empresas jornalísticas e a prática do jornalismo em redes, em Manaus). LabCom - Laboratório de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira do Interior. Covilhã/Portugal: UBI/Labcom, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNARO, Luís Francisco. **As mídias e a modernidade no início do século XX amazônico**. Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 97-119, ago. 2017.

NOGUEIRA, Luís Eugênio. **O Rádio no país das Amazonas**. Manaus: Valer, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**. Manaus: Valer, 2006.

PIRES, Luís Augusto. **Telejornalismo na Amazônia**: o FTP como instrumento de integração regional. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Manaus: UFAM, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. Coleção: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Edua, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho:** Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. Annablume Editora, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Repensando a noção de fronteira no contexto de reestruturação espacial da Amazônia no século XXI**. Terra Livre, v. 1, n. 46, p. 13-48, 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

SEGURANÇA PÚBLICA E GESTÃO DA MORTE

Uso da força e consequências da letalidade policial paulista

Gabriel de S. Romero[1]

RESUMO:

O artigo problematiza o campo contemporâneo da segurança pública no estado de São Paulo a partir das condições e consequências do uso da força pela polícia, e tomando como objeto de estudo a questão dos conflitos letais resultantes da interação entre policiais e não-policiais. Além da discussão bibliográfica sobre o fenômeno, foram analisados Boletins de Ocorrência registrados no ano de 2012 como "morte decorrente de intervenção policial", dados estatísticos referentes aos anos de 2012 a 2018 e entrevistas semiestruturadas realizadas com operadores dos sistemas de segurança pública e justiça. As análises resultaram no mapeamento dos fluxos discursivos, das relações de poder que caracterizam o problema e dos principais temas relacionados ao controle do uso da força pela polícia. De acordo com a bibliografia especializada, a violência policial constitui um dos grandes limites à consolidação democrática no Brasil e as práticas excessivas e ilegais dos agentes compõem uma estratégia militarizada, letal e seletiva de controle do crime.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia; Interações Violentas; Letalidade Policial; Biopolítica.

ABSTRACT:

The article discusses the contemporary field of public security in the state of São Paulo, based on the conditions and consequences of the use of force by the police, and taking as object of study the issue of lethal conflicts resulting from the interaction between police and non-police. In addition to the bibliographical discussion about the phenomenon, we analysed "Incident Reports" registered in 2012 as "death resulting from police intervention", statistical data referring to the years 2012 to 2018, and semi-structured interviews conducted with public security and justice system operators. The analyses resulted in the mapping of the discursive flows, the power relations that characterize the problem and the main themes related to the control of the use of force by the police. According to the specialized bibliography, police violence constitutes one of the great limits to democratic consolidation in Brazil, and excessive and illegal practices of the agents constitute a militarized, lethal and selective crime control strategy.

Keywords: Public Security; Police; Violent Interactions; Lethal Police Action; Biopolitics.

RESUMEN:

El artículo problematiza el campo contemporáneo de la seguridad pública en el estado de São Paulo a partir de las condiciones y consecuencias del uso de la fuerza por la

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo e pesquisador do Observatório de Segurança Pública (OSP). Contato: emaildoromero@gmail.com.

policía y tomando como objeto de estudio la cuestión de los conflictos letales resultantes de la interacción entre policías y no policías. Además de la discusión bibliográfica acerca del fenómeno, se analizaron Boletines de Ocurrencia registrados en el año 2012 como "muerte resultante de intervención policial", datos estadísticos referentes a los años de 2012 a 2018 y entrevistas semiestructuradas realizadas con operadores de los sistemas de seguridad pública y justicia. Los análisis resultaron en el mapeo de los flujos discursivos, de las relaciones de poder que caracterizan el problema y de los principales temas relacionados al control del uso de la fuerza por la policía. De acuerdo con la bibliografía especializada, la violencia policial constituye uno de los grandes límites a la consolidación democrática en Brasil y las prácticas excesivas e ilegales de los agentes componen una estrategia militarizada, letal y selectiva de control del crimen.

Palabras-clave: Seguridad Pública; Policía; Interacciones Violentas; Letalidad Policial; Biopolítica.

1. TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E O PARADOXO CONTEMPORÂNEO DA SEGURANÇA PÚBLICA

No Brasil, as relações entre policiamento e sociedade civil são historicamente marcadas por contradições e conflitos violentos (ADORNO, 2002). A despeito da legalidade do uso da força pelas forças policiais na manutenção da ordem social, em determinados contextos a legitimidade da ação policial é construída por relações de poder em que a violação de direitos e o recurso primordial do uso da força operam como *norma* (FOUCAULT, 1999).

Este problema compõe o quadro geral de violência urbana contemporânea, no qual se somam uma desigualdade socioeconômica pujante, a disseminação da violência nas relações sociais e a organização de redes criminais complexas. Contígua às intervenções dos grupos criminais que organizam o tráfico de drogas nas comunidades periféricas e à centralização do uso da força na resolução dos conflitos sociais (SILVA, 2004); a intervenção estatal na segurança pública através da ação policial tem sido denunciada e questionada pelo menos desde a década de 70, pelo viés político-instrumental que privilegia o combate e a eliminação do "inimigo" (KANT *et. al.*, 2000; ZALUAR, 1999).

Mesmo com a redemocratização e o fortalecimento das instituições do Estado de Direito, a atuação da força policial brasileira – considerada uma das mais letais do mundo (ANISTIA, 2015) –, colabora decisivamente à intensificação das interações

violentas. Entre 2012 e 2016, por exemplo, foi registrada uma média de 57.302 homicídios anuais[2]. Neste período, o número de casos entre 2012 e 2016 aumentou 9% (de 57.045 para 62.517 ocorrências) no Brasil e apresentou uma queda de 25% em São Paulo (de 6.566 para 4.870 ocorrências). No entanto, o número dos "autos de resistência" (mortes de não-policiais por policiais em serviço), neste estado, teve aumento de 12% (de 222 para 254 casos)[3]. Ainda que a produção de indicadores sobre violência letal seja problemática, chama atenção a permanência de altos índices de homicídios praticados pela polícia diante da redução das taxas de homicídio em São Paulo.

Importantes análises identificaram a formação do contexto contemporâneo de produção da violência urbana em São Paulo, a partir do processo de redemocratização na década de 1980. Numa célebre análise, Teresa Caldeira (2000) identificou como as transformações políticas, econômicas e o crescimento do "crime violento" nas duas últimas década do século XX impulsionaram a produção de um sentimento de "insegurança" que alterou substancialmente a gestão do uso da força pelo Estado. Centrando-se fundamentalmente naquilo que identifica como a "fala do crime", Caldeira (2000) percebeu como o elemento do "medo" articulou, para além da esfera política, todo um processo privatista da segurança, de segregação e fortificação de enclaves sociais, e também de contestação das noções de justiça e dos direitos de cidadania, caracterizando uma disjunção democrática no Brasil.

O "fala crime" assume para Caldeira (2000) duas acepções: como *experiência* (desorganizadora) e como *símbolo* (organizadora) de um arranjo de sentido do mundo. Essa narrativa e o sentimento de insegurança por ele intensificado tem singular importância na compreensão sociológica do campo da segurança pública, pois através dela identificam-se processos de construção e de reordenação simbólica pelos quais são elaborados preconceitos raciais e naturaliza-se a percepção de certos grupos como "criminosos" e, portanto, "inimigos". A reconfiguração do espaço público provocada por essa segregação radical resultou numa situação de assimilação do

[2] Dados entre 1996-2016 produzidos pela parceria entre Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública e disponibilizados na plataforma "Atlas da Violência". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17. Acesso: 18/02/2019.
[3] Atlas da Violência. Op. Cit.

desrespeito aos direitos democráticos como uma normatividade violenta de combate ao crime:

> A fala do crime e o crescimento da violência na São Paulo atual indicam a existência de intrincadas relações entre violência, significação e ordem, nas quais a narração tanto combate quanto reproduz a violência. De fato, *a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo*. A ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através da repetição de histórias e, sobretudo, ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos e ilegais. Se a fala do crime promove uma ressimbolização da violência, não o faz legitimando a violência legal para combater a violência ilegal, mas fazendo exatamente o contrário. (CALDEIRA, 2000, p.43)

O descompasso entre a ocorrência concreta dos crimes e o fortalecimento dos discursos sobre o “medo” e a “insegurança” nos centros urbanos (ADORNO & LAMIN, 2014), deram forma a um dispositivo de segurança que legitima o confronto e a eliminação dos “bandidos” (MISSE, 2008) como forma de resolução de conflitos sociais. A atuação paramilitar e homicida dos Esquadrões da Morte (BARCELOS, 2003; BICUDO, 1977), a proliferação do mercado de segurança privada (CUBAS, 2002) e também o superencarceramento (TEIXEIRA, 2014), são alguns dos principais temas que desde o final do século XX estão no cerne do debate sobre segurança e justiça no Brasil.

Diante desse contexto, podemos enxergar a segurança pública como um campo de relações de poder constituído por estruturas políticas hierárquicas e complexas redes de atores estatais e não-estatais, no qual as práticas de “uso da força” revelam o funcionamento de um dispositivo violento e letal. Seguindo uma interpretação genealógica das redes de poder e saber (FOUCAULT, 1985), é possível dizer que a ação policial letal vigente em São Paulo está relacionada à discricionariedade do policiamento e a uma autoridade biopolítica, que ao se incumbir da “defesa da vida” produz o extermínio de populações específicas como ferramenta de governo (SOUZA, 2015).

Discussões sobre as mortes violentas no espaço urbano paulista evidenciam não só uma espacialização da letalidade policial em bairros periféricos, como também a preferência por “corpos negros” como alvos das ações letais (AMPARO, 2011;

SINHORETTO *et. al.*, 2014)[4]. De acordo com os estudos arqueo-genealógico foucaultianos (2010), no Estado moderno é através da biopolítica, uma tecnologia política de maximização e otimização da vida, e da construção de um saber racista sobre o inimigo; que podemos compreender as relações políticas nos termos de uma "guerra" que justifica as práticas letais estatais.

As relações de poder e a produção discursiva sobre a necessidade da defesa diante do "criminoso" devem ser considerados objetos de uma discussão inicial e mais ampla sobre os diferentes fenômenos e acontecimentos que produzem a militarização da segurança pública e o campo da letalidade policial (SOUZA *et. al.*, 2016).

Em São Paulo, pelo menos dois aspectos são substanciais para compreender o problema do uso continuamente violento e seletivo da prerrogativa legal do controle da violência num Estado democrático: as condições de efetivação do legítimo monopólio da força pelas agências de controle da ordem; e as micro relações que produzem e alteram no espaço urbano a organização do chamado "mundo do crime"[5].

O primeiro destes aspectos se refere à constituição de uma nova figuração urbana, militarizada, contemporânea aos regimes democráticos ocidentais (GRAHAM, 2016). Este fenômeno se caracteriza pela apropriação do espaço urbano como *front* de uma guerra contra "inimigos" localizados dentro do próprio Estado, reforçando a militarização das polícias, a policialização das Forças Armadas e a privatização do uso da força na resolução de conflitos.

Ainda que a prerrogativa legal das polícias seja a manutenção da ordem e a proteção do cidadão, e a das Forças Armadas seja a proteção nacional contra o perigo "externo"; estamos diante de um aparelho policial com táticas de combate e com cada vez mais efetivos das Forças Armadas atuando no exercício da segurança interna, especialmente através dos decretos da Lei de Garantia e Ordem (GLO). O dispositivo

[4] Dados da Ouvidoria de Polícia sobre a investigação de mortes decorrentes de intervenção policial ocorridas entre 2009 e 2011 na Região Metropolitana de São Paulo, revelaram que do total de 823 mortes 61% são negros, 97% homens e jovens (com idade entre 15 e 29 anos) e que em 2011 os negros foram mortos três vezes mais que os brancos (SINHORETTO *et. al.*, 2014).

[5] Em linhas gerais, esta noção remete a todo campo concreto e simbólico das relações sociais entre pessoas que compartilham experiências e práticas ilegais e ilícitas como roubos, narcotráfico, furtos, etc. (FELTRAN, 2008; RAMALHO, 2008).

de exceção, criado para dar poder de polícia às Forças Armadas em situações de grave perturbação da ordem, tem sido usado recorrentemente na segurança de eventos internacionais e especialmente na ocupação de territórios "dominados pelo crime organizado".

É imprescindível compreender também as transformações nas dinâmicas do "mundo do crime" como outro componente da letalidade policial. Em primeiro lugar porque o maior massacre da história dos presídios no Brasil, resultante da ação policial no Carandiru em 1992 que executou 111 detentos, colaborou decisivamente à formação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no ano seguinte. Idealizado a partir da "união" entre os *irmãos*[6] e do enfrentamento ao Estado, o PCC angariou uma extensa força política dentro e fora do sistema penitenciário, impactando diretamente no problema do uso da força e das interações violentas. Uma das teses apontadas como justificativa à redução dos homicídios no estado de São Paulo a partir dos anos 2000 é justamente a centralização da força e regulação das condutas e resolução de conflitos pelos integrantes do PCC (FELTRAN, 2012; MANSO, 2012).

Em maio de 2006, por exemplo, depois dos *salves* dados pelos *irmãos* do PCC, que desencadearam uma onda de ataques aos órgãos de segurança do Estado, deixando cerca de 40 pessoas mortas (entre policiais militares, civis e agentes penitenciários), foram registradas mais de 400 casos de execuções de pessoas sem nenhum tipo de envolvimento com o crime, com indícios de atuação de policiais fardados ou encapuzados. Os casos se concentram especialmente entre os dias 12 e 20 de maio, e um acordo entre o governador do estado de São Paulo e os líderes do PCC é apontado como um dos fatores de trégua na matança que paralisou a capital, região metropolitana e algumas cidades do interior (ADORNO & SALLA, 2007).

No ano de 2012, houve um novo ciclo de violência letal, decorrente da desestabilização do armistício entre o PCC e a polícia. Nesse ano, houve um aumento de 34% no número de homicídios na região metropolitana de São Paulo, o número de policiais mortos foi de 37 para 82 em comparação com o ano anterior e muitas dessas

[6] *Irmão*, *salve* e *proceder* são alguns dos termos nativos utilizados por integrantes do PCC para se referirem aos demais membros da organização, às ordens que devem ser transmitidas e à conduta a ser adotada no "mundo do crime", respectivamente (DIAS, 2013; MARQUES, 2010).

mortes foram caracterizadas como execuções – quando as evidências apontam reação e uma forma minimamente organizada de assassinato (DIAS *et. al.*, 2015).

Diante dessas questões, como podemos analisar as mortes de policiais e de não-policiais? Elas se constituem como eventos de um mesmo fenômeno? A quais regimes políticos e relações de poder se referem?

No campo da chamada sociologia da violência (ALVAREZ & CAMPOS, 2017), há um campo aberto de estudos sobre o problema das mortes de policiais e de não-policiais por agentes de segurança estatal. Esses acontecimentos são classificados respectivamente nas chaves interpretativas da "vitimização" e da "letalidade" (ROMERO & SOUZA, 2018).

Enquanto a "vitimização" identifica os policiais vítimas de ações homicidas, a "letalidade" associa a morte de não-policiais à "resistência seguida de morte". O que, em outras palavras, inocenta o policial por uma avaliação prévia que condiciona o homicídio à "culpa" da vítima, impossibilitando investigações sobre o assassinato em si. Essa divisão que incorpora a perspectiva do "confronto" e justifica a ação policial letal pela "resistência" à autoridade, evidencia-se a figura do *homo sacer* nas relações políticas contemporâneas. Segundo Agamben (2007) é através deste elemento jurídico-institucional, presente na história do Ocidente desde o direito romano, que se permite expor à morte aquele cujo assassinato não pode ser punido.

Diante desse quadro adotou-se nessa pesquisa o termo "letalidade policial" para caracterizar os fenômenos de morte de policiais (em situações de policiamento, fora do horário de serviço e os casos de suicídio), bem como a morte de não-policiais (em confrontos com a polícia, vítimas de execução ou por omissão de socorro) (ROMERO & SOUZA, 2018). Com isso, busca-se aprofundar as caracterizações de um dispositivo letal no campo da segurança pública paulista, que decorre numa análise das condições e das consequências do uso da força pela polícia.

É necessário resgatar as relações históricas e os elementos que compõem as tendências de letalidade policial em relação ao marco constitucional democrático, à normatividade do policiamento e às condições e consequências do uso da força pelos agentes. Trata-se de um problema que envolve não só a atividade formal do policiamento, mas um regime de biopoder que potencializa a vida e administra a

morte. Cabe indagar quais vidas são potencializadas e quais são abandonadas e deixadas à morte.

2. LETALIDADE POLICIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 2012 E 2018

Durante a análise bibliográfica e documental, procurou-se quantificar e qualificar a morte de policiais e de não-policiais em São Paulo entre os anos de 2012 e 2018, a fim de caracterizar as diferentes redes de uso da força inerentes ao fenômeno da letalidade policial. Foram utilizadas três fontes de pesquisa: dados estatísticos de policiais e não-policiais mortos e feridos, Boletins de Ocorrência (BOs) registrados como "resistência" à intervenção policial e entrevistas com operadores do sistema de justiça criminal.

2.1. DADOS ESTATÍSTICOS

Além de uma construção do universo dos eventos violentos, os dados estatísticos são produzidos a partir de determinadas categorias que implicam por sua vez um exercício de conceituação por quem os produz, cujos critérios e verossimilhança podem ser contestados. Em todo caso, constituem uma ferramenta importante de análise da atividade policial.

Para confecção das tabelas a seguir foram utilizados os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo (SSP/SP) sobre ocorrências de policiais e não-policiais feridos/mortos entre os anos de 2012 e 2018. A escolha desse recorte temporal para análise teve em vista acompanhar as recentes tendências de letalidade policial em São Paulo.

Conforme indicam as tabelas a seguir, foram analisadas três desagregações: entre Polícia Civil (PC) e Polícia Militar (PM), territorial (Capital, Grande São Paulo, Interior e Estado) e quanto ao momento em que os agentes foram autores ou vítimas das agressões, ou seja, se estavam trabalhando ou de folga.

Tabela 01 – Interações e Mortes Violentas no estado de São Paulo (Polícia Civil)

	2012				2013				2014				2015				2016				2017				2018			
Ocorrências envolvendo Policiais Civis (PC)	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E
Pessoas mortas em confronto com a PC em serviço	11	0	5	16	7	3	2	12	7	4	2	13	10	12	5	27	6	7	1	14	17	16	11	44	6	3	4	13
Pessoas mortas por PC de folga	16	0	3	19	17	4	2	23	10	9	2	21	11	4	6	21	16	4	4	24	11	4	4	19	10	4	3	17
Pessoas feridas em confronto com a PC em serviço	26	11	10	47	28	19	7	54	23	11	5	39	15	6	23	44	35	10	20	65	49	10	23	82	25	10	29	64
Pessoas feridas por PC de folga	4	3	1	8	11	4	6	21	20	2	9	31	7	6	9	22	21	9	9	39	14	4	11	29	15	3	11	29
PC mortos em serviço	2	0	0	2	2	0	1	3	3	0	0	3	0	0	3	3	3	1	1	5	1	1	2	4	1	0	0	1
PC mortos em folga	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	2	1	8	11	3	0	4	7
PC feridos em serviço	23	12	27	62	16	11	38	65	22	7	26	55	25	15	46	86	31	13	57	101	34	13	56	103	24	12	61	97
PC feridos de folga	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	18	5	24	47	16	7	12	35

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - dados trimestrais. Disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Trimestrais.aspx. Acesso em: 15/02/2019.

(N): dado não divulgado. **(C)**: Capital. **(G)**: Grande São Paulo. **(I)**: Interior. **(E)**: Estado.

Tabela 02 – Interações e Mortes Violentas no estado de São Paulo (Polícia Militar)

	2012				2013				2014				2015				2016				2017				2018			
Ocorrências envolvendo PM	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E	C	G	I	E
Pessoas mortas em confronto com a PM em serviço	323	109	114	546	151	73	110	334	336	182	177	695	278	121	181	580	269	103	205	577	281	134	228	643	273	127	242	642
Pessoas mortas por PM de folga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	42	28	170	147	50	45	242	137	64	33	234	117	35	27	179
Pessoas feridas em confronto com a PM	160	68	136	364	203	75	114	392	281	129	172	582	235	92	161	488	240	96	173	509	225	82	184	491	208	87	157	452
Pessoas feridas por PM de folga	1	0	1	2	2	0	1	3	0	0	0	0	91	34	32	157	180	56	27	263	147	37	37	221	136	32	15	183
PM mortos em serviço	9	2	2	13	12	1	7	20	8	2	4	14	5	2	6	13	8	2	9	19	6	3	2	11	6	4	6	16
PM mortos em folga	91	36	96	223	112	40	69	221	129	49	72	250	87	37	73	197	81	43	62	186	23	3	8	34	19	9	8	36
PM feridos em serviço	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	72	29	71	172	68	31	69	168
PM feridos em folga	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	79	20	28	127	85	20	43	148

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - dados trimestrais. Disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Trimestrais.aspx. Acesso em: 15/02/2019. **(N)**: dado não divulgado. **(C)**: Capital. **(G)**: Grande São Paulo. **(I)**: Interior. **(E)**: Estado.

As estatísticas criminais são publicadas pela SSP/SP desde 1995. A partir de 2015, houve uma alteração na publicização dos dados, incluindo as ocorrências de agentes feridos e mortos durante a folga.

Um primeiro fator da análise se refere às diferenças entre PC e PM. Além da força militar ter um contingente maior de agentes, as atribuições legais são distintas, sendo que cabe à Polícia Civil a responsabilidade dos procedimentos de investigação e encaminhamento jurídico, e à Polícia Militar a atividade de patrulhamento e ronda ostensiva. No entanto, o número de ocorrências letais em que agentes de ambas instituições se envolvem é preocupante, ocorrendo maiormente na capital paulista.

Quanto aos dados referentes à ação da PC, chama atenção que, a despeito de algumas oscilações o número de pessoas mortas pelos agentes em horário de folga é superior, considerando as quatro desagregações territoriais. Já em relação aos casos de pessoas feridas por esses policiais a lógica se inverte, já que há um alto índice de pessoas feridas por PC em horário de serviço. E segundo os dados de 2017 e 2018 os agentes da Polícia Civil, apesar de terem índices baixos de mortes, são muito feridos durante o expediente policial, sendo neste caso mais vítimas das lesões do que perpetradores. No balanço geral das mortes dos agentes em serviço ou fora de serviço – considerando o lapso de dados entre 2012 e 2016 –, o número total de não-policiais mortos por PC é triplamente maior do que o número de casos em que os agentes são vítimas.

Ainda que somente uma análise parcial possa ser realizada tomando como base as tabelas, são nítidas as diferenças no número de policiais mortos em serviço e fora de serviço. As causas para o grande número de policiais mortos em horário diferente daquele no qual realizam sua função oficial é explicada pelo fato dos policiais exercerem funções de segurança privada, os chamados “bicos” e, portanto, por estarem mais sujeitos a um confronto em casos de assalto aos estabelecimentos comerciais que vigiam, por exemplo (HUGGINS, M., 2010). Outro aspecto relevante a respeito da morte de policiais, conforme indicam os dados da Ouvidoria de Polícia (OUVIDORIA, 2019), é que em 2018 foram registrados 35 casos de suicídio, uma média de uma morte a cada 10 dias e um índice 84% maior em relação a 2017.

Chama atenção o fato de que há uma discrepância entre o número de agentes da PM mortos fora de serviço e em serviço, sendo que são majoritariamente mortos

durante as “folgas”. A não divulgação dos dados oficiais sobre policiais mortos fora de serviço pode estar atrelada a uma metodologia política de ocultação de informações públicas, o que nos leva a afirmar que as reais condições de formação e de serviço policial, e consequentemente a exposição dos agentes à violência, ainda é um campo fechado para investigação.

A PM paulista mata muito e fere muito. Em alguns anos é possível perceber um aumento drástico nos índices de pessoas mortas pelos agentes, especialmente em 2014 e 2018. Considerando os totais gerais de mortos para o Estado no ano de 2018 a proporção é de quase 16 não-policiais mortos para 1 agente morto.

2.2. Boletins de ocorrência

Os 255 BOs analisados foram disponibilizados pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com as identidades ocultadas, e se referem a ocorrências de “resistência” seguida de morte (artigo 329 do Código Penal Brasileiro vigente à época) registrados em 2012. Por ser o primeiro documento oficial, sua singularidade permite tecer importantes considerações sobre os eventos letais.

Este material compôs parte dos dados empíricos apreciados durante a pesquisa do projeto “Pensando o Direito” da qual participei como pesquisador junto à equipe de pesquisa do Observatório de Segurança Pública (OSP) (SOUZA *et. al*, 2016). A partir do acesso aos 255 BOs foi elaborada uma metodologia de pesquisa a partir da identificação dos principais componentes a serem analisados (quantidade de vítimas, local das ocorrências, fato que motivou a intervenção policial, etc.), e sistematizados os dados referentes. As observações a respeito dos informações apresentados a seguir correspondem, paralelamente, um projeto de pesquisa específico sobre o contexto de letalidade paulista (ROMERO, 2017) e são de minha responsabilidade.

Um primeiro ponto de destaque é que nas ocorrências dos “autos de resistência” do material analisado não foram registradas mortes de policiais. Dessa forma não é possível validar a narrativa do “confronto”, já que as mortes de não-policiais por policiais não ocorreram nas mesmas situações em que os agentes

figuram como vítimas. Além disso, a polícia quando atira mata mais do que fere e mesmo assim fere muito, já que o número de policiais feridos nas ocorrências é inferior ao de não-policiais feridos. Assim como não há correspondência entre morte de não-policial e morte de policial, não há relação entre mortes e ferimentos nestas ações caracterizadas como letalidade policial.

Dentro do contexto dos BOs examinados, outro componente importante refere-se aos fatos que originaram a intervenção policial letal:

Tabela 04 – Fato que originou a intervenção policial.

Fato que originou a intervenção policial	**Quantidade de BOs**
Roubo (consumado ou tentado)	156
Tráfico de Drogas	07
Furto (consumado ou tentado)	04
Homicídio Consumado	01
Porte ilegal de arma	01
Outros	05
Não se aplica	81
Total	**255**

Fonte: SOUZA *et. al*, 2016.

Apesar do grande desconhecimento sobre o fato que originou a intervenção dos agentes, a categoria “roubo” concentra a principal ação motivadora da ação letal dos policiais, deixando clara a preferência pela proteção do patrimônio à proteção das pessoas (FOUCAULT, 1999). Esta é uma das teses apontadas nas discussões sobre militarização das forças policiais, que relacionam à atividade policial à proteção do Estado e da propriedade em detrimento da proteção dos cidadãos e do respeito aos direitos civis.

Tabela 05 – Dinâmica do fato.

Dinâmica do fato	**Quantidade de BOs**
Confronto entre policial e "não policial" (agentes estavam em serviço)	196
Policial vítima de assalto	30
Intervenção de policial fora de serviço em crime em andamento	20
Execução sumária contra "não-policial"	04
Conflito interindividual	03
Não se sabe/ Não informado	02
Total	**255**

Fonte: SOUZA *et. al*, 2016.

Já em relação à dinâmica do fato predomina a versão de que os policiais reagiram na mesma medida em que foram atacados. A tese do "confronto" justifica a maior parte das ocorrências letais. Ainda assim, as duas outras categorias chamam atenção ao que foi dito anteriormente sobre policiais mortos fora do horário de serviço. O fato da categoria "intervenção de policial fora de serviço em crime em andamento" ocupar a terceira posição na descrição das dinâmicas das ocorrências indica a utilização privada do uso da força policial, ou seja, ainda que não possamos apontar considerações sobre a realização ou não de serviços de segurança privada através de casos concretos; o fato dos agentes interferirem em ocorrências mesmo fora do expediente revela que se trata de uma autoridade do uso da força integral e cotidiana, ampliando as possibilidades de uso abusivo.

Tabela 06 - Tipo do local onde ocorreu o fato.

Tipo do local	**Quantidade de Boletins de Ocorrência**
Via Pública	204
Estabelecimento Comercial	24
Residência Particular	17
Hospedagem, motel e/ou outros	02
Bar, boate e/ou outros	02
Parque, bosque, horto, reserva e/ou outros	01
Estabelecimento Bancário	01
Batalhão ou Companhia	01
Veículo Particular	01
Condomínio Habitacional	01
Não Informado / Não Identificado	01
Total	**255**

Fonte: SOUZA *et. al*, 2016.

Quanto à localidade dos acontecimentos, alguns aspectos devem ser mencionados. O fato de ocorrerem em sua maioria em lugares públicos revela que ainda que sejam passíveis de serem testemunhadas por transeuntes, a presença e a ação policial letal expressam uma forma de resolução da insegurança vivida nos centros urbanos, justificando o uso de força excessiva. O fato de a categoria dos "estabelecimentos comerciais" serem o segundo lugar com mais frequência de ações

letais chama atenção com relação ao que dissemos sobre a preservação do bem privado em detrimento à preservação da vida.

Há uma geopolítica da letalidade policial que não pode ser observada no material analisado por falta de informações sobre a localidade, mas alguns estudos elaboraram importantes reflexões a este respeito. Em 1999 a pesquisa realizada por Cristina Neme (1999), nos apresenta taxas de mortalidade por homicídio em 96 distritos do município de São Paulo. O maior índice da época concentrava-se no distrito do Jardim Ângela com uma taxa de 111,52 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto que o menor índice, de 2,65 por 100 mil, era registrado em Perdizes (NEME, 1999, p. 17). A diferença nos casos letais entre a periferia e o centro é patente.

Estabelecer que os padrões de ação policial letal acarretam disputas geográficas e políticas, é consequentemente fixar um duplo sentido na função policial: por um lado ela se mantém pelo discurso da pacificação social, e do outro lado serve como instrumento de controle social autoritário especialmente em regiões periféricas e contra populações marginalizadas. Neste movimento a noção de "periferia" é preenchida por um significado político que permite a morte de não-policiais em diferentes espaços da cidade, contra determinado grupo de "suspeitos". Há como que uma regularização da exceção (AGAMBEN, 2004) e a necessidade política de eliminação do "bandido" percorre todo o território.

2.3. Entrevistas

Outro instrumento de pesquisa utilizado na análise do fenômeno da letalidade policial, foram entrevistas com operadores dos sistemas de segurança e justiça do estado de São Paulo. Este material também é fruto da pesquisa desenvolvida pela equipe do Observatório de Segurança Pública (SOUZA, *et. al.*, 2016). Para o presente estudo foi acessado o banco de dados e selecionados trechos que permitissem mapear fluxos discursivos e relações de poder/saber sobre a prática e os sistemas de controle interno e externo da atividade policial.

As entrevistas foram em São Paulo, e parte delas realizada por mim. Através da elaboração de um questionário semiestruturado os quatro entrevistados, uma Defensora Pública (**SP01**), um ex-policial da ROTA (**SP02**), um Ouvidor da Polícia

(**SP03**) e um policial militar (**SP04**), apontaram causas, efeitos e soluções da morte de policiais e de não-policiais por agentes do Estado. Apesar do consentimento na participação da pesquisa, as identidades foram preservadas. A posição dos interlocutores e a forma como identificam e caracterizam o fenômeno de morte em questão é singular e permite dar continuidade ao aprofundamento de outros tópicos da letalidade policial.

Foi possível encontrar nas falas dos agentes estatais poucos elementos semelhantes a respeito das mortes causadas pela polícia e sobre as causas das mortes dos policiais. Já as diferenças deixam claras as disputas existentes nesse campo de relações de poder e saber. Elas passam inclusive, como reitera a fala do entrevistado **SP02**, pelo argumento segundo o qual o problema da ação policial cabe ser questionada e entendida apenas pelos policiais que lidam cotidianamente com os "criminosos". Para este entrevistado, o problema da letalidade policial trata-se do oposto daquilo que tentamos demonstrar neste trabalho, ou seja, que as mortes de não-policiais são resultantes dos conflitos e que os policiais agem apenas em estrita legítima defesa:

> A letalidade policial é resultado do próprio criminoso. Quando ele resolve sair de casa armado ele já está indo para o confronto. Ele não está saindo de casa armado porque ele gosta de andar armado, porque é um enfeite. Ele sai de casa armado para usar. Quando ele é abordado pela polícia ele tem uma opção: ou ele joga a arma e se entrega ou troca tiros com a polícia. O que joga a arma e se entrega, que são milhares que vão presos, ninguém mostra. O que troca tiro com a polícia, se Deus quiser ele vai morrer sim. Então a letalidade é do bandido, ele provoca a letalidade. Mesmo quando ele morre, ele é responsável por essa morte. A polícia não é culpada de nada, é tão vítima como toda a população. A letalidade policial é consequência da nossa lei que é fraca. O criminoso não teme a lei. **(SP02) – Ex-policial da ROTA** (SOUZA *et. al.*, 2016).

Essa fala comprova as teses sobre o modelo militarizado de atuação das polícias no Brasil, no qual os dispositivos de exceção são fundamentais à consecução dos objetivos bélicos (SOUZA, 2015). Ainda que um dos grandes problemas da "violência urbana" seja a complexa organização armada da atividade criminal, a ação policial não deve ser pautada na "eliminação" daquele a quem a polícia deve proteger, mesmo que flagrado no cometimento de um ato ilegal. Outro ponto importante, como pudemos constatar com a análise dos Boletins de Ocorrência, a proporção de policiais

feridos é muito pequena, o que evidencia o falseamento da narrativa de "legítima defesa" como justificativa ao uso excessivo da força.

A fala da defensora pública revela alguns traços importantes da construção da "letalidade policial", segundo a interpretação da legalidade da "legítima defesa" do policial:

> Muitos policiais, a gente vê isso em processos nossos, eles narram e muitas vezes falsamente, que foram obrigados a revidar e aí eu vejo dois equívocos. O primeiro numa repetição irreal de histórias como se sempre, entre aspas, "os bandidos" atirassem, coisa que eu vejo que é raro acontecer porque a polícia se impõe. Eu acho que o primeiro equívoco é a repetição de histórias idênticas e irreais, de que sempre os policiais são recebidos a muitas balas. Esse é o primeiro equívoco. Segundo é: revidar quando isso acontece, se acontece; como se houvesse o direito à vingança. Nós temos índices de letalidade fora de qualquer padrão aceitável. Por mais que se questione qual é o padrão aceitável é completamente fora, e isso se revela pelos discursos tanto dos policiais quanto dos operadores do sistema de justiça. **(SP01) – Defensora Pública** (SOUZA *et. al.*, 2016).

É interessante notar as relações entre a ação policial e o sistema de justiça. Segundo a maioria dos entrevistados, a garantia da impunidade é um dos artifícios que favorecem a prática letal dos policiais, geralmente inocentados diante de um critério de culpa imputado às vítimas dos homicídios através, por exemplo, da exposição de seus passados "criminosos". Mesmo diante das controvérsias representadas nas falas de **SP01** e **SP02** sobre a interpretação da ação policial letal, as entrevistas, em geral, permitem estabelecer uma aproximação entre policiamento e política estatal de extermínio das populações "perigosas":

> [A letalidade policial] representa um Estado, não é uma polícia; representa um Estado que faz a opção pelo controle social através do extermínio. Definição simples, direta, dura, mas a gente tem que parar de entender a polícia como se fosse meramente um órgão existente no organograma dentro do poder executivo. E que, portanto, se eu troco esses ou aqueles nomes eu vou resolver o problema. Não! Se eu tenho uma polícia com alto índice de letalidade, eu tenho um Estado com um alto índice de letalidade que entende que essa medida é a mais adequada para o controle social e pra gerar segurança. **(SP04) – Ex-policial militar** (SOUZA *et. al.*, 2016).

> Nós acreditamos que a polícia do Estado tem essa cultura de guerra, por isso tem em sua maioria das vezes, o hábito de não fazer uma abordagem que seria uma abordagem lícita; e ele tendo já aquele cidadão, da periferia, principalmente o cidadão pobre, e inclusive da raça negra, como inimigo, ele já tem uma pré-disposição de ter aquele julgamento e ter mais facilidade em

> apertar o gatilho. Essa é a constatação que a gente chegou depois de anos aqui na ouvidoria e de pesquisas também que realizamos. E a morte do lado dos agentes policiais são aquelas que a gente acha que é decorrente também da ação policial que de alguma forma, se tivesse sido evitada muitas mortes contrárias, essas aqui seriam evitadas. Nós sabemos que muitas podem ser por atos de vingança por parte desse pessoal que foi morto, e isso, caso não houvesse essa ação mais determinada da Polícia Militar em puxar o gatilho. **(SP03) – Ouvidor de Polícia** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

O agente **SP04** acredita ser de fato uma política de extermínio a manutenção de padrões de homicídio praticados pelos agentes. É possível fazer relação direta entre seu argumento e a preservação de relações autoritárias. A fala do Ouvidor (**SP03**) revela como são construídos padrões de suspeito e de letalidade, e também sobre o vínculo contínuo entre a posição do policial como vítima e executor.

Há uma característica geral privatista do uso da força pelos policiais, tendo em vista que não há pena de morte no Brasil e que a resolução dos conflitos é geralmente pautada por uma normatividade que extrapola a proporcionalidade do uso da força. Ainda que o policiamento, especialmente o militar, esteja embasado no uso de armas, táticas de defesa e ataque, cabe aos agentes efetuar prisões e dar outros prosseguimentos às ocorrências que não a morte do "oponente". A decisão de um policial pela vida ou morte de um não-policial não deveria ser composta por quesitos de "justiça" – conforme acredita o entrevistado **SP02**: *"*Graças a Deus, em 33 anos de polícia e eu nunca acertei ninguém inocente. E olha que eu acertei muita gente.*"* **(SP02) – Ex-policial da ROTA** (SOUZA *et. al.*, 2016).

Mas essa é uma visão muito distinta de alguém que de outra forma, também tem um contato próximo com os casos de letalidade policial acompanhando-os na esfera dos procedimentos legais de julgamento, e acredita que a instituição tem um papel decisivo na manutenção desse problema:

> Já teve casos aqui que a gente perguntou pro policial, em juízo, 'você tinha envolvimento em morte antes?'. 'Sim, claro, matei uma pessoa antes'; 'ahh tá, e quando foi?', 'não me lembro', 'que ano foi?', 'não lembro', 'que mês?'; 'muito menos'. E eles são muito repetidamente treinados a responder que aquilo só serviu para melhorar o desempenho, que aquilo foi uma **morte profissional; a gente já viu em questionários: "aquela morte serviu para eu reforçar o meu profissionalismo"**; então o que eu acho é que ela é glorificada e muitos policiais que matam reiteradas vezes são promovidos, às vezes são punidos porque a farda está amassada, porque um dia chegou cinco minutos atrasado, porque não bateu continência; mas não são punidos

> pela série de mortes que eles carregam. **(SP01 – grifo meu) – Defensora Pública** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

Estão em choque dois modelos de compreensão do fenômeno da letalidade policial nas falas de **SP01** e **SP02**. Os embates estão diretamente ligados, de um lado, à questão do monopólio da força, e de outro, à participação da sociedade civil no controle das atividades policiais. Os mecanismos de controle interno da força, como a Corregedoria da Polícia Militar, não levam a cabo as investigações sobre execuções sumárias praticadas por policiais por uma opção política (BUENO, 2014). E isso favorece, por exemplo, a atuação de policiais como seguranças de estabelecimentos privados e como "justiceiros", grupos deliberadamente focados em eliminar os "bandidos". A letalidade policial oferece lucros políticos e econômicos valiosos. Mas isso parece ser algo contestado e oculto, vide a fala do entrevistado **SP02:**

> Vamos supor que você está abordando um cara e de repente você está trocando tiros com o cara, e a sua bala transfixou o bandido e acertou um cara atrás. Você matou o cara, mas você queria esse resultado? Então qual a culpa, de repente foi uma desgraça da natureza (...); então dependendo do caso ou homem é expulso ou não, então há todo um acompanhamento. Mas a polícia militar é muito rigorosa nas suas apurações, nós costumamos dizer que nós cortamos na própria carne, então ao contrário do que muita gente imagina, que nós protegemos as coisas erradas, a força policial militar não protege os que erram, pode ter certeza disso. **(SP02) – Ex-policial da ROTA** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

A economia da morte parece favorecer a impunidade penal de policiais, e os mecanismos de controle interno e externos da força parecem submeter-se a um jogo corporativista, como deixa claro o agente **SP04**:

> Na persecução penal, se você acompanhar cada caso, você vai ver que os obstáculos são inúmeros (...), nós precisaríamos de uma polícia da polícia já na hora daquela letalidade, e não a própria polícia. Isso seria o certo para que não houvesse omissão, mudanças da cena do crime, isso desde a hora do ato mesmo, do crime de homicídio praticado pelo agente policial. Nós sabemos que a maioria desses casos, mas uma maioria quase que absoluta, são arquivados a pedido do próprio Ministério Público. Porque é óbvio que vai existir o corporativismo naquele instante, não tem jeito de não existir. Como é óbvio também que numa eventual denúncia, o Ministério Público por exemplo, numa cidade pequena, está em contato direto com a Polícia Militar, e de qualquer forma tem aquela situação de no mínimo olhar com bons olhos aqueles atos praticados pela Polícia Militar, mesmo quando eles são drásticos e fora da realidade. E isso aí leva para essa impunidade que existe de uma maneira quase que absoluta no estado de São Paulo. Tem procedimentos que afastam imediatamente o policial, tem situações que não, que ele fica

> trabalhando normalmente. Tem muitas situações que com a pressão da imprensa, pressão popular, esse policial é afastado. **(SP04) – Ex-policial militar** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

Um relato na fala da Defensora Pública demonstra como a própria violência física tem a ver com a gestão de outras ilegalidades. O policial que era acusado de torturas era também um traficante de drogas. A impunidade à morte de não-policiais "bandidos" por policiais tem apoio social, mas também revela uma dinâmica de movimentação lucrativa da economia criminal.

> A gente mesmo aqui tem um caso de um policial que sempre aparecia em torturas graves contra adolescentes, a gente fez inúmeras denúncias, colheu material, um dia ele foi preso com grana e droga dentro da viatura e foi preso pela Justiça Militar em flagrante por crime de tráfico de drogas que é um crime militar também, e foi absolvido das torturas. **(SP01) – Defensora Pública** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

Por fim, questionados sobre as possibilidades de mudança que vislumbrariam em relação ao contexto de segurança pública contemporânea, foram reveladas algumas das dimensões através das quais podemos identificar a intensificação de uma sociedade punitiva ou de uma sociedade que repense as práticas policiais:

> Eu colocaria esses pontos: a indenização, a reparação psíquica, a questão dos armamentos menos letais em substituição aos armamentos letais em perseguição dos suspeitos e eu colocaria também uma política clara de afastamento e reciclagem, afastamento por períodos longos e reciclagem categórica e séria dos policiais envolvidos em evento/morte. E aí talvez uma quinta coisa seria uma política séria de combate aos grupos de extermínio, porque há quem diga que todo batalhão tem um grupo de extermínio. **(SP01) – Defensora Pública** (SOUZA *et. al.*, 2016).

> Eu acredito que para diminuir essa letalidade precisava de uma mudança de cultura realmente, nos próprios jovens que ingressam na carreira policial. Teria que mudar essa forma de orientação e fazer com que o policial seja aquele policial que seja respeitado como amigo do cidadão, como protetor do cidadão, enfim, aquele policial que nós chamamos de polícia comunitária, em que aquele jovem da periferia não olharia a polícia como seu inimigo, e nem a polícia olharia ele como seu inimigo, e sim como um protetor daquele jovem, do cidadão. **(SP03) – Ouvidor de Polícia** (SOUZA *et. al.*, 2016).

> Primeiro de tudo transparência, porque sob o manto da transparência eu tenho acesso da sociedade aos currículos de formação desses militares, para eu ver a quantidade, a qualidade. Acesso da sociedade as apurações de como deve ser feito. E cessar a impunidade, acesso através da transparência, acesso dos inquéritos para saber não só pelas informações fornecidas pelos policiais. **(SP04) – Ex-policial militar** (SOUZA, *et. al.*, 2016).

Através da maioria das falas dos entrevistados é possível perceber que a mudança do quadro de letalidade policial no Brasil não perpassa apenas propostas de políticas públicas de controle da força, mas uma mudança cultural e política significativa na relação entre polícia e sociedade civil. Tanto é que se pode perceber o posicionamento de determinadas agências estatais como a Ouvidoria de Polícia e Defensoria Pública, como importantes atores no processo de democratização dos direitos e de acesso à justiça. Além destes mecanismos internos de controle do uso da força policial, a atuação de movimentos sociais cumpre importante papel num combate à ação ilegal e seletiva do sistema penal.

Relacionando os aspectos do "autoritarismo socialmente implantado" (PINHEIRO, 1991) e da "democracia disjuntiva" (CALDEIRA, 2000), o debate da segurança pública e do uso da força pelas instituições policiais deve ser reorientado e abandonar as concepções criminológicas racistas e letais. É urgente analisar as relações que estabelecem a manutenção de uma determinada ordem social marcada pelo uso da violência pelos agentes do Estado no combate ao "crime", que descaracteriza cotidianamente o regime político democrático.

3. DISPOSITIVO LETAL NO CAMPO DA SEGURANÇA

Mesmo diante do discurso legislativo e dos decretos normativos que regulam a atividade policial com base no uso proporcional da força, como podemos compreender enunciados do tipo "eu nunca matei um inocente", declarado pelo ex-agente da ROTA entrevistado? É imprescindível indagar de que forma e a partir de quais referências os dispositivos de segurança estão atrelados à uma sociedade na qual o assassinato integra relações políticas.

A arqueo-genealogia e os estudos sobre segurança de Michel Foucault (1985; 2008; 2010) parecem nos indicar caminhos de pesquisa profícuos para compreender as relações de poder e os saberes que produzem e são produzidos sobre as mortes praticadas pelo Estado através das forças policiais. Ao tratar a mecânica do poder nos termos de uma guerra continuada por outros meios, como próprio fundamento da sociedade civil e de defesa da vida moderna, Foucault (2010) argumenta sobre as

formas pelas quais se chegou ao princípio de que é preciso defender a sociedade. A metodologia de análise e os conceitos formulados contribuem à formulação de questões sobre a realidade brasileira, e mais especificamente sobre as microrrelações de poder e saber que *normatizam* (FOUCUALT, 1999; 2010) o assassinato como prática política estatal.

Para Foucault as relações sociais e políticas na modernidade são caracterizadas por um regime de biopoder (FOUCAULT, 1985). Com isso o autor constroi uma historiografia do Ocidente que observa a organização de uma sociedade disciplinar na transição entre os séculos XVII e XVIII, cujo alvo era a utilização dos indivíduos, e uma posterior economia global dos processos de sujeição cujo regime, biopolítico, tem como foco os problemas relativos aos corpos múltiplos, à população; um problema político, econômico, biológico e também de “poder” (FOUCAULT, 1985; 1999). Na biopolítica não se tratará de modificar um fenômeno especial, um indivíduo em particular, mas de controlar o previsível, estatístico e intervir de modo a determinar fenômenos globais, os lucros e os riscos.

Durante o curso ministrado entre 1975-1976 no Collège de France, Foucault (2010) toma como um dos objetos de indagação justamente as formas, os mecanismos e as relações através das quais se autorizam o assassinato no Estado. Após uma extensa análise sobre o dispositivo de poder moderno, questiona justamente “como vai se exercer o direito de matar e a função do assassínio? [...] Como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (FOUCAULT, 2010, p.214). Orientado por uma perspectiva genealógica de resgate histórico dos saberes, dos conflitos que marcam a formação e o desenvolvimento do Estado, da organização dos códigos jurídicos e dos mecanismos e efeitos de exercício político nos termos da guerra (mesmo em tempos de “paz”), argumenta ser o racismo um dos principais elementos das táticas do poder soberano moderno (FOUCAULT, 2014 p.214). E não se trata somente da classificação hierárquica das raças, mas sua utilização pelo Estado nos cálculos governamentais e na classificação de inimigos (FOUCAULT, 2010).

O racismo faz funcionar no interior do Estado uma relação de tipo guerreiro, compatível com o exercício do biopoder: “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá” (FOUCAULT, 2010, p.215). Não se trata de individualizar a

segurança com a morte do outro, mas é justamente no nível da segurança da população, na maximização da raça boa, que se fará necessário que a raça ruim morra. Assim a morte se torna possível dentro do Estado, dentro da biopolítica.

Por fim, a função de assassínio do Estado é assegurada no regime biopolítico por levar à eliminação do perigo, dos inimigos biológicos, simultaneamente internos e externos, sendo igualmente parte da população e uma ameaça a ela. Segundo Foucault (2010):

> Tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da própria raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. (FOUCAULT, 2010, p.215).

Foucault (2010) aponta que numa sociedade como a nossa as normas estão colonizando cada vez mais o discurso jurídico da soberania. A noção de “estado de exceção” discutida por Agamben (2004) corrobora essa tese, e nos permite aprofundar o problema do conflito social contemporâneo através das relações de poder que mantém a regularidade da vigência da “exceção”, ou seja, das formas legais de autoritarismo nas políticas atuais. As relações de poder na sociedade produzem discursos normativos (saber sobre o criminoso, sobre o cálculo das penas), cujos efeitos perpassam a permanente autorização do uso abusivo da força pelo Estado (AGANBEM, 2007).

Nesse sentido, podemos compreender a *normalização* (FOUCAULT, 2010) da letalidade da ação policial no regime democrático brasileiro contemporâneo, como componente das táticas de combate ao “criminoso” e como discurso-técnico do policiamento. Trata-se de uma relação de força que, em geral, está condicionada à preconização do uso da arma de fogo e pelo exercício de uma dupla função pelo policial que atira e mata: ele é ao mesmo tempo agente de manutenção da ordem autorizado a usar a força, e juiz responsável por elaborar um discurso de verdade que

faz valer a norma de “legítima defesa” do policial diante do “inimigo” (FOUCAULT, 1999; 2010).

O que se sugere aqui como uma possível e provisória definição de “letalidade policial”, trata de compreender as mortes (bem como as interações violentas) de policiais e não-policiais em relação com os agentes, como produtos de um dispositivo letal operante no campo da segurança pública. Se nos referimos apenas ao policial como “vítima” é como assegurar que a morte do “bandido” era mesmo natural e necessária quando, como indicamos aqui, ela é produto de uma relação social (MISSE, 2008). Entre o momento em que o policial saca uma arma letal e definitivamente efetua um disparo, há não só um período de resposta estratégica que faz parte do treinamento policial, mas também uma relação política discricionária.

São mortes correspondentes a um dispositivo letal, sendo que a noção de “dispositivo” se refere a:

> a. [...] um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edificações, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
> b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
> c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e relações de saber. (AGAMBEN, 2009, p.29).

Portanto, ainda que tão dessemelhantes, as mortes que em geral decorrem da atividade policial, devem ser problematizadas a partir de um ponto comum. É a disposição política do poder, o enfrentamento, os mecanismos de dominação e sujeição dispostos na micromecânica das relações, os processos de criminalização; é enfim, o racismo e a justificativa de proteção biológica da espécie, da população, da cidade, o componente das situações que podemos identificar como principais componentes do conflito violento na sociedade contemporânea.

Ao tratarmos de “letalidade policial” não podemos deixar de analisar o funcionamento dos chamados “grupos de extermínio”. Aparecem historicamente em dois tipos de eventos: quando são denunciados os grupos de policiais organizados para consecução de homicídios (BARCELLOS, 2003; BICUDO, 1977), ou quando um número de assassinatos, concentrados em poucos dias em determinadas regiões está

relacionada a uma forma de vingança paralela praticada pelos agentes. Nos dois casos se está diante da manutenção de uma mesma lógica de eliminação do "inimigo".

Em casos como as chacinas, motivadas geralmente por reações policiais à morte de agentes, a maior parte revela que as vítimas não exerciam de fato alguma atividade ilícita, não faziam parte de grupos criminosos, não eram traficantes e sequer tinham o registro nos prontuários policiais (NEME, 1999). Isto significa que por "letalidade policial" podemos compreender também estes fenômenos de morte, já que eles reproduzem a dimensão militarizada da sociedade: a existência do inimigo, e a necessidade de combatê-lo.

Há também um significativo problema a ser enfrentado, em relação às condições de exercício da atividade policial. A recente divulgação da SSP/SP sobre os dados de "policiais mortos (e feridos) fora de serviço" e mesmo as narrativas de que eram vítimas de assalto, não permitem aprofundar muito em que situações os agentes são mortos fora do expediente policial. É sabido que o exercício de atividade remunerada paralela à função pública, o "bico", explica muitas dessas mortes e também revela as precariedades salariais e assistenciais na função oficial (HUGGINS, 2010).

O alto índice de suicídios registrado na polícia paulista corrobora essa tese (OUVIDORIA, 2019), e atesta a necessidade de integrar essas mortes ao fenômeno da "letalidade policial". Isso porque, podemos nos questionar quanto à responsabilidade institucional da Polícia com seus agentes, diante de uma função em que o uso de armas e interações violentas são corriqueiras.

4. Considerações finais

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (1991), o monopólio do uso da força física no Brasil republicano – fundamento da gestão da violência pelo Estado e de sua capacidade de garantir as liberdades públicas e civis – esteve historicamente interligado a um regime de exceção paralelo, que pode ser identificado com a desigualdade social e com um número de ilegalismos geridos pelo Estado contra a maioria da população: pobres, marginalizados e negros, que subsiste indiferente às

constituições e regimes autoritários. Trata-se de uma prática de governo exercida a despeito das periodizações políticas e das constituições, definida como um "autoritarismo socialmente implantado" (PINHEIRO, 1991, p.51).

Sérgio Adorno (2002) retoma essa questão a partir da tese weberiana da constituição do Estado, segundo a qual o uso legítimo da força não se deve reconhecer como uma força irrestrita, afinal isso descaracterizaria um Estado democrático de Direito. Mas, segundo sua visão, a modernidade no Brasil é incompleta e há uma erosão do monopólio da força: seja pelo despotismo policial e a atuação das empresas privadas de segurança, seja pela própria organização armada complexa do tráfico de drogas. Há, portanto, uma relação problemática entre segurança pública, controle social, racismo e desigualdade social.

As observações de Paulo Sérgio Pinheiro (1991) e Sérgio Adorno (2002) identificaram dois processos em curso, valiosos à reflexão proposta neste artigo: a observação de uma real mudança nos padrões de violência na sociedade, isto é, nas dinâmicas e na incidência dos crimes de roubo e tráfico – assim como Caldeira (2000) também percebe –; e a reprodução da estrutura tradicional de dominação e poder, associada a um modelo de polícia de "segurança nacional".

Então o que se verifica nessas teses sobre o monopólio da força pelo Estado é que a luta contra os "inimigos internos", associados à figura dos "bandidos", dos "criminosos", justifica o policiamento violento, numa sociedade cuja Constituição assegura o direito à vida e à segurança de todos indivíduos. Considerando que a pena de morte não é uma medida punitiva prescrita no Código Penal Brasileiro, pode-se dizer que é através da ilegalidade – justificada pela *exceção* (AGAMBEN, 2004) – das ações policiais que são defendidos os propósitos democráticos de "justiça" e manutenção da "ordem".

Ou seja, através da prerrogativa legal do uso da força é exercido um controle violento da violência, que permite indicar alguns apontamentos sobre a permanência de altos índices de mortos e feridos por agentes do Estado. A impunidade judicial e os discursos de insegurança estimulados na opinião pública reiteram a normalização de tais práticas. De forma que o monopólio legal deve ser visto não a partir das instituições, mas em seu exercício real, nas pontas, nas práticas dos agentes

encarregados de fazer cumprir a lei. É aí que podemos perceber os jogos de poder, os mecanismos e os efeitos da ação policial letal.

Mudanças legislativas e nos processos penais podem oferecer apenas alguns pontos de resistência, através por exemplo, da responsabilização e da reparação das vítimas e suas famílias. Apesar da força política exercida por instituições internas e externas de controle da força, como o Ministério Público, as Corregedorias e Ouvidorias de Polícia, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil, o problema do uso ilegal e violento da força pela polícia permanece patente, sendo inclusive incentivado por gestores estaduais e federais[7].

Não há um otimismo em relação ao combate às práticas letais que foram descritas nesse trabalho, já que foi possível perceber a complexidade das relações que integram o fenômeno da letalidade policial. Cabe-nos compreendê-lo e descentralizar os discursos sobre o "crime" e a "insegurança". A ideia de que o crime deve ser combatido para o bem da sociedade não oferece uma boa saída ao problema da violência policial. Se de fato o bandido bom fosse o bandido morto, chegaria um momento que se poderia cogitar o fim da polícia já que a tendência seria uma crescente redução da "criminalidade".

Parece haver um reforço contínuo e seletivo de estratégias violentas pela polícia. Foi possível constatar durante a pesquisa que populações negras e jovens constituem as principais vítimas de uma prática genocida executada pelas forças policiais, ainda que uma grande parcela desses homicídios seja praticada por policiais negros e que ocupam os baixos escalões institucionais (SINHORETTO, 2004).

A despeito do crescente investimento direcionado ao setor, o Brasil continua apresentando um cenário de perpetração da violência, de aumento do sentimento de insegurança, de precário controle da atividade policial e de taxas muito baixas de resolução de homicídios. Dessa forma, podemos crer que antes de indagarmos sobre um modelo de segurança pública adequado ao regime político democrático, temos que problematizar as próprias condições pelas quais se organiza e se efetiva o uso

[7] Apesar do trabalho de investigação de seis meses, uma ação policial terminou por matar 11 homens que executavam assaltos em agências bancárias numa cidade paulista. O Governador do Estado e o Presidente da República fizeram questão de enaltecer publicamente o seu apoio à ação "legítima" dos policiais. Ver: https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-e-doria-parabenizam-policiais-que-mataram-11-apos-assalto-em-sp/. Acesso: 15/04/2019.

da força policial, já que a história do Brasil demonstra que a violência institucional, exercida através das forças da ordem, subsiste à ditaduras e democracias (PINHEIRO, 1991).

A reiterada necessidade de "segurança" é uma das principais chaves autorizativas da violência policial letal, e ela se demonstra incompatível com a realidade da criminalidade urbana (ADORNO & LAMIN, 2014). A desmilitarização das forças policiais e a substituição de um modelo de segurança baseado no confronto, por um de caráter civil, são urgentes agendas de pesquisa e de práticas políticas que visem combater a política de extermínio vigente, e consolidar o regime democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-2002). São Paulo: Editora Sumaré, 2002, p. 267-307.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de (Orgs.). Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel? 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, p.151-170.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. Estudos Avançados [online]. V.21, n.61, 2007. p.7-29. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002. Acesso: 08/04/2019.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O que é um dispositivo? In: _____. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 25-54.

_____. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALVAREZ, Marcos César; CAMPOS, Marcelo da Silveira. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, Sérgio; MARTINS, Benedito (Orgs.). Sociologia Brasileira Hoje. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017. p.143-213.

AMPARO, Jaime Alves. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. Revista da ABPN, v.1, n.3, p.89-114, 2011.

ANISTIA INTERNACIONAL. Use of force. Guidelines for implementation of the UN basic principles on the use of force and firearms by law enforcement officials. Holanda: Amnesty Internacional, 2015.

BARCELLOS, Caco. Rota 66: a história da polícia que mata. São Paulo, Editora Record, 2003.

BICUDO, Hélio. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e paz de São Paulo, 1977.

BUENO, Samira. Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/34, 2001.

CUBAS, Viviane de Oliveira. A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo. 2002. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

FELTRAN, G. de S. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 347f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo da gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). Revista Brasileira de Segurança Pública, v.6, n.2, p.232-255, 2012.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 176p.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 288p.

_____. Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 2.ed. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HUGGINS, Martha. Violência urbana e privatização do policiamento no brasil: uma mistura inevitável. Cad. CHR [online], v.23, n.60, p.541-558, 2010. Disponível em:

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-4979201200007. Acesso: 07/04/2019.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 50, p.45-123, 2000.

MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras do crime. 2012. 304f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. Etnográfica, v.14, n.2, p.311-315, 2010.

MISSE, M. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: Esboços de uma Interpretação. In: MISSE, Michel (Org.). Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, p. 13-32.

NEME, Cristina. A instituição militar na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo. 1999. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NUNES, Camila Dias. Da pulverização ao monopólio da violência. Expansão e consolidação do PCC no sistema carcerário paulista. São Paulo. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NUNES, Camila; GORETE Maria; NATAL, Ariadne; POSSAS, Marina; RUOTTI, Caren. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. Revista Brasileira de Segurança Pública, v.9, n.2, p.160-179, 2015.

OUVIDORIA DA POLÍCIA. Relatório anual de prestação de contas. São Paulo, disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria/, 2019. Acesso em: 27/02/2019. 50p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. Revista da USP, n.9, p.45-56, 1991.

JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Relatório, maio de 2011. Disponível em: http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf. Acesso em: 26/11/2017. 245p.

RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 165p.

ROMERO, Gabriel de Sousa. Segurança Pública e letalidade: um estudo sobre o uso da força policial em São Paulo. 2017. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

ROMERO, Gabriel de Sousa; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo letal no estado de São Paulo: revisão do debate contemporâneo sobre o uso da força policial e considerações para o futuro. Revista TOMO, v.32, p.129-162, 2018.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.30, n.1, p. 207-223, abr. 2015.

SOUZA, Luís Antônio Francisco; ROMERO, Gabriel de Sousa; ARRUDA, Rodolfo; TEIXEIRA, Rosângela; LOPES, Emanuela; FERREIRA, Vivian Carla Garcia; VALERA, Mariana Franzolin; JANUÁRIO, Evelyn Moreira. Pensando o Direito: diagnóstico das condições de atuação e das consequências da ação policial Relatório de pesquisa, Marília, 2016.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, 2004.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. Pensando a segurança pública – Segurança pública e direitos humanos: temas transversais. Brasília, v. 5, p. 121-158, 2014.

TEIXEIRA, Alessandra. Políticas penais no Brasil contemporâneo: uma história de três tempos. L'Ordinaire des Amériques (Online), nº216, 2014. Disponível em: http://orda.revues.org/1068. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.3, n.3, p.3-17, 1999.

POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES:

A Repressão Policial na Primavera Secundarista em São Paulo

Bianca Isabel Lombarde Silva[1]

RESUMO:

A repressão policial às manifestações entrou em pauta nas pesquisas acadêmicas brasileiras a partir da série de protestos em junho de 2013, responsável por consolidar uma sistemática de violações contra manifestantes. Como resultado da impunidade e da sofisticação das técnicas de repressão nas ruas, esse cenário se repetiu na "Primavera Secundarista", nome dado às manifestações e ocupações dos estudantes secundaristas contra o projeto de reorganização escolar paulista. Em duas semanas, foram contabilizadas mais de 200 escolas sob controle estudantil no Estado de São Paulo. Esta pesquisa busca analisar as violações à liberdade de expressão e como a Polícia Militar cumpre com suas prerrogativas perante os cidadãos, que vão às ruas reivindicar direitos e contestar decisões políticas de seus representantes[2].

Palavras-chave: Polícia – Manifestações – Repressão – Estudantes.

ABSTRACT:

The police repression on demonstrations was in Brazilian academic research after the series of protests in June 2013, responsible for consolidating a system of violations against demonstrators. As a result of the impunity and sophistication of repression techniques on the streets, this scenario was repeated in "Spring Secondary", a name given to the demonstrations and occupations of secondary students against the school reorganization policy in São Paulo. In two weeks, more than 200 schools were registered under student control in the State of São Paulo. This research seeks to analyze violations of freedom of expression and how the Military Police fulfills its prerogatives to citizens, who go to the streets to claim rights and contest political decisions of their representatives.

Keywords: Police – Demonstrations – Repression – Students.

INTRODUÇÃO

No âmbito internacional, o Brasil é o país que obteve o 2º maior retrocesso nas garantias da liberdade de expressão nos últimos três anos, segundo organização não governamental Artigo 19 (2018a), que se dedica à promoção e monitoramento da liberdade de expressão. O indicador de liberdade de expressão que alcançou a queda mais acentuada no Brasil foi aquele relativo aos ambientes

[1] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: biaisabelombarde@gmail.com

[2] Artigo referente à minha pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.

virtuais, e aos espaços públicos, especialmente na realização de protestos. Faz-se necessário ressaltar que a liberdade de expressão, protegida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é essencial para a promoção da cidadania através da participação dos cidadãos no âmbito político.

Um dos principais fatores que contribuem para este cerceamento da liberdade de expressão no país são as repressões policiais às manifestações (Artigo 19, 2018a). Desde 2013, com os protestos que eclodiram em todo o país, organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que contestavam o aumento da tarifa do transporte público, o policiamento de manifestações entrou em pauta nos meios de comunicação, na agenda política e, consequentemente, nas pesquisas científicas.

Os protestos em São Paulo, desde então, são brutalmente reprimidos pela Polícia Militar através de agressões físicas e psicológicas, uso desproporcional de armamento menos letal, detenções arbitrárias, desproporcionalidade do efetivo policial, ocultação de identificação, investigação criminal, dentre outras ações repressivas. Este cenário de guerra se repetiu nos anos seguintes, até os dias de hoje, como consta no relatório do Artigo 19 (2018b).

Neste artigo irei explorar a repressão policial nas manifestações de rua realizadas pelos estudantes secundaristas, na cidade de São Paulo, no ano de 2015. Os estudantes saíram às ruas para reivindicar seu direito a uma educação de qualidade, com o lema “Não fechem a minha escola!”. O Estado respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e uso excessivo da força. Para exposição dessa pesquisa, apresentarei protocolos do trabalho policial em manifestações, o contexto dos protestos dos secundaristas e, ao final, dados quantitativos que demonstram a repressão sistemática das unidades policiais contra os manifestantes.

O Trabalho Policial

Segundo David Bayley (2006), a definição da polícia corresponde a “um grupo de pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro de uma comunidade, através da aplicação da força física.” (Bayley, 2016, p. 229). Portanto, o trabalho policial varia através do tempo e do espaço, é influenciado pela cultura e a educação daquele local.

A tradição policial é essencial no entendimento das lógicas em curso desses agentes da lei. Segundo Bayley (2006), países onde as forças policiais foram criadas para combater violências coletivas, ou os chamados protestos de oposição, desenvolvem sistemas policiais que respondem primariamente às necessidades do Estado, e não da população. Esta análise permite compreender o fracasso do acordo mútuo entre policial e cidadão, quando a polícia perde sua credibilidade. A credibilidade policial é fruto das soluções policiais, ela é levada em conta na decisão de solicitar os serviços da polícia. Uma polícia com baixa credibilidade tem suas soluções recebidas com desconfiança, comprometendo os resultados das ações policiais, de forma a construir uma relação hostil de ambas as partes, com a perda da legitimidade (Muniz e Proença, 2014).

No caso brasileiro, a polícia foi criada para a repressão, num primeiro momento em 1808, da vadiagem, considerada uma transgressão da ordem. Durante o século XIX, as forças policiais possuíam o poder de punir escravos e membros das classes mais vulneráveis (Valente, 2015). Já a estrutura e a configuração da Polícia Militar em vigor nos dias de hoje foram herdadas da ditadura militar. Esse sistema policial foi criado em 1969, com o objetivo de combater os "subversivos", utilizando-se da tortura e execução destes. Assim, com técnicas sofisticadas há muitos anos em censura aos meios de comunicação e repressão às mais diversas formas de manifestação, a Polícia Militar foi criada para responder primeiramente ao Estado e aos seus interesses. A falta de reformas no aparato de segurança resultou no chamado “Estado policial securitário” (Teles, 2018), em que a tortura e o desaparecimento de corpos por agentes públicos, práticas comuns no regime militar, foram institucionalizadas (Teles, 2018).

Na análise teórica, as ações que a polícia realiza possuem respaldo na sociedade. A autorização para policiar uma dada *polity* está sob o controle coletivo, ou seja, submetida às aprovações dos indivíduos ali presentes (Muniz e Proença, 2014). Portanto, as técnicas utilizadas pela polícia são aprovadas por aquela comunidade política. Para Comparato (2015), o que caracteriza uma polícia democrática é o consentimento dos cidadãos em relação às suas ações, a

legitimidade policial depende de sua autonomia em relação ao governo, para que suas soluções não sejam atreladas a uma estratégia política.

Para consolidar esse controle coletivo pelas forças policiais, cabe à sociedade criar mecanismos de *accountability*. Embora muitos países utilizem mecanismos externos à polícia para sua supervisão, como ouvidorias e ONGs, fruto da desconfiança no trabalho policial, por outro lado, há um corporativismo policial que impede a inspeção de atividades irregulares que resultem em punições. Dessa forma, o mais adequado é que a supervisão seja feita internamente, pelos seus pares, que conhecem como o trabalho policial está sendo feito (Bayley, 2006). Nos Estados Unidos, por exemplo, a população não acredita na capacidade de autorregulação da polícia, isto justificou a ampla utilização de mecanismos externos de controle, resultando em um grupo de policiais distantes da comunidade e que dissimulam os erros em atitudes defensivas contra a sociedade (Bayley, 2006).

Trindade e Porto (2011) argumentam que não é possível estabelecer mecanismo de controle e supervisão das atividades policiais sem uma clara distinção entre o que é violência policial e o que é o uso da força legal. Essa distinção é fruto, como já dito anteriormente, da cultura daquela sociedade, ou seja, a concepção de violência legítima dos indivíduos. Em Ottawa, no Canadá, o problema do controle foi solucionado com a criação de normas administrativas, como a produção de relatórios das atividades policiais, de forma a controlar a rotina policial.

No Brasil, a situação é parecida com a norte-americana, devido à tradição burocrática-cartorária descrita por Kant de Lima (2014), herdada do sistema inquisitorial português, que criou laços de lealdade entre os agentes da lei, de forma a beneficiá-los contra possíveis punições, formando um "*ethos* corporativo avesso à responsabilização dos agentes públicos" (Kant de Lima, 2014, p. 474). O cenário se torna mais complexo ao relacionar essa falta de *accountability* aos crimes militares anistiados ao fim da ditadura militar. Os agentes da lei que hoje lidam com o trabalho policial são os mesmos que antes eram designados para combater a subversão e os adversários do regime militar, acreditam que, assim como ocorreu ao fim da ditadura em que foram anistiados, não serão punidos e não devem prestar contas à

população. Consequentemente, a não responsabilização tornou-se a norma (Méndez, 2000).

Uma forma de analisar a polícia, sugerida por Bayley (2006), é compreender uma situação específica da atuação policial, que indica como a polícia está trabalhando, já que envolve a interação entre o policial e o cidadão, a convergência das necessidades públicas e a resposta da polícia. Portanto, a partir desse ponto a análise será restringida à situação do policiamento de manifestações.

POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES

O controle de multidões, nomeação comum para "policiamento de manifestações", é um indicador do trabalho policial utilizado mundialmente, uma vez que a polícia possui o poder de regular os locais públicos, em nome da segurança. Portanto, a segurança das demonstrações fica a cargo da polícia. Porém, os protestos não são apenas multidões a serem controladas. Primeiro, os protestos não necessariamente atrairão multidões. Segundo, as pessoas deslocadas para o ato não estão apenas aglomeradas, como em festas de carnaval ou eventos musicais, mas se reúnem por um ideal, na maioria das vezes político, com exigências, aprovações ou reivindicações aos seus representantes políticos.

Os protestos podem se manifestar através de petições, boicotes, ocupações, bloqueio de tráfego e marchas. O objetivo é transmitir uma mensagem para a comunidade e mobilizar uma série de atores para comover a opinião pública (Della Porta e Diani, 1998). A polícia é um desses atores mobilizados para a manifestação. Na teoria, a função para a qual a polícia é designada no acompanhamento das passeatas diz respeito à proteção dos manifestantes contra a ação de indivíduos contrários às reivindicações em pauta. A polícia é imprescindível na organização de uma manifestação, pois na sua ausência seria impossível, por exemplo, o fechamento de avenidas com tráfego intenso (Waddington, 1998).

A forma como a polícia realiza sua função nas manifestações influencia a percepção dos cidadãos a respeito de como o Estado respeita suas liberdades (Comparato, 2015), já que o protesto é uma das únicas possibilidades concretas que a esmagadora maioria das pessoas dispõe para fazer com que suas reivindicações cheguem ao conhecimento das autoridades (Trindade, 2018).

Della Porta e Diani (1998) definiram dois modelos de atuação policial nas manifestações: modelo de força escalonada, em que a polícia busca utilizar uma força maior que a mobilizada pelos manifestantes, o direito de protesto é pouco respeitado e a tolerância policial é baixa; o segundo modelo é o controle negociado, em que a comunicação e negociação entre os policiais e os manifestantes são imprescindíveis para a condução pacífica do protesto. Nas democracias ocidentais, a polícia, cada vez mais, tem adotado o segundo modelo. Porém, no Brasil, o modelo que segue sendo utilizado é o da força escalonada.

Utilizando como exemplo a polícia britânica, que adota o modelo de controle negociado, é uma polícia desmilitarizada e criada para proteção da lei, promovendo medidas para reduzir a possibilidade de confronto. A principal delas é minimizar qualquer característica que possa parecer provocativa, isso inclui manter o contingente policial fora da vista dos manifestantes e os uniformes policiais serem os mais neutros possíveis, evitando a utilização de equipamentos especializados que passem a impressão de que a polícia espera pelo confronto (Waddington, 1998).

No Brasil, este assunto tornou-se uma pauta comum nas agendas políticas e nos meios de comunicação a partir das “Jornadas de Junho”, em 2013, contra o aumento da tarifa do transporte público, ganhando o título da maior série de protestos desde “Os Caras Pintadas”, em 1992 (Secco, 2013). É importante ressaltar que, embora este assunto tenha entrado em pauta pela ampla repercussão da mídia sobre o evento, a repressão policial não é novidade no Brasil. Desde o início dos anos 2000, junto ao resto do mundo que presenciava os protestos antiglobalização[3], os manifestantes no Brasil protestaram contra as organizações mundiais como a ALCA[4] e também sofreram repressão por parte das forças policiais em protestos. Porém, 2013 é visto como o grande marco histórico de uma repressão focalizada em protestos com um número grande de manifestantes. No levantamento quantitativo realizado pela Artigo 19 (2018b) sobre a repressão e criminalização aos

[3] A partir da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle (Estados Unidos), em 1999, ocorreram grandes manifestações na cidade contra o avanço do neoliberalismo. O neoliberalismo era visto pelos manifestantes como responsável pelo aumento da miséria e da concentração de renda. Essas manifestações tornaram-se conhecidas pela violência policial e pelo ressurgimento da tática black bloc. Depois de Seattle, as manifestações se realizaram em Praga e Gênova, com um "mega esquema policial de repressão" (de Melo Santos, 2014).

[4] ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

manifestantes, constata-se que em 2013 foram contabilizados 696 protestos, nos quais em 112 houve registros de uso de armas menos letais, 837 pessoas feridas e 2.608 pessoas detidas (Artigo 19, 2018b). No ano de 2014, os principais protestos foram contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, o confronto nas ruas foi consequência do confronto político nas urnas. De um lado, manifestantes do espectro ideológico da direita reivindicavam o *impeachment* da presidente eleita. De outro lado, os manifestantes defendiam o resultado eleitoral. O cenário de repressão se repetiu.

> A repressão por parte da polícia militar segue um roteiro quase sempre igual: o impedimento da passagem dos manifestantes, sob a alegação de que não houve comunicação prévia sobre o trajeto, o disparo de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar a manifestação, e o início de manobras de encurralamento e perseguição dos participantes (Arroyo, 2016).

Desde 2013, as três esferas do poder político se mobilizam para cercear a liberdade de expressão e, consequentemente, o direito de protesto. O Estado tem investido cada vez mais em novos equipamentos para a repressão às manifestações: veículos equipados com jatos d'água e trajes apelidados de Robocop. No âmbito legislativo, a criação de projetos de lei contra movimentos sociais e manifestações demonstra o descaso das autoridades com as reivindicações populares, como a Lei Antiterrorismo 13.260/16, que possui caráter intimidatório, na medida em que abre brechas para interpretações dúbias sobre o que caracteriza uma atividade terrorista, oferecendo respaldo para a intimidação de manifestantes (Artigo 19, 2018c). No âmbito do Poder Judiciário, a ação se dá através da condenação de manifestantes, como no caso dos 23 ativistas do Rio de Janeiro.

Segundo o Manual de Distúrbios Civis da Polícia Militar de São Paulo, a Tropa de Choque é a unidade responsável e treinada para esse tipo de policiamento, possui o objetivo de dispersar a multidão, de forma a dificultar a reunião dos manifestantes novamente. Porém, a Tropa de Choque historicamente atua em momentos de intensa repressão policial em São Paulo (Artigo 19, 2015). Uma das principais dificuldades na pesquisa de policiamento de manifestações no Brasil é a falta de protocolos e transparência por parte das forças policiais. Isso

provavelmente indica a existência de regras implícitas de comportamento, que são transmitidas através da tradição (Kant de Lima, 2014), dificultando o controle e a supervisão pela sociedade. A falta de transparência é indicada pela tentativa da ONG Artigo 19 e a Ponte Jornalismo de obter informações sobre o uso desproporcional de armamento menos letal, como gás lacrimogêneo e spray de pimenta, respaldados pela Lei de Acesso à Informação. A resposta obtida mediante as solicitações esteve de acordo com a falta de transparência desse órgão público, que optou por não divulgar as informações alegando motivos de segurança das ações policiais.

> Os manuais e procedimentos padrão, por exemplo, são instrumentos essenciais para informar a sociedade sobre o comportamento que se espera de policiais em determinadas circunstâncias e podem ser também importante referência para verificação de irregularidades e abusos (Nóbrega, 2017, p. 43).

Um dos principais problemas no trabalho policial é quando a polícia age politicamente. Como já elucidado por Bayley (2006), a violência coletiva gera insegurança política, tornando a polícia mais propensa a desempenhar um papel político e responder primariamente em nome da segurança do Estado (Bayley, 2006), resultando na perda da legitimidade de suas ações perante os cidadãos. Para confirmar a existência de uma ação política por parte da polícia, parte-se do questionamento de Comparato (2015):

> Porque a mesma polícia que é capaz de manter sob controle uma grande massa de foliões enlouquecidos durante os vários dias que dura o carnaval, ou de milhares de torcedores fanáticos pelo seu time de futebol, se sente impotente diante de manifestantes? Porque o país que realiza a maior parada do orgulho LGBT do mundo, que reúne todos os anos milhões de pessoas na cidade de São Paulo, não consegue lidar de maneira pacífica com um punhado de manifestantes? (Comparato, 2015, p. 12).

MOVIMENTOS SOCIAIS E PRIMAVERA SECUNDARISTA EM SÃO PAULO

A sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva transmutou-se ao longo do tempo até chegar em definições mais complexas sobre o que constituem as ações coletivas. De início, o campo foi colonizado pela economia através das teorias da Ação Racional e da Mobilização de Recursos, reduzindo todas as iniciativas de ação coletiva a cálculos de interesse, material e simbólico. Com o

surgimento da teoria dos Novos Movimentos Sociais, as questões da cultura e da identidade se tornaram o principal objeto de pesquisa da área (Cefaï, 2009).

Os movimentos sociais são essenciais na esfera democrática por constituírem uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento político. A ação coletiva é mais do que um consenso de representações, congruência de motivações ou união de engajamentos; ela abarca agenciamentos de pessoas, objetos, ferramentas, falas, rituais e símbolos, que são ordenados por repartição de poder e distribuição do saber (Cefaï, 2009).

O movimento estudado nessa pesquisa é pioneiro no Brasil por tratar-se de estudantes secundaristas reivindicando o seu direito de estudar. Neste item será abordado a contextualização da Primavera Secundarista, suas formas de luta e os resultados obtidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) garantiu legalmente às crianças e aos adolescentes uma série de proteções e defesa de seus direitos, promovendo a concepção de sujeitos de direitos. Segundo a lei, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Gaya, 2015).

Com base nisso, historicamente o Movimento Estudantil reivindica a qualidade do ensino público gratuito, através de uma educação emancipatória promovendo o senso crítico dos alunos. Porém, os governantes não partilham dessa concepção e, na maioria das vezes, negligenciam a educação pública. Para esses, a escola tem a função de preparar mão-de-obra para o mundo do trabalho (Leme e Ruiz, 2017). Isso ficou claro nos últimos anos, com o projeto Escola Sem Partido, “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” (Programa Escola Sem Partido, 2018), que rendeu muitos debates no espaço público, resultando no arquivamento do projeto. O episódio que vamos nos restringir diz respeito à luta dos secundaristas paulistas contra a política da reorganização escolar em 2015, considerada também uma negligência estadual com a educação pública, utilizando do uso da violência por

parte das forças de segurança, de forma a violar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 23 de setembro de 2015, o anúncio da política de "reorganização escolar" foi feito através dos meios de comunicação. Os estudantes, professores, pais e responsáveis tomaram conhecimento da transferência de um milhão de alunos da rede pública para outras escolas, com o objetivo de dividir as instituições de ensino de acordo com os ciclos no Estado de São Paulo (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Este projeto implicaria no fechamento de 94 escolas estaduais, a reestruturação de outras 754, resultando no deslocamento de cerca de 311.000 alunos (Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016).

O problema, segundo os alunos, foi a imposição de uma política que não levou em conta as considerações daqueles que seriam afetados. Nem os alunos e nem os pais/responsáveis foram consultados, a medida não foi debatida antes de ser anunciada e a única proposta do governo foi apresentar esclarecimentos e sanar dúvidas num chamado "Dia E" (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A motivação apresentada para justificar a necessidade da reorganização era baseada em dados que sugeriam a existência de salas ociosas, devido à alta no número de evasões; e o aumento de desempenho de alunos matriculados em escolas de ciclo único. Porém, segundo o estudo feito no livro *Escolas de Luta* (2016), os próprios estudantes e professores relataram a superlotação das salas do ensino público, e especialistas em educação questionaram a seriedade desses dados, a partir dos quais utilizam apenas uma variável – o ciclo único. Dessa forma, os argumentos que embasaram a política de reorganização são falhos, abrindo brechas para o descontentamento dos alunos, pais/responsáveis e professores: "Como o governador quer uma reorganização, sendo que nem o que há está organizado?" (Manifesto dos Ocupantes da E.E. Clotilde Peluso).

A partir desse descontentamento, tanto com a medida quanto com o desprezo do governo pela opinião dos estudantes, os alunos secundaristas começaram a se mobilizar pelas redes sociais, com a criação de páginas no *facebook* com o objetivo de discutir a decisão e unir os alunos para definir quais ações seriam tomadas. Após

tentativas frustradas de diálogo com a Secretaria de Educação, os estudantes decidiram se mobilizar nas ruas e posteriormente ocupar suas escolas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

Os secundaristas estão na categoria de “movimento” a partir da teoria de Maria da Glória Gohn. Os novíssimos movimentos sociais são heterogêneos e diversificados em suas referências, e Gohn (2017) os caracteriza como “aglutinadores de identidades”, que cruzam faixas etárias, gostos, pertencimentos a grupos nas mídias sociais, adesão a alguma causa, ideologia, etc. Sua principal ferramenta é a Internet, o que os torna mais horizontais e autônomos, sem lideranças e com a autodenominação de “coletivos”. “São similares aos *instants mobs*, eventos combinados nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver.” (Gohn, 2017, p.27).

A repressão ao movimento secundarista não é uma novidade. Desde a ditadura militar, os estudantes do ensino médio se aliaram a diversos seguimentos em busca de uma sociedade democrática que garantisse uma boa qualidade na educação pública. Portanto, sofreram ataques em suas sedes de encontros, incluindo a morte do secundarista Edson Luis em 1968, durante uma manifestação estudantil (Silva, Pires e Pereira, 2016).

Os secundaristas realizaram seis semanas de manifestações nas ruas em 2015 e a postura do governo e dos dirigentes de ensino se manteve a mesma: a ignorância proposital às demandas dos estudantes. A partir desse momento, os alunos desenvolveram uma disposição para uma mobilização mais radical.

A principal inspiração para os estudantes da Primavera Secundarista foi o movimento chileno nomeado de Revolta dos Pinguins, uma série de protestos e ocupações em 2006, reivindicando a gratuidade na educação e no transporte. Este movimento inspirou manifestações também na Argentina, com a produção de um manual do coletivo O Mal Educado chamado “Como ocupar sua escola”, apresentando as diretrizes para a mobilização através de ocupações, como a criação de comissões de limpeza, segurança e alimentação nas ocupações (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A ocupação é uma mobilização estratégica, utilizada quando todas as formas de diálogo e luta foram insuficientes para a promoção de mudanças. Ela consistiu na entrada e tomada dos espaços públicos da escola, tornando-a uma espécie de acampamento, onde os alunos se instalam durante o período necessário até que as demandas sejam atendidas. O comprometimento e a dedicação são fundamentais para a consolidação das ocupações, já que nessa forma de protesto, a organização para a manutenção diária de infraestrutura, segurança, alimentação, higiene, promoção de atividades, entre outras, é a base para a construção da luta (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Essa forma de ação coletiva é historicamente utilizada pelos movimentos sociais rurais, na luta pela terra; movimentos urbanos, na luta pela moradia; e pelos estudantes universitários com ocupação de reitorias. Porém, uma ocupação feita pelos estudantes secundaristas em suas próprias escolas foi um ato inovador (Tavaroli et al, 2018).

A ocupação dos secundaristas brasileiros em 2015 foi um exemplo de cidadania e democracia. A principal característica de um movimento organizado por jovens que, em sua maioria, não possuíam experiências na participação de movimentos sociais, foi a horizontalidade das relações, resultando em decisões tomadas em grupo através de assembleias e sem a necessidade de nomeação de líderes. Outra característica fundamental de distinção desse movimento foi a ampla participação feminina em várias atividades centrais para a manutenção da ocupação, como a participação nas comissões de segurança e comunicação (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Isso deu origem a uma expressão popular que nomeou o documentário sobre a Primavera Secundarista, “Lute como uma menina!” (2016).

A intervenção policial nas ocupações foi constante. Na maioria das vezes, a polícia era acionada pelos próprios diretores e dirigentes de ensino, que alegavam invasão à propriedade, depredação de patrimônio público e, até mesmo, cárcere privado. A polícia, em geral, comparecia no primeiro ou segundo dia da ocupação com a tentativa de impedir a consolidação da mesma. A violência policial se deu através de intimidações, assédio moral, ameaças e pressão psicológica com os estudantes, como forma de sabotagem do movimento, contribuindo para um quadro

de violação da integridade física e psicológica dos adolescentes envolvidos, seja através das ameaças ou com o registro dos números de RG dos alunos presentes nas ocupações, como relatado em diversos documentos (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016; Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016).

É importante ressaltar o papel do sistema judiciário que é precursor das ações policiais. Embora o lema “a escola é nossa” expressava uma apropriação simbólica do bem comum, o conflito foi levado ao Judiciário sob a discussão de posse. O que não estava previsto era a tentativa das autoridades jurídicas de construir uma argumentação jurídica que desse conta da oposição direito possessório e o direito de livre manifestação (Tavaroli et. al, 2018).

A ocupação foi essencial para a construção de uma nova forma de ver a educação por dois motivos: primeiro, a apropriação simbólica da escola pelos alunos; segundo, a comprovação de uma hierarquia que privilegia as diretorias e secretarias de ensino ao invés dos alunos. Nesse período em que os alunos tomaram posse da escola, ocorreu uma apropriação simbólica daquele ambiente, como um espaço dos estudantes por direito, consolidando as críticas ao sistema de ensino tradicional. Segundo os secundaristas, a escola é um ambiente que restringe a liberdade de expressão e mantém uma hierarquia entre a “direção” e os “alunos”, reafirmando a hierarquia “Estado” e “comunidade”. Isso foi comprovado com a descoberta de salas exclusivas com boas instalações e materiais didáticos e culturais dos quais os alunos foram privados de acessar. “Diferente do que afirmaram alguns analistas, não se tratou de uma revolta contra a instituição da escola, pelo contrário, é uma valorização dela como espaço de formação.” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 153).

Após quase três meses com ocupações das escolas e manifestações de rua, o governador decidiu adiar a reorganização escolar, prometendo "rediscuti-la, escola por escola, com a comunidade, com os estudantes, em especial com os pais dos alunos" (Bedinelli e Rossi, 2015, p. 2). Os alunos buscavam a revogação do projeto e não apenas a suspensão, o que não trouxe uma satisfação plena das reivindicações. Para não deslegitimar o movimento, que em dado momento ganhou

uma legitimidade popular, os estudantes decidiram pela desocupação das escolas e a interrupção das manifestações de rua, naquele momento.

> Os estudantes de maneira nenhuma davam a luta por encerrada e os anúncios de desocupação vinham juntos com o reconhecimento da necessidade de continuidade do movimento e de que todos os estudantes permanecessem em alerta quanto à questão da "reorganização". (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 293)

POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES NA PRIMAVERA SECUNDARISTA

> As ruas de São Paulo já conhecem bem o script: o poder público anuncia uma medida controversa, manifestantes se lançam em protestos, e na sequência vem a tropa de choque. Uma relação dialética bastante conhecida, mas indesejável, que invariavelmente culmina em uma série de violações ao direito de protesto e, quase sempre, em nenhuma responsabilização de seus atores. (Martins, 2015, p. 1)

Segundo o levantamento realizado por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), foram identificados 163 protestos dos secundaristas no Estado de São Paulo, durante 6 semanas, entre o fim de setembro e o início de novembro de 2015. Porém, no levantamento realizado nessa pesquisa o principal objeto de estudo foi a primeira semana de manifestações de dezembro.

Os protestos variaram entre atos em frente às unidades escolares, passeatas e trancamento de avenidas. A principal distinção dessa repressão às manifestações dos secundaristas, em detrimento das realizadas desde 2013, foi o uso das técnicas, já sofisticadas pela polícia, desta vez contra adolescentes, professores e apoiadores (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016).

Os registros de vídeo confirmam a desproporcionalidade das ações da polícia contra estudantes, através de golpes de cassetete, técnicas violentas de imobilização, e agressão física de modo geral (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016). Ao utilizar o termo "repressão" neste estudo, contrapõe-se à expressão "em confronto", largamente utilizada pelos meios de comunicação. Porém, a expressão "em confronto" sugere que houve uma resposta por parte dos manifestantes, portanto, o termo "repressão" é mais adequado. Nesta parte do artigo serão explicitados os relatos das violações mais recorrentes nas manifestações.

No relatório da Artigo 19 em conjunto com o Comitê Pais e Mães em Luta (2016), há o depoimento de um estudante de jornalismo que sofreu ameaças e agressões por parte da Polícia no protesto de 15/12/2015, do MASP à República.

Segundo o estudante, ao se dirigir ao metrô, os policiais o agrediram com cassetete, o que lhe rendeu cinco pontos na testa. Outra observação neste relatório foi a descrição de uma gravação de vídeo de um dos protestos na Rua da Consolação, em São Paulo, no qual são lançadas 8 bombas de gás lacrimogêneo em um intervalo de 40 segundos.

Outra grave violação ao consentimento social para o policiamento é a falta de identificação obrigatória em grande parte do efetivo policial que atua nas manifestações. Na Primavera Secundarista, não foi diferente. A ausência de identificação dificulta a apuração e, consequentemente, a responsabilização dos agentes que cometeram abusos (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016).

A desproporcionalidade do efetivo policial presente nas manifestações também tem sido alvo de críticas, tanto pelas ONGs que monitoram a atuação policial quanto pelos próprios manifestantes. Numa matéria jornalística sobre os protestos do dia 02/12/2015, isso fica nítido: “Havia mais policiais do que alunos. O batalhão contra a sala de aula. Quatro garotos e vinte cadeiras foram levados para a delegacia.” (Rossi e Betim, 2015).

As detenções arbitrárias, como também elucidado pelos jornalistas acima, também é uma das técnicas amplamente utilizadas pela Polícia Militar paulista. Cerca de cinquenta adolescentes foram detidos e encaminhados para a delegacia, inclusive com o uso do transporte fechado pelos policiais, violando as normas do ECA (Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016). Os alunos criaram uma marchinha com os seguintes dizeres: “Sou estudante, não sou ladrão, não vim para a escola para voltar de camburão!” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 95).

Em abril de 2016, os manifestantes denunciaram a repressão policial sofrida nos protestos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, após passar por avaliação e apuração, confirmou o uso excessivo da força pelo Estado. O relatório, vastamente utilizado neste trabalho, produzido pela Artigo 19 em conjunto com o Comitê de Pais e Mães em Luta é fruto da audiência desse caso. Já a Secretaria de Segurança Pública nega os abusos cometidos pelos policiais, argumentando que a polícia agiu conforme os parâmetros da lei, reprimindo atos como danos ao patrimônio, incitação de crime ou “tumultos e badernas nas ruas,

que prejudicavam o deslocamento de milhões de paulistas" (Trevisan, 2016, Estadão). O procurador geral do Estado ressaltou através dos meios de comunicação, que os protestos geraram prejuízo de R$2 milhões aos cofres públicos (Trevisan, 2016, Estadão).

Nesta parte do artigo apresentarei os dados quantitativos coletados nessa pesquisa sobre o período das manifestações de rua dos secundaristas em 2015. Para essa coleta, utilizei fontes como o jornal El País, a revista Carta Capital e os relatórios do Coletivo Território Livre, presente nas manifestações. Estas fontes, especialmente o El País, realizaram uma cobertura exclusiva das manifestações, com atualizações hora a hora. O objetivo, além de mapear as represálias aos protestos, é compreender como essa mídia atuou na divulgação dessas manifestações e quais foram às justificativas oferecidas para tamanha repressão contra estudantes do ensino médio.

A análise será feita com conjunto com o levantamento existente no estudo Escolas de Luta, de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) que também expôs detalhes da onda de manifestações na cidade de São Paulo. O principal obstáculo concentra-se no fato do movimento secundarista não ser totalmente centralizado, resultando em diversos protestos ocorrendo no mesmo dia em diferentes pontos da cidade, dificultando a divulgação pela mídia e, consequentemente, a sistematização dessa pesquisa. Portanto, a divisão foi feita pelos dias que ocorreram os protestos, o local principal em que a mídia se ateve a divulgar, a existência de repressão, qual a forma principal de repressão e qual a unidade policial presente na manifestação. A tabela com a sistematização dos dados está em anexo.

Os resultados gerais desse levantamento: foram contabilizados 12 dias de protestos com a primeira divulgação em 06/10 e a última em 09/12. Entre esses 12, 7 foram reprimidos pelas forças policiais, ou seja, 58,3% sofreram tentativas de dispersão. Boa parte da repressão ocorreu a partir do dia 01/12, após o vazamento do áudio pelos Jornalistas Livres em que o chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Estado, Fernando Padula Novaes, compara a repressão às manifestações como ações de guerra, em uma reunião com diretores de ensino no final de novembro (Rossi, 2015):

> (...) nós estamos no meio de uma guerra e temos que nos preparar pra continuar enfrentando. Eventualmente a gente perde algumas batalhas, mas temos que ganhar a guerra final. Então, pra isso, a gente tem que parar um pouco e traçar algumas estratégias. (áudio do Jornalistas Livres, em Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 208)

A não centralização dos protestos é resultado da autonomia de cada escola. Essa autonomia é reafirmada diversas vezes no estudo Escolas de Luta, em que as ocupações, assim como as escolas, possuem uma lógica própria de funcionamento. Porém, é interessante notar que, de acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), ocorreram 5 atos centralizados na capital que reuniram diversas escolas, o 1º foi realizado no dia 06/10, mesma data em que a mídia começa a divulgar as manifestações dos secundaristas. Já na 2ª manifestação centralizada, em 09/10, o número de estudantes mais do que dobrou[5] e foi o primeiro ato a ser reprimido pela polícia, através de gás lacrimogêneo e com a realização de detenções, sob a justificativa de que havia "mascarados no local". Nesse protesto, a ação violenta da Polícia Militar acarretou a dupla detenção do jornalista Caio Castor e do professor de Sociologia Raul Fonseca (Aroni, 2017).

Na segunda manifestação centralizada, a repressão pode ser associada ao aumento do número de pessoas na manifestação e ao despreparo policial para lidar com multidões. Os policiais deveriam ser treinados para atuar de maneira conjunta, coesa e sincronizada mediante uma multidão, como um time, porém, o treinamento ofertado é para o trabalho individual. Isto resulta no despreparo físico e psicológico dos policiais, que terão de lidar com o barulho, a confusão e o estresse da reunião de um grande número de pessoas, porém, deveriam ser treinados para dominar suas emoções e trabalhar profissionalmente com a disciplina (Comparato, 2015; Hunsicker, 2011).

Os 3º (15/10), 4º (20/10) e 5º (23/11) atos centralizados foram esvaziados de secundaristas e as entidades representativas ganharam o protagonismo. Esses 3 atos não foram reprimidos, demonstrando uma tolerância da polícia à atos organizados por movimentos tradicionais de esquerda, que negociam e fazem acordos com a polícia a respeito dos trajetos das manifestações.

[5] 06/10 em torno de 500 pessoas, enquanto em 09/10 foram cerca de 1.200 pessoas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A partir da semana do dia 01/12, após o vazamento do áudio mencionado acima, os protestos passaram a ser brutalmente reprimidos pelas forças policiais. Nessa mesma semana, os secundaristas também aderiram a uma nova forma de manifestação, chamada de trancamento de avenidas. Os alunos da E.E. Fernão Dias Paes dispuseram suas carteiras uma ao lado da outra, como numa sala de aula, na faixa de pedestre do cruzamento da Av. Faria Lima com a Av. Rebouças. Sob os gritos de "Geraldo[6] a culpa é sua, hoje a aula é na rua!", não mais do que vinte policiais chegaram ao local para "arrancar as cadeiras" dos manifestantes. Além disso, a tática do movimento foi realizar vários pequenos atos localmente, por isso a ausência de atos centralizados nesse período e diversos protestos ocorrendo no mesmo dia em diferentes localidades. Os trancamentos começaram a ser ainda mais recorrentes após a divulgação de um manual para o trancamento de avenidas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Portanto, é possível perceber, tanto nas ocupações quanto nos protestos de rua, que a elaboração e divulgação de manuais com diretrizes para guiar os estudantes nas suas formas de mobilização sugere uma homogeneidade para o movimento, de forma que as formas de atuação das escolas sejam minimamente parecidas.

Há duas hipóteses para as represálias estarem concentradas na primeira semana de dezembro: a primeira é o aceno público das autoridades estaduais sobre "travar uma guerra" contra o movimento, com a fala do chefe de gabinete, consentindo publicamente para a repressão que viria a seguir. Isto comprova que o trabalho policial no Brasil é político e responde primariamente ao Estado e às autoridades, segundo a teoria de Bayley (2006). A segunda hipótese, que não exclui a primeira, é que a novidade na forma de se manifestar, através dos trancamentos de avenidas e pela recusa de negociação com a polícia – típica dos movimentos horizontais, tornou os protestos inaceitáveis para a polícia e para as autoridades, devido à interrupção da circulação nas principais avenidas da cidade sem acordos prévios, acarretando prejuízos na economia.

[6] Geraldo Alckmin (PSDB) foi Governador do Estado de São Paulo entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018, o principal responsável pelo projeto de reorganização escolar.

A relação com o tráfego de veículos e os protestos é um assunto bastante debatido. Essa é uma das justificativas recorrentes para a repressão policial às manifestações, como já indica a tabela em anexo, não só na primavera secundarista, mas nas séries de manifestações de modo geral, sob o argumento da falta de aviso prévio ou a mudança do trajeto previamente acordado. A justificativa institucional para as repressões está ligada ao trajeto escolhido em assembleia dos manifestantes e a presença da tática black bloc. Historicamente, os movimentos horizontais e autonomistas não possuem a tarefa de diálogo com a polícia. Como Della Porta (1998) nos mostra, há uma tendência maior a tolerância por parte da polícia quando a recepção dos manifestantes também visa uma negociação.

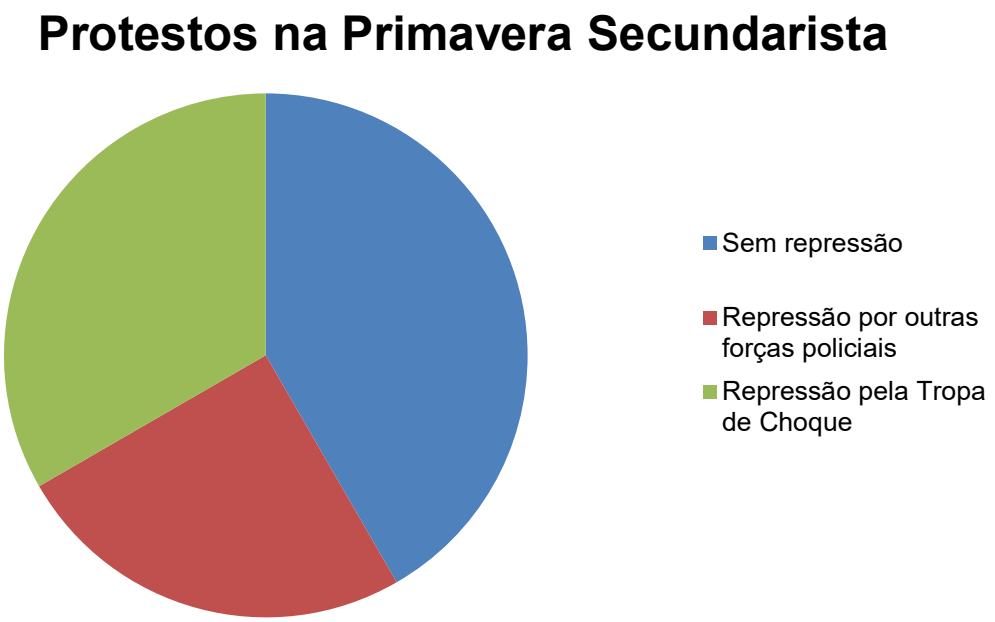
No entanto, a Constituição Federal estabelece que as manifestações não necessitam de autorização prévia para acontecer (Artigo 19, 2015). Para o direito internacional, fica nítido que a obstrução do trânsito não é justificativa para a repressão de protestos, isso também é debatido nas democracias ocidentais, como a britânica.

> O Estado tem o dever de desenvolver planos de operação e procedimentos que irão facilitar o exercício de direito de reunião, incluindo redirecionar o tráfego de pedestres e veículos em certas áreas. Um exemplo vem da Espanha, em que a corte constitucional do país proferiu decisão determinando que "em uma sociedade democrática o espaço urbano não é somente uma área para circulação, mas também para participação". (Martins, 2015, p. 4)

Outro fator relevante no policiamento de manifestação no Brasil é a presença da Tropa de Choque. Sua atuação na Primavera Secundarista a partir do dia 01/12 foi massiva. Como revelado pelo Manual de Controle de Distúrbios Civis da Polícia Militar (1997), o objetivo da Tropa de Choque no policiamento de "distúrbios civis" é a dispersão da multidão, de tal forma que dificulte outra reunião imediata. Ainda ressalta a necessidade da pressão psicológica causada pela imagem da Tropa de Choque, ou seja, seus uniformes anti-distúrbios e sua forma militarizada de marchar em direção aos manifestantes: "A presença da tropa empunhando cassetetes ostensivamente incute respeito, já que os manifestantes sabem que os bastões serão usados vigorosamente." (PMESP, 1997, p. 16). Porém, esse mesmo manual também garante que os manifestantes não podem ser confinados, e devem ser avisados para deixar o local antes da dispersão, o que não ocorre na prática. "O som

ritmado dos cassetetes se chocando contra os escudos e os estrondos frequentes da enorme quantidade de bombas usadas pela polícia amedrontaram não só quem participava da manifestação, mas todos os moradores do Centro velho da cidade". (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 243)

Desses 7 dias de protestos reprimidos, 4 contaram com a presença da Tropa de Choque. Ou seja, dos protestos reprimidos na primavera estudantil durante aquela semana, segundo as fontes utilizadas, 57% foram reprimidos pela Tropa de Choque. É relevante ressaltar que este dado é passível de falhas maiores do que os anteriores, devido à coleta ter sido realizada em fontes jornalísticas, que nem sempre procuram diferenciar a Polícia Militar convencional, responsável pelo policiamento ostensivo, da unidade da Tropa de Choque, responsável pelo policiamento de manifestações em São Paulo. Porém, como é possível observar, nos protestos em que a Tropa de Choque estava presente, ocorreram represálias aos manifestantes. No gráfico abaixo, o uso do termo genérico "outras forças policiais" também explicita um dos obstáculos para a realização dos estudos sobre policiamento de manifestações no Brasil, os batalhões da Polícia Militar não possuem identificações públicas que os distinguem uns dos outros, impossibilitando a identificação dos comandos.



A hipótese para a mobilização da Tropa de Choque especificamente após o vazamento do áudio, conferindo legitimidade para ações mais repressivas por parte das forças policiais, gira em torno de dois eixos. O primeiro eixo se configura num cenário em que a tropa especializada na dispersão da multidão foi mobilizada para o local mediante a certeza de que os protestos deveriam ser reprimidos, ou seja, por motivos políticos. O outro eixo é de que, após as falas do chefe de gabinete, os estudantes tenham intensificado e radicalizado as manifestações, de forma que a polícia reagiu para a dispersão.

Porém, nas fotos e vídeos disponíveis é possível confirmar a não periculosidade dos manifestantes envolvidos. Os estudantes apenas utilizavam cadeiras nas manifestações, com o objetivo de demonstrar suas reivindicações de forma pacífica, sem necessidade de respostas violentas por parte da polícia. E o principal fato que defende a primeira hipótese é que, no vazamento do áudio, fica explícita a articulação estratégica entre a Secretaria de Educação e a de Segurança Pública, que atuaram em conjunto para desqualificar e desmobilizar o movimento.

> Segundo o chefe de gabinete, a polícia estaria sob orientação de não agir de maneira violenta e que causasse atenção da mídia e do público, porém, a partir daquele momento, teria sido combinado com o governador e com o secretário de segurança que a polícia deveria passar a dar apoio na ação de desocupação forçada de algumas escolas. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 216)

A partir dessa constatação, pode-se afirmar que a Polícia Militar e, especialmente o batalhão da Tropa de Choque, age politicamente e tem sua autonomia constantemente restringida pelos governantes, que a utilizam para os interesses políticos.

Ao final da primeira semana, com o anúncio da suspensão do projeto de reorganização escolar, mas não a revogação da medida, o objetivo dos protestos realizados pelos secundaristas tinha sido atingido, chegando ao final da Primavera Secundarista. Quanto aos abusos cometidos pelas forças policiais, eles foram condenados por diversas instâncias, entre elas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Anistia Internacional:

> Denúncias de agressões e invasões nas escolas ocupadas, imagem e relatos de violência física, uso de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo e prisões de manifestantes nos atos de rua mostra que o

> governo não está dialogando com os movimentos. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 254)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as forças policiais, desde seu surgimento, tinham como principal função o combate às violências coletivas, como a repressão dos escravos até os militantes de esquerda na ditadura militar. Assim, desenvolveu-se um sistema policial que responde primariamente ao Estado, de acordo com a teoria de David Bayley (2006). O trabalho policial também é guiado pela cultura existente e pela concepção do que a população entende por uso da força legítimo, portanto as ações policiais também possuem aprovação social em alguma medida, como foi possível constatar nesse estudo.

Para que a sociedade consolide o controle coletivo sobre as ações policiais, é preciso a criação de mecanismos de *accountability*. No Brasil, esse controle costuma ser feito pela ouvidoria e pelas ONGs de direitos humanos que denunciam os abusos policiais contra a população. Porém, mecanismos externos à polícia, como utilizados no caso brasileiro, produziram um corporativismo policial que distancia os agentes públicos da comunidade e dissimulam os erros como uma atitude defensiva em relação à população. A *accountability* feita no Brasil é baixa, resultado do perdão concedido aos crimes militares ao final da ditadura. Portanto, as agentes da lei deram continuidade às práticas perdoadas, crendo na absolvição de seus abusos.

Ao analisar o policiamento de manifestações é possível concretizar um estudo analítico indicador do trabalho policial em uma comunidade. A polícia é mobilizada para regular os locais públicos e, principalmente, para assegurar o direito de protesto, protegendo os manifestantes contra a ação de indivíduos contrários às pautas do governo. Por outro lado, na concepção dos manifestantes, a polícia é a imagem do Estado mais próxima naquele momento, portanto, suas ações são compreendidas como a resposta imediata do governo mediante suas reivindicações. A baixa tolerância policial induz a perda de credibilidade e legitimidade do governo e, consequentemente, da polícia.

A Primavera Secundarista consistiu em protestos e ocupações de escolas contra o projeto de reorganização escolar no Estado de São Paulo. Ao reivindicar uma melhor qualidade da educação pública e o debate público sobre as medidas

entre os estudantes e os dirigentes de ensino, os alunos receberam como resposta do governo bombas de gás lacrimogêneo e detenções arbitrárias, violando as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Neste artigo foram apresentados dados levantados em relatos divulgados nos meios de comunicação, como jornais e coletivos, que comprovam a hipótese de que, quando as autoridades políticas acenam positivamente para a repressão, a polícia age violentamente, respondendo às reivindicações do Estado e não às dos manifestantes. No período analisado, 58,3% dos protestos dos secundaristas sofreram tentativas de dispersão. Desse número, 33% foram reprimidos pela Tropa de Choque. A Tropa de Choque, segundo os protocolos públicos disponíveis no Estado de São Paulo, é a unidade responsável pelo policiamento de manifestações. E o principal resultado dessa pesquisa é a relação entre a repressão e a Tropa de Choque, todas as manifestações em que a unidade estava presente, durante essa onda de protestos, foram reprimidas. Destaco, portanto, que a força policial que é treinada especificamente para o policiamento de manifestações, recebe diretrizes sobre como reprimir os protestos, já que sua presença na demonstração resulta na repressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONI, Rafael. “Secundaristas e as ocupações escolares, reflexões para a teoria dos movimentos sociais”. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo: 2017.

ARTIGO 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta. “Violência a protestos no Brasil: o caso dos estudantes secundaristas”. Audiência Temática, CIDH, 157º Período Ordinário de Sessões, 2016.

ARTIGO 19. "The Expression Agenda Report 2017/2018: The state of freedom of expression around the world". London: Article 19, 2018a.

ARTIGO 19. “A situação do direito de protesto nos 5 anos de junho de 2013” São Paulo: Article 19, 2018b.

ARTIGO 19. “As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015” São Paulo: Article 19, 2015.

ARTIGO 19. Infográfico: “5 anos de junho de 2013: Como os 3 poderes intensificaram sua articulação e sofisticaram os mecanismos de restrição ao direito de protesto nos últimos 5 anos”. São Paulo: Article 19, 2018c.

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CAMPOS, Antônia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.

COMPARATO, Bruno Konder. “O policiamento nas manifestações e a qualidade da democracia na América Latina” 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

DELLA PORTA, Donatella, DIANI, Mario. Social Movements: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

HUNSICKER, A. Behind the shield: anti-riot operations guide. Boca Raton: Universal Publishers, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto. “Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal.” In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 471-481.

LEME, Renata Bento e RUIZ, Maria José Ferreira. “Movimento estudantil secundarista: as ocupações nas escolas do Paraná como resistência às políticas educacionais impostas” – IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), 2017.

MELO SANTOS, André. Movimento antiglobalização: juventude e utopia. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás, 2014.

MENDEZ, Juan E. “Problemas da Violência Ilegal: Introdução” in: Méndez, J. E., O'DONNELL, G. e PINHEIRO, P.S. Democracia, Violência e Injustiça O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MUNIZ, J; PROENÇA JR., D. “Mandato policial.“ In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 491-501.

NÓBREGA, Camila. "Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência". São Paulo: Artigo 19, 2017.

PMESP. “Manual de controle de distúrbios civis da Polícia Militar” 3ª ed. São Paulo: 1997.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho” in Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

TAVAROLI, B.; LESSA, MR.; MEDEIROS, J.; MELO, R.; JANUÁRIO, A. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. Novos Estudos Cebrap, v.57 n.02, pp. 291-310, 2018.

TRINDADE, Arthur e PORTO, Maria Stela Grossi. “Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá” in Sociologias, Porto Alegre, nº 27, 2011.

TRINDADE, Thiago Aparecido. “Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 33 nº 97, 2018.

VALENTE, Júlia Leite. Unidades de Polícia Pacificadora: pacificação, território e militarização. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

WADDINGTON, P.A.J. “Controlling protest in contemporary historical and comparative perspective” in Policing protest: the control of mass demonstrations in Western Democracies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

Bibliografia Virtual

ARROYO, Daniel. “O roteiro da repressão policial às manifestações” Ponte Jornalismo, 2016. Disponível em: https://ponte.org/o-roteiro-da-repressao-policial-as-manifestacoes/

BEDINELLI, Talita; ROSSI, Marina. “Alckmin adia plano de fechar escolas, mas estudantes mantêm ocupações” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449243851_626032.html

GAYA, Edir. “ECA é um marco na garantia de direitos”. In Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 13/07/2015. Disponível em: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/13678-ECA-e-marco-na-garantia-de-direitos-humanos.xhtml

MARTINS, Paula. “De novo, o diálogo com as ruas vem na forma de repressão” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/06/opinion/1449409224_738934.html

Programa Escola Sem Partido, 2018. Disponível em: < https://www.programaescolasempartido.org/>

ROSSI, Marina e BETIM, Felipe. “Repressão de Alckmin inaugura a nova fase da reorganização escolar” in El País, São Paulo: 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449081055_661574.html

ROSSI, Marina. “Governo Alckmin se prepara para “guerra” e alunos vão para as ruas” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448902421_861769.html

SILVA, M.R.; PIRES, G.L.; PEREIRA, R.S. “Da “perfeição” perversa da antipolítica: Fora Temer à resistência ativa da “ocupação das escolas” pelos jovens da “Primavera Secundarista”. Florianópolis, 2016. Disponível em: https://ubes.org.br/memoria/historia/#resistencia-ditadura

TELES, Edson. “O Doi-Codi do século XXI” Blog da Boitempo: 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2018/12/13/o-doi-codi-do-seculo-xxi/?fbclid=IwAR2A638Oy7mmQkh9ptzrbThsr1-2FOgxpEgLH0-ewNfV1ZGpzRXFQG6xqJg

TREVISAN, Cláudia. “Comissão internacional aponta excesso de força contra alunos” in Estadão, Washington: 2016. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-internacional-aponta-excesso-de-forca-policial-contra-alunos-em-sp,10000025447

ANEXOS

Data	Repressão	Local	Unidade Policial	Justificativa	Tipo	Fonte
06.10.2015	sem repressão	Av. Paulista	PM	-	-	Território Livre
09.10.2015	com repressão	Av. Paulista	PM	Uso de Máscara	Detenção	GlobalVoices
15.10.2015	sem repressão	Pinheiros	PM	-	-	Território Livre
20.10.2015	sem repressão	República	PM	-	-	Território Livre
23.10.2015	sem repressão	Av. Paulista	PM	-	-	Território Livre
30.11.2015	sem repressão	Teodoro Sampaio	PM	-	-	El País
01.12.2015	com repressão	Nove de Julho	Choque	Tráfego	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
02.12.2015	com repressão	Teodoro Sampaio	Choque	Tráfego	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
03.12.2015	com repressão	Minhocão	PM	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
03.12.2015	com repressão	Faria Lima	Choque	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	Carta Capital
04.12.2015	com repressão		PM	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
09.12.2015	com repressão	República	Choque	Black Block	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País

FACHADA SOCIAL:

A deliberação da agenda na construção da identidade simbólica do grupo[1]

Felipe Eduardo Lázaro Braga[2]

RESUMO:
O objetivo da pesquisa é investigar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas à construção/manutenção/alteração de uma fachada social. Para tanto, mobilizei o conceito de equipe, tal qual trabalhado por Goffman. A partir desse quadro teórico, procurei identificar os modos típicos de interação que descrevem as relações no interior dos grupos estudados. A interação assim configurada busca construir a agenda de atuação do coletivo com base em preocupações de ordem simbólica, de modo que o grupo possa se inserir no debate público de ideias. Para o levantamento de dados, entrevistei três coletivos, num total de nove entrevistas em profundidade.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais – Fachada Social – Identidade simbólica – Grupos de Ação.

ABSTRACT:
The objective of the research is to investigate the mechanisms for determining agenda within action groups towards the construction/maintenance/modification of a social façade. Therefore, I mobilized the concept of team, as worked by Goffman. From this theoretical framework, I sought to identify the typical modes of interaction that describe the relations within the groups. The so configured interaction seeks to build the collective performance of the agenda based on symbolic concerns, so that the group can be inserted in the public debate of ideas. For data collection, I interviewed three collectives, totaling nine in-depth interviews.

Keywords: Social Movements – Social Façade – Symbolic identity – Action Groups.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas à construção/manutenção/alteração de uma fachada simbólica qualquer. Parto da ideia simmeliana (1964) de que o conflito é uma forma de associação, e não de ruptura, para enquadrar as redes de relações que perpassam as ações dos coletivos selecionados para coleta empírica. Ainda que estejamos diante de uma ação política contenciosa, a relação de conflito aproxima

[1] Projeto de iniciação científica conduzido em 2014. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (projeto nº 2013/23904-2).

[2] Bacharel em ciências sociais, e mestre em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Graduando em filosofia na mesma instituição. Escreve sobre arte contemporânea, e trabalha com pesquisa de mercado e opinião. E-mail para contato: braga.felipe@aol.com

os antagonistas, e uma parte do comportamento coletivo dos grupos tem por objetivo não só perseguir suas metas dentro da arena beligerante, mas igualmente construir uma fachada social que aumente suas possibilidades de ação. Estou transpondo a terminologia goffminiana ("fachada social") para uma realidade bastante intuitiva, a da construção da imagem pública dos coletivos. É importante que, para além das ações concretas realiadas, os grupos consigam midiatizar seus passos através da perspectiva mais favorável possível segundo seus objetivos de ocasião, construindo, portanto, uma identidade pública que se transforme, potencialmente, em capital político. Esses passos calculados vão cristalizando uma fachada social favorável ou desfavorável junto aos demais atores relevantes, incluindo, por suposto, a opinião pública em geral. "O confronto político surge quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores." (TARROW, 2009a, pp. 18). Isso significa que a fachada social pode se transformar em um relevante ativo simbólico que permite ao grupo não só se situar num ponto mais estratégico da arena de conflitos, mas igualmente arregimentar apoiadores, fechar parcerias, organizar ações comuns, aumentar o leque de apoio, etc.

A fachada social é um mediador simbólico que aproxima não só os representantes do coletivo e os demais atores significativos da sociedade civil, mas inclusive os membros do coletivo entre si. São aquelas perguntas básicas que expõe a pretensão representativa de um coletivo: quem somos? O que fazemos? A quem representamos? Essa identidade pública, essa imagem difusa, se cristaliza através do conjunto de ações, discursos, cronologia de atuação, eventos, que caracteriza a agenda social do grupo, isto é, o seu repertório específico de ações.

> Os indivíduos podem reunir-se formal ou informalmente num grupo de ação em vista de promoverem interesses semelhantes ou coletivos através dos meios a seu dispor. Na medida em que cooperam na manutenção de uma impressão determinada, servindo-se disso como meio de realização dos seus fins, constituem aquilo a que aqui chamamos de equipe. (GOFFMAN, 1993, pp. 105).

O trecho é importante porque evidencia o problema crucial de investigação do artigo: 1) A fachada social é um capital simbólico importante para as ações dos grupos; 2) As ações públicas escolhidas (o repertório, a agenda do grupo) são influenciadas pelo impacto exercido na fachada social; 3) Os indivíduos arquitetam

as ações com vistas à manutenção/construção/modificação de uma fachada social a partir de múltiplos constrangimentos (recursos, oportunidades políticas). Isso fica evidente quando o autor diz que a equipe coopera em torno da "manutenção de uma impressão" com foco na audiência (que pode ser de antagonistas ou de apoiadores) e que essa impressão pode ser útil ou não à equipe. Aliás, esse é o próprio cerne da metáfora dramatúrgica goffminiana, na medida em que o ator (ou o conjunto de atores reunidos no interior de uma equipe) busca projetar uma imagem que lhe seja mais favorável e, com isso, garantir o controle das interações. A pergunta é: como os membros de um grupo atuam, selecionam repertório, refletem sobre eventos, com vistas a projetar uma fachada simbólica que cristalize uma identidade social do grupo, partindo da metáfora dramatúrgica de Goffman?

Disso não decorre que a fachada social seja encarada exclusivamente como um instrumento para aumentar as possibilidades de eficácia da ação dos coletivos. Quando Goffman diz que os atores instrumentalizam a fachada com vista "aos seus fins", não podemos circunscrever o problema à temática da ação racional coletiva que não enxerga outra coisa senão o critério fundamental de maximização dos recursos. Mesmo a Teoria de Mobilização de Recursos, tributária direta dos escritos de Olson (MONASTERIO, 2010), leva em consideração aspectos de análise que vão além das escolhas puramente utilitaristas: "O modelo de Mobilização de Recursos que nós temos descrito aqui enfatiza a interação entre recursos disponíveis, a pré-existência de estruturas de organização de preferências, e as tentativas empreendedoras de atingir demandas desejadas". (McCARTHY; ZALD, 1977, pp. 1236. Tradução minha). O que quero dissipar é a possível impressão reducionista de que a imagem social do grupo só entra na análise enquanto instrumento de maximização de recursos no interior de uma arena beligerante. Antes, a identidade simbólica cumpre funções muito mais sutis no processo de condução de uma entidade, na medida em que contribui para o sentimento de unidade (e*sprit de corps)*, eleva a autoestima dos indivíduos, estreita o vinculo entre representantes e representados, dá vazão para os vínculos subjetivos que antecedem a organização coletiva, etc. "Contexto de investimentos emocionais transpessoais, um contexto coletivo-psicológico de ação que possivelmente constrange e permite ações tanto quanto o contexto sócio-estrutural e cultural sobre os quais a atenção analítica tem

tipicamente focado atenção até aqui". (EMIRBAYER; GOLDBERG, 2005, pp. 471. Tradução minha).

Mas isso não é tudo. Ao investigar os mecanismos de determinação de agenda no interior de grupos de ação com vistas ao estabelecimento de uma fachada social, procurei romper com uma dicotomia clássica da literatura produzida sobre movimentos sociais. Podemos elencar, de modo algo esquemático, três grandes correntes teóricas no final dos anos 1970: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, e a Teoria do Processo Político (ALONSO, 2009; ALEXANDER, 1998; TONI, 2001); embora a Teoria de Mobilização de Recursos não tenha desaparecido do debate intelectual, ela foi incorporada, nas décadas seguintes, pelas duas outras vertentes teóricas, de modo que a discussão passou a ser travada entre a escola "americana" (mais política) e a escola "europeia" (mais culturalista). Se pudéssemos elencar os "líderes" dessas duas vertentes, provavelmente chegaríamos aos nomes de Charles Tilly e Alberto Melucci.

Pois bem, esse preâmbulo serve para que identifiquemos o modo pelo qual o problema da *identidade* é retratado nos dois mais importantes flancos teóricos: Melucci enfatiza os processos culturais que levam o grupo a sedimentar uma identidade unificadora capaz de congregar os esforços individuais em prol de um objetivo comum, de modo a cristalizar um e*sprit de corps* com base em vivências subjetivas próximas. Estamos, portanto, diante de um esquema de interação intragrupal, que leva em conta os laços de pertencimento individuais para a construção de uma identidade comum, caso dos negros, dos imigrantes, dos homossexuais. (MELUCCI, 1994). Tilly, Tarrow e McAdam (2009), por outro lado, tratam do problema da identidade a partir das redes de interação entre os diversos atores coletivos; nesse esquema teórico, não podemos identificar a identidade simbólica como um produto exclusivo das deliberações intragrupais, porque esse fenômeno é um produto complexo das diversas negociações envolvendo não só atores de dentro do coletivo, mas inclusive agentes externos, interlocutores pertinentes para as aspirações do grupo. Assim, um coletivo de defesa da cultura negra não desenvolve uma identidade unicamente a partir de suas decisões internas, antes surge como resultado da dinâmica de interações que caracteriza a rede de contatos do coletivo; caso considerássemos a identidade como um fato

dado pelas decisões e ações internas ao grupo, recairíamos na *essencialização* da identidade, como se sua imagem simbólica fosse um produto exclusivo da vontade coletiva, e perdesse, portanto, o caráter dinâmico e mutável que caracteriza um objeto em constante e delicada negociação. “A noção de ‘identidade’ em si já coloca uma série de dificuldades teóricas. O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa.” (MISCHE, 1997).

O ponto importante, aqui, é entender como os grupos de mobilização equacionam as suas expectativas de projeção junto à categoria de indivíduos que pretende representar (um fator, portanto, “interno” ao grupo), e os arranjos com os demais interlocutores sociais que são relevantes para a agenda política dos movimentos. Por exemplo: as prostitutas de Minas Gerais possuem uma série de demandas, padrões de sociabilidade, trocas de afetos, que condicionam o tipo de identidade assumida pelo grupo e que, em certo sentido, são anteriores à existência da APROSMIG (associação de defesa de prostitutas mineiras); por outro lado, as prostitutas precisam se projetar diante dos demais atores que são relevantes para o cotidiano de sua atividade, como a Polícia Militar, os agentes de saúde pública, os locatários dos prostíbulos mineiros, de sorte que a rede de interlocução influencia, de igual maneira, o tipo de agenda perseguida pelos coletivos. Eu reconheço a identidade difusa do meu grupo de pertencimento e, a partir daí, mobilizo um repertório de criatividade que, através de uma agenda de eventos e prestação de serviço, constrói a fachada social do meu coletivo, justamente para me projetar junto aos diversos atores.

Aqui, faço uma ressalva importante: dizer que investigamos o problema a partir do nível microssociológico não nos coloca automaticamente no polo culturalista. É verdade que o conceito central de “rede” traz a interpretação para próximo do trabalho tillyano, mas os nexos de pertencimento subjetivo, tal como aparecem nos artigos de Melucci, acabam por determinar o *frame* de análise dos atores envolvidos, ou seja, o modo pelo qual os indivíduos enquadram a realidade e constroem narrativas persuasivas para convencer os interlocutores da gravidade do seu problema. Assim, é necessário que as aspirações dos indivíduos, que são em grande medida determinadas pelo lugar social que ocupam, consigam elaborar o

frame de injustiça (GAMSON, 1996) capaz de demonstrar, num plano normativo, a arbitrariedade do tratamento recebido por aquele seguimento específico de vulnerabilidade.

2. METODOLOGIA

Como já foi dito, o propósito do artigo é discutir os mecanismos de interação intragrupais que selecionam o repertório de atuação pública com vistas a sedimentar uma fachada social qualquer. Isso pressupõe uma dupla função para o repertório: a primeira, e talvez mais óbvia, diz respeito à eficiência das ações na busca pelos objetivos do grupo; a segunda, e que é o corolário da primeira, reside no aspecto simbólico das ações selecionadas, na medida em que elas contribuem para a caracterização identitária do grupo (uma fachada social e simbólica). Vou citar um exemplo para tornar o argumento óbvio: os Black Blocs se utilizam fundamentalmente de um repertório violento para reivindicar a sua causa e, ao proceder dessa maneira, a imagem do grupo está estreitamente conectada com o repertório efetivamente desempenhado (DUPUIS-DERI, 2010).

Parto, portanto, de uma questão teórica (como o repertório de atuação do grupo, isto é, sua agenda pública, é influenciado pela expectativa de projeção simbólica) e apresento os resultados que são, eminentemente, exploratórios e empíricos, sem qualquer pretensão generalizadora. Entrevistei representantes de três coletivos, dois de São Paulo e um de Minas Gerais. Os dois de São Paulo são a ATEA (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos), e o Periferia em Movimento; o primeiro busca defender os interesses de ateus e agnósticos no território brasileiro, sustentando a necessidade de mudanças no modo como o Estado lida com a questão religiosa, a fim de que a laicidade republicana seja plenamente observada. A ATEA foi criada em agosto de 2008. O Periferia em Movimento é um grupo que reúne jornalistas da região sul de São Paulo com o objetivo de escrever sobre e para os moradores de periferias; além disso, promovem debates, palestras, exposições e aulas públicas com o intuito de levar o jornalismo para as regiões mais afastadas do centro. Existe desde 2009. O terceiro grupo é a APROSMIG (Associação de Prostitutas de Minas Gerais), e tem como meta garantir a segurança e o respeito às profissionais do sexo em território mineiro. Elas ficaram nacionalmente (e

internacionalmente) conhecidas por patrocinar cursos de inglês para as prostitutas, de modo que elas estivessem habilitadas a atender os clientes estrangeiros durante a Copa do Mundo 2014.

Realizei três entrevistas em profundidade com cada um dos grupos. Na primeira rodada de entrevistas (uma entrevista por grupo), o objetivo era conhecer um pouco da história e das parcerias marcantes dos coletivos e, com isso, traçar uma cronologia de atuação de cada um deles. De posse dessa narrativa, desenvolvi um segundo questionário para aplicar na segunda rodada de entrevistas (duas entrevistas por grupo com pessoas diferentes), e cujo foco foi a dinâmica de relações no interior do coletivo. Como essas relações intragrupais pertencem a uma "zona de bastidores" que não está à disposição da curiosidade externa, decidi realizar uma entrevista prévia, mais "institucional", para me cercar da terminologia usada pelos grupos, suas ações e aspirações, de sorte que a condução da segundo entrevista, mais "íntima", mobilizasse um vocabulário nativo e, portanto, evocasse uma certa proximidade com os interlocutores, estabelecendo com eles um laço de confiança. No final, realizei a análise das nove entrevistas em profundidade no software qualitativo FreeMind.

Apresento os resultados empíricos começando com a dinâmica interna de decisão sobre o repertório de ações, enfatizando o papel dos líderes no processo. Depois, faço uma análise sobre o objetivo específico de cada tipo de ação, se de aproximação com a categoria social representada pelo coletivo, ou se, ao contrário, de busca por aumentar a audiência para a causa que defendem. Passo então a considerar o papel reservado à rede de relações do grupo no processo de decisão sobre a agenda de eventos, isto é, como o repertório de ação é pensado para arregimentar parcerias e estreitar laços com outros agentes relevantes do debate público. Por fim, apresento o modo pelo qual a preocupação com a fachada social do coletivo, sua imagem, sua identidade, se dá no processo cotidiano de decisão da agenda.

3. A LIDERANÇA E SUA EQUIPE

Para compreender como o repertório de ação dos grupos era decidido (a sua agenda), apresento a relação estabelecida entre as lideranças e os membros menos graduados dos coletivos.

Tanto na APROSMIG como na ATEA, temos figuras que são incontestavelmente reconhecidas como líderes, Cida Vieira e Daniel Sottomaior. Ao traçar o histórico de ações do grupo, verifiquei que os líderes têm papel de destaque enquanto autores dos principais eventos. Além disso, a atuação desses indivíduos está duplamente ratificada, tanto pelos cargos que ocupam, como por características pessoais: Daniel é, além de presidente da ATEA, um homem que se dedica enfaticamente à reflexão sobre o ateísmo, sendo reconhecido como o principal representante dos ateus no Brasil. Cida é presidente também, e é vista pelas outras companheiras como detentora de um carisma indispensável para representar as demais mulheres prostitutas, está sempre promovendo eventos inovadores para elevar a moral delas. Assim, essas duas figuras são núcleos gravitacionais em torno dos quais a atividade do coletivo orbita.

A despeito dessa reconhecida liderança, nenhum deles é caracterizado como autoritário. Existe, ao contrário, plena consciência, entre os membros dos respectivos grupos, de que os presidentes nada fariam se não fosse o trabalho de assessoria do conjunto, de sorte que o *staff* recebe as ideias de atuação do presidente e, a partir daí, dá sugestões, aponta equívocos, reforça este ou aquele aspecto da proposta, desencoraja alguma estratégia que não se coadune com a proposta pública do grupo como um todo, e assim por diante. Disso decorre que os demais membros atuam como “avalistas” da figura do presidente: 1) os indivíduos bancam as ideias, dão sustentação para que elas se materializem; 2) os demais membros confiam na força de liderança do presidente, dão amparo moral e logístico às suas ideias; 3) auxiliam o presidente na formulação e desenvolvimento das ideias; 4) a própria etimologia da palavra “avalista” (de avaliar): são os indivíduos que primeiro recebem as ideias do presidente e debatem os pontos positivos e negativos, de modo a sofisticar a ideia antes de ela se tornar realização.

Um terceiro aspecto que reforça a figura do presidente é o fato de que eles são o rosto do coletivo, eles estão à frente das entrevistas, dos eventos, das

palestras, enfim, são as pessoas que melhor encarnam (no sentido de personificar) aquele projeto de atuação. Claro que, no decorrer das interações cotidianas, outros membros são igualmente responsáveis por dar ideias e promover debates, no entanto o modelo de relação entre o presidente e os demais representantes é aquela típica.

> Então, o Daniel [presidente da ATEA] toma a maior parte das decisões, e as ideias é o Daniel que tem. Porém o Daniel nunca foi autoritário, nunca chegou “vamos fazer isso e acabou". Ele sempre veio consultar, “o que você acha dessa ideia”? Pergunta pro Alfredo. “O que você acha dessa ideia?” E ai a gente, ele acata também nossa opinião. Já aconteceu, bem no começo, de ele ter uma ideia, ele vir me consultar, e eu falar não. Não vai rolar dessa maneira. (Maurício, ATEA).

> Nós [staff APROSMIG] damos ideias, mas eu vou ser honesta, as ideias mais malucas, mais mirabolantes quem tem são ela [Cida Vieira, a presidente]. “Laurinha, eu tô pensando, vamos fazer isso!”. (Laura, APROSMIG).

> O poder majoritário é dela [Cida Vieira] porque ela é presidente, mas ela tem consciência que ela não faz a APROSMIG, se o conselho fiscal barrar, se a diretoria financeira barrar, entendeu? E mesmo que aconteça alguma divergência, a gente sempre chega a um consenso, e aquilo acaba acontecendo. (Patrícia, APROSMIG).

A descrição contida nos verbatins é bastante recorrente, de modo que a discussão sobre a gênese das ideias transparece esse movimento duplo, em que a liderança é claramente identificável, seja pelos grandes insights de eventos e ações midiáticas, seja pela condução corriqueira das decisões cotidianas, mas reivindica, ainda assim, o apoio dos demais membros para sua execução.

O Periferia em Movimento, por outro lado, é um coletivo menor, sofreu alguns desfalques e hoje tem dois representantes que cuidam dos eventos e das publicações, o que não dá margem para o surgimento de uma liderança bem definida. Essa constatação enseja a necessidade de acrescentarmos um elemento à análise, o da escala dos grupos: estou trabalhando com coletivos de pequeno e médio porte (o que representa a grande maioria dos grupos de ação), de sorte que, à medida que cresce o tamanho do coletivo, cresce também a burocratização das funções, uma constatação absolutamente familiar à sociologia.

Ainda sobre os processos de deliberação, verifiquei o movimento de separação das funções do coletivo de maneira mais ou menos demarcada, de modo que cada integrante assume um conjunto particular de tarefas na rotina do grupo.

Isso se manifesta mesmo no Periferia em Movimento, que passa por um processo de transição de formato. Para ele, a divisão cada vez mais delimitada de atividades entre os membros representa um ganho de profissionalização e gestão. Os dois pontos fundamentais que descrevem a interação no grupo é, pois: (1) a relação entre o presidente e os demais membros e (2) a divisão de tarefas rotineiras, o que coloca cada integrante em contato com um ponto específico do projeto do coletivo, e o habilita a sugerir ideias a partir desse ponto de contribuição.

A separação das funções é justificada com base no critério de eficiência, dado que tarefas rotineiras são executadas com maior desenvoltura. No entanto, a separação *burocratizada* de atividades representa também um passo de legitimidade no percurso de criação/ administração do coletivo, na medida em que a distribuição de cargos, isso a partir de uma estrutura mais ou menos institucionalizada de tarefas rotineiras, reforça a organização e profissionalização junto aos seus parceiros relevantes. Em outras palavras: um grupo precisa ser organizado porque isso é intrinsecamente mais eficiente, mas ele precisa inclusive (ou *ao menos*) parecer organizado, de modo que suas possibilidades de angariar parcerias estratégicas possam se expandir. A separação de tarefas é, portanto, um cartão de visitas de seriedade que o grupo apresenta nos contatos diários:

> Tem que haver cargos. É uma coisa que a gente lutou pra montar essa associação [APROSMIG], a gente precisa de uma coisa certa, correta. Tem que existir um presidente, um vice, uma secretaria, um conselho, um departamento financeiro, um departamento jurídico. E é assim que funciona. Existe nosso estatuto, pra que isso dê certo, a gente tem que começar certo. (Patrícia, APROSMIG).

> Quando precisa, a gente se ajuda. Tanto que a gente ficou de ver com relação a como a gente nomeia o que cada um faz, cargo, sei lá o quê. Geralmente a gente fala “somos idealizadores, somos jornalistas do Periferia em Movimento”, e não tem um título assim. Será que a gente traz títulos convencionais, ou a gente cria um outro conceito? (Aline, Periferia em Movimento).

Mesmo quando há relutância em adotar as expressões usuais para designar as funções, os membros se veem na contingência de apresentar o grupo e, por conseguinte, os papeis que cada um desempenha na condução do coletivo, o que denota a preocupação em transmitir esse *senso prático de organização* que subjaz às atividades cotidianas. O caso do Periferia em Movimento será melhor discutido em algumas linhas, mas já aqui indico essa busca da delimitação de tarefas como

uma tentativa de alçar o grupo a um novo status de administração, dado que ele passa por um processo de remodelação substancial.

4. AÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE, AÇÃO DE RESSONÂNCIA

Dessa dinâmica de interações microssociológicas, surge a definição do repertório do grupo. Mas o histórico de cada repertório específico exerce influência na dinâmica de interações. Ações que são parte rotineira da atuação não são submetidas a um escrutínio conjunto, detalhado, pormenorizado, crítico (relação presidente-avalista), como é o caso dos novos incrementos de repertório. Essa é, aliás, uma ideia bastante intuitiva: quando um tipo de ação está cristalizado no repertório cotidiano do coletivo, essa ação já deitou raízes na vida habitual e corriqueira de interações, já faz parte da cronologia de eventos regulares e, portanto, foi ratificada pela rede de interações que envolve o coletivo. Sua condução, nesse sentido, é parte constante e institucional da rotina daquele grupo.

Por outro lado, as ações inovadoras que serão encampadas ainda não enfrentaram o julgamento da rede de interações, dos parceiros relevantes, dos atores que são significativos para os objetivos sociais do coletivo. Cada novo acréscimo de repertório é, na mesma medida, uma possibilidade de reforço positivo da fachada social, e uma ameaça às conquistas passadas. A nova ação deve enfrentar, portanto, o crivo dos membros do coletivo, seguindo a dinâmica presidente-avalista descrita acima.

Nessa chave, é interessante notar a diferença no sentido da atuação: as ações mais rotineiras têm como foco os representados do grupo, a categoria social pela qual o grupo afirma responder, afinal de contas, a fachada social exerce impacto não só na rede de parceiros do coletivo, mas igualmente demonstra para os representados que aquele coletivo *de fato* atua em favor de seus interesses, de sorte a legitimar a relação entre a categoria social, e a burocracia da representação (os ateus e a ATEA, por exemplo). Assim, a distribuição de camisinhas (APROSMIG), as publicações jornalísticas da agenda cultural da periferia (PeM), os processos judiciais (ATEA), são o “portfólio” dos coletivos que justifica a relação representante/representado.

Quero colocar ênfase nessa ideia: a fachada social não é algo estático, mas um fenômeno *negociado, trabalhado, sempre submetido à prova toda vez que o grupo atua no mundo social*. Além disso, ela não é una, porque varia de acordo com o grupo avaliador: a ATEA é vista de modos distintos pelos ateus favoráveis, pelos ateus desfavoráveis, pela opinião pública que tem conhecimento de sua atuação, pelos religiosos, etc. Assim, a interação intragrupal com vista a selecionar o repertório ótimo, de acordo com as possibilidades avaliativas de cada momento, precisa equacionar o impacto das ações em todos esses subgrupos, de modo a encarar escolhas mais ou menos dilemáticas.

Além das ações rotineiras que têm como foco os *representados do grupo* (categoria dos ateus, categoria das prostitutas, moradores da periferia), existem aquelas outras cuja direção visa à opinião pública através da mídia: a ATEA com o desbatismo (performance irônica em que um grupo de ateus simula um ritual de batismo ao inverso, o desbatismo, “enxugando” a água batismal do ritual católico com um secador elétrico) e os outdoors (campanha publicitária que mencionava a filiação religiosa de vários personagens condenáveis da história, como Hitler); a APROSMIG com o Puta Day (dia de conscientização para debater a prostituição no Brasil), o Time das Peladas (jogo de futebol organizado durante a Copa do Mundo de 2014, em que times completamente formados por prostitutas se enfrentavam mutuamente), o Miss Prostituta (concurso de beleza cujas concorrentes eram, evidentemente, prostitutas); e o Periferia em Movimento com A Margem da Margem (série de entrevistas e documentários retratando os grupos marginalizados da periferia, aqueles que não apenas vivem na periferia, mas que sofrem preconceito inclusive de outros grupos marginalizados, caso dos bolivianos, dos transexuais, etc).

Assim, nós temos dois escopos de atuação, um de *representatividade*, outro de *ressonância*: de um lado, o grupo precisa solidificar a relação entre si e os representados, na medida em que o seu primeiro objetivo é se projetar como o legítimo representante daquela categoria social de indivíduos. Por outro lado, as ações precisam ganhar ares mais amplos, gerar repercussão, criar mídia positiva (aliás, qualquer tipo de mídia já é mídia positiva, dependendo do ponto de vista), de

modo a ressoar o próprio trabalho. Assim, o repertório do grupo pode ser classificado tanto em relação à direção da ação, quanto à cristalização da ação.

> A gente procura sempre inovar, mas inovar de uma forma que chame atenção. Porque na verdade tudo o que é diferente chama a atenção. A APROSMIG é diferente, naturalmente ela é diferente. Então assim, é isso aí que você tá vendo, muitas outras coisas virão, porque a gente conhece nossa presidente. Ela já tá fazendo um [evento] preocupada com outro. Vem agora a virada cultural, com certeza, ela não vai deixar passar em branco. (Patrícia, APROSMIG).
>
> Visibilidade. Tudo o que é campanha de mídia, o foco é visibilidade. (Daniel, ATEA).
>
> Ela é uma das ações [processo contra o apresentador Luís Datena] que me deu mídia, mostrando a proposta do ativismo judiciário nosso. Contribui também para que ele [Datena] seja inquirido sobre isso, o que eu acho que é uma das coisas que deixa claro o tipo de coisa que a gente faz. Ir aos tribunais, lutar contra os preconceitos, não necessariamente essas duas coisas juntas, mas elas são grande parte do que a gente faz. Tá no alto da nossa escala de prioridades. (Daniel, ATEA).

Essa divisão, no entanto, foi elaborada para fins puramente analíticos. É claro que todo o repertório é, ao mesmo tempo, foco de representatividade e foco de ressonância, e a última fala exemplifica bem isso: quando o presidente da ATEA diz que a ação contra o Datena gerou mídia positiva para o grupo e, ao mesmo tempo, divulgou o tipo de ação cotidiana da entidade, ele não faz outra coisa senão aludir ao duplo propósito de (1) estreitar a relação entre o coletivo e os representados e (2) publicizar as ações da ATEA. No entanto, o repertório cotidiano está mais próximo dos representados: quando as garotas de programa vão recolher sua cota mensal de camisinhas e gel lubrificante, verifiquei o tipo de ação que põe em primeiro plano a relação entre a entidade representativa e o indivíduo representado, do mesmo modo que as ações judiciais da ATEA e as publicações do PeM. Coisa distinta é falar do concurso Puta Day, em que a presidente trabalha arduamente para garantir o comparecimento massivo da mídia na data do evento, ou falar nos outdoors da campanha contra o preconceito religioso: estamos diante de repertórios de natureza distinta, com objetivos distintos e públicos não totalmente homogêneos.

A despeito disso, a escolha do repertório, submetida a esse duplo constrangimento, não opera num vácuo cognitivo. Os grupos estabelecem recortes na realidade, de modo a enquadrar os problemas cotidianos dos representados através de certas narrativas (GOFFMAN, 1974). Assim, existe uma estreita relação

entre as ações encampadas e a interpretação da realidade defendida pelo grupo: as prostitutas são vistas como mulheres feias, mulheres da ralé, pessoas que não têm qualquer perspectiva a não ser o trabalho sexual; para responder a isso, realiza-se o Miss Prostituta, o Puta Day, que busca justamente dar visibilidade às prostitutas, levantar-lhes a moral, a autoestima. Por outro lado, o Periferia em Movimento se insurge contra a visão estereotipada contida nas descrições rotineiras sobre a periferia de São Paulo. Promovem, pois, oficinas de jornalismo com habitantes de locais marginalizados, justamente para que eles desenvolvam um mínimo de domínio técnico e possam, eles próprios, produzir conteúdo e criticar conteúdo a partir da perspectiva da periferia. A ATEA considera inapropriado que crianças sejam batizadas sem que tenham o devido amadurecimento cognitivo, e realizar uma performance como o desbatismo é uma maneira de ilustrar essa questão. O que verifiquei, assim, é a estreita sobreposição, no nível discursivo, entre o enquadramento da realidade e a escolha do repertório, o que garante que os grupos solidifiquem sua fachada social, materializando os problemas da realidade cotidiana em ações que sejam pertinentes para a discussão dos desafios dos representados.

> Então juntava a necessidade dos protestos contra os abusos, com o protesto generalizado, com relação à questão do batismo, pega a criança que não tem nenhum poder de escolha, e diz: “você é cristão”. (Daniel, ATEA).

> Eu acho que existe uma ampliação do conceito do que é periferia. O que é a periferia? É quem tá na margem do centro. Mas que centro? Centro geográfico? Econômico? Político? Cultural? Ou tudo isso? No centro de São Paulo, é bem visível que é tudo isso. É tudo isso. No centro, você tá no centro geográfico, mas também no centro econômico, cultural, mas cultural no sentido do que é hegemônico. Porque na verdade, falar de cultura em São Paulo, acho que a periferia tem uma força monstruosa. Qual a forma de cultura? Tem que falar das manifestações culturais da periferia. As pessoas não enxergam valor nisso. (Tiago, Periferia em Movimento).

> Foi uma ideia [Miss Prostituta] da nossa presidente, né? Que a que gente quis falar? Pelo fato das meninas serem mal vistas, a gente quis mostrar que elas tinham valor. E a forma que a gente encontrou isso foi fazendo esse concurso. Antes de sermos prostitutas, somos mulheres, somos humanas, mães. Elas têm problemas como qualquer outra pessoa. Então por que a gente não poderia fazer um programa que levantasse a moral, a autoestima delas? (Patrícia, APROSMIG).

Aqui, no entanto, preciso fazer uma ressalva: o enquadramento da realidade é o modo com que os membros do coletivo narram os fatos cotidianos, é uma interpretação própria dos desafios da vida. “The term ‘frame’ (and framework) is

borrowed from Goffman (1976:21) to denote 'schemata of interpretation' that enables individuals 'to locate, perceive, identify, and label' occurrences in their life space and the world at large." (SNOW; BENDFORD; 2008, pp. 464). Os esquemas de interpretação são, portanto, guias de referência que articulam o discurso sobre as injustiças do mundo e a ação do coletivo; digo isso apenas para que não identifiquemos no *frame* a causa para a ação, como se os indivíduos fossem movidos pelas ideias que sustentam, numa descrição monocausal do repertório (*se* as prostitutas são vistas como mulher ralé, *então* é necessária uma ação que eleve sua autoestima). As possibilidades de ação são múltiplas, e os constrangimentos são igualmente numerosos, de modo que o enquadramento da realidade comporta um leque substancial de escolhas. É impossível entender um fenômeno social sem incorporar à análise a criatividade da agência humana.

5. AS PARCERIAS

As ações e eventos que configuram a agenda dos grupos vão cristalizando uma identidade de atuação que estreita laços de engajamento mútuo. Os parceiros aceitam atuar ao lado do coletivo em função do tipo de evento elaborado. Assim, o Miss Prostituta não foi pensado, mesmo que indiretamente, como um evento adequado para ocorrer no Shopping UAI (espaço no qual a ação é conduzida, e que foi franqueado através de uma parceria com o dono do estabelecimento). O Miss Prostituta, antes, foi concebido e projetado sem que qualquer parceiro em especial estivesse no horizonte de articulação, de modo que o acordo entre a APROSMIG e o proprietário do shopping foi ratificado em função das características originais da proposta, ainda que ela não tenha sido planejada para aquela parceria em especial. Da mesma maneira, o Periferia em Movimento não orquestra suas ações visando um parceiro em especial, mas fecha acordos devido à bagagem de ações que caracteriza a cronologia de atuação do grupo. Quando um coletivo está imerso numa rede de interações, é necessário que a entidade projete (e proteja) uma fachada que viabilize suas ações futuras, de modo a cristalizar, através do repertório, uma imagem que sirva de ponte entre representante e representado e, ainda por cima, aumente as oportunidades de inserção no debate público (entidades com imagens corrompidas, vistas como lucrativas ao invés de ideológicas, acabam por minar suas

possibilidades de influência). Se é assim, o cuidado com a seleção de repertório aumenta as possibilidades de acordos com parceiros.

Dizer que a ação não foi pensada para conquistar um parceiro específico, contudo, não significa dizer que os grupos não tenham consciência de que as parcerias são fundamentais para viabilizar logisticamente um determinado evento, isso porque muitas das ações só podem se materializar, inevitavelmente, a partir de vínculos extragrupo. A APROSMIG compreende, pois, que o Miss Prostituta só será realizado através de uma parceria estratégica, do mesmo modo que o Periferia em Movimento precisa dos editais da prefeitura para financiar algumas de suas ações. As parcerias entram no "cálculo" da ação como *extensão do trabalho de construção do coletivo, e não como foco do repertório*, o que significa dizer que a agenda não está pautada pelo parceiro x, y, ou z, mas pelo "parceiro abstrato" que inevitavelmente participará da execução da ação, condição necessária para que ela se viabilize.

> A gente é [influenciado pelos parceiros do Periferia em Movimento], mas a afinidade vem antes. A gente conhece o trampo deles, a gente já observa há bastante tempo, então a gente já divulga eventos que estavam rolando. Até a gente chegar e conversar com alguém do movimento, e produzir um material [juntos], levou um tempo. Acho que... Não sei se tem essa influencia, da gente pautar o nosso conteúdo a partir da parceria. Claro que, a partir do momento que a gente tem uma proximidade maior, isso pode influenciar o nosso conteúdo, mas não é programado. (Tiago, Periferia em Movimento).

> Todos os nossos parceiros ficam cientes do que a gente faz aqui na associação [APROSMIG]. Acaba ficando "um ajuda o outro". (Patrícia, APROSMIG).

E isso é igualmente verdadeiro para a ATEA, coletivo que dispõe de um número quase nulo de parcerias: dado que o ativismo do grupo é fortemente marcado pelos processos judiciais, o estabelecimento de acordos extragrupais é francamente contingenciado, na medida em que ações na justiça exigem apenas a contratação de advogados, e não a mobilização de uma teia contundente de parcerias. O ativismo judicial, neste caso, não exige vínculos muito fortes entre entidades exógenas ao grupo, o que determina a rede pouco desenvolvida da ATEA.

Certas narrativas, no entanto, exercem mais apelo na hora de enquadrar possíveis apoiadores. O apoio está condicionado, nesse sentido, à abordagem da realidade sustentada pelo grupo, o que pode aproximar os agentes com vistas ao

"ganho mútuo". A APROSMIG tem um recorte persuasivo para angariar parcerias, e os membros da entidade têm consciência do potencial retórico do frame; de maneira análoga, o PeM constrói sua rede de articulações com base em afinidades medidas a partir do histórico dos demais grupos, e nessa avaliação entra tanto as ações passadas, quanto as narrativas dos demais coletivos.

> Eu acho que nós [prostitutas] somos classificadas como a parte dos excluídos. E o que aconteceu, nosso país passou por uma mudança muito grande, inclusão social, e nós nos enquadrado nisso. E isso é bom pro empreendedor, no caso pro Elias [parceiro do Miss Prostituta], isso é as mil maravilhas, porque ele pode ajudar, né? E acabou ficando muito mais conhecido do que a já é. Porque a APROSMIG dá visibilidade, não adianta você falar que não, então o que a gente faz, une o útil ao agradável. A gente une a parceria, vamos dizer assim, de bom empresário, com uma classe social baixíssima. Quer coisa melhor pra mídia? (Patrícia, APROSMIG).

> Por exemplo, a gente tem [parceria com] o movimento Mães de Maio, que luta contra a violência desde 2006, depois dos ataques do PCC, e que foram violentamente reprimidos pela policia. E a policia acabou matando como forma de vingança, acabou matando muitos civis, parte deles inocentes. É um grupo de mães dessas pessoas que foram mortas, num grande movimento, e que luta contra a violência do estado. (Tiago, Periferia em Movimento).

6. FACHADA SOCIAL

Por fim, quero discutir o processo de escolha do repertório que leva em consideração direta o impacto das ações sobre a fachada social. Quero evidenciar, aqui, a dimensão *consciente* desse processo de escolha, isso com o intuito de demonstrar que o argumento até aqui esboçado não é simples produto da interpretação distanciada do pesquisador, e que busca, a todo custo, forçar seu objeto teórico goela abaixo da realidade*, mas está presente na dinâmica interacional dos grupos estudados.* Ademais, é evidente que a fachada social de um grupo qualquer não é um dado concreto e mensurável; antes, é uma interpretação, uma intuição, um conjunto difuso de impressões por parte dos membros do grupo que tentam, a todo momento, inferir os impactos possíveis de uma ação qualquer sobre a identidade do coletivo.

O Periferia em Movimento, por exemplo, atravessa uma situação que se nos apresenta como extremamente favorável para investigar essa questão: o grupo surgiu como um blog em 2009 e, nele, publicavam material excedente do TCC; depois, passaram a ter como carro-chefe a divulgação da agenda cultural da periferia; agora, ambicionam formatar o coletivo para que algumas das ações sejam

comercializadas, de modo que os membros possam se dedicar integralmente ao PeM, sem outras vinculações profissionais. Nesse sentido, os integrantes procuram desconstruir a imagem caracterizada pela divulgação passiva de conteúdos externos, e projetam ações que aumentem a autonomia do grupo na procura por pautas próprias. Nas palavras dos respondentes, “pautar mais e ser menos pautado”. Assim, a fachada social, assentada sobretudo na divulgação da agenda cultural da periferia de São Paulo, precisa ser reelaborada através de um repertório alternativo de ações e eventos, para que as suas possibilidades de atuação (e, por consequência, de resultados futuros) se ampliem. Essa reelaboração passa pelos processos de interação intragrupais que planejam o repertório, constroem as parcerias e, através desse circuito, conseguem impactar a fachada social que o coletivo ambiciona alterar. O sucesso da modificação/constituição da fachada passa pela eficiência com que projetam o repertório, daí a importância da dicotomia entre ações de representatividade e ações de ressonância, na medida em que o grupo precisa atingir o ponto ótimo entre legitimação da representação perante os grupos de representados, e a midiatização das ações, caso contrário boas ideias dissolvem seu potencial realizador.

Coisa parecida encontrei na ATEA: uma indagação importante é se o grupo deve adotar uma posição abertamente anticlerical, ou apenas promover ações e eventos que defendam a laicidade do Estado, sem com isso direcionar críticas explícitas às religiões dominantes. Se a opção é por reforçar uma fachada anticlerical (de ataque às instituições religiosas), o grupo se cerca de polêmica e, em função da mídia espontânea gerada, angaria um bom número de apoiadores. Essa mesma fachada, no entanto, cobra dividendos: ateus que apoiariam a organização se sentem desconfortáveis em declarar suporte, dado que o conteúdo anticlerical não é um conteúdo unânime – cada passo em direção à polêmica torna o coletivo mais visível e mais minoritário. Estamos diante de uma escolha de repertório que gera impactos substanciais na fachada social do grupo, e que, em função disso, mobiliza intenso debate interno, já que coloca em flagrante contraste as ações de ressonância (aquelas que geram mídia e angariam seguidores), e as ações de representatividade (aquelas que estreitam a relação com os segmentos de representação do coletivo).

A APROSMIG trabalha para construir eventos de grande repercussão, realiza concursos de beleza de prostitutas, oferece aulas de inglês para as garotas, organiza um time de profissionais do sexo para jogar durante a copa, celebra o Puta Day para celebrar o dia da prostituta, dentre outras ações que cristalizam essa identidade inovadora, multifacetada, mesmo lúdica do grupo. Existe, inclusive, certa expectativa por parte dos membros da APROSMIG sobre quais serão as próximas ideias da presidente. Temos, portanto, uma busca pela influência sobre a fachada, mas essa busca tem um detalhe importante, e gostaria de me debruçar sobre ele.

O PeM está num processo diferente daquele que identifiquei na ATEA e na APROSMIG: enquanto que nestes grupos a deliberação sobre a agenda envolve muito mais a consolidação de um tipo de identidade já estabelecida, o PeM busca alterar essa fachada, de modo que o grupo possa ser identificado com outros tipos de repertório. Essa variedade de posturas (manutenção e alteração da identidade do grupo) se manifesta na forma de encarar o problema da fachada social: quando o coletivo trabalha no sentido de *manter as ações habituais*, *a relação entre o coletivo e a fachada é mediada, indireta, de sorte que a preocupação com a identidade não é objeto deliberado de ação*; por outro lado, quando a postura do grupo visa à *alteração da identidade do coletivo, a preocupação com a fachada está presente na consciência dos representantes e é objeto de deliberação explícita*.

Veja que, em ambos os casos, a fachada social do grupo é importante para os processos de seleção de repertório, mas a imagem do grupo só é conscientemente objeto de debate quando o grupo passa por um processo de diferenciação de sua natureza. No caso do PeM, o coletivo precisa travar novos vínculos, estabelecer contatos, introduzir-se em novos ambientes, o que demanda uma preocupação nítida, imediata, com a sua própria imagem. Para os próximos passos, não é vantajoso que a entidade seja tão pautada por acontecimentos que estão fora do seu âmbito de ação; é importante que o grupo consiga protagonismo nas ações que compõe o repertório, portanto os responsáveis por pensar a agenda devem levar em consideração essa dicotomia entre imagem passiva e imagem ativa.

Além disso, os líderes apresentam uma preocupação explícita com o tipo de *inserção específica* que caracteriza a participação do PeM no debate público: segundo eles, outros grupos já assumiram a dianteira na divulgação das atividades

culturais da periferia (como o blog Mural da Folha), de modo que manter a própria identidade atrelada ao repertório exclusivo de divulgação de eventos não consegue singularizar, como antes, a sua atuação. É preciso, então, enfatizar a parcela de repertório que consiga sublinhar o grupo diante dos demais, o que garante que a sua imagem não esteja vinculada ao ostracismo de ser uma voz no meio do eco. Essa é a atual postura do PeM: apresentar-se como um grupo que pauta as próprios ações, que estabelece parcerias estratégicas, e que desenvolve o pensamento crítico sobre as formas atuais de disseminação de informação jornalística.

A dinâmica nos demais coletivos é diferente. Quando perguntei sobre a imagem do grupo, a resposta é sempre hesitante, não há de pronto uma verbalização sobre a fachada perseguida. Mas mesmo neste caso, as preocupações de ordem simbólica exercem impacto sobre os processos de deliberação, conquanto seja um impacto diluído por situações que servem de ponte entre a fachada social, e a deliberação do repertório. Nos casos em que os grupos não adotavam uma postura com vistas à alteração da identidade, a preocupação com a imagem só aparecia com a mediação de uma situação concreta. Certa feita, na ATEA, foi sugerido que o grupo associasse certos preceitos do vegetarianismo à atuação em defesa dos ateus e, a partir da dinâmica de deliberação presidente-avalista, essa possibilidade foi negada; mas ela foi negada, justamente, com base num argumento de origem simbólica, na medida em que a imagem da ATEA poderia perder força caso sua atuação não estivesse circunscrita à defesa da laicidade. Nesse mesmo sentido, a ATEA enfrenta o impasse de se apresentar ou não se apresentar como um grupo anticlerical: de um lado, ser anticlerical gera polêmica, o que traz publicidade para o grupo e, como consequência, mais gente que conhece o trabalho da entidade; por outro lado, ser anticlerical não é uma unanimidade entre ateus, o que acaba por afastar apoiadores que são a grande razão de ser da entidade. Temos, portanto, uma situação clara em que a imagem do coletivo exerce um impacto real não só sobre os resultados possíveis de atuação, mas sobre a dinâmica de deliberação, e os próprios respondentes identificam esse *trade-off* de maneira clara.

> Eu imagino que quem só conhece as nossas postagens [no Facebook], e nada mais, tende a nos identificar como antirreligiosos e só. Por outro lado, quem só conhece as ações da entidade, tende a identificar como ativistas

> contra o preconceito, e aí depende... Você já viu aquela história dos cinco cegos? Um tateou a tromba, e falou que o elefante era só a tromba? Então, acho que é isso. [Daniel, ATEA].
>
> A imagem da ATEA, ela tá manchada por causa disso [postura anticlerical]. Talvez manchada, não sei se é uma palavra. De uma certa forma, tá mesmo. Teve muitas pessoas que a gente sabe que são ateus, bons ateus, e que não estão com a gente, porque a ATEA faz esse tipo de abordagem. Mas foi uma escolha que foi feita. A gente precisava aparecer, uma organização que a gente tivesse uma dúzia de associados a gente não aparece em lugar algum. A gente precisa realmente de gente. Quanto mais a gente demonstrar força, melhor. E essas pessoas que são contra, que saíram fora, tão fazendo o trabalho inverso, em vez de unir, conquistar o que elas próprias querem, elas tão deixando de agregar. Foi uma estratégia, uma tática de aparecer, é arriscado, tem que trazer mais gente, a gente precisa de associado. A gente tem bastante associado, mas não tem muita gente que contribui. [Maurício, ATEA].

7. Conclusão

Ao longo da discussão, instrumentalizei o arcabouço teórico goffminiano para interpretar a relação entre a agenda de ações de um grupo, e a preocupação com a identidade simbólica resultante do repertório adotado, objeto que eu chamei de "fachada social" (inspirado em A Interpretação do eu na vida de todos os dias). Procurei demonstrar, a partir daí, o padrão de relação líder-avalista, em que a liderança de um indivíduo é claramente reconhecida e sustentada, enquanto que os outros membros avalizam as ações propostas mediante debate sobre as consequências e indicando possíveis melhorias. Além disso, analisei o duplo aspecto simbólico e eficiente da diferenciação dos papeis na dinâmica de administração cotidiana.

A interação assim configurada busca construir a agenda de atuação do coletivo, de modo que ele se insira no debate público de ideias com o intuito de cumprir sua *razão de ser* primária, a de representar uma categoria social de indivíduos. Identifiquei dois tipos de ações que compõem esse repertório, *as ações de representação*, e *as ações de ressonância*. As ações de representação colocam em primeiro plano *a relação entre o coletivo representante e a população representada* (ativismo judicial, divulgação cultural, distribuição de camisinhas); *as ações de ressonância buscam atrair mídia para o coletivo*, e todas as benesses que acompanham a ampla divulgação do trabalho perpetrado pelo grupo. Ambos os tipos de ação são cruciais para a construção da fachada, já que uma caminha no sentido de *legitimar a pretensão de representação do grupo, e a segunda de expandir o*

impacto midiático dessas ações. Em outras palavras: o grupo precisa fazer, e precisa que os outros saibam que estão fazendo.

As ações de representatividade e de ressonância acabam por seguir lógicas interacionais distintas, na medida em que as ações de representatividade já estão cristalizadas no repertório dos grupos; as ações de ressonância, de apelo mais midiático, só conseguem a atenção pretendida se forem inovadoras, criativas, pouco usais ("Campanha do Desbatismo", "Miss Prostituta", "A Margem da Margem"), de modo que o novo repertório exige uma dinâmica de deliberação mais intensa, tanto para formulá-lo, quanto para convencerem-se uns aos outros de que as consequências da ação serão oportunas para o coletivo.

A inserção dos grupos no debate público passa pela construção da agenda de atuação, e algumas das ações precisam necessariamente do apoio de agentes exógenos. Para tanto, as parcerias são firmadas com base em dois constrangimentos maiores, a cronologia de ações já levadas a cabo pelo coletivo, e o alinhamento para com o enquadramento da realidade defendido pelo grupo.

O artigo apresenta, por fim, a maneira pela qual ocorre a relação entre (1) a fachada social do grupo e (2) os processos de deliberação que caracterizam a imagem da entidade, e estabeleci dois padrões de atuação. De um lado, existe o padrão mediato, em que a fachada social é uma preocupação derivada de uma questão contingente sobre uma ação qualquer; por outro lado, a preocupação com a fachada pode ser imediata, quando o coletivo está em vias de alterar sua estrutura fundamental de atuação.

Espero que essas hipóteses possam ser detalhadamente trabalhadas em investigações futuras, e que elas contribuam para a discussão sobre movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. **Ação Coletiva, cultura e sociedade civil:** secularização, atualização, inversão,revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. RBCS, no. 37, 1998.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. **Lua Nova** (Impresso), v. 76, p. 49-86, 2009.

BENFORD, R. D. and D. A. SNOW. "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment". **Annual Review of Sociology** 26. 2000.

DUPUIS-DERI, F. The Black Blocs Ten Years After Seattle. **Journal for the Study of Radicalism**, vol. 4, n. 02, pp. 45-82, 2010.

EMIRBAYER, M; GOLDBERG, C. Pragmatism. Bourdieu, and collective emotions in contentious politics. **Theory and Society**, vol. 34, pp. 469- 518, 2005.

GAMSON, W. **Falando de política**. Tradução de MARQUES, Â. C. S. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience, London, Harper and Row, 1974.

GOFFMAN, E. (1959). **A Apresentação do eu na vida de todos os dias**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Antropos, 1993

GOFFMAN, E. (1963). **Comportamentos em lugares públicos**. Trad. Fábio da Silva. São Paulo, Vozes, 2010.

GOFFMAN, E. (1964). **Rituais de Interação**- Ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio da Silva. São Paulo, Vozes, 2010.

GOLDFARB, J. **The Politics of Small Things**: The Power of powerless in Dark Times. Chicago,London, The University of Chicago Press, 2006.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político. Trad. Ana Maria Sallum. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, pp. 11-48, 2009.

McCARTHY, J. ZALD, M. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **The American Journal of Sociology,** v. 82, p. 1212-1241, 1977.

MELLUCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L.Avritzer e T. Lyyra. **Novos Estudos** Cebrap, no 40, 1994.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Rev. Bras. Educ.** [online], n.05-06, pp. 134-150, 1997.

MONASTERIO, L. M.. Escolha Racional e Ação Coletiva: problemas e soluções. **Revista da Associação Mineira de Direito e Economia**, v. 3, p. 1-28, 2010.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social-** Introdução às suas técnicas. São Paulo, Editora Nacional, 1977. p. 221.

SIMMEL, G. **Conflict-** The Web of Group Affiliation. New York, Free Press, 1955.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TONI, F. Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais. **BIB,** São Paulo, n. 52, pp. 79- 104, 2001.

"OLHE SÓ PARA ELAS. TÃO BRILHANTES. TÃO CROMADAS": UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS PERSONAGENS DO FILME *MAD MAX – ESTRADA DA FÚRIA*

Carla Cristina de Souza[1]

RESUMO:

Este artigo traz uma análise dos diferentes corpos e representações, principalmente, das mulheres no filme *Mad Max: Estrada da Fúria*. Busco fazer algumas reflexões, partindo da perspectiva dos marcadores sociais de diferença, sobre os corpos das e dos personagens no filme, como: o corpo deficiente, o "perfeito", o gordo, o magro e a noção de corpo na velhice. As personagens do filme permitem a realização de críticas tanto das perspectivas essencialistas, das funções biologizantes, quanto de análises sobre desconstrução das que rompem com uma conduta socialmente esperada, mostrando outras vivências de velhice e feminilidades. Como resultado final, conclui-se que o cinema é um artefato cultural e, deste modo, uma ferramenta importante para a produção e reprodução de significados da vida social, em especial, das mulheres.

Palavras chave: Feminilidades – Corpos – Representações – Cinema.

ABSTRACT:

This article brings an analysis of the different bodies and representations, mainly, of the women in the film *Mad Max: Fury Road*. I seek to make some reflections, starting from the perspective of the social markers of difference, on the bodies of and characters in the film, such as: the deficient body, the "perfect", the fat, the lean and the notion of body in old age. The characters of the film allow criticizing both the essentialist perspectives, the biologizing functions, and the analysis of the deconstruction of those that break with a socially expected behavior, showing other experiences of old age and femininity. Therefore, cinema is a cultural artifact, because of this, it is important for the production and reproduction of meanings of woman social life.

Keywords: Femininities – Bodies – Representations – Cinema.

RESUMEN:

Este artículo trae un análisis de los diferentes cuerpos y representaciones, principalmente, de las mujeres en la película *Mad Max: Estrada da Fúria.* En el caso de que se trate de una persona que no sea de su familia, no es la primera vez que se trata de una persona. Los personajes de la película permiten la realización de críticas tanto de las perspectivas esencialistas, de las funciones biologizantes, y de análisis sobre desconstrucción de las que rompen con una conducta socialmente esperada, mostrando otras vivencias de vejez y feminidades. Como resultado final, se concluye

[1] Mestrado pelo programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: carlinhacdsouza@gmail.com.

que el cine es un artefacto cultural y, de este modo, una herramienta importante para la producción y reproducción de significados de la vida social, en especial, de las mujeres.

Palabras clave: Feminidades – Cuerpos – Representaciones – Cine.

INTRODUZINDO A POTENCIALIDADE DO ARTEFATO CINEMA

Este artigo propõe uma análise fílmica a partir dos corpos e representações, principalmente, das mulheres no filme *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015), isto é, ele tem como objetivo trazer uma produção cinematográfica como campo etnográfico para a área das Ciências Sociais[2]. É uma tentativa de apontar como são atribuídas as representações do gênero feminino na cinematografia e suas possíveis rupturas com as noções socialmente construídas do que é "ser mulher". Segundo Adriana Piscitelli,

> As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isso é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. (2002, p. 2)

Neste sentido, o cinema pode ser pensado como um mediador para a desconstrução de ideais naturalizantes, o filme em questão permite esta análise de abordagem feminista e pós-estruturalista, principalmente tratando-se do rompimento de condutas femininas hegemônicas por parte das personagens.

O método utilizado para esta pesquisa foi o da "etnografia de tela". Segundo Carmen Rial (2004), esta é uma prática de trabalho de campo que possui o objetivo de reunir e analisar informações de forma extensa e longa (assim como a etnografia mais tradicional) permitindo atingirmos um grau de compreensão do grupo social ou texto estudado, ele possibilita nos inserirmos em "espaços sociais" como o da televisão, e, neste caso do cinema.

Nas Ciências Sociais, fazer este tipo de análise é importante para compreender como são construídos alguns discursos presentes na sociedade. Na Antropologia, especificamente, segundo Henrique Codato (2010), o cinema viria a servir de

[2] Sou grata as reuniões do Impróprias - Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e Diferenças, grupo na qual sou membra, pelas contribuições nas discussões que envolvem o tema deste artigo. Também agradeço a orientação do Prof. Dr. Tiago Duque, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na execução dessa análise.

importante ferramenta, que tem como seu objetivo fazer o registro do cotidiano de diferentes sociedades a partir da imagem, transformando-a em objeto etnológico.

Sobre as representações, Codato (2010, p. 48) diz que “o termo representar permite ser traduzido como o ato de criar ou recriar um determinado objeto, dando-lhe uma nova significação, um outro sentido”. Desta forma, o termo representar, no qual compartilho de seus significados no texto, está para além de basear-se em algo já pré-existente, ele possibilita apresentar novos formatos de (re)olhar os sujeitos, por isso diria que se trata mais de uma (des)representação social. O autor ainda diz que precisamos compreender as representações “não mais como ferramenta de descrição” (Idem, p. 55), tendo em vista que ela não somente é uma cópia da realidade, mas também cria algo novo a partir do “não real”. Com isso, representação não somente é representar um outro, mas criar um outro. No filme em questão, por exemplo, as personagens criam outras possíveis formas de (des)representação, apontando novas possibilidades de feminilidades.

Paula Alves e Paloma Coelho (2015), mostram que a participação de mulheres ainda é minoritária na cinematografia em comparação com a dos homens, tanto na pouca existência de mulheres protagonistas em filmes, quanto na produção por trás das cenas, logo, este filme surge como um artefato cultural importante para pensar a presença das mulheres na filmagem, já que elas são as principais personagens do filme e desenvolvem cenas, que de modo geral, pode-se dizer que critica/rompe com a feminilidade hegemônica.

As autoras acima citadas, fizeram uma análise de dados com diversas autoras e autores que traziam resultados de pesquisas com a quantidade de mulheres que participavam da produção de filmes com funções chaves, tanto na posição de diretoras, roteiristas, entre outras, como na protagonização de personagens em filmes. As pesquisas foram feitas no Brasil e Estados Unidos, desta análise elas concluíram que, no Brasil as funções de mulheres em filmes de longa-metragem aumentam a partir da década de 70,

> [...] até os anos 1970 podemos dizer que o cinema era realizado praticamente por homens (mulheres na direção, roteiro e outras funções-chave eram exceções), desde uma perspectiva masculina. A partir, especialmente, dos anos 1970, e sob a influência de movimentos sociais, negros e feministas, as diretoras surgem no cenário audiovisual com filmes marcados por

> personagens femininas fortes, e temas que abordavam a situação da mulher na sociedade, no trabalho e nas relações afetivas, casamento, liberdade sexual, objetificação do corpo feminino, entre outros, numa busca por uma auto representação, ou uma representação dos corpos femininos sob uma nova perspectiva. (Idem, p. 172-173)

Neste sentido, a produção fílmica, a partir dessas características históricas, me permite caracterizar o olhar para o cinema como um tipo de dispositivo, entendendo o mesmo como forma de alterar ou mesmo subverter alguns significados da vida social. Segundo André Parente (2007, p. 9-10), "há dispositivo desde que uma relação entre elementos heterogêneos (enunciativos, arquitetônicos, tecnológicos, institucionais, etc) concorram para produzir no corpo social um certo efeito de subjetivação, seja ele de normalidade ou de desvio [...]". Assim, não se trata aqui de entender o cinema como "influenciador", mas como um dispositivo que é capaz de alterar vivências, subverter nossos imaginários e produzir novas subjetividades.

Por vezes, estes dispositivos, de maneiras até sutis, refletem sobre os nossos modos de agir em meio a sociedade. Desta forma, é potente a análise sobre os tipos de representações que são disponibilizadas no cinema, sobretudo quando diz respeito às mulheres, tendo em visto o seu contexto histórico na cinematografia. Com um olhar mais crítico e atento, a observação neste texto procura apontar através do filme para questões que envolvem, principalmente, gênero, sexualidade e deficiência.

Mad Max: Estrada da Fúria, através das cenas e falas das e dos personagens, apresenta como são constituídas as relações de gênero. Mesmo, aparentemente, com um caráter ilusório da "realidade", como são vistos os filmes de ficção científica, não há neutralidade no cinema. Ele, como um artefato cultural, parte das pedagogias culturais, assim como outros tipos de dispositivos, segundo Constantina Xavier Filha (2010, p. 9), "[...] expressam e fazem circular discursos que produzem determinadas subjetividades", isto é, produz muito dos discursos presentes na nossa sociedade, ou são "amostras" dela. Maria Helena Braga e Vaz da Costa (2007), corroboram com essa ideia:

> Argumenta-se que as retóricas representadas pela grande maioria da produção cinematográfica contemporânea podem ser lidas como resultado ideológico de uma série de ansiedades específicas sobre violência, gênero, identidade, cultura urbana, que se posicionam dentro de uma imaginação social coletiva. (2007, p. 85)

Ainda assim, independente se as representações correspondem a uma "realidade" ou não, o interessante é pensar na maneira como ela é apresentada nas filmagens, e o modo como elas alteram de muitas formas as nossas experiências através das relações sociais. A partir de como internalizamos as cenas, podemos (des)representar condutas hegemônicas. Dito de outro modo, não cabe tanto pensarmos se as representações correspondem ao "real", mas sim como elas produzem sentidos e quais efeitos elas têm sobre os sujeitos, como ela transforma o "real", como apontou Jane Felipe (2014), em sua análise sobre o filme *Pequena Miss Sunshine*.

No filme, o antagonista Immortan Joe[3], tem sobre sua "posse" as que ele chama de Esposas. As Esposas são cinco mulheres, Toast the Knowing[4], Capable[5], The Splendid Angharad[6], The Dag[7], e Cheedo the Fragile[8]. O vilão abusa delas de diversas formas, inclusive sexualmente, buscando gerar filhos, herdeiros homens, para suceder sua tirania. Os abusos sexuais tinham a finalidade de proporcionar ao vilão "filhos saudáveis", os que ele chama de "crianças perfeitas", e para isso tinha as Esposas como suas "melhores parideiras". No enredo, quando as Esposas fogem com Imperatriz Furiosa[9] através da ajuda de Miss Giddy[10], deixam um recado escrito nas paredes e chão do "cofre" onde estavam trancafiadas: "Não somos objetos". A própria funcionalidade do cofre, cujo objetivo é o de guardar objetos de valor, traz a dimensão crítica dessas mulheres de se perceberem como "não objetos". Apenas essa cena já seria potente para discutir a respeito da violência de gênero.

CORPOS QUE TAMBÉM IMPORTAM, O PROTAGONISMO DO "CORPO DEFICIENTE"

[3] Atuação feita pelo ator Hugh Keays-Byrne.
[4] Interpretada pela cantora e modelo americana Zoë Isabella Kravitz.
[5] Atuação de Danielle Riley Keough atriz e modelo americana.
[6] Atuação feita pela modelo britânica Rosie Alice Huntington Whiteley.
[7] Interpretada pela modelo Abbey Lee Kershaw.
[8] Atuação feita pela atriz e modelo australiana Courtney Eaton.
[9] Interpretada pela atriz Charlize Theron.
[10] Atuação feita pela atriz australiana Jennifer Hagan.

Mad Max: Estrada da Fúria é o último de uma quadrilogia. No Oscar[11] de 2016, ele conquistou cinco premiações. Entre os cinco prêmios, quatro foram para as mulheres que trabalharam na produção do filme: Jenny Beaven ganhou a de categoria Melhor Figurino, Lisa Thompsin a de Melhor Direção de Arte e Elka Wardega e Lesley Vanderwalt de Melhor Maquiagem e Penteado[12]. O filme foi lançado em 2015 e pode ser considerado um *reboot* da quadrilogia - uma outra história que se passa no mesmo cenário pós-apocalíptico dos outros filmes, tema comum em filmes de ficção científica. A humanidade em risco de extinção vivencia o mundo após um grande desastre: uma crise ecológica, esgotamento de recursos naturais, água, energia, alimentos e o grande destaque, a gasolina.

Diferente de outros filmes – os de rodagem clássica de ficção científica – *Mad Max: Estrada da Fúria* trouxe uma nova perspectiva sobre esse estilo cinematográfico, principalmente quanto à escolha da personagem que desenvolve a trama do filme. Afinal, diferentemente do cinema clássico, que segundo Alves e Coelho (2015), se dá a partir de valores masculinos, apresentam as mulheres de forma inferior e depreciativa, trazendo as representações do corpo feminino como objetos de consumo e completa de estereótipos, no qual contribui para reafirmar os "papéis de gênero", neste filme, a protagonista não somente é uma mulher, mas é uma mulher habilidosa, forte e deficiente.[13]

Antônio Gavério (2016) faz uma discussão da leitura social dos corpos "deficientes" e "não deficientes", a partir de sua resenha crítica do livro de Alison Kafer, *Feminist, queer, crip* (2013), onde reflete, de modo geral, sobre quais desses corpos teria a "dignidade" ou não de existir. O corpo "deficiente" ensinado a não ser desejante, se materializa diante de uma sociedade que discursa os sujeitos que são ou não desejáveis.[14]

[11]Oscar é um prêmio entregue anualmente pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, mundialmente conhecido e um dos mais importantes do cinema.

[12]Disponível em: http://oscar.go.com/winners Acesso em 23 de fev. 2018.

[13]É pouco conhecido ainda no Brasil as teorias feministas que trazem como intersecção a deficiência, mas já existem estudos em outros países que trabalham com essa abordagem necessária e ainda emergente, o *feminist disability studies.*

[14] No campo da sexualidade, a *Crip Theory* (Teoria crip), intersecciona os desejos sexuais e a deficiência, um campo que une a *disability Studies* e a Teoria Queer, potente para pensar a construção do desejo sobre o corpo.

A perspectiva que intersecciona a deficiência com gênero e sexualidade, são aparentemente emergentes dentro do campo do feminismo e das Ciências Sociais, neste sentido, Débora Diniz (2003), fala da importância dessa junção, citando sua argumentação da seguinte forma:

> [...] os estudos sobre deficiência partem do mesmo pressuposto político e teórico do feminismo – o de que a desigualdade e a opressão contra grupos vulneráveis devem ser combatidos – e [...] o início da estruturação dos estudos sobre deficiência pautou-se largamente no modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), o que, no campo da deficiência, passou a ser compreendido como a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social). (DINIZ, 2003, p.1)

A partir de Kafer (2013), a respeito do modelo analítico da deficiência, Gavério (2016) discute que,

> o corpo, nesse modelo, é tido como sua falha orgânica, a lesão, o que impossibilita politizar historicamente as próprias condições que dão materialidade aos corpos como "defeituosos". Ou seja, ao separar drasticamente o corpo (lesão) da deficiência (sociocultural), a analítica modelista social não ponderou criticamente a história natural do próprio 'corpo com lesão (disfunções) como um fato político e não um dado orgânico-funcional que se torna uma condição de um "problema social" (2016, p. 169)

Neste sentido, lesão e deficiência não podem ser compreendidas como "condições" separáveis, mas sim relacionais, ambas são constitutivas. Além disso, entendo que a deficiência também se inclui na compreensão interseccional dos marcadores sociais de diferenças. Dito de outra forma, para entender o contexto em que ocorre as desigualdades sociais, devemos pensar de forma interseccional: gênero, sexualidade, raça/etnia, classes, gerações, e a deficiência.

O termo deficiência segundo Diniz é, "[...] toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade." (2003, p. 1). Desta forma, a lesão não é naturalmente uma desvantagem, mas na sua relação com uma sociedade em que as estruturas são construídas para corpos sem "lesões", os sujeitos deficientes são colocados em desvantagens sociais, principalmente quanto a sua acessibilidade a alguns lugares. De forma contrária a esse contexto, a protagonista Imperatriz Furiosa, uma "soldada" de elite que possui uma lesão no braço esquerdo, é vista com muita admiração pelo tirano, Immortan Joe e seus súditos. Ela

dirige um dos automóveis de maior prestígio no filme, a Máquina de Guerra[15]. A personagem com deficiência física no braço, ora compõe-se de um braço mecânico, ora não o utiliza, agregando a prótese mais como um acessório do que necessidade, mostrando-o como dispensável.

No filme, a deficiência da protagonista não lhe causa uma "desvantagem", em cenas de ação, sua "lesão" no braço não lhe faz menos capaz de lutar. Mesmo o filme carregando o nome do protagonista Max Rockatansky[16], que é a "estrela" das outras três filmagens da quadrilogia, é Imperatriz Furiosa que desenvolve a trama do filme, contando posteriormente com a "ajuda" de Max.

O protagonismo dividido entre esses dois personagens, porém não apaga as habilidades de Imperatriz Furiosa. Geralmente, filmes desse gênero, é o homem quem desenvolve o enredo, apresentando maior visibilidade nas cenas de ação. Ao contrário do que podíamos esperar, pelo histórico desse gênero cinematográfico, a personagem mostra que ser mulher não a faz menos habilidosa, criticando de maneira potente a ideia essencialista de que nascemos com dons pré-determinados de acordo com nosso "sexo biológico".

Exemplo disso ocorre em uma das cenas noturnas do filme. A personagem demonstra ter uma ótima pontaria com armamento de longa distância. Na cena o personagem Max ajoelha na lama e aponta a arma em direção ao carro em movimento do oponente. Max faz o seu primeiro disparo, e não acerta. Toast – uma das cinco Esposas – havia feito a contagem do número de munição para cada arma, então o avisa que só restam duas balas. Max, respira e dispara novamente errando mais uma vez. Imperatriz Furiosa vai em direção a Max, sem falar nada, fica apenas em pé atrás dele, o personagem percebe que entregar a arma para ela pode ser uma alternativa para atingir o tiro no oponente. Max então entrega a arma, Imperatriz a apoia no ombro dele e diz: "não respire". Assim a personagem dá um último disparo certeiro.

A cena que trouxe não é uma tentativa de mostrar uma disputa entre a e o personagem, sobre quem é melhor para "puxar o gatilho". Tanto Imperatriz Furiosa

[15] Um caminhão com a junção de um *Tatra*, feito na República Tcheca, com um *Chevrolet Fleetmaster.* O automóvel é responsável por levar água para outras vilas e trazer mantimentos como gasolina, armamentos e munições para a Cidadela, uma pequena fortaleza com montanhas, de onde é extraído água do subterrâneo através de bombas, o sistema chamado de *Aqua Cola.*

[16] Interpretado pelo ator Tom Hardy.

quanto Max, se ajudam com algum propósito em comum – fugir de um comboio de homens –, e tem capacidades em manusear armamento semelhantes. O que quero ressaltar é uma nova perspectiva na qual mulheres vem sendo representadas em filmes de ação, com personagens mais ativas (que lutam, brigam, enfrentam o vilão) e que não necessariamente precisam desenvolver uma relação afetiva sexual com o seu parceiro de luta, que é um ponto muito corriqueiro na cinematografia[17].

Além disso, os dois personagens principais não têm um envolvimento afetivo sexual ou amoroso, ambos criam um vínculo de cumplicidade, e isto é apresentado de forma positiva, pois rompe com certas imagens, desfechos e atitudes esperadas nas e para as personagens mulheres. Isso faz com que o filme produza outras formas de subjetividades, afinal, segundo Alves e Coelho,

> [...] grande parte do público do cinema hegemônico está acostumada com os padrões de comportamento esperados para corpos masculinos e femininos, tanto quanto com a linguagem cinematográfica, esses códigos geralmente não são percebidos, e as performatividades de gênero do cinema, consequentemente, passam a ser reproduzidas na vida social. (2015, p.162)

Quando as autoras afirmam essa reprodução, elas criam uma justificativa para pensar em novas possibilidades de representações que ainda são emergentes no cinema. Há uma necessidade em visibilizar essas outras e muitas formas de ser/agir, a fim de desconstruir o modelo hegemônico de gênero, que contribui muitas vezes em reforçar alguns estereótipos.

Assim, a personagem protagonista rompe com a noção naturalizada de “sexo frágil”, e com o modelo hegemônico de feminino. Ela assume uma função no desenrolar da história na qual muitas pessoas enxergariam como masculina, como, por exemplo, usar arma de fogo e dirigir um caminhão de guerra, mas ao contrário, pode ser considerada uma diferente forma de representar feminilidade.

A personagem Imperatriz Furiosa, também força um rompimento com a norma estética. Embora magra de olhos azuis e alta – características de uma regra hegemônica de beleza –, a personagem é deficiente, além disso, tem seus cabelos

[17] Outro exemplo é o filme de fantasia/ficção científica, Star Wars: episódio VII - O Despertar da Força (2015), que tem como protagonista a jovem Rey (Daisy Ridley), a personagem é uma humana catadora de sucata nativa de Jakku (um planeta desértico). Ela também é uma personagem ativa e luta ao lado de outros personagens em busca de um objetivo em comum, encontrar o mestre Jedi Luke Skywalker, a fim de trazer esperança à galáxia que está em guerra.

raspados, atributo de uma não feminilidade, naturalizada pelo padrão estético ideal do que é ser feminina. Ter cabelos compridos[18], como atributo de beleza e feminilidade é mais uma característica advinda de uma construção social do que “essência de mulher”.

A deficiência poderia atribuir a Imperatriz Furiosa uma posição de abjeção. Segundo Judith Butler (2000), o corpo abjeto é aquele que não se enquadra na concepção de normalidade regida por uma matriz de inteligibilidade, está matriz na qual a autora trabalha concebe a heteronormatividade como regra, isto é, ao mesmo tempo que está matriz gera o corpo aceitável, “normal”, através do “sexo”, gênero e desejo, também entende como o não aceito aquelas e aqueles que não seguem a matriz, o “resto”. Logo, a Deficiência nessa perspectiva de não aceitação também pode ser considerada uma abjeção a partir do que se entende como corpo “normal”.

> O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, [regulada por uma matriz excludente] que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito [...] o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (Idem, p. 112)

Assim, a abjeção é vista como o não humano, não legítimo de existir, mas algo que também constitui o sujeito. No contexto pós-apocalíptico do filme, porém, o corpo deficiente da personagem não é visto como um desprestígio/não digno/abjeto, pois a deficiência é comum ao cenário em que o oxigênio causou “lesões” nos corpos dos sujeitos. São outras características que atribuem esse caráter de abjeto no filme, subvertendo as próprias concepções de abjeção que temos em relação ao contexto social. Neste sentido, no cenário do filme, quais seriam os elementos que fazem gerar o corpo aceitável e os não aceitáveis (abjetos)?

A fim de pensar em respostas para esses corpos, antes precisamos entender o cenário. Na cena em que Max vê as esposas pela primeira vez, a música é pausada e sobressai um silêncio, por alguns segundos elas são mostradas em *slow motion,* um

[18] A atriz Millie Bobby Brown, que protagonizou a personagem Eleven na série original da *Netflix*, *Stranger Things* (2016), estava um tanto receosa, pois teria que raspar seus cabelos para interpretar sua personagem. A Imperatriz Furiosa foi fonte de motivação e também inspiração para Millie, os diretores da série tiveram a ideia de lhe mostrar a personagem de *Mad Max* com os cabelos raspado. O filme parece ter surgido como inspiração, inclusive, no *teaser* da segunda temporada da série, onde aparece o nome do primeiro capítulo, *Madmax.*

efeito cinematográfico que tem o propósito de enfatizar a cena com movimentos mais lentos, mostrando o primeiro impacto que Max tem quando as vê bebendo água, e se limpando da tempestade de areia. Adiante na cena, as falas do personagem Nux [19]sobre as cinco esposas descrevem sua beleza: “Olhe só para elas. Tão brilhantes. Tão cromadas”.

Buscando refletir sobre a questão apresentada, o que constrói o corpo aceitável, neste caso do filme, são elementos estéticos valorizados socialmente, além de ações ativas no filme. As Esposas têm um padrão de beleza semelhante, que remete ao “tipo ideal” de corpo, como abordado antes, inclusive as atrizes que fazem as atuações dessas personagens são todas modelos. A não composição dessas características também constitui os corpos não aceitos, isto é, constrói o sujeito oposto, o outro que é alteridade desses elementos que institui o belo, os corpos “brilhantes” e ativos. Um elemento reforça o outro. Me refiro ao que Butler (2000) chama de exterior constitutivo, isto é, o corpo não aceito está em relação/dependência no mesmo processo produtivo com os que são aceitos e vice-versa.

Penso, então, que os corpos não aceitáveis, abjetos, no filme são o exterior constitutivo das “melhores parideiras” (as cinco Esposas), podendo ser abjetos os corpos das piores parideiras, que não é mencionado no filme, mas que na minha hipótese poderiam ser de mulheres que não “atendam” a semelhança dos padrões estéticos das Esposas. Neste sentido, os corpos não aceitáveis são os das mulheres gordas no filme, que aparecem apenas como as Mãe de Leite, “leiteiras” e inativas. A função ativa no filme é associada a um padrão de corpo, comum ao nosso contexto social, em que se espera da estética corporal certas condutas de estilo de vida, algo que pretendo discutir no próximo tópico. Neste sentido, Imperatriz Furiosa não se aproxima da abjeção, pois sua atuação ativa lhe garante posição de “soldada” de prestígio, ela tem os padrões estéticos semelhante ao das Esposas, e além disso a deficiência aparece como um algo comum no filme com significados diferentes do nosso contexto social.

Desnaturalizando funções e “papéis” biologizantes dos corpos

[19] Interpretado por Nicholas Hoult.

No filme, algumas formas de representatividade das mulheres, de maneira crítica, aparecem essencializadas, isto é, algumas das mulheres são apresentadas com apenas propósitos biológicos, como a "produção" do leite materno, das chamadas Mães de Leite e a procriação, no caso das Esposas. Em uma das cenas, as mulheres Mães de Leite estão sentadas com tubos presos a suas mamas para ser realizado a extração do leite materno. Em outra cena, aparecem as escritas das chamadas cinco Esposas nas paredes do cofre onde eram trancafiadas, "Nossos bebês não serão senhores da guerra", "Quem matou o mundo?" e como já dito, "Nós não somos objetos", frases que auxiliam a sustentar o imaginário das desigualdades de gênero que o filme busca criticar.

Além disso, a prática sexual para reprodução se dava de modo não consensual, isto é, as mulheres foram abusadas sexualmente, seus corpos, e desejos sexuais foram violados. Em uma cena, Miss Giddy, a cuidadora das Esposas, enfrenta Immortan Joe apontando uma arma em sua direção, dizendo-lhe: "Elas não são sua propriedade"; "Não pode ser dono de um ser humano. Cedo ou tarde alguém desafia você". Isso mostra uma dimensão sobre as experiências das mulheres no filme, algo que pretendo explorar melhor adiante.

Ana Paula Antunes Martins (2015), quando busca entender os percursos do sujeito nas ondas do movimento feminista, diz que já na segunda onda do movimento, no século XX, as questões dos "papéis" começaram a ser problematizadas. O movimento passa a incorporar pautas culturais, relacionadas a questionamentos de padrões sociais no qual atribuíam a homens e mulheres papéis específicos tanto nas relações afetivas, quanto na vida política e no trabalho.

A naturalização da prática sexual para fins de reprodução é algo comum no nosso contexto social hegemônico, e na concepção de "papéis" de gênero, assim como foi para o filme. Gayle Rubin faz uma crítica a esse modo de significar o sexo: "[...] não podemos limitar o sistema sexual à 'reprodução' nem no sentido social do termo, nem no seu sentido biológico. [...] um sistema de sexo/gênero envolve muito mais que 'relações de procriação', reprodução no sentido biológico. " (1993, p. 6).[20] O

[20]Gayle Rubin criou o "sistema sexo/gênero" para compreender como são organizadas as relações de opressão das mulheres, isto é, como uma mulher é transformada em oprimida. Ela explica este sistema, sendo um conjunto de arranjos sociais que transformam uma característica biológica, o "sexo", em um produto da atividade

vilão as prendiam com cintos de castidade,[21] acessório utilizado a fim de evitar relação sexual com penetração, para que somente ele tivesse acesso ao "sexo" dessas mulheres. Podemos interpretar a existência desse cenário de violência através das falas das e dos personagens[22], já que uma das críticas positivas do filme foi a inexistência do apelo anti-ético de apresentar a exposição explícita das cenas de violência.

A fuga delas, neste sentido, pode ser entendida como uma agência, uma forma de resistência, e percepção quanto às violências sexuais praticadas pelo vilão. Segundo Neiva Furlin (2013), essa ação de resistir se manifesta através do desejo que nos possibilita uma consciência reflexiva, neste caso o desejo de não estar sobre o domínio do vilão. A agência/resistência é considerada uma não aceitação das normas, segundo a lógica de Butler. As normas, no contexto das Esposas, era a obrigatoriedade do "papel" de procriadora/reprodutora.

A ideia dessas mulheres serem as "melhores parideiras" vem do imaginário de uma predisposição do corpo padrão ser o corpo saudável, logo de gerar filhas ou filhos "perfeitos". Esse discurso vem de uma referência fora da cinematografia, onde em contraponto a esse padrão, as mulheres gordas, em nossa sociedade, são vistas preconceituosamente como aquelas que possuem algum distúrbio alimentar, obesas e propensas a problemas de saúde, por isso de forma crítica são colocadas no filme como inativas, apenas "produtoras de leite". Carla Rosane Mattos Gautério e Méri Rosane Santos Silva (2014), com intuito de entender a concepção do corpo gordo dizem que,

> As mulheres foram e são muito interpeladas a seguir modelos idealizados de corporeidade; o culto a magreza e a rejeição aos gordos, considerados fora dos padrões de beleza e saúde da atualidade, mostram uma forma de controle e poder sobre os corpos femininos. (2014, p. 2)

humana. "Os sistemas sexo/gênero não são emanações a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica. " (RUBIN, 1993, p. 23). Seus estudos foram importantes, pois contribuíram para se iniciar as discussões sobre a desnaturalização dos corpos.

[21] Entre outras funções, hoje o acessório existe com diversos propósitos, como em práticas sadomasoquistas.

[22] Immortan Joe, referindo-se a uma Esposa, diz: "Splendid! Splendid! Essa criança é minha! Minha propriedade!". Em outro momento, Cheedo faz referência ao vilão: "Éramos o tesouro dele! Tínhamos proteção! Ele nos dava uma vida boa! Qual é o problema?", sendo respondida por Capable: "Cheedo! Não somos objetos!". Toast, referindo-se a si mesma diz a Max, quando o mesmo puxa seu cachecol e lhe aponta uma arma: "Não danifique a mercadoria".

Essas relações de poder com o corpo se deram em diferentes lugares e/ou momentos, isto é, a noção de corpo ideal muda conforme o momento histórico e o contexto social. “As pessoas gordas eram consideradas formosas e possuíam prestígio social, pois a adiposidade ainda não havia se tornado sinônimo de doença e feiúra” (GAUTÉRIO; SILVA, 2014, p. 2). Desta forma, as funções das mulheres no filme vão sendo direcionadas de acordo com a estética do seu corpo, como se mulheres gordas não fossem capazes de gerar os “filhos perfeitos”, o “macho alfa”, devido à ideia errônea de seu estado de saúde “precária”.

De diferentes formas o vilão atribui uma valorização nas personagens, desde o de aparentemente menor prestígio, as Mães de leite, para o de maior prestígio, as Esposas. Em uma das cenas, as Mãe de leite estão sentadas em cadeiras e suas mamas são presas a um sistema de extração e armazenamento de leite, algumas delas, podemos perceber que seguram bonecas em seus braços. Na cena elas balançam as bonecas, as ninando como se fossem filhas ou filhos. Elas são ordenhadas e estimuladas de uma maneira semelhante a um animal, a vaca, para a lactação. Immortan Joe, em uma cena, oferece o leite das Mães a seu filho Rictus Erectus[23], ele o toma e balança positivamente a cabeça dizendo “Mu”, o som característico do animal.

No filme, a polarização de funções mostra um padrão de quais “servem” para reprodução, e quais para a produção do leite materno – isso corresponde ao que falei anteriormente, em que mulheres gordas são vistas como não saudáveis, não sendo capazes de gerar as crianças “perfeitas”. Segundo Gautério e Silva, “o lugar de cada corpo no mundo ainda depende muito de seus aspectos visuais. O padrão instituído como melhor e ‘normal’ para a sociedade ocidental, hoje, seria de um indivíduo magro e esguio” (2014, p. 10). Isto é, as Esposas mulheres teriam maior valor por terem os corpos magros, o que lhe garante uma posição no filme de parideira, com maior “prestígio”. Tudo isso com muitas aspas, tendo em vista que no filme aparentemente não foi uma escolha tanto das mulheres magras quanto das mulheres gordas estar

[23] Interpretado pelo ator e lutador de wrestling(um estilo de luta livre americana, no qual inclui vários tipos de artes marciais sem o uso de armas) profissional Nathan Jone.

em qualquer posição, mas sim um processo de subordinação de seus corpos por parte do vilão.

Ainda sobre as personagens do filme, há um clã composto apenas por mulheres, as Vuvalini, cuja a maioria delas são velhas, conhecidas também como *Many Mothers* – Muitas Mães. Imperatriz Furiosa é membra do clã, foi retirada ainda jovem do Vale Verde – o lar das Vuvalini. Das mulheres que compõem esse clã, apenas Valkyrie[24], e Maddie[25] são jovens.

Em uma das cenas Valkyrie, ainda mais nova que Maddie, usa seu corpo como isca para atrair um alvo. Nua e em cima de uma torre alta e velha, ela grita: “Socorro! Ajudem-me, por favor. Depressa! Por favor, depressa! Eles vão voltar!”. Percebe que seu corpo é semelhante aos das melhores parideiras, isto é, o corpo feminino socialmente aceito, visto como o ideal e atraente. É conveniente, tendo em vista a concepção socialmente construída de corpo atraente, a mesma ter sido escolhida para atrair um alvo ao invés das outras Vuvalini. Embora todas sejam magras e ativas, ainda há uma questão geracional sobre o que é concebido como beleza.

Além disso, Valkyrie não é uma mulher indefesa, ainda que essa seja a performance que ela desenvolveu no alto da torre, ela tem habilidades de luta e manuseio de armas. Pode-se interpretar, logo, que essa performance de fragilidade também compõe uma estratégia de atratividade, tendo em vista que uma feminilidade hegemônica também está associada a um sujeito frágil.

As Vuvalini mais velhas rompem com algumas noções construídas socialmente de velhice. Elas são mulheres ágeis, possuem aptidão com armas e são as que ficam à pronta para enfrentar o comboio que as perseguem. As habilidades podem ter surgido com a necessidade de sobrevivência nesse cenário apocalíptico, mas em quais filmes do gênero de ficção científica vemos mulheres “idosas” tão habilidosas? Quando vemos cenas como essas, vemos as possibilidades geracionais. Ser “idosa” não necessariamente significa estar no último estágio da vida e isolada, e o filme, mesmo com esse caráter fictício, pode gerar uma desconstrução dessa ideia. Ana Maria Marques (2004) diz que,

[24]Interpretada por Megan Gale.
[25]Atuação feita por Joy Smithers.

> O termo velho é ainda carregado de um sentido pejorativo historicamente ligado a idéias negativas como feio e mau que aparecem nas histórias infantis (bruxas e madrastas), ou como ser improdutivo, inativo, criado pela sociedade moderna, que colocou no trabalho o sentido da dignidade humana. (Idem, p. 66)

Essa é uma reflexão do que as pessoas foram concebendo como idosa. Diferente dessa concepção, as mulheres mais velhas não carregam essa imagem generalizadora. Os cabelos brancos, ou grisalhos, e a pele enrugada, marcas da passagem do tempo, evidenciam a idade das cinco Vuvalini mais velhas, apresentam a velhice, mas em uma perspectiva diferente da que imaginamos quando pensamos em “idosas” no senso comum, mulheres debilitadas, fisicamente frágeis e inativas. Entendo que esse imaginário foi materializado através de discursos, pois são eles que

> [...] constroem identidades e os sujeitos. Entendendo que discursos, não são só aqueles que são lidos ou que estão nos livros ou documentos mas são também as imagens veiculadas, sejam elas impressas, televisivas, cinematográficas, ou outras, como o próprio corpo. (MARQUES, 2004, p. 67)

Logo a cinematografia pode ser pensada como um dispositivo de luta, a fim de desnaturalizar, desconstruir, diversas pré concepções, como as de gerações. Segundo Fernando Pocahy (2011),

> [...] a idade pode ser pensada como uma categoria política, histórica e contingente como são gênero, classe social, sexualidade ou raça e etnia e de que estes se constituem enquanto sistemas discursivos complexos e, na maioria das vezes, interdependentes em suas ramificações, senão que consubstanciais. (p. 197)

Neste sentido, a velhice precisa ser pensada como uma geracionalidade performativa, parte de uma interseccionalidade que contribui para o processo contínuo de constituição de um sujeito, assim como fazemos com: gênero, classe, sexualidade, raça/cor, e outros. O que concebemos como velhice, dado no discurso é reforçado e repetido, pelo senso comum, porém, não necessariamente corresponde ao que é ser velho, pois entende-se que vivenciar a velhice não é uma essência, e nem um gesto universalizante, já que há diversas maneiras, possibilidades de experienciar as gerações.

Se analisarmos quais são as mulheres mais ativas no filme, vemos um padrão ligado mais a questão estética da magreza do que a velhice, isto é, as magras são as que mais desenvolvem atividades, tendo em vista que as Vuvalini estão neste padrão de corpo e são as únicas, além de Imperatriz Furiosa que aparecem conduzindo

motos. Em contraponto, percebemos que o corpo gordo é apresentado como o mais inativo, as Mães de Leite aparecem durante o filme apenas sentadas sendo ordenhadas, e, mais adiante no filme, abrindo os registros do sistema *Aqua Cola.* Isto é, as mulheres gordas são as leiteiras passivas enquanto as mulheres magras são as guerreiras ativas.

Butler (2000), quando fala sobre a materialização dos corpos dentro de um contexto de gênero/"sexo", diz que existem normas regulatórias que materializam os corpos dentro de uma dinâmica de poder, criando os corpos que importam, e os corpos que não importam, os não humanos (abjetos). A autora questiona: "Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias?" (Idem, p.124). No filme, essa materialidade é contestada quando as Esposas decidem não ocupar mais suas funções de parideiras, no momento em que a protagonista com a "lesão" no braço se mostra ativa, e na cena onde as Mães de Leite, as mulheres gordas, se levantam das cadeiras onde eram presas e começam a caminhar para abrir os registros do sistema *Aqua Cola,* desconstruindo a estrutura que reprimia suas ações junto com a lógica da normativa que regulava seus corpos.

A desconstrução, segundo Guacira Lopes Louro (1997), vem romper com uma ideia fixa e inerente de oposições, buscando entender os processos e condições que estabeleceram uma polaridade que não cabe as experiências dos sujeitos. A mesma ainda diz que os grupos dominados são muitas vezes capazes de fazer do espaço de opressão um lugar de resistências e exercício de poder. Piscitelli (2008), contribui para essa reflexão pensando através das interseccionalidades, dizendo que não tem como pensar num processo de opressão universal, como, por exemplo, o de dominação entre homem sobre mulher. O sujeito dentro dessa perspectiva possui uma agência que o possibilita a agir, mediada cultural e socialmente.

"MACHO ALFA": A "CRIANÇA PERFEITA"

Como bem puseram as mulheres no filme: "Não somos objetos". Mas tanto o feto que estão gerando, quanto elas mesmas são tidas como propriedades do vilão.

Seus corpos são tidos como “fábricas” de reprodução, queiram elas ou não a gestação, suas funções giram em torno de procriar “crianças perfeitas”. Mas afinal quem seriam essas “crianças perfeitas”?

O vilão tem dois filhos, mas ainda busca pela tal criança para suceder sua liderança. Um de seus filhos, Corpus Colossus[26], é um personagem inativo que se movimenta através de uma cadeira suspensa, ele vive uma condição genética que não desenvolve a altura “esperada” para um sujeito da sua idade, além disso tem uma cicatriz no peito, como se tivesse passado por uma cirurgia. Ele é inteligente, o primeiro a perceber a fuga de Imperatriz Furiosa com as Esposas. Embora ele seja perspicaz, o personagem ainda não seria um “humano viável” – como colocam no filme –, com capacidade para suceder seu pai no comando de Cidadela, pois não atende os requisitos de legitimidade que Immortan Joe apresenta quando busca pelo “filho perfeito”. Logo, mesmo que o personagem tenha uma posição privilegiada nas montanhas, sua abjeção se dá quando ele não é aceito como um “filho viável”.

Outro filho é Rictus Erectus, branco e musculoso, possui um corpo aceitável dentro dos padrões estéticos hegemônico. Diferente de seu irmão, Rictus tem o comportamento social de uma criança. Essa associação se deu por três motivos: primeiro porque o personagem é o único no filme que se alimenta do leite materno, chamado de Leite de Mãe; segundo, porque ele aparece infantilizado, em volta de seu pescoço há um colar com pequenas cabeças de bonecas; e terceiro porque ele mostra teimosia com o irmão aparentemente mais velho. Sendo assim, a questão tida como “imperfeita” de um é o corpo em si, e do outro a personalidade. Logo, o filho “perfeito” não pode ter essas mesmas características dos dois irmãos.

Quando é feito o parto da criança gerada por Angharad, o personagem The Organic Mechanic[27] diz que a criança “seria um humano viável”. O vilão pergunta se era macho, sendo respondido com a frase: “Um alfa classe A, nota 10”. Nesta cena, pode ser percebido que a criança – que está morta – é branca e possui as duas

[26] Interpretado pelo cineasta australiano Quentin Kenihan, que possui um distúrbio ósseo raro, osteogênese imperfeito, que faz com que os ossos fiquem extremamente frágeis, apelidada de Doença dos Ossos de Vidro. Informações retirada do site. Disponível em: http://www.hcrp.fmrp.usp.br/sitehc/informacao.aspx?id=549&ref=1&refv=12. Acesso em: 23 de fev. 2018.

[27] O Mecânico Orgânico, que aparenta ser o médico de Cidadela interpretado pelo australiano Angus Sampson.

pernas, mostrando algumas das características da “criança perfeita” que o vilão espera para sua sucessão. O termo “macho alfa” refere-se a uma liderança, uma posição dominante de um homem sobre um determinado grupo, e também reflete a uma esperada masculinidade. Ser macho ou ser homem são coisas distintas, o macho faz maior referência a um tipo de masculinidade, e homem não necessariamente precisa ser masculino, logo macho e homem não são sinônimos.

Quando busco por sinônimos da palavra macho, porém, aparecem os termos: masculino, másculo e viril[28]. Butler (2000), contribui para pensar nessa relação quando fala da matriz de inteligibilidade de gênero – já mencionada neste trabalho. Na matriz, o macho que é aquele que possui o “sexo” dito masculino, terá que desenvolver “essencialmente” um desejo por alguém do “sexo” oposto, isto é, desejo pela “fêmea”. Além disso, ele deve se dispor de uma identidade de gênero masculina, isto é, pela matriz ser macho logo pressupõe além de uma masculinidade, também uma sexualidade esperada com desejos pré-concebidos. Quando não cumprida as diretrizes dessa matriz, essa pessoa se torna o “humano não viável”, os não humanos, os corpos abjetos, a não “criança perfeita”.

Embora Rictus tenha o corpo másculo, que fora colocado referindo-se a uma das características de um macho, ele aparenta ter uma falta de percepção sendo incapaz de assumir a liderança de seu pai. Esta percepção fica mais evidente quando em uma cena, em que o comboio de homens de Immortan Joe está perseguindo as mulheres, o personagem em cima do carro de seu pai começa a atear fogo na Máquina de Guerra, sem preocupar-se com as cinco Esposas que estão no veículo, que são o principal objetivo da perseguição, tendo que ser alertado por um *War Boy*[29] (Garoto de Guerra) que diz: “Rictus! As Esposas. Chega de Chamas”.

Percebe-se que a constituição de uma abjeção, ou de um corpo dito “imperfeito” é fluído. No filme, ela está presente, principalmente, em corpos vistos como inativos, mas quando se trata do filho do vilão que é ativo por ter o “corpo ideal”, a “infantilidade”

[28]Disponível em: https://www.sinonimos.com.br/macho/ Acesso em 23 de fev. 2018.

[29] Os War Boys, os garotos *Kamicrazy*, podem ser uma referência aos *Kamikazes*, uma expressão usada para se referir aos pilotos japoneses que fizeram um ataque suicida via aérea na Segunda Guerra mundial. Eles desejam ir para Valhala quando morrer, um salão onde vão todos guerreiros mortos, localizado em Asgard, lar dos deuses nórdicos. Disponível em: http://www.2guerramundial.com.br/kamikazes/ Acesso em 28 de fev. 2017.

pareceu ser um fator mais importante, pois se fosse apenas a legitimidade do corpo musculoso e ativo, o pai lhe concederia a sucessão da tirania. Neste sentido a abjeção não é um dado natural, mas uma atribuição discursiva que (des)legitima corpos, e hierarquiza as diferenças

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, apontei algumas interpretações sobre cenas e personagens, principalmente, mulheres, do filme *Mad Max,* que pudessem contribuir para refletirmos sobre as estruturas sociais normativas de gênero, perceptíveis através de uma análise teórica pós-estruturalista.

O enredo do filme mostra como os corpos se apresentam com diferentes formas de (des)representações. Há os corpos que nos permitem fazer críticas essencialistas, como os das cincos Esposas, que são visualizadas apenas para a procriação. Os das Mães de Leite, que possuíam a função de “leiteiras”. Até os que rompiam com condutas socialmente esperadas sobre geração e deficiência, respectivamente os corpos das Vuvalini mais velhas e da protagonista Imperatriz Furiosa.

Os corpos das mulheres mais velhas, trouxeram um rompimento das concepções socialmente construídas de como deveriam agir as mulheres nessa idade. As Vuvalini não consideram a velhice como um estágio final da vida, em que deveriam cessar atividades ditas como mais “perigosas”. Elas são mulheres ativas, que lutam, utilizam armas e dirigem motos.

A questão do confinamento das cinco Esposas surge como uma crítica dentro do filme. A problemática é perceptível quando escrevem no chão e paredes do cofre que não são objetos, e decidem com o apoio de Miss Giddy e Imperatriz Furiosa fugir do tirano Immortan Joe.

A protagonista nos aponta outras possibilidades de feminilidades, que se distancia do hegemônico. Essa nova representação de feminilidade permite criticarmos perspectivas essencialistas. A personagem também mostra outra representatividade para a deficiência, quando demonstra suas habilidades como motorista, lutadora, e sua posição de prestígio na Cidadela. Além disso, sua relação

com Max aponta que na cinematografia não precisa haver uma relação afetiva sexual entre protagonistas, para que o filme seja aclamado pelas críticas.

Percebe-se que a constituição de uma abjeção, de corpos ilegítimos (que não importam), não é um dado natural, mas discursivo, no sentido que hierarquizamos as diferenças. No filme, os corpos que são inativos não têm prestígio no enredo, como o das Mães de Leite. A deficiência não foi um fator que deslegitimou a personagem Imperatriz Furiosa. Neste sentido percebe-se, assim como ocorre no nosso contexto social, que a não aceitação do sujeito é fluída, de acordo com os lugares que estão e as relações de poder que estabelecem. Ainda que exista uma norma hegemônica de quem é mais aceito, essa aceitação depende das intersecções dos marcadores sociais de diferença.

Por fim, o cinema pode tanto representar alguns anseios sociais, reflexos de uma sociedade, como também apresentar alguns assuntos emergentes, como a relações de gênero e poder. O filme quanto artefato cultural, pode alterar o meio social na forma como as imagens são recebidas e internalizadas pelos sujeitos. Tendo em vista que, a cinematografia é um meio de comunicação inserida no nosso contexto social, e não algo a parte dele, fica claro como alguns aspectos do enredo faz menção a uma desconstrução da ordem social. Os filmes são campos etnográficos potentes que merecem ser mais explorados pelas Ciências Sociais, pois são espaços constituintes de uma sociedade, e auxiliam para compreendermos muitos processos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paula; COELHO, Paloma. Discursos, performatividades e padrões visuais no cinema: reflexões sobre as representações de gênero, o mercado cinematográfico e o cinema de mulheres. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 2, p. 142-158, 2015. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2529 Acesso em 06 de dez. 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, L. Guacira. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade**. Ed. 2, Autêntica, Belo Horizonte, p. 151-176, 2000. Disponível em: https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/12/12/corpos-que-pesam-sobre-os-limites-discursivos-do-sexo-judith-butler/ Acesso em 06 de dez. 2018.

BRAGA, Maria Helena; DA COSTA, Vaz. A tensão pós-moderna no cinema. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 1, p. 79-85, 2007. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5650/2855 Acesso em 06 de dez. 2018.

CODATO, Henrique**.** Cinema e Representações sociais: alguns diálogos possíveis. **Verso e Reverso**, v. 24, n. 78, p. 47-56, 2010. Disponível em: www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/44/8 Acesso em 06 de dez. 2018.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis,** Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/15250 Acesso em 06 de dez. 2018.

FELIPE, Jane. Pequena Miss Sunshine e as Pedagogias Culturais. In: XAVIER, Constantina. (Org.). **Sexualidades, gênero e infâncias no cinema**. Editora UFMS, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, p. 29-42, 2014.

GAUTÉRIO, Carla Rosane Mattos; SILVA, Méri Rosane Santos. O Corpo Gordo Feminino: concepções de si. In: VII CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2014, Matinhos - PR. Anais no VII Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 2014. Disponível em: congressos.cbce.org.br/index.php/7csbce/2014/paper/download/6017/3109 Acesso em 06 de dez. 2018.

GAVÉRIO, Marco Antonio. Feminist, queer, crip. **Florestan**, n. 5, p. 165-173, 2016. Disponível em: www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/170 Acesso em 06 de dez. 2018.

GAVÉRIO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Everton Luiz de. A Crítica deficiente: alguns posicionamentos Crip-Feministas. In: IV ENLAÇANDO SEXUALIDADES – MORALIDADES, FAMÍLIA E FECUNDIDADE, 2015, Salvador. Anais do Seminário Enlaçando Sexualidades. Salvador: EDUNEB, 2015. Disponível em: www.uneb.br/.../files/.../comunicacaooralmarcoantoniogaverioevertonluisoliveira.pdf Acesso em 06 de dez. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

MAD MAX: ESTRADA DA FÚRIA. Direção: George Miller. Produção: Doug Mitchell; George Miller e Pj Voeten. Roteiro: George Miller; Brendan McCarthy e Nico Lathouris. Música: Junkie XL. Austrália: A Kennedy Miller Mitchell Production, 2015. 1 DVD (120 min.).

MARQUES, Ana Maria. Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade. **Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 11, n.

11, p. 83-92, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/336 Acesso em 06 de dez. 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, p. 231-245, 2015. Disponível em: https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443 Acesso em 06 de dez. 2018.

MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003 Acesso em 06 de dez. 2018.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, v. 16, n. 2, p. 395-403. 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/703/70332866015/ Acesso em: 06 de dez. 2018.

PARENTE, André. Cinema em trânsito: do dispositivo do cinema ao cinema do dispositivo. In: PENAFRIA, Manuela; MARTINS, M. India. (Orgs.). **Estéticas do digital. Cinema e tecnologia.** Ed. 1. Beira do Interior - Portugal: Livros Labcom, p. 3-31, 2007.

PISCITELLI, Adriana Garcia. Intersecionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 8, p. 13, 2008. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0 Acesso em 06 de dez. 2018.

PISCITELLI, Adriana Garcia. Recriando a (categoria) mulher? In: Leila Mezan Algranti (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/Unicamp, v. 48, p. 7-42, 2002.

POCAHY, Fernando Altair. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Revista Polis e Psique**, v. 1, n. 3, p. 254-275, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/31539 Acesso em 06 de dez. 2018.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Antropologia em Primeira Mão**, v. 9, n. 74, p. 4-74, 2004. Disponível em: apm.ufsc.br/files/2015/05/74.-carmen-midia.doc Acesso em 06 de dez. 2018.

RUBIN, Gayle. O Tráfico De Mulheres: Notas Sobre A Economia Política Do Sexo. **Edição SOS Corpo**, Recife, 1993.

XAVIER FILHA, Constantina. Livros como instrumentos de dispositivos pedagógicos para a educação da infância. In: ANPED - SUL, 2010, Londrina/PR. ANPED-SUL 2010: Formação, ética e políticas: Qual pesquisa? Qual educação?. Londrina, Paraná, Universidade Estadual de Londrina, p. 01-15, 2010.

OBRAS VISUAIS

DESENHO ETNOGRÁFICO:
Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo

Karina Kuschnir[1]

RESUMO:

Este artigo busca valorizar e compreender o potencial dos desenhos etnográficos para o trabalho de campo antropológico, explorando suas relações com formas de fazer registros e pesquisas visuais. Defendo que o desenho contribui positivamente para a pesquisa antropológica e vice-versa: pesquisar antropologicamente contribui para desenhar o mundo à nossa volta. Após uma breve revisão da literatura, apresento onze benefícios da utilização de cadernos com desenhos em etnografia, discutindo temas relacionados aos desafios metodológicos do trabalho de campo, como acessibilidade, memória, temporalidade, espacialidade, percepção visual, formas de registro, diálogo com informantes, métodos participativos e compartilhamento de resultados.

Palavras-chave: Antropologia – Desenho – Etnografia – Metodologia.

ABSTRACT:

This article seeks to valorise and understand the potential of ethnographic drawings for anthropological fieldwork, exploring their relations to ways of making records and visual research. I argue that drawing contributes positively to anthropological research and vice-versa: researching anthropologically contributes to drawing the world around us. After a brief review of the literature, I present eleven benefits of using sketchbooks and drawings in ethnography, discussing topics related to the methodological challenges of fieldwork, such as accessibility, memory, temporality, spatiality, visual perception, forms of recording, dialogue with informants, participatory methods and the sharing of results.

Keywords: Anthropology – Drawing – Ethnography – Methodology.

[1] Karina Kuschnir é doutora em antropologia social. Trabalha como Professora Associada do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Laboratório de Antropologia Urbana. Atualmente desenvolve os projeto "Desenhos etnográficos: explorações sobre técnicas de registro e pesquisa em antropologia". E-mail: karinakuschnir@gmail.com; Blog: http://karinakuschnir.wordpress.com ; Lattes: http://lattes.cnpq.br/0379532364290270

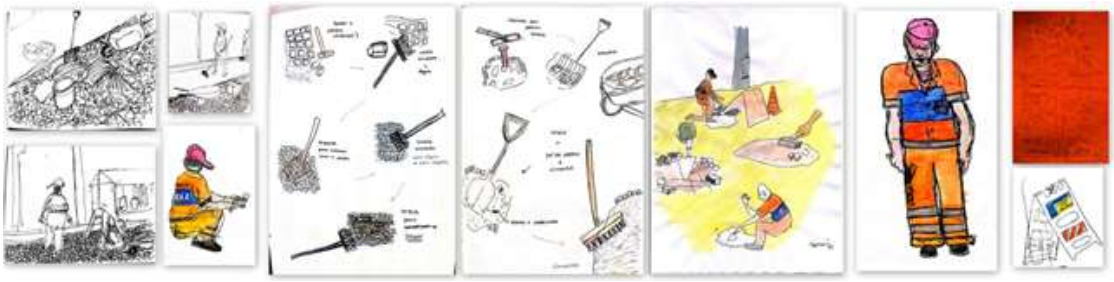


Imagem 1 – Desenhos de Luisa Machado e Tomás Meireles, ambos estudantes de graduação em Antropologia, para um projeto de pesquisa etnográfica sobre trabalhadores responsáveis pela colocação e reparação de pavimentos de pedras portuguesas no Rio de Janeiro (2014).

Este artigo busca valorizar e compreender o potencial de desenhos etnográficos para o trabalho de campo antropológico, explorando suas relações com formas de fazer registros e pesquisas visuais. Meu argumento é que o desenho contribui positivamente para a pesquisa antropológica e vice-versa: pesquisar antropologicamente contribui para desenhar o mundo à nossa volta. Tanto a antropologia como o desenho são modos de ver e também formas de conhecer o mundo. Colocar esses dois universos em diálogo ajuda a esclarecer algumas das questões importantes enfrentadas pela prática antropológica hoje, como a necessidade de expressar os "mundos interno e externo" que se cruzam em nossa pesquisa (Taussig, 2011: xi).[2] Após uma breve revisão da literatura, apresento onze benefícios da utilização de cadernos com desenhos em etnografia, discutindo temas relacionados aos desafios metodológicos do trabalho de campo, como acessibilidade, memória, temporalidade, espacialidade, percepção visual, formas de registro, diálogo com informantes, métodos participativos e compartilhamento de resultados.[3]

Essa reflexão partiu da constatação de que o registro visual do desenho não é apenas uma documentação gráfica, mas também uma maneira de fazer pesquisa e obter conhecimento (Kuschnir, 2011, 2012, 2014). John Berger (2005) é um autor central nessa abordagem. Como Michael Taussig afirmou, citando Berger, uma

[2] Gostaria de expressar minha sincera gratidão aos dois revisores anônimos cujos comentários foram inteligentes e esclarecedores. Espero ter resolvido pelo menos alguns dos problemas encontrados na versão anterior do artigo.

[3] Eu gostaria de agradecer a todos os alunos que participaram da pesquisa, que aceitaram o desafio de incluir desenhos observacionais em seus cadernos de estudos de campo e me deram permissão para mostrar seus desenhos aqui.

"linha desenhada é importante não tanto pelo que registra, mas pelo que te leva a ver" (Taussig, 2011, Berger, 2005:3). Além disso, para Berger o significado de um desenho é indissociável das condições em que foi feito, um tema crucial no debate antropológico social contemporâneo sobre a autoria da etnografia. De acordo com Berger, o desenho de uma árvore não mostra uma árvore, mas uma "árvore-sendo-olhada" (p.71). É um "registro autobiográfico da descoberta de um evento – visto, lembrado ou imaginado" (p.3). Berger também considera o ato de desenhar como um processo de olhar em que o gesto é mais importante do que o resultado final. Como Taussig sublinha, Berger vê um desenho como uma conversa com a coisa que está sendo desenhada, envolvendo quase sempre uma imersão prolongada e completa. Sendo um processo, abrange, incorpora, o tempo, enquanto uma fotografia o congela (Berger 2005:70).[4]

Essa concepção de desenho como uma experiência tem se aproxima do empreendimento etnográfico, particularmente na forma percebida pelos antropólogos sociais influenciados pelo modelo de trabalho de campo intensivo e imersivo de Malinowski. Também se conecta ao entendimento antropológico de que o significado simbólico de um objeto é um produto de relações sociais e nunca pode ser tomado como dado. Como Roland Barthes (1990) aponta, lemos imagens em termos das imagens associadas mentalmente que já conhecemos.

Muitos autores, tanto do mundo da arte quanto do campo da antropologia, me convenceram de que podemos construir uma relação entre o trabalho de campo e os desenhos (croquis e rascunhos) feitos por observação. Pelo lado da arte, os livros de Salavisa (2008), Gregory (2003) e Campanario (2011) foram cruciais para definir um caminho para o desenho urbano contemporâneo. Como escrevi em 2011, as imagens desses desenhadores urbanos não são simplesmente desenhos: elas são "informadas" por uma "visão de mundo" particular. Em muitos aspectos, uma visão de mundo semelhante à antropológica: a ênfase no

[4] Eu já havia escrito este texto quando saiu o artigo de Grimshaw e Ravetz (2015), por isso não consegui incorporar o trabalho delas aqui, apesar de sua relevância. Pelo mesmo motivo, remeto ao importantíssimo livro de Causey (2017) sobre o tema do desenho etnográfico.

desenho “no local”, o uso da observação direta, a busca por uma narrativa, a apresentação de um contexto e de uma base moral (o de “ser verdadeira”).[5]

O “sketchbook” (caderno de desenhos, rascunhos ou esboços) é um objeto comum tanto para o desenhista urbano quanto para o antropólogo no campo. Sabemos que é uma ferramenta histórica, popularizada no século XV, sendo Leonardo Da Vinci (1452-1519) um dos seus usuários mais famosos. “Sem um desenho, não se pode expressar ou esclarecer a ideia”, escreveu Francesco di Giorgio Martini (1481-1484), um dos autores que inspiraram Da Vinci a produzir cerca de 30.000 páginas de anotações e esboços. O conceito de “poder explicativo das imagens” se consolidou durante a época de Da Vinci, levando ao uso do desenho como ferramenta de pesquisa científica. De fato, foi o próprio Da Vinci que escreveu ao lado de um de seus famosos estudos de anatomia: “Que palavras, ó escritor, você usará para descrever com perfeição semelhante toda a configuração que este desenho aqui fornece?”[6] Na definição de Massironi (2010: 17), o desenho se torna cada vez mais um instrumento “simples”, mas, ao mesmo tempo, “complexo” o suficiente para descrever ou explicar uma ampla gama de fenômenos.

A produção de registros visuais e gráficos também faz parte da história da antropologia. No volume pioneiro de *Notes and Queries on Anthropology* (1951 [1870]), é feita uma menção clara no capítulo “Métodos”, incluído entre os quatro “Tipos Essenciais de Documentação”: “1) Notas descritivas e registros de investigação; 2) Mapas, planos, diagramas, desenhos e fotografias; 3) textos, etc .; 4) Dados genealógicos e censitários.” A partir da perspectiva de hoje, sabemos que praticamente todos os conceitos associados às palavras dessa lista foram transformados.

No empreendimento etnográfico, no entanto, o conceito de desenho parece ter sido pouco questionado na literatura da disciplina. Suas raízes formais estão enraizadas no século XVIII, quando os enciclopedistas sistematizaram o conhecimento em milhares de artigos e ilustrações que acabaram se tornando um

[5] Para muitos tópicos relacionados ao desenho observacional, ver Kuschnir (2011, 2012) e Côrte-Real (2014).

[6] A fonte da citação de Martini e das demais citações é Lester (2014), p. 26, p. 166 e p. 239, respectivamente. Richard Sennet (209: 111) também nos lembra que o desenho há muito fornece soluções para o problema dos limites da linguagem verbal.

modelo para a produção de informação visual técnica (cf. Bloom, 2004 e Gombrich, 2000).[7] Nas pranchas publicadas na Enciclopédia, peças, materiais e ferramentas são apresentados em detalhes, com suas variações e modos de uso. Os desenhos documentam o mundo, mas também ensinam, "civilizam" e disseminam o conhecimento de um grupo outrora de elite. O registro gráfico adere às noções renascentistas de perspectiva e a uma representação taxonomicamente precisa dos volumes, texturas e tamanhos dos objetos. As principais características desse modelo visual são o uso do plano frontal, a ausência de fundo, a adoção de um ponto de vista fixo e a distribuição de um "modelo ideal" em partes e pranchas detalhadas (Massironi 2010: 59). Essa foi a linguagem gráfica empregada pelas publicações e enciclopédias dos séculos XVI e XVII nas áreas de anatomia, zoologia e botânica, de onde muitas pranchas da Enciclopédia foram copiadas diretamente (Pinault-Sørensen, 1992). Eriksen e Nielsen (2007) mostram como foi revolucionário para os enciclopedistas se interessarem pela cultura material e profissional de "pessoas comuns", como artesãos, técnicos e fazendeiros. Eles construíram as bases de um ambiente acadêmico interessado na vida cotidiana, no mundo das relações de trabalho e produção, e nas possibilidades de comparar diferentes culturas e sociedades.

Entretanto, por enquanto, voltemos aos desenhos no contexto do século XIX, quando a antropologia nasceu como uma disciplina acadêmica. A primeira edição do já mencionado *Notes and Queries on Anthropology* data de 1870. Segundo Urry (1972: 51), a edição de 1909 sofreu mudanças consideráveis nas mãos de William R. Rivers. Entre outros acréscimos, Rivers revisou o capítulo "Métodos", substituindo os longos questionários propostos pela ênfase em aprender a língua nativa, coletar material, escrever anotações e fazer desenhos, planos e diagramas. Algumas ilustrações adicionadas ao volume provavelmente datam desta edição (ou posterior), já que incluem exemplos da Expedição do Estreito de Torres. As imagens abaixo foram extraídas da seção "Cultura material" do livro.

[7] Todas as imagens incluídas na primeira seção deste texto podem ser vistas em https://desenhosetnograficos.wordpress.com/

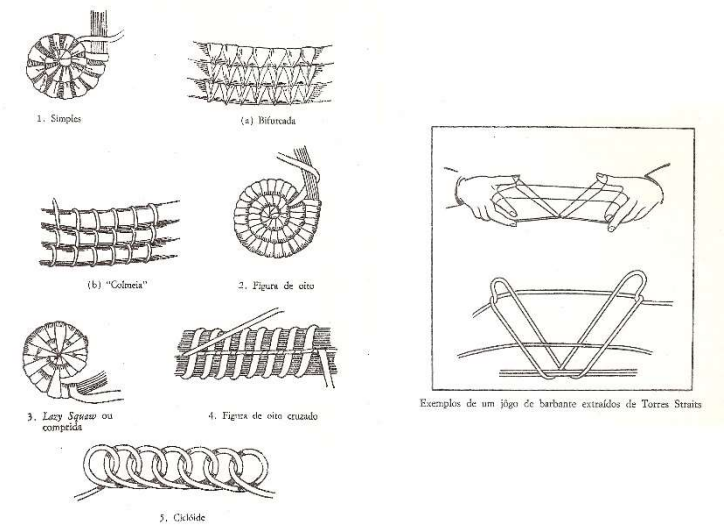


Imagem 2 – “Amostras de todos os tipos de cestos e tapetes devem ser obtidas; em vários estágios de preparação etc.” (à esquerda); “Exemplo de um jogo de barbante do Estreito de Torres” (à direita). Desenhos incluídos em Notes and Queries on Anthropology, p. 275 e 338.

As figuras seguem a mesma gramática visual da Enciclopédia. Essa configuração de forma e diagramação está presente em muitas publicações antropológicas durante a primeira metade do século XX. Ele compreende o mesmo padrão visual reproduzido por Malinowski (1978: 90) em seus desenhos sobre os princípios de estabilidade e conservação de canoas em *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Na verdade, esse ainda continua sendo o modelo hegemônico na disciplina nos dias de hoje. Sua importância e uso aumentam à medida que o pesquisador se interessa mais por aspectos da arte e da cultura material. O trabalho de Franz Boas, por exemplo, contém centenas de páginas cheias de ilustrações desse gênero, como veremos abaixo.

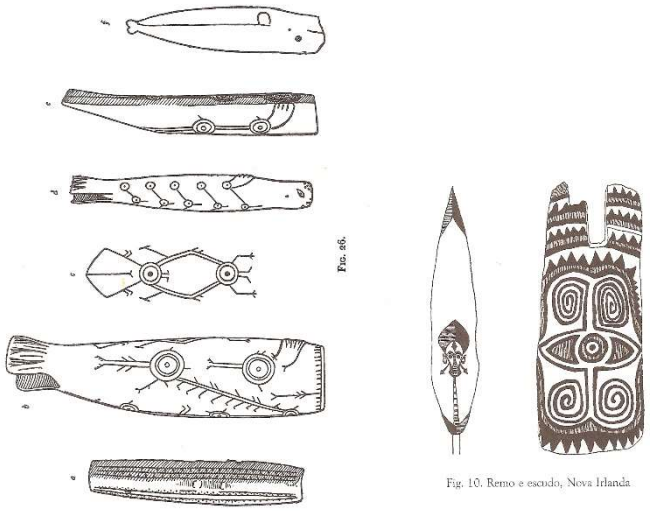


Imagem 3 – Estudo de casos de agulha do Alasca (esquerda); Remo e escudo da Nova Irlanda (à direita). Desenhos incluídos em Boas, Race, Language and Culture, p. 587 (esquerda) e em Arte primitiva, p.17 (direita).

Algumas décadas depois, em 1955, a ilustração dos conjuntos de estojos penianos incluídos por Lévi-Strauss em Tristes Trópicos (2000: 211) segue o mesmo estilo gráfico. No entanto, este livro também contém desenhos que apontam em novas direções estéticas e simbólicas. A primeira novidade é a aparência do gesto gráfico do próprio antropólogo, embora seu nome não apareça ao lado da imagem. A segunda inovação é que essa autoria é explicitamente amadora, e não executada por um ilustrador profissional. Assim, há pouca preocupação em fazer uma linha limpa, precisa e simétrica, do tipo visto no padrão visual enciclopédico. A ênfase está na experiência, no campo, no “eu estive lá”, interagindo com aqueles que produziram os desenhos originais (como mostrado nas pinturas faciais de Caduveo, abaixo à esquerda). Um terceiro elemento na sintaxe gráfica das ilustrações é a inclusão de desenhos produzidos pelos próprios nativos, trazendo novamente a questão da autoria para o primeiro plano da representação da imagem. Aqui, no entanto, é uma autoria “nativa”, nem amadora, nem profissional, no senso comum desses termos (conforme mostrado nas legendas da imagem à direita, abaixo).

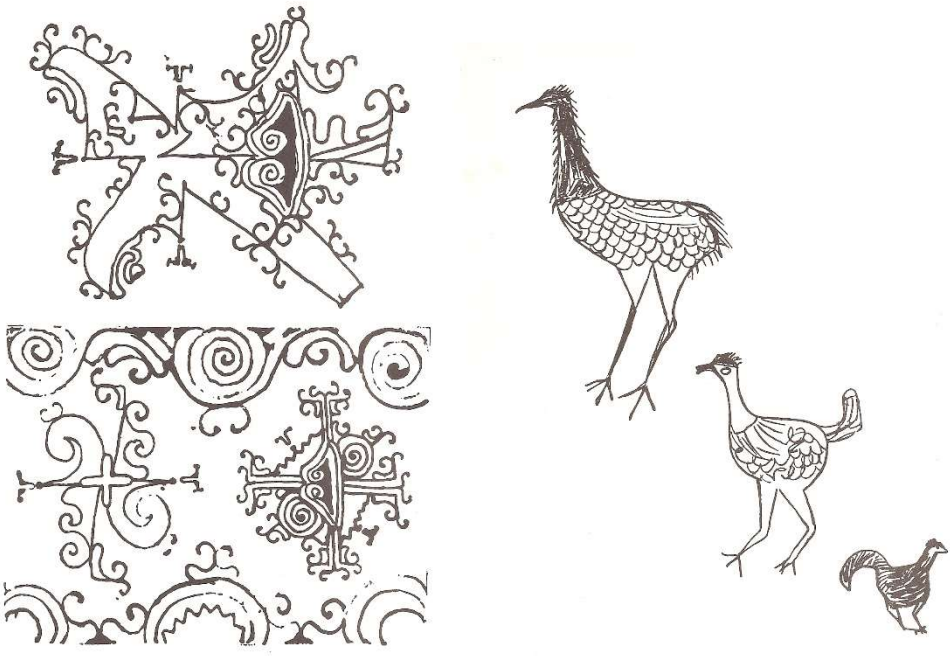


Imagem 4 – Desenhos de rosto Caduveo feitos pelo antropólogo com a ajuda de uma mulher nativa (esquerda) e “desenhos de um menino Caduveo” (à direita). Desenhos incluídos em Tristes trópicos, p. 176 (esquerda) e p. 174 (direita).

Essa “autoria conjunta” de ilustrações é relativamente frequente nas publicações contemporâneas da antropologia da arte, como Vidal (1992). É importante notar que desenhos nativos não são “apenas desenhos”, no sentido genérico, como “ilustrações de um conjunto de cestos”, por exemplo. Toda uma gama de problemas e conceitos teóricos – incluindo aqueles concernentes à agência das obras de arte – é levantada neste campo antropológico, como explorado por Vidal (1992), Gell (2010) e Lagrou (2007) entre outros.

Voltando ao universo dos desenhos etnográficos, alguns antropólogos destacam-se por sua disposição e capacidade de desenhar sistematicamente em seus diários de campo. Esse material raramente é publicado ou acessível. Uma exceção são os cadernos de Monica Freeman (2009) registrando sua pesquisa entre o Iban de Bornéu (Malásia). A antropóloga produziu centenas de ilustrações no local ou a partir de fotografias, usando o modelo científico-enciclopédico e o de observação da vida nativa, empregando uma variedade de estilos ilustrativos em tinta e aquarela. A seguir estão dois exemplos do volume publicado contendo seus diários etnográficos.

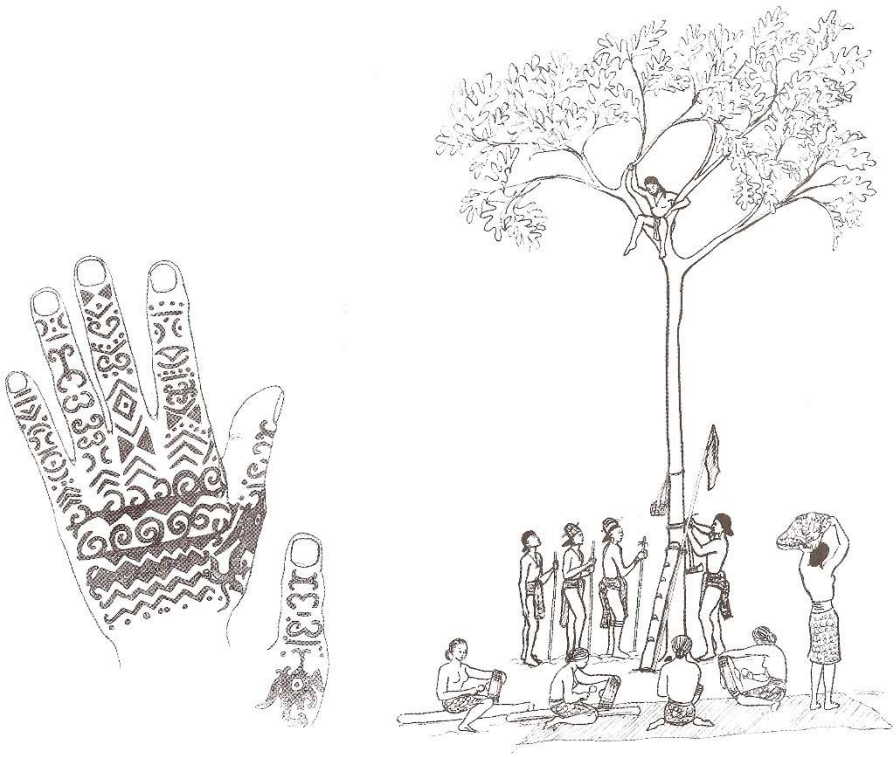


Imagem 5 – Desenhos incluídos em The Iban Diaries of Monica Freeman, p. 86. (esquerda) e p. 106 (direita).

Outro autor-chave nesse cenário é Alfred Gell (1993, 2006 e 2010) cujo trabalho, moldado por sua história pessoal e um forte interesse pela antropologia da arte, é repleto de desenhos dentro das estruturas visuais que vimos até agora. Na introdução de *The Art of Anthropology*, publicada postumamente, Gell recorda que sempre gostou de desenhar e foi muito encorajado por seus pais a fazê-lo, especialmente por sua mãe, que era ilustradora de expedições arqueológicas. Sua relação com o pictórico era tão forte que ele afirmou que todos os seus artigos partiam de uma imagem (Gell 2006: 11).

Ao criar seus “Strathernograms” – diagramas que traduzem graficamente as idéias antropológicas de Marilyn Strathern – Gell faz uma breve pesquisa com os antropólogos que recorreram a essa linguagem visual e teórica, como Claude Lévi-Strauss, Edmund Leach, Meyer Fortes, Roy Wagner e Pierre Bourdieu, lamentando apenas que a antropologia do final do século XX fosse demasiadamente verbal e insuficientemente gráfica (2006: 31). A ideia também foi enfatizada por Ingold em

Making (2013), mas não vou me engajar em uma conversa mais direta com esse trabalho aqui, uma vez que discordo de suas definições ontológicas de desenho (e antropologia). Prefiro, como Gell propôs (2009: 252), partir da ideia de que "nada pode ser decidido antecipadamente" sobre a natureza dos objetos (e portanto dos desenhos), optando por tomar cada linha, imagem ou antropologia como uma busca por significado no contexto das relações sociais.

Gell não apenas desenha, mas apoia a noção de que as imagens facilitam a assimilação de ideias. Abaixo, reproduzo uma pequena amostra de seus desenhos. À esquerda, uma coleção de franjas e um desenho sobre tipos de máscara (este exemplo tem uma legenda dizendo: "desenhado por A. Gell"). À direita, uma cena chamada "Sociedade e a dança", produzida em estilo de revista em quadrinhos para a capa de uma publicação.

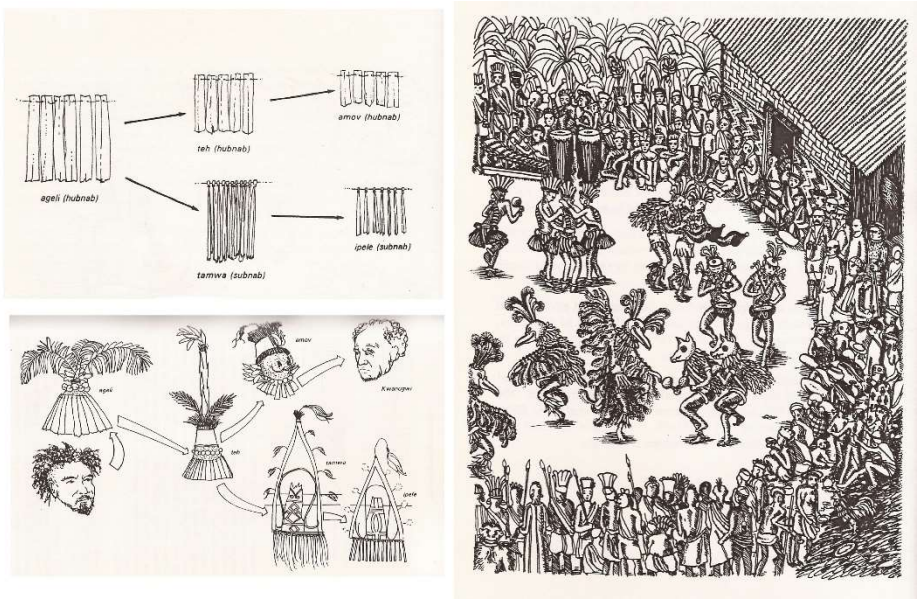


Imagem 6 – Desenhos incluídos em The Art of Anthropology: Essays and Diagrams, p. 14 (canto superior esquerdo), p. 15 (canto inferior esquerdo) e p. xvi (direita).

Explorando preocupações muito semelhantes às de Gell, Els Lagrou (2007) também tem a rara desenvoltura de uma antropóloga que se baseia em seu caderno de campo, enquanto simultaneamente aborda grafismos e desenhos nativos como o assunto de suas investigações antropológicas. Um aspecto importante do trabalho desta autora (por exemplo, Lagrou, 2007) é a presença de diagramas mostrando como os grafismos indígenas são desenhados, bem como a indicação das

circunstâncias em que são produzidos. Lagrou também presta atenção cuidadosa aos diferentes suportes nos quais os desenhos são feitos (como cadernos, folhas soltas de papel ou nos corpos, por exemplo), construindo uma análise complexa das relações entre a obra de arte e a cosmologia Kaxinawa.

John Leal (2008), em seu artigo “Retratos do povo: etnografia portuguesa e imagem”, fornece uma pista importante para entender o significado dos desenhos etnográficos produzidos no estilo taxonômico – ou o que o autor chama de estilo “técnico-etnográfico”. Analisando o trabalho produzido pelo grupo de investigação liderado por Jorge Dias em Portugal, Leal propõe associar os seus registos visuais a uma abordagem etnográfica baseada em dois princípios básicos (p. 129): a) A documentação e preservação de imagens (através de desenhos, fotografias e filmes) da vida rural portuguesa “antes de desaparecer”; e b) Enfoque na materialidade da vida camponesa, visando “técnicas de levantamento e objetos técnicos” de seu estilo de vida, a fim de estabelecer tipologias ilustradas. O trabalho de Fernando Galhano (1985), um ilustrador que produziu centenas de desenhos para o grupo de Dias, reflete esses princípios e também o que Leal (2008: 122) considera um “modo artístico” de desenho etnográfico.

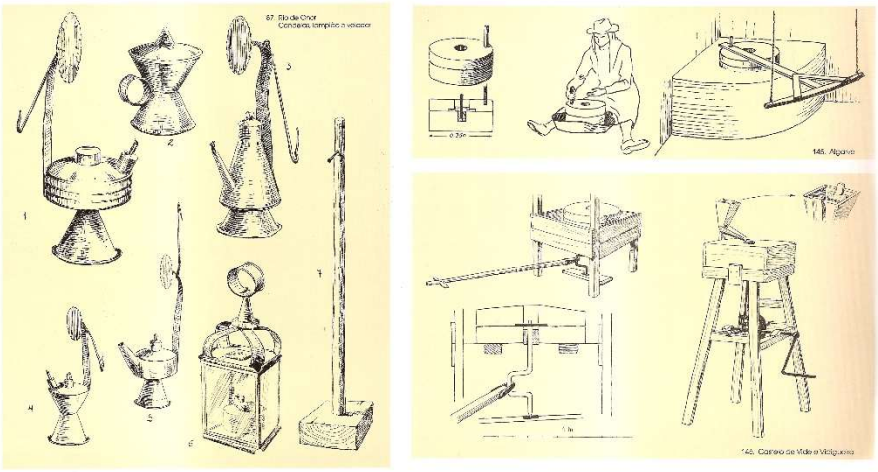


Imagem 7 – Desenhos incluídos em Desenho etnográfico de Fernando Galhano, p. 87 (esquerda) e p. 146 (direita).

A partir dos anos 1960, no entanto, Leal argumenta, houve um declínio acentuado nesse tipo de produção, ao ponto de a cena antropológica se tornar “visualmente muda” (Leal 2008: 133). Investigações de objetos e técnicas deram

lugar a novos temas teóricos como “estrutura social” e “sistemas de valores”, pouco receptivos à representação visual. Para Leal, foi apenas na década de 1980, e especialmente na década de 1990, que novas abordagens antropológicas forneceram uma exploração renovada do visual na etnografia (Leal, 2008). No entanto, o uso de desenhos não fez parte dessa mudança.

Ana Isabel Afonso e Manuel João Ramos (2004) ajudam-nos a compreender a continuação desta história na antropologia portuguesa, mas também nos cenários europeu e norte-americano. Os autores retomam o tema de Leal, mostrando que o declínio no uso do desenho como ferramenta de pesquisa e como método de documentação etnográfica ocorreu em um contexto envolvendo a rejeição dos princípios antropológicos com os quais a técnica foi associada. Desenho parece colado à ideia de ofício, uma arte “menor”. O uso da ilustração diminuiu não apenas nas ciências sociais, mas também nos campos científicos de várias disciplinas, da biologia à arquitetura. O contexto euro-americano após os anos 1970 é o momento em que a “modernização” entrou nos laboratórios científicos, fornecendo acesso a computadores, câmeras fotográficas e tecnologias de filmagem. E é somente nesses meios que a antropologia visual floresce (Afonso e Ramos, 2004: 74)

Além de focar nessas questões, Pink (2004) argumenta que a análise antropológica de desenhos de informantes e o uso de ilustrações desenhadas em monografias antropológicas são exemplos de como o “aspecto colaborativo da pesquisa visual” pode ser alcançado. Para a autora, “não é simplesmente uma questão de antropólogos que analisam os desenhos de seus informantes, mas de aprender através de suas imagens sobre como eles sentem, veem e experimentam o mundo” (Pink, 2004: 9). Este é um dos objetivos centrais do trabalho de Afonso em colaboração com Ramos, um artista-antropólogo que fez desenhos ilustrando as narrativas de seus interlocutores de pesquisa. As ilustrações produzidas foram novamente discutidas com os informantes que, ao ver as imagens, conseguiram recuperar detalhes e outros elementos de suas memórias e trajetórias de vida. Ao buscar uma experiência que não poderia ser registrada nem verbalmente nem fotograficamente, desdobrou-se uma rica colaboração que foi “além da mera ilustração”. Os desenhos foram ativamente redesenhados, corrigidos e

complementados pelos comentários dos entrevistados – processo que se mostrou uma poderosa ferramenta metodológica, como os autores argumentam: “nos permitiu aprofundar o envolvimento dos informantes (como fontes, verificadores e autenticadores) e também serviu como uma forma de desencadear e explorar suas memórias sociais, transcendendo os limites da representação textual linear” (Afonso e Ramos, 2004: 76).

O trabalho dos antropólogos Manuel João Ramos (Portugal) e Michael Taussig (EUA) destaca-se nesse contexto, pois traz o ato de desenhar para o centro de suas investigações etnográficas com populações na Etiópia e na Colômbia, respectivamente. Ramos argumenta que o desenho é uma oportunidade para o antropólogo usar “meios gráficos de registro e interpretação” de experiências de campo “e usá-las como uma janela para o diálogo intercultural”. O desenho não é, portanto, “meramente uma atividade de documentação, mas também importante ferramenta criativa para interagir e se relacionar com seres humanos de diferentes culturas e linguagens”. Para Ramos, o ato de desenhar pode ser “mais do que um passatempo ou um exercício de disciplina visual: ser uma fonte de interação que ajuda a humanizar [o antropólogo-desenhista] aos olhos de outras pessoas, torna-se parte do processo antropológico de tentar uma aproximação entre observador e observado” (todas as citações em trad. livre, de Ramos, 2004: 149). Seu trabalho abrange várias preocupações, desde experimentos com narrativas (Afonso e Ramos, 2004 e Ramos, 2004) até a produção de extensos diários de campo lindamente ilustrados (Ramos 2009, 2010). Abaixo, podemos ver um exemplo de seu caderno na Etiópia (Ramos, 2010: 14-15).



Imagem 8 – Páginas fac-símiles de diários de campo incluídas em Histórias etíopes, p. 14-15.

O estilo de desenho de Ramos nos remete aos esboços da vida cotidiana de Jean-Baptiste Debret no Rio de Janeiro do século XIX, com o elenco de tipos urbanos desenhados não com uma perspectiva realista, mas pelo interesse nas experiências tanto do observador quanto do observado. Há uma atmosfera simbólica, associada menos aos desenhos técnico-taxonômicos do Iluminismo e mais ao romantismo das aquarelas (uma técnica desenvolvida precisamente dentro desse contexto filosófico). O foco está muito mais na experiência e no processo de desenhar do que na obtenção de resultados "corretos" plasticamente (de acordo com os paradigmas artísticos da época). Mesmo ao documentar o uso específico ou a tipologia de objetos, Ramos emprega uma linguagem visual mais próxima dos quadrinhos do que do desenho enciclopédico (Ramos, 2009: 18). Volto a este autor mais tarde, pois seu trabalho é fundamental para o argumento central deste artigo.

A ênfase na experiência também é crucial na obra de Michael Taussig (2009, 2011), outro antropólogo que não apenas recorre a seus cadernos de campo, mas também torna essa atividade e sua produção gráfica um objeto central de suas

reflexões sobre uma teoria da produção de conhecimento antropológico.[8] Para Taussig, a "exatidão clínica" dos desenhos taxonômicos inseridos em muitos textos etnográficos traem o que ele considera ser a característica mais importante do desenho: um processo que leva você a ver (Taussig, 2009: 265). Taussig (2011: 34) lamenta que o desenho seja visto pela cultura ocidental como uma atividade de segunda ordem, secundária à escrita, mesmo em colégios e escolas de arte – parece que o desenho é percebido como um "estágio pré-histórico" na evolução do indivíduo.

Inspirado por Berger (2005), Taussig argumenta que o desenho se integra à escrita em notas de campo etnográficas, como uma conversa. Segue abaixo uma das páginas do caderno de rascunhos de Taussig (2011: 2) reproduzida em fac-símile para mostrar toda a página do diário, tornando visível o diálogo entre desenho e palavras. A análise desta e de outras imagens é central para o seu livro sobre desenho etnográfico, publicado sob o título provocativo de *I Swear I Saw This* [Eu juro que vi isso]. Para o autor, mostrar seus cadernos de campo *na maneira como foram feitos* é um meio de evitar a "traição" que ocorre no trabalho antropológico quando experiências e diálogos de campo se transformam em mero pretexto para a teorização abstrata: "É por isso que o caderno do pesquisador de campo, com pelo menos um pé na arte da experiência sensorial do momento, é tão valioso como uma forma de conhecimento alternativa ao que acaba sendo impresso" academicamente (Taussig, 2011:49).[9]

[8] Além dos trabalhos citados, ver Newman (1998), Garavaglia e Menna (1998), Wettstein (2011), Parisi (2010), Hendrickson (2008, 2010), Geismar (2014) e a resenha de etnografias em quadrinhos por Wadle (2012).

[9] Foi difícil traduzir esse trecho, por isso remeto também ao original: "This is why the fieldworker's notebook, with at least one foot in the art of sensuous immediacy, is so valuable as an alternate form of knowledge to what eventually gets into print" (Taussig 2011:49).

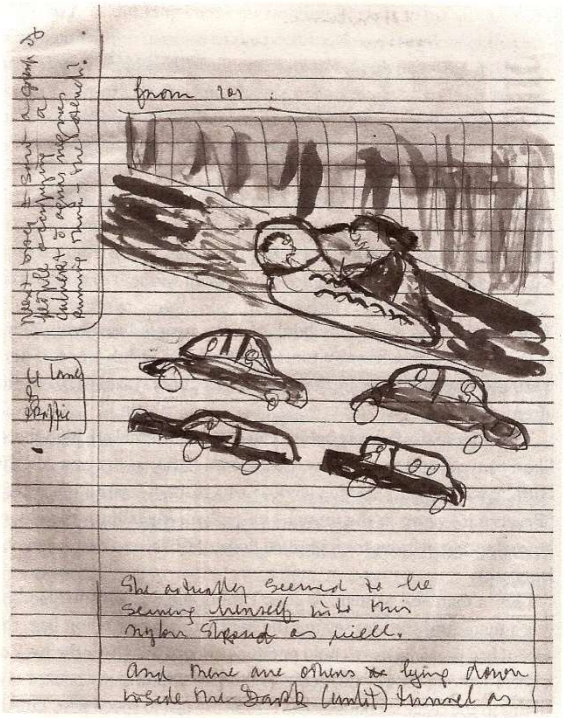


Imagem 9 – Fac-símile da página do caderno de campo de M. Taussig incluído em I swear I saw this: Drawings in Fieldwork Notebooks, Namely My Own, p. 2.

Desde 2011, quando propus pela primeira vez um projeto de antropologia e desenho, tenho ministrado um curso chamado “Laboratório de Antropologia e Desenho” com o objetivo de ensinar os alunos a realizar pesquisas antropológicas tentando desenhar durante o processo de “observação participante”. Minha aventura foi tanto investigativa quanto didática, e envolveu um duplo desafio: (i) ensinar técnicas de desenho que poderiam ser usadas em curto prazo por estudantes de antropologia e (ii) encorajá-los a praticar esse conhecimento em pequenas etnografias urbanas que, por sua vez, me ajudariam a pensar antropologica e graficamente sobre a cidade do Rio de Janeiro (Kuschnir, 2014).

Meu objetivo era que os desenhos feitos em campo fossem tratados como material para análise e para a eventual apresentação das descobertas da investigação. Ao adotar essa abordagem, é muito mais importante aprender uma nova forma de ver o mundo do que “desenhar bem”. Na verdade, é fácil ver a proximidade entre essa perspectiva e o ensino da metodologia etnográfica.

Resumidamente, os objetivos das oficinas de Laboratório para estudantes foram: a) Ser capaz de desenhar, desconstruindo a ideia do desenho "perfeito" ou realista; b) Aprender através do desenho: desenhar como forma de compreender; c) Aprender a se concentrar na observação lenta e cuidadosa de pessoas e lugares ao seu redor; d) Conhecer melhor alguma parte da cidade e seus habitantes; e) Realizar pesquisa etnográfica utilizando o desenho como modo de ver, registrar e apreender; f) E o objetivo final: escrever um artigo ilustrado sobre um grupo específico e suas narrativas simbólicas.

Em nossa análise dos trabalhos etnográficos finais compostos de textos e desenhos produzidos durante esse processo, fica claro o quanto as habilidades adquiridas pelos pesquisadores-estudantes geraram desenvolvimentos positivos (Kuschnir, 2014). A experiência de desenhar no campo e as reflexões desenvolvidas a partir da literatura existente nos levaram a propor uma lista de onze potenciais benefícios do uso do desenho na etnografia, como enumero abaixo. Estou completamente ciente de que o material empírico aqui apresentado não se origina de monografias aprofundadas. Os esboços e situações que ilustram nossos argumentos foram exercícios etnográficos que devem ser vistos como tais. No entanto, espero que o leitor concorde que eles se mostraram fontes estimulantes de insights antropológicos.

1) O CADERNO É UMA FERRAMENTA ACESSÍVEL E DE BAIXO CUSTO PARA O REGISTRO DE DADOS VISUAIS

Um primeiro tópico a ser observado é o baixo custo dos materiais de desenho em comparação com os equipamentos fotográficos ou fílmicos. Papéis e canetas são ferramentas muito acessíveis, tanto em termos monetários quanto em relação aos custos envolvidos no treinamento de alunos, já que ensinar as habilidades básicas não requer laboratórios sofisticados ou maquinário caro. Durante o curso "Laboratório de Antropologia e Desenho", tivemos um workshop de três horas para aprender a fazer nossos próprios cadernos com materiais do dia-a-dia. O caderno de desenho foi feito com folhas de papel A4 branco lisas, um elástico e papel *kraft* (ou

cartão) para fazer a capa, que depois foi personalizada pelos alunos (vejam as imagens abaixo).



Imagem 10 – Alunos da primeira turma do “Laboratório de Desenho e Antropologia” no final de um workshop de encadernação de cadernos de desenhos. Depois, os cadernos (canto superior direito) tornaram-se um objeto pessoal e afetuoso (canto inferior direito).

Fazer nossos próprios “cadernos de campo” também foi uma forma de enfatizar a importância dessa ferramenta de documentação para os etnógrafos. Juntamente com a atividade prática, também discutimos o uso de cadernos em várias áreas do conhecimento, incluindo design, geografia, artes, arquitetura e antropologia. O objetivo era ver o etnógrafo também como um “pensador visual”, como Lester (2014: 193) definiu Da Vinci. Pensar sob essa perspectiva torna mais fácil perceber que a capacidade de produzir registros gráficos é acessível a qualquer pessoa, e que você não precisa ser um ilustrador (ou contratar um ilustrador para trabalhar com você) para desenhar em sua etnografia.

Uma vez imerso no processo de trabalho de campo, o caderno de anotações e desenhos vai se tornando cada vez mais marcado pela investigação e pelo próprio pesquisador(a). Os cadernos ficam manchados, sujos, rasgados ou molhados pela chuva, por bebidas derramadas ou outros líquidos. O tipo de encadernação que fizemos permitia adicionar ou subtrair folhas internas, dependendo das necessidades da pesquisa. As capas dos cadernos também foram sendo personalizadas com papéis colados, tecidos e outros materiais (como ilustrado acima). Todos esses processos forjam uma identidade que transforma o caderno em

um objeto de memória da experiência etnográfica. Como enfatizado anteriormente, ele se torna uma ferramenta única, que mistura não apenas “imagens e palavras” (Ramos, 2010), mas também “mundos internos e externos” (Taussig, 2011).

2) O CADERNO E OUTRAS FERRAMENTAS DE DESENHO PROPORCIONAM UM CONFORTO FÍSICO E PSICOLÓGICO AOS PESQUISADORES



Imagem 11 – Desenho da aluna Patrícia Domingues Rocha desenhando a si própria durante o trabalho de campo em um templo Hare Krishna. Eles a aceitaram e a incentivaram a desenhar, porque a criação de imagens é muito valorizada na experiência cultural do grupo.

Ser capaz de desenhar pode ajudar o antropólogo a se sentir menos solitário e desconfortável no campo, um lugar onde às vezes é difícil saber o que fazer. É muito comum ter a sensação de que “nada está acontecendo” diante de seus olhos enquanto você está realizando um trabalho de campo. É assim mesmo. No entanto, quando ocupados em desenhar, tanto estudantes como etnógrafos profissionais relatam sentir-se mais calmos, mais pacientes e produtivos. Ao mesmo tempo, o desenho pode deixá-los mais focados em observar e escutar. Em uma auto-reflexão, uma aluna relatou que o desenho a fez perceber o quanto ela desconhecia o mundo

ao seu redor anteriormente. Cenas e aspectos da vida cotidiana passavam despercebidos devido à sua pressa e falta de atenção. Como Taussig afirma: “Gosto de desenhar e, de uma forma estranha, que não entendo bem, desenhar me insere no ambiente, embora também possa ser inquietante” (2011: 30).[10]

Ter um caderno também é uma ferramenta essencial quando os pesquisadores precisam aprender processos complexos com várias etapas e ferramentas. Esse ponto foi mais intensamente explorado na terceira edição do curso (em 2014), que teve como foco artesãos e trabalhadores manuais, como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, químicos, taxidermistas, bordadeiras, catadores de lixo, entre outros. Vários desses trabalhos envolvem procedimentos complexos que precisavam ser desenhados para serem mais bem compreendidos. (Ver Imagem 1, que abre este artigo, com desenhos dos trabalhadores que assentam e/ou consertam o pavimento feitos de pedras portuguesas no Rio de Janeiro.)

Um aspecto crucial de ir a campo para desenhar em um caderno é que o pesquisador é visto em vez de ser apenas alguém que observa. Além disso, o pesquisador não se parece com um “investigador-pesquisador” aos olhos do público. Como disse uma estudante, a pessoa se vê na posição sui generis de “artista-pesquisadora”, numa abordagem mais empática, menos invasiva ou inquisitiva, como discutiremos adiante.

3) O DESENHO PODE FORNECER UMA MANEIRA DE REGISTRAR E DISCUTIR MEMÓRIAS (DE PESQUISADORES E DE INTERLOCUTORES).

Um registro gráfico também funciona como um registro de memória. Em nosso curso, usamos essa ideia para revelar os preconceitos dos alunos sobre o campo, isto é, como eles esperam que seja o lugar, as pessoas etc. Essa autoanálise está no centro do pensamento antropológico, como muitos autores já apontaram. Cada aluno escolheu um lugar para realizar o trabalho de campo e desenhou algo baseado em sua memória sobre este local. Mais tarde, deveriam

[10] Tradução livre de: “I like drawing, and in a strange way that I do not understand it settles me into my surroundings even though the act of drawing can be unsettling” (Taussig, 2011: 30).

comparar esses desenhos “de memória” com os observacionais, produzidos durante a pesquisa.

Um desenho também pode funcionar como um registro que permite a visualização das memórias das pessoas. Esta é uma das contribuições centrais do artigo de Afonso e Ramos (2004), discutido anteriormente. Sua abordagem inovadora mostrou que a representação pictórica pode servir como um “dispositivo mnemônico”, ajudando a tornar visíveis “significados implícitos extraídos das entrevistas” e tendo a capacidade de “abrir caminhos para a reflexividade” (2004: 87-88).

Outro tópico interessante é a possibilidade de usar fotografias tiradas durante o trabalho de campo para produzir desenhos. Em algumas situações, devido à falta de tempo ou de condições adequadas de trabalho, os alunos tiraram fotos para esse fim. Esse processo pode proporcionar uma visão mais destacada (ou mais ampla) de certos aspectos da pesquisa. Como um estudante relatou, por exemplo, uma fotografia permitiu que ela visse padrões gerais nas calçadas de seu local de pesquisa, um fato que sua memória visual não registrou. O desenho a partir da observação de uma fotografia também pode acelerar o processo epistemológico de produção de novos conhecimentos, diferentes do que teríamos sem esses suportes imagéticos. Alguns alunos também fizeram uso de colagens, misturando fotografias e desenhos (como mencionado por Wadle, 2012). Outros decidiram desenhar sobre as imagens fotografadas, recurso criativo sugerido por uma das oficinas ministradas por nossa palestrante convidada, Andrea Barbosa (2012).



Imagem 12 – Desenhos de imaginação feitos pelos alunos para mostrar como eles visualizam o bairro do Centro do Rio de Janeiro. As memórias indicam ruído, trânsito, marcos da cidade, mercados e múltiplas cores da cultura popular de rua.

Um quarto aspecto da relação entre desenhos e memória foi apontado por vários alunos, que concordaram com a constatação de Ramos a respeito de seus diários de viagem. Para o autor, desenhar é um meio de "fixar a memória e as visões de lugares e pessoas" (2010: 17). Mas enquanto a produção de registros gráficos pode parecer secundária, ao retornar do campo (ou ao escrever um trabalho acadêmico sobre a pesquisa), esses desenhos se tornam um gatilho para lembrar as experiências vividas. O mesmo é argumentado por Berger (2005: 68), que lembra como um desenho se tornou o "locus imediato" de suas memórias de seu pai. E também por Taussig (2011: 25) para quem "o caderno se torna não apenas o guardião da experiência, mas também [espaço de] sua revisão contínua".

4) DESENHAR EM UM CADERNO PODE SER UM INSTRUMENTO PARA ESTENDER O TRABALHO DE CAMPO, REGISTRAR A PASSAGEM DO TEMPO E ANALISAR O SIGNIFICADO DO TEMPO.

O ato de desenhar favorece que o pesquisador permaneça mais tempo e mais pacientemente no campo, numa temporalidade estendida que vai sendo revelada por meio dos próprios desenhos etnográficos. Este é um benefício significativo do uso de um caderno para registros gráficos (e não apenas textuais), uma vez que o tempo prolongado gasto no campo constitui um dos eixos da pesquisa antropológica.

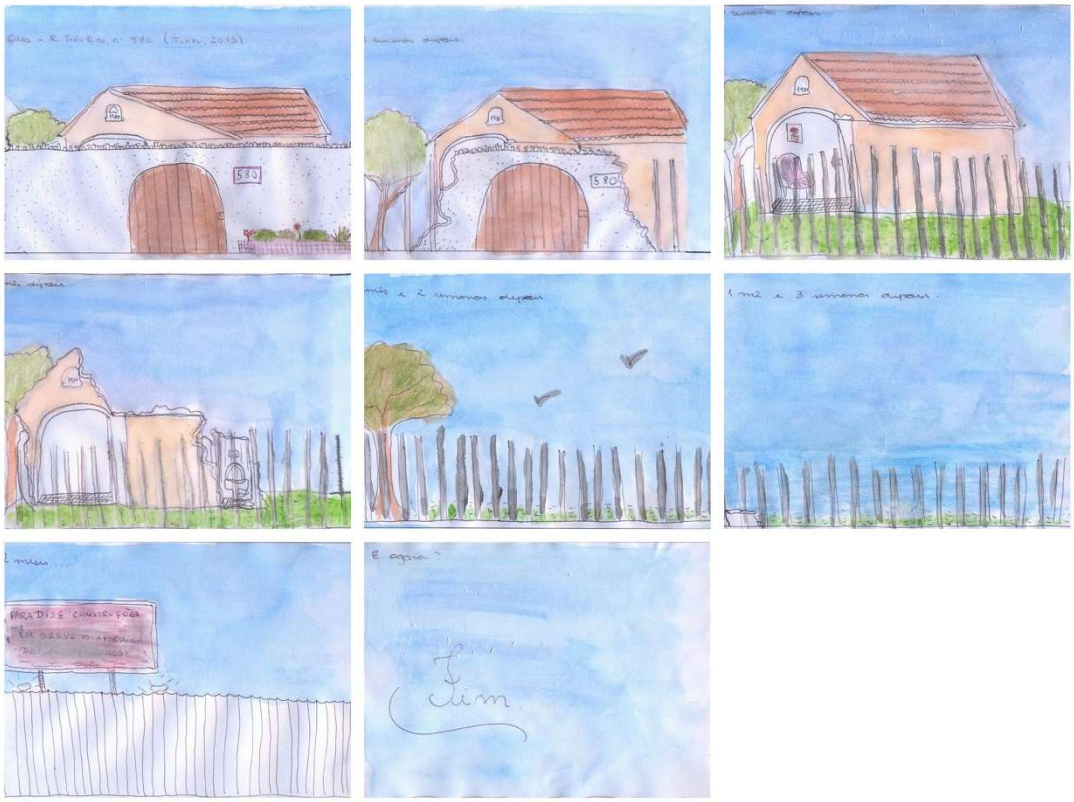


Imagem 13 – A estudante Raquel Ribeiro desenhou essas imagens ao longo de três meses de trabalho de campo, investigando um bairro passando por um processo de gentrificação urbana. Quando notou o processo de demolição da casa, voltou regularmente ao local para desenhar até que um sinal da "Paradise Construções" apareceu, anunciando que um novo prédio seria construído ali.

Os alunos relataram que o desenho durante o trabalho de campo alterou sua percepção da passagem do tempo. Em muitas ocasiões, mencionaram que, depois

de terminar um desenho, perceberam que uma ou duas horas haviam se passado, mas o sentimento psicológico era de que eles estavam trabalhando por muito menos tempo no local. Essa sensação é relatada por desenhistas com alguma frequência. Para Taussig, os desenhos “proporcionam uma pausa bem-vinda à máquina de escrita, por meio da qual outra filosofia de representação e meditação toma conta” (2011: 30).

Por outro lado, alguns pesquisadores notaram que o “tempo lento” envolvido no processo de desenho pode se tornar um elemento de estresse durante espaços de pesquisa em que as ações sociais ocorrem em ritmo acelerado. Por exemplo, a estudante Mariana Barcelos, que trabalhou com uma equipe que organizava festas, relata que seus desenhos foram incapazes de acompanhar as situações aceleradas que ocorriam diante de seus olhos. Assim, diz ela, seus desenhos devem ser percebidos como uma coleção de “momentos sobrepostos”, seleções das experiências de campo, revelando ausências e “espaços em branco” no que foi observado. Em seu relato, o processo de desenho é definido como uma busca para abolir o “desaparecimento”, de forma análoga ao que Berger tentou fazer ao desenhar seu pai morto (2005: 109). Não por acaso, a Imagem 13 (acima) que ilustra este tópico é uma casa sendo demolida.

5) O DESENHO É UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA DOCUMENTAR E ANALISAR INFORMAÇÕES ESPACIAIS DE LOCAIS DE PESQUISA (MAPAS, ROTAS, VISTAS E PANORAMAS).

Esse é um benefício dos cadernos que exige pouca explicação, já que os mapas nunca deixaram de ser parte integrante do empreendimento antropológico. Nossa experiência, no entanto, gerou duas lições importantes. Primeiro, desenhando seus próprios mapas e vistas panorâmicas, os etnógrafos puderam observar melhor o espaço onde a pesquisa e as relações sociais se desdobravam. Segundo, esse registro pode ser transformado em uma fonte de reflexão e apresentado como um dos achados etnográficos.

Os alunos também consideraram a disposição de seus desenhos na folha de papel como uma maneira de pensar sobre o espaço do trabalho de campo, assim

como uma forma de transmitir aos olhos do leitor-observador uma imagem que contribui para visualizar o ambiente em perspectiva.



Imagem 14 – Mapa da área do Centro de Arte Helio Oiticica feito pela estudante Larissa Cardoso para um projeto de14 pesquisa sobre os visitantes do local durante a semana e nos finais-de-semana. O mapa ajudou a entender a temporalidade e a relação entre as pessoas da área, visitantes e o centro cultural.

6) O DESENHO AJUDA A RENOVAR O OLHAR DO OBSERVADOR, GERANDO NOVOS PONTOS DE VISTA

Em situações de pesquisa urbana, muitos ambientes já nos são familiares, o que dificulta a sensação de estranhamento. Mesmo em termos biológicos, os olhos são incapazes de discernir tudo o que veem. É da natureza humana selecionar o que vemos do mundo ao nosso redor. Como Horowitz escreve, a perspectiva cultural dos pesquisadores restringe o que eles veem com base no que esperam ver. Assim, em muitas situações "vemos menos as coisas que vemos mais".[11] O desenho provou ser uma maneira eficaz de "chacoalhar" essa seleção, ajudando o etnógrafo a transformar o familiar em exótico. Ao desenhar, podemos estabelecer um novo

[11] Trad. livre de "we see least the things we see most". A citação (página 155) e outras discussões complexas sobre o ato de "olhar" podem ser encontradas em Horowitz (2013).

relacionamento com pessoas e lugares, criando novas compreensões de seus relacionamentos, pensamentos e experiências.

Muitos estudantes relataram que o ato de desenhar permitiu que eles vissem e discernissem o que antes era "invisível" para seus olhos. Wadle (2012) também chama a atenção para a capacidade dos desenhos de "evocar emoções e visões de mundo que permaneceriam sem expressão nas narrações orais".[12]



Imagem 15 – A estudante Nathalya Fernandes de Souza esboçou as instalações da escola onde vinha realizando seu trabalho de campo por alguns meses. Após frequentar as aulas de antropologia e desenho, decidiu sair das salas de aula, focando no pátio e arredores do edifício principal. A mudança no ponto de vista permitiu-lhe compreender quais relações sociais significativas aconteciam fora das salas de aula, fundamentais para manter os alunos motivados a frequentar a escola.

7) DESENHAR AJUDA O OBSERVADOR A VER E OUVIR COISAS NOVAS.

Como Horowitz (2013: 9) argumenta: "Nós vemos, mas não vemos […]. Nós vemos os sinais, mas não seus significados. Não estamos cegos, mas temos tapa-

[12] Trad. livre de "evoke emotions and worldviews that would have remained unexpressed in oral narrations". Aqui remeto ao importante debate sobre visibilidade e invisibilidade na pesquisa social em Baptista e Nunes (2010).

olhos".[13] Quando desenhamos, vencemos essa "cegueira" e observamos o entorno com mais cuidado e por mais tempo. Isso nos ajuda a ver mais detalhes no mundo ao nosso redor, mesmo quando o objetivo não é fazer um desenho rigoroso ou realista. Como muitos autores disseram, um desenho é feito com os olhos, não com as mãos ou com as marcas gráficas que eles produzem (Edwards, 2001). No processo de ver e desenhar, os pesquisadores relataram que novos elementos "surgiram" antes deles, como pessoas, coisas e paisagens. Em muitos casos, a colaboração dos parceiros de pesquisa era uma parte essencial da "exibição" desse novo elemento. Foi um processo de aprendizagem para ver com os olhos dos outros.

Desenhar pode levar o observador a perceber coisas que ele supostamente não deveria ver ou entender. Através do desenho, os pesquisadores tiveram a chance de aprender sobre coisas que antes desconheciam, como ferramentas, objetos e até mesmo a capacidade de distinguir certas cores da mesma forma que os seus interlocutores (ver Turner 2005). Em um trabalho sobre a colocação de calçadas de pedras portuguesas, por exemplo, os etnógrafos tiveram que aprender a discernir vários tons de cinza e distinguir entre uma variedade de materiais como areia, poeira, cimento e pó de pedra. Esse aprendizado foi estimulado pela necessidade de desenhar, o que, por sua vez, induziu à necessidade de perguntar e ouvir – um processo intimamente ligado aos métodos colaborativos de pesquisa, como discutiremos adiante (item 9).

Em muitas situações, especialmente entre o grupo de pesquisadores que trabalhava com artesãos, a fotografia não conseguia registrar os detalhes, as minúsculas peças e as maneiras pelas quais os artesãos manipulavam suas ferramentas. Como foi argumentado a propósito da ilustração científica, "desenhar tem a vantagem de poder formular uma imagem muito mais precisa do que ao fazer uma fotografia". Além disso, "ao compor conscientemente um desenho, você tem

[13] Trad. livre de "We see but we do not see […]. We see the signs, but not their meanings. We are not blinded, but we have blinders."

que ser claro sobre o que deseja mostrar e a representação visual se torna uma afirmação da sua linha de argumentação."[14]

Vários alunos relataram que sentiram que sua percepção auditiva foi aprimorada durante o processo de desenhar, permitindo que captassem melhor os sons do ambiente, bem como frases e conversas reveladoras ouvidas no ambiente observado. A prática também os encorajou a "ouvir mais" e a "falar menos", um preceito básico de boa etnografia. Uma pesquisadora que fez seu trabalho de campo num lugar muito familiar, notou que, somente após o processo de observação com desenhos ter começado, conseguiu ser capaz de perceber o som de pássaros e de outros animais no local. Essa sensação não foi unânime. Para alguns, ocorreu o oposto: precisavam parar de desenhar quando queriam ouvir melhor ou conversar com um interlocutor. Alguns desenhadores experimentam uma espécie de suspensão da percepção auditiva, como observamos no item 3 quanto à percepção da passagem do tempo.

[14] Ambas as citações são de Wettstein (2011). Sobre o mesmo tema, ver Garavaglia e Menna (1998).



Imagem 16 – Desenhos da aluna Diana Mello para um projeto de pesquisa sobre uma escadaria perto de sua casa, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Ao iniciar o processo de desenhar, ela começou a ver coisas que não enxergava antes, como “rabiscos” que, na verdade, eram mensagens para passantes e moradores. Uma das imagens é de uma travesti que ficou feliz e orgulhosa de ser desenhada, enquanto falava sobre sua vida e sobre o local.

8) DIFERENTES TIPOS DE DESENHO (E ISSO INCLUI DIAGRAMAS) PODEM AJUDAR A REGISTRAR E DOCUMENTAR NÃO APENAS OBJETOS E INFORMAÇÕES VISUAIS, MAS TAMBÉM CONCEITOS ABSTRATOS COMO EMOÇÕES, MOTIVAÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS.

Como mostrado em Leal (2008), a maioria dos desenhos etnográficos é feita para documentar objetos, artefatos e informações visuais por observação. Isso revela o tipo de questões de pesquisa e os conceitos de desenho que os pesquisadores têm em mente (o que chamamos de estilo de desenho técnico-taxonômico ou etnográfico-técnico). A utilização de diagramas é uma exceção neste cenário, pois é muito frequente em estudos de parentesco – um elemento significativo nas múltiplas expressões de “grafismos antropológicos” (Ramos 2010:

21). O uso de diagramas para ilustrar aspectos invisíveis da sociedade também tem sido usado para representar redes (Mitchell 1969), conexões sociais de vários tipos (Becker 2013) e os já mencionados (e complexos) “Strathernograms” de Gell (2006: 29), para citar apenas alguns.

Portanto, o que chamamos de desenho não é necessariamente um registro observacional que busca verossimilhança com algo que pode ser visto. Pode ser o contrário. Para Taussig, um desenho “adquire sua própria realidade”, onde “imaginação e documentação coexistem”. Depois de tentar desenhar um fantasma, ele argumenta: “Eu então digo a mim mesmo que o resultado é lamentável, mas vale a pena porque eu olhei a cor e olhei para a noite e para o rio como nunca antes; e vi com novos olhos o que considerava como ‘dado’. Existe alguma atividade que recompense tanto o fracasso?” (Taussig 2011: 31).[15]

É uma inovação perceber que o desenho observacional também pode registrar dimensões abstratas da vida social. Podemos criar uma imagem que se refere a um relacionamento, um sentimento, uma motivação. Posteriormente, essa imagem pode nos ajudar a entender melhor nossos enigmas de trabalho de campo. O ponto principal é a postura do pesquisador para evitar ver o que ele já conhece (e da forma como já conhece) e, em vez disso, abrir-se para novas experiências e significados. Como Paul Valéry escreve: “ver é esquecer o nome da coisa que se vê” (citado em Horowitz 2013: 57).

O trabalho dos alunos mostrou que os desenhos permitem que o pesquisador veja a criatividade dos trabalhadores manuais, que à primeira vista estavam apenas fazendo seu trabalho. Luisa Machado relembra a surpresa ao perceber que, em vez de seguir a linha das calçadas como haviam sido instruídos, os operários decidiram construir uma rampa (no lugar de um meio-fio) devido à escassez de suprimentos. A improvisação criativa também é evidente na imagem que ilustra este tópico (abaixo).

[15] Trad. livre de “I then tell myself that the result is pitiful but the struggle worth it because I looked at colour and I looked at the night and the river like I never had before and saw what I take so for granted with new eyes. Is there any activity that so rewards failure?”

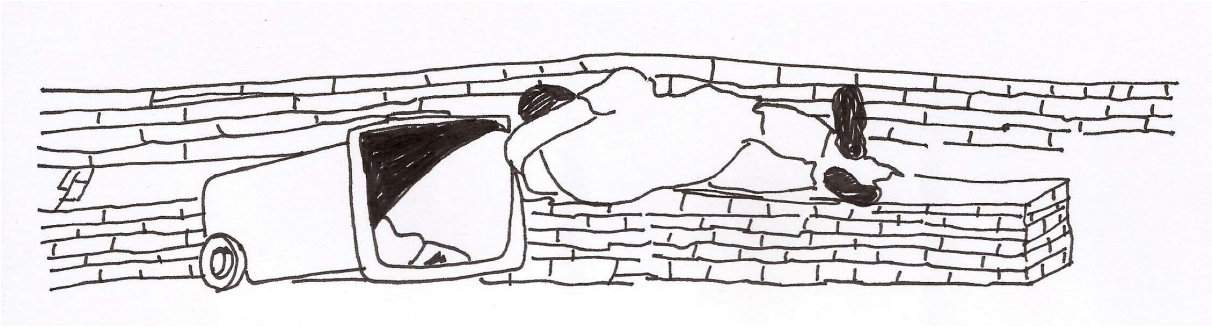


Imagem 17 – Ao realizar trabalho de campo em praça pública, a aluna Maíra Mafra viu um homem que dorme regularmente no chão. De início, ela não percebeu que a velha lixeira ao lado dele não era de fato uma lixeira. Enquanto desenhava, percebeu que a lixeira era na verdade seu armário, um lugar onde ele cuidadosamente armazenava suas coisas, apesar de (ou por causa de) sua situação

9) O DESENHO NO TRABALHO DE CAMPO PROMOVE CONVERSAS ENTRE PESQUISADORES E SEUS INTERLOCUTORES, GERANDO PROXIMIDADE E EMPATIA.

Foi uma descoberta unânime em nosso grupo de pesquisa que o desenho no campo encoraja as pessoas a conversar. Todos os alunos relataram situações em que pelo menos alguns de seus interlocutores expressaram curiosidade, receptividade e interesse em falar sobre seus projetos em andamento. Nenhum dos estudantes experimentou uma resposta agressiva do público que desejava estudar. Como observado acima, este também foi um ponto chave na experiência de Ramos (2010) na Etiópia, onde o autor sentiu que o caderno de desenhos tornava-o mais "humano" aos olhos da população local. Observamos dois movimentos complementares: desenhar em um caderno atrai pessoas ao redor do desenhista, e também pode ser um ótimo pretexto para iniciar conversas com pessoas com quem o pesquisador deseja fazer contato. Nos experimentos relatados nas imagens abaixo, esse foi o objetivo. Ao pedir permissão para desenhar os gatos nas lojas, tivemos a oportunidade de conversar com as pessoas que cuidam e convivem com os animais.

A pergunta "posso desenhar?" provoca uma resposta muito diferente da pergunta "posso fotografar?" ou "posso filmar?". Em várias situações de trabalho de campo, encontramos o que outros estudiosos já descobriram: o desenho observacional não costuma ser visto como uma abordagem invasiva ou ameaçadora. Pelo contrário, em algumas situações, as pessoas pediram

especificamente que o etnógrafo não tirasse fotos ou filmasse, mas consideraram o caderno bem-vindo. A maioria das interações e diálogos no trabalho de campo dos alunos surgiu do ato de desenhar, sem a necessidade de formular muitas perguntas. Wadle (2012) também destaca a importância da linguagem visual no estabelecimento de diálogos entre pesquisador e interlocutores que não falam a mesma língua. Por meio de um caderno, diferentes pessoas podem se tornar "envolvidas em sessões comuns de desenho" e conseguirem alcançar um espaço de aprendizado mútuo. Como vimos, esse tema de comunicação e colaboração também é central nos trabalhos de Ramos (2004, 2010), Afonso e Ramos (2004) e Taussig (2011) e será discutido abaixo (item 10).



Imagem 18 – Esta imagem mostra múltiplos resultados de um projeto de pesquisa coletivo sobre os gatos que vivem nas lojas da região "Saara" no Centro do Rio de Janeiro. Pedir para desenhar os gatinhos fez com que os alunos-pesquisadores passassem confiança, pois se podia ver o que estavam fazendo. Foi uma maneira agradável de começar conversas e, através da história dos

10) DESENHAR ABERTAMENTE EM UM CADERNO DURANTE O TRABALHO DE CAMPO FAVORE DIÁLOGO E PESQUISA COLABORATIVA

Um caderno com imagens, aberto à vista de todos, pode ser uma ótima forma de compartilhar suas preocupações de pesquisa, servindo como um convite para falar sobre diversos assuntos. Como dito na seção anterior, esse diálogo pode ser feito por meio de palavras, mas também por meio dos próprios desenhos e imagens.

Os estudantes que trabalharam mais de perto com seus informantes relataram uma forte colaboração gerada pelos desenhos etnográficos como metodologia de pesquisa. Em muitos casos, os interlocutores se interessaram pelos rascunhos e esboços. Alguns participaram explicitamente, dizendo ao pesquisador o que ele ou ela deveria desenhar e também ajudaram na análise de suas descobertas. Em algumas situações, foram feitas críticas ("isto não está desenhado corretamente", por exemplo), não por razões estéticas, mas porque a pessoa achou que o antropólogo não havia entendido o objeto ou as situações sociais observadas. (Alguns pesquisadores, no entanto, receberam algumas críticas estéticas, geralmente com sugestões de como "desenhar melhor".) Em vários estudos, as pessoas que assistiam ao trabalho dos pesquisadores se envolveram diretamente, ajudando a classificar objetos a serem desenhados (durante uma segunda visita de campo) ou chamando a atenção para ângulos ou experiências que valiam a pena serem documentadas no caderno.

A pesquisa colaborativa é destaque em Afonso e Ramos (2004), onde o processo de recordação de memórias envolveu a produção de desenhos que foram posteriormente comentados e redesenhados levando em consideração o feedback dos respondentes. Como resumido por Wadle (2012), o desenho pode ajudar a desenvolver uma "colaboração mútua, na qual os informantes estão intimamente envolvidos no controle da narrativa registrada e na representação de suas histórias, visualmente acessíveis", como no estilo de etnografia em quadrinhos.

Em outro projeto de pesquisa de campo (ilustrado pela imagem que abre este artigo), a colaboração entre pesquisadores e funcionários da prefeitura também gerou formas criativas de documentação. Os alunos fizeram colagens usando areia

e pó de pedra em seus desenhos. O pavimento de pedras portuguesas também foi "impresso" em papel carbono e em tecido com tinta de impressão (Imagem 1, quadro à direita).

Em alguns casos, os pesquisadores pediram a seus informantes para desenhar. Uma aluna registrou em seu caderno os desenhos feitos por moradores do bairro, procurando documentar suas lembranças do lugar. Em outra investigação, um interlocutor se recusou a desenhar, alegando que não tinha a habilidade para fazê-lo. Os esboços das pessoas muitas vezes provocavam piadas e jogos divertidos, como os de tentar reconhecer as características físicas de um personagem desenhado. No exemplo abaixo, a aluna foi assistida por duas crianças, ambas interessadas em "melhorar" seu retrato de um dos garçons do bar onde a pesquisa foi realizada.



Imagem 19 – A estudante Loraine Amaral conduziu sua pesquisa em um bar. Por causa de seu caderno com desenhos, as pessoas se interessaram pelo que ela estava fazendo. Duas crianças, achando que ela não era boa naquilo, resolveram desenhar o garçom Miguel no seu caderno. Vários clientes se envolveram na pesquisa, interessados no que Loraine estava fazendo e até por saber que nota ela havia obtido no trabalho.

11) O DESENHO COMO FORMA DE REGISTRO NO CAMPO FORNECE DADOS VISUAIS PARA COMPARTILHAR OS RESULTADOS DA ETNOGRAFIA (E TAMBÉM PROTEGE O ANONIMATO DOS INFORMANTES).

Como dito anteriormente, os desenhos produzidos durante o trabalho de campo facilitam a compreensão do público sobre objetivos de pesquisa, desenvolvimentos e resultados finais, permitindo que os dados gerados sejam testados, revisados e comparados. A linguagem visual gráfica pode não ser "universal", mas é muito mais acessível do que textos escritos à mão. Desenhos etnográficos têm muito a contribuir para o debate público sobre os temas levantados na prática antropológica. Para Wadle (2012), é também uma linguagem que divulga a etnografia para um público mais amplo, num "processo de abertura necessário para o pesquisador antropológico", multiplicando seu impacto. "Ao invés de excluir os informantes dos discursos acadêmicos sobre sua própria cultura e modo de viver, a antropologia poderia se beneficiar de sua leitura crítica", defende Wadle (2012).

Outro aspecto importante é que esse material produz informações visuais do campo capazes de preservar o anonimato dos interlocutores, preocupação clássica do empreendimento etnográfico, e especialmente relevante na antropologia urbana. Wadle (2012) chamou minha atenção para esse problema em sua revisão do trabalho de Atkins sobre encontros sexuais, em que o autor mistura fotografias de paisagens com retratos desenhados de pessoas em situações vulneráveis. Para Newman (1998:18), desenhos em quadrinhos podem compreender uma "experimentação em formas visuais de representação etnográfica", provocando uma reflexão sobre o que conta como "verdade" e "sobre quais autoridades nos submetemos ao chegar ao nosso frágil conhecimento do mundo".

Várias das pessoas que participaram da pesquisa pediram aos alunos que lhes dessem cópias dos desenhos para seus próprios fins. Uma estudante, por exemplo, autorizou seus desenhos a serem exibidos no site da empresa que ela estudou. Suas interlocutoras acharam que as imagens davam um "toque emocional" ao seu trabalho. Outra aluna foi convidada a apresentar suas descobertas para toda a equipe do local onde realizou sua pesquisa.

Esses exemplos mostram o espírito de trabalho colaborativo expresso na seção 9, acima, quando o material gerado pela etnografia é reenquadrado e criativamente apropriado pelo mundo em estudo. A aluna Mariana Barcellos observou que o ato de desenhar no campo também confere "autonomia à subjetividade do pesquisador", questionando a lógica do trabalho científico, que tende a obliterar essa autoria ao valorizar o relato técnico, produzindo uma narrativa "fria" dos resultados. Vários alunos registraram esse aspecto, sentindo-se felizes por poder expressar um pouco do seu estilo pessoal no material. Seus trabalhos finais acabam por revelar também um caráter de "desenho artístico etnográfico", como descrito por Leal (2008: 123). O poder estético desses registros visuais também é destacado positivamente em Afonso e Ramos (2004: 87).

Mostrar desenhos da maneira como foram produzidos no trabalho de campo não é apenas uma espécie de prova do que foi observado – como Taussig colocou no título do seu livro, *I swear I saw this* [Eu juro que vi isso] –, mas também uma maneira de evitar a falácia de disfarçar e distorcer a subjetividade inerente do empreendimento etnográfico (2011: 49). É também com uma desconfiança semelhante dos jogos discursivos da escrita antropológica que Ramos aprecia o testemunho dos desenhos. Limitado pela urgência de materiais e da tecnologia, o desenhador não pretende "descrever" ou "imitar" uma realidade vivida ou observada. O etnógrafo que desenha torna-se uma espécie "comprovante de presença (estive ali, vi aquilo)" que "contém em si, invisível, o testemunho de um olhar, a hipótese de uma memória, um sinal de uma osmose dos sentidos e do *Dasein*, entre quem desenhou e quem ou o quê foi desenhado" (Ramos 2010: 19). Através de uma fascinante história de sua pesquisa na Etiópia, Ramos chama nossa atenção para os limites que existem na prática de se produzir imagens para a comunicação intercultural (uma "*ekphrasis* intercultural", como ele diz). É preciso ter cuidado com a maneira como essas produções visuais são "percebidas, manipuladas e interpretadas", já que nem todas as imagens são possíveis (Ramos 2004: 149).

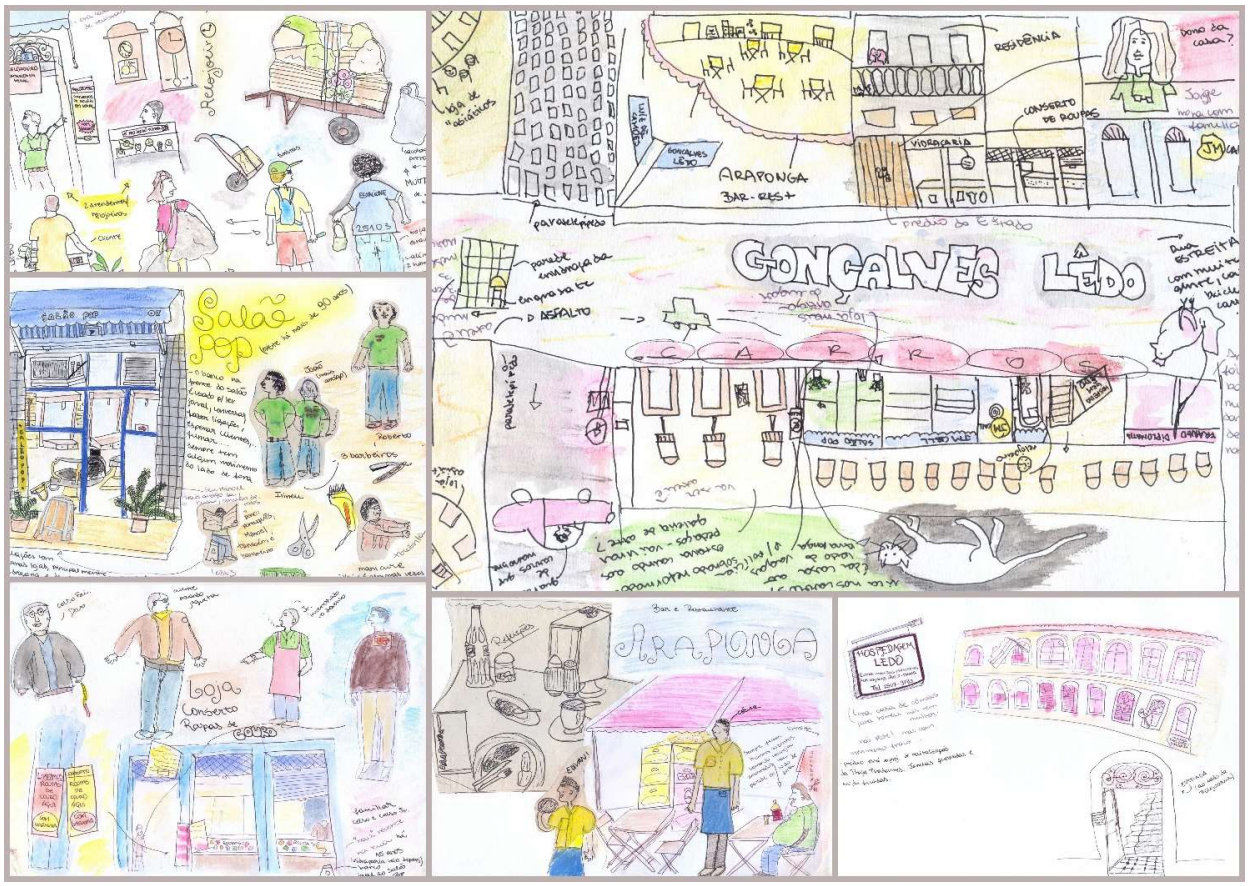


Imagem 20 – Desenhos produzidos pela aluna Rosa Richter durante um projeto de pesquisa na Rua Gonçalves Lêdo, no Centro do Rio de Janeiro. Os informantes não aceitaram participar de um documentário, mas ficaram felizes em falar quando propôs uma pesquisa com um caderno de desenhos. O relacionamento evoluiu para uma colaboração mútua que ajudou Rosa a completar sua etnografia sobre os trabalhadores e moradores do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de “desenho etnográfico” contém muitos possibilidades e significados ainda a serem explorados. Como vimos no início, existem poucos livros sobre o assunto e há uma evidente “invisibilidade” desse recurso no campo da antropologia visual. É como se um desenho ou lidar com imagens desenhadas não fosse uma opção em meio à gama de possibilidades para documentar etnografias. Mesmo quando a literatura lida diretamente com o assunto de “notas de campo”, o tema do desenho é mínimo ou inexistente. Muitas vezes abrimos monografias clássicas como Argonautas do Pacífico Ocidental e simplesmente não vemos os seus desenhos, nem os mapas e diagramas incluídos, como parte de sua linguagem visual. Antropólogos e editores contribuem para essa invisibilidade dos desenhos quando

não indicam sua autoria ou não acrescentam legendas e comentários sobre os materiais utilizados ou suas formas de reprodução e impressão. Num exercício de pensar comparativamente, quando nos voltamos para publicações literárias, artísticas ou botânicas, por exemplo, parece óbvio que os desenhos são uma parte vital do trabalho em que estão inseridos. As imagens são impregnadas de significados: desde os próprios autores até a variedade de enquadres que afetam sua aparência, como ferramentas, técnicas, estilos, foco de interesse, processos de produção etc.

Neste artigo, busquei valorizar e compreender as múltiplas possibilidades dos desenhos etnográficos, explorando suas relações potenciais com outras formas de documentação e pesquisa em antropologia. No processo, trabalhei com um conceito provisório de desenho que abrange o tipo de ilustrações incluídas aqui. Estou ciente, no entanto, da necessidade de aprofundar a discussão sobre diagramas e mapas, que por si só compreendem um universo gráfico bastante complexo (cf. Becker, 2009, Gell, 2006). Também preciso deixar claro que vários dos onze benefícios dos desenhos aqui resumidos podem ser obtidos através de outros tipos de registros antropológicos, visuais ou não.

Embora o método etnográfico esteja muito vivo na antropologia e em outros campos do conhecimento, acho que ainda temos medo de discutir seus desafios. Por isso, podemos até afirmar que existe uma décima segunda contribuição do desenho à abordagem antropológica. Afinal, o encontro entre pessoas interessadas em trabalhar para compreender a vida social têm consequências positivas que vão além de seus resultados acadêmicos – porque esse é o tipo de encontro que produz uma sociedade melhor, mais solidária, colaborativa e respeitosa às diversidades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Ana e RAMOS, Manuel João. New graphics for old stories: representation of local memories through drawings. In S. Pink, L. Kürti e A. I. Afonso (eds). *Working Images: Visual Research and Representation in Ethnography*. London/New York: Routledge, 2004, p. 72-89.

BAPTISTA, Luís Vicente e NUNES, João Pedro. Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas. In A. Dornelas, L. Oliveira, L. Veloso e M. D. Guerreiro (eds). *Portugal Invisível*. Lisbon: Mundos Sociais, 2010, p. 53-74.

BARBOSA, Andrea. Ver, olhar e enxergar a cidade de São Paulo através das imagens. In *São Paulo Cidade Azul: ensaios sobre as imagens.* São Paulo: Alameda, 2012, p. 31-44

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In *Teoria da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 299-316

BECKER, Howard S. Charts: thinking with drawings. In *Telling About Society*. Chicago: Chicago University Press, 2007, p. 167-185.

BERGER, John. *Berger on Drawing*. Jim Savage (ed.) Aghabullogue: Occasional Press, 2007.

BLOOM, Philipp. *Encyclopédie: The triumph of reason in an unreasonable age.* London: Fourth Estate, 2004.

BOAS, Franz. *Race, Language and Culture.* Chicago/London: The University of Chicago Press, 1982 [1940].

_____. Arte primitiva. Lisbon: Fenda Edições, 1996.

CAUSEY, Andrew. *Drawn to see. Drawing as an ethnographic method.* University of Toronto Press, 2017.

CÔRTE-REAL, Eduardo. *Likeness, Abstraction and Knowledge: What do we know in observational drawing?* Tracey – Drawing and Visualisation Research, Thinking – December, 2014.

EDWARDS, Betty. *Desenhando com o lado direito do cérebro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2001 [1979].

ERIKSEN, Thomas H. e NIELSEN, Finn S. *História da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREEMAN, Monica. *The Iban Diaries of Monica Freeman (1949-1951)*. Laura P. Appell-Warren (ed). Phillips, ME: Borneo Research Council, Inc., 2009.

GALHANO, Fernando. *Desenho etnográfico de Fernando Galhano.* Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos de Etnologia, 1985.

GARAVAGLIA, Magdalena V. e Menna, Rosana B. Sobre el uso de imágenes gráficas en la investigación antropológica. Un acercamiento a la Antropología Visual. 1er Congreso Virtual de Antropología y Arqueología, 1998.

GEISMAR, Haidy. Drawing It Out. *Visual Anthropology Review,* 30(2), 2014, p. 97–113.

GELL, Alfred. *Wrapping in Images: Tattooing in Polynesia.* Oxford: Clarendon Press, 1993.

_____. *The Art of Anthropology: Essays and Diagrams*. Eric Hirsch (ed). London/New York: Berg, 2006.

_____. *Art and Agency*: *An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 2010.

GRIMSHAW, Anna e RAVETZ, Amanda. Drawing with a camera? Ethnographic film and transformative anthropology, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 21, 2015, p. 255-275.

GUNN, Wendy (ed.) *Fieldnotes and Sketchbooks – Challenging the Boundaries between Descriptions and Processes of Describing.* Frankfurt: Peter Lang, 2009.

GOMBRICH, Ernest H. Pictorial Instructions. In *The Uses of Images – Studies in the Social Function of Art and Visual Communication*. London: Phaidon, 2000, p. 226-239.

GREGORY, Danny. *Everyday matters: a memoir.* New York: Hyperion, 2003.

HENDRICKSON, Carol. Visual Field Notes: Drawing Insights in the Yucatan. *Visual Anthropology Review*, 24(2), 2008, p. 117-132.

_____. Ethno-Graphics: Keeping visual Field Notes in Vietnam. *Expedition*, Penn Museum, 52(1), 2010.

HOROWITZ, Alexandra. *On Looking – Eleven walks with expert eyes*. New York: Scribner, 2013.

INGOLD, Tim. *Making – Anthropology, archaeology, art and architecture.* London: Routledge, 2013.

KUSCHNIR, Karina. Drawing the city – a proposal for an ethnographic study in Rio de Janeiro. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 8(2), 2011, p. 609-642.

_____. Desenhando cidades. *Revista Sociologia & Antropologia*, 2(4), 2012, p. 295-314.

_____. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa, *Cadernos de Arte & Antropologia*. Vol. 3, n. 2, Dossiê 'Imagem, Pesquisa e Antropologia', 2014.

LAGROU, Els. *A Fluidez da Forma. Arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre).* Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LEAL, João. Retratos do povo: etnografia portuguesa e imagem. In J. Machado Pais, C. Carvalho e N. M. Gusmão (eds). O visual e o quotidiano. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 117-145.

LESTER, Toby. *O fantasma de Da Vinci: A história desconhecida do desenho mais famoso do mundo*. São Paulo: Três estrelas, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MASSIRONI, Manfredo. *Ver pelo desenho: aspectos técnicos, cognitivos, comunicativos.* Lisbon: Edições 70, 2010.

MITCHELL, Clyde (ed.). *Social Networks in Urban Situations.* Manchester: Manchester University Press, 1969.

NEWMAN, Deena. Prophecies, Police Reports, Cartoons and Other Ethnographic Rumors in Addis Ababa. *Etnofoor* XI(2), 1998, p. 83-110.

Notes and Queries on Anthropology. 6th edition, revised and rewritten by A committee of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. London: Routledge, Kegan and Paul, 1951.

PARISI, Morgane. *Le processos créatif, um regard anthropologique – Une approche du geste créateur dans l'intimité d'auters de Bande Dessinée*. Université Victor Segalen Bourdeaux II – UFR des Sciences de l'Homme – Departement d'Anthropologie Sociale, ethnologie – Mémoire présenté en vue de l'obtention du Master 1 d'anthropologie, 2010.

PINAULT-SØRENSEN, Madeleine. Les métamorphoses des Planches: quelques exemples. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, n. 12, 1992, p. 99-112.

PINK, Sarah. Introduction: situating visual research. In: S. Pink, L. Kürti & A. I. Afonso (eds). *Working Images: Visual Research and Representation in Ethnography*. London/New York: Routledge, 2004, p. 1-12.

RAMOS, Manuel João. Drawing the lines: the limitations of intercultural ekphrasis. In: S. Pink, L. Kürti & A. I. Afonso (eds). *Working Images: Visual Research and Representation in Ethnography*. London/New York: Routledge, 2004, p.147-161.

_____. *Traços de viagem: experiências remotas, locais invulgares.* Lisbon: Bertrand, 2009.

_____. *Histórias etíopes*. Lisbon: Tinta da China, 2010.

SALAVISA, Eduardo (ed.) *Diários de viagem: desenhos do quotidiano – 35 autores contemporâneos.* Lisbon: Quimera, 2008.

SAMAIN, Etienne. "Ver" e "dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos* 1(2), 1995, p. 23-60.

SANJEK, Roger. *Fieldnotes: The Makings of Anthropology.* Ithaca: Cornell University Press, 1990.

SENNET, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TAUSSIG, Michael. What do drawings want? *Culture, Theory and Critique* 50(2), 2009, p. 263-274.

_____. *I swear I saw this: Drawings in Fieldwork Notebooks, Namely My Own.* Chicago: University of Chicago Press, 2011.

TURNER, Victor. A classificação das cores no ritual Ndembu: um problema de classificação primitiva. In *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu.* Niterói:EdUFF, 2005 [1963], p. 95-135.

URRY, James. Notes and Queries on Anthropology and the Development of Field Methods in British Anthropology, 1870-1920. *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 1972, p. 45-57.

VIDAL, Lux (ed.). *Grafismo indígena*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.

WADLE, Hannah. *Anthropology goes Comics*. Comics Forum Blog, 2012. (online)

WETTSTEIN, Marion. *Ethnographic Drawing: Small notes on a neglected topic in visual anthropology*. Wettstein Website, 2011. (online)

A DESCOLONIZAÇÃO DA ARTE PELO VIÉS DA APROPRIAÇÃO

Bruno Marcitelli[1]

RESUMO:

Partindo da premissa de que o conceito de beleza enraizado na herança greco-romana é algo nocivo à sociedade brasileira, apresento, por meio de meu próprio fazer artístico, tentativas estéticas de descolonização do campo da pintura e de inserção de minorias sociais no campo das artes visuais.

Palavras-chave: Pintura – Representatividade – Descolonização – Apropriação.



FIGURA 1 - Bruno Marcitelli -Pietà – fotografia, 2017. Modelos: Jemerson Carlos Bob e KaritaDarc - acervo do artista.

Reside na arte clássica europeia algo profundamente enraizado no modo como olhamos para o mundo, algo que é determinante nas escolhas do que

[1] Bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal de Uberlândia.Email: bbbuuuzzz.marcitelli@gmail.com.

consideramos “de bom gosto” ou “de mau gosto”, algo que também está atrelado ao racismo estrutural e a branquitude sistêmica, sobretudo no campo das Artes Visuais. Meu trabalho investiga maneiras de subverter esse poder estético das artes ditas “clássicas” pelo viés da apropriação. Recriando-as em imagens que discutem temas caros à contemporaneidade como machismo, racismo e homofobia, corpos gays, negros, trans e periféricos clamam para si o protagonismo das narrativas e apresentam ao público outras possibilidades de beleza para além da tradição estética greco-romano tão perseguida pela nossa sociedade até os dias de hoje.



FIGURA 2 - Processo de pintura de Pietà, 2017 - acervo do artista.

Usando fotografias produzidas para este fim, construo releituras de obras de arte que fazem parte do imaginário coletivo da sociedade ocidental, como Pietà, que figura o laço umbilical do cristianismo. Representa o momento em que Virgem Maria segura no colo o filho morto após a crucificação; é uma imagem emocionada que inspira piedade e devoção há séculos e tornou-se tema recorrente nas obras de diversos artistas (principalmente depois de Michelangelo produzir sua icônica versão em mármore em 1449 para a antiga basílica de São Pedro). A escolha dessa pintura como tema parte de uma citação e de uma crítica ao campo da História da Arte, que nega a representação de personagens não-brancos ou os embranquece a favor da manutenção de seu próprio padrão de beleza, como a exemplo das representações de Jesus Cristo, quase sempre branco e de olhos azuis. O foco dessa releitura é o deslocamento dos signos religiosos que provocam comoção e devoção para uma questão negligenciada em diversas esferas da sociedade brasileira: o genocídio da população negra e periférica. Tornar cristo um moleque marrom de cabelo descolorido, como tantos outros espalhados pelos quinhões do Brasil, é um exercício de desmitificação da figura messiânica do Salvador, e, por contrapartida, pressupõe a santificação daqueles que têm sua humanidade diariamente desrespeitada pela polícia e pelo Estado, visto que a única chaga que este Cristo carrega é um buraco de bala no centro do peito. O olhar da mãe não esboça sofrimento ou indignação, apenas encara o espectador com toda a resiliência de uma mulher preta nascida no Brasil.



FIGURA 3 - Bruno Marcitelli - Pietà - fotografia (recorte), 2017 - acervo do artista.

Ao se realizar enquanto pintura através da tinta óleo sobre tecido, o trabalho, ainda que jogue com a precariedade de materiais, suporte e apresentação, torna-se objeto de desejo e apreciação por meio da magia que transcende a fotografia de referência.



FIGURA 4 - Bruno Marcitelli - Pietà - óleo sobre tela, 180x130cm, 2017 - acervo do artista.

É esse poder de sedução que a pintura possui que atravessa os séculos e chega a nós na contemporaneidade de maneira desafiadora, pois por mais que a maioria dos brasileiros nunca tenha visto de perto uma pintura a óleo, é desta noção de beleza que as produções de massa ainda se apoiam para criação de seus produtos culturais. Portanto, não é exagero afirmar que, ainda que indiretamente, a indústria cultural e suas produções promovem na sociedade brasileira uma noção estética completamente distinta da beleza da maioria da população. Acredito que ao remexer na História da Arte criamos a possibilidade de abalar essa estrutura, principalmente quando replicamos as receitas de representação d'o Belo em corpos não-brancos, estamos de alguma forma, subvertendo toda noção de beleza enraizada numa branquitude acostumada a estar no centro das discussões e narrativas.

Outro tema que promove embates sociais acalorados são as questões de gênero e sexualidade. Em contraponto ao machismo e ao conservadorismo que esbraveja nesse início de século, a revolução transexual aponta para um futuro onde cada ser humano poderá ser livre para construir seu corpo, sua individualidade e

tornar-se mestre de sua própria existência. A fim de ilustrar essa utopia recorro a um tema mitológico, em ode a vanguarda social que é o movimento trans, e realizo uma pintura digital inspirada no óleo sobre tela “Diana e suas ninfas surpreendidas por Faunos” de Peter Paul Rubens.



FIGURA5 - Peter Paul Rubens - Diana e suas ninfas surpreendidas por faunos - óleo sobre tela, 128x314 cm 1640 - Museo del Prado, Espanha.

Nesta obra, faunos e ninfas emergem como arquétipos de masculinidade e feminilidade que disputam um jogo de atração e repulsão até hoje muito pautado pela dualidade homem-mulher; no entanto, em algumas culturas ancestrais pessoas transgênero eram cultuadas como presenças superiores, pois segundo essas culturas, indivíduos andróginos e/ou transexuais possuíam dentro de si dois espíritos, um masculino e outro feminino. Na distopia conservadora que vivemos hoje no Brasil a percepção sobre estas pessoas tende a ser bem diferente, exigindo que estas figuras reafirmem diariamente seu direito de estar no mundo. Entendendo o espaço de arte como um espaço de empoderamento, convido garotas em transição de gênero a reinterpretar a Deusa e suas ninfas da cena de Rubens, a fim de resgatar valores ancestrais onde essas figuras, hoje socialmente discriminadas, possam existir em todo seu esplendor.



FIGURA6 – Bruno Marcitelli - Ensaio para Diana e suas ninfas surpreendidas por faunos, 2018 – fotografia por Larissa Dardania. - acervo do artista.

Em processo de fotoperformance a ação sugerida foi uma triangulação de figuras. O dançarino Jemerson Carlos Bob interpreta os faunos, que na cena formam uma emboscada cercando as outras figuras por todos os lados (a imagem do modelo é replicada quatro vezes). Aqui, o arquétipo masculino é levado ao grotesco em alegoria à masculinidade tóxica que alimenta o machismo. Ao mesmo tempo, as figuras femininas denunciam e repelem a ação dos faunos, enquanto uma Deusa de traços indígenas encara o espectador de frente e prepara seu contra-ataque.



FIGURA7 - Bruno Marcitelli - Fauno grotesco em 3 passos - pintura digital sobre fotomontagem, 2018 - acervo do artista.

Habitando um cenário mágico inspirado na chapada dos veadeiros, cerrado brasileiro, encerro esses personagens mitológicos numa utopia onde suas sexualidades não são temidas, mas sim cultuadas, um lugar onde - da esquerda para direita - Amanda Costa, Lila Monteiro, Urias Martins e Marina Selva são elevadas ao nível de musas, representando as mulheres trans e venerando a existência do feminino em toda sua diversidade.



FIGURA8 - Bruno Marcitelli - Diana e suas ninfas surpreendidas por faunos, 2018 - pintura digital sobre fotomontagem - acervo do artista.

Ainda que por ventura o espectador não tenha acesso ao apelo social da representatividade destas figuras, a obra inda se realiza ao subjetivar essas presenças para dentro do campo da Arte e apresentá-las de maneira digna e atraente. Guiado pelo desejo de reparação histórica trabalho pela inclusão das minorias sociais dentro do espaço da Arte, que é, sobretudo, um espaço de poder. Ao mesmo tempo em que me apoio na herança greco-romana, busco também a sua superação, sua transcendência, pois é preciso descolonizar nossos corpos, nossa mente e nossa arte, evidenciar a presença dos negros, da população LGBTQ+ e dos povos originários, antes que a onda fascista os varra de uma vez por todas de nossa sangrenta História.



FIGURA9 - Bruno Marcitelli - Ogum (auto retrato) - pintura digital sobre fotomontagem - acervo do artista.

RASTROS

Felipe Figueiredo [2]

RESUMO:

Este ensaio foi produzido como uma seleção de fotografias realizadas no contexto de minha pesquisa de iniciação científica, realizada na cidade de Macaúbas, sul do Estado da Bahia. A pesquisa teve como objetivo investigar memórias acerca de uma poesia oral conhecida como "ABC do Açude", que conta a trajetória dos trabalhadores na construção de uma barragem na década de 1930, empreitada conduzida pelo Instituto Federal de Obras Contra a Seca. Os rastros - tomando emprestada uma metáfora de Walter Benjamin - que constituem tal poesia vão para além dela e estão também na memória física do que foi um dia uma grande lagoa, um dos lugares mais importantes para a região.

Palavras-chave: Fotografia – Memória – Poesia – Seca.



FOTOGRAFIA 1 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.

[2] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: felipe.figueiredo1230@gmail.com.



FOTOGRAFIA 2 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 3 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 4 - Macaúbas, Julho de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 5 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 6 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 7 - Macaúbas, Julho de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 8 - Macaúbas, Julho de 2018. Acervo do autor



FOTOGRAFIA 9 - Macaúbas, Julho de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 10 - Macaúbas, Julho de 2018. Acervo do autor.



FOTOGRAFIA 11 - Macaúbas, Janeiro de 2018. Acervo do autor.